

Antonio C. Alkmim

O eterno retorno

Eleições municipais para presidente no Brasil (1989-2014)

Demografia, sociedade, economia e geografia

Copyright © Antonio C. Alkmim, 2018

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida,
sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto
PROJETO GRÁFICO Rian Narcizo Mariano
CAPA Baseada na pintura de Jackson Pollock
REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A417c

Alkmim, Antonio C., 1961-

O eterno retorno : eleições municipais para presidente no Brasil (1989-2014) : demografia, sociedade, economia e geografia / Antonio C. Alkmim. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2018.
168 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 9788577856046

1. Eleições - Brasil - História. 2. Presidentes - Brasil - Eleições. 3. Cultura política - Brasil - História. I. Título.

18-49938

CDD: 324.60981

CDU: 324(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar - Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 - Rio de Janeiro, RJ
Tels: +55 (21) 3938-1950/1932
www.observatoriodasmetroles.net

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
vendas@letracapital.com.br

Apresentação

“Esta vida, assim como tu vives agora e como viveste,
terás de vivê-la ainda uma vez e ainda inúmeras vezes:
e não haverá nada de novo, cada dor e cada prazer
e cada pensamento e suspiro e tudo que há de indivisibilidade
pequeno e de grande em tua vida há de retornar.”

Friedrich Nietzsche, *A Gaia Ciência*.

O título de um trabalho é o desfecho de uma narrativa de um estágio pós doutoral. Neste caso, nada pareceu mais apropriado que recorrer ao filósofo alemão e a sua ideia de eterno retorno. A ideia já desenvolvida pela tradição filosófica greco-romana. Eterno retorno presente no estoicismo em Epicuro. Ou em Políbio, historiador da transição entre o período de decadência grega e início do Império romano, traz a imagem de ciclos espirais.

O desfecho da narrativa através dessa ideia é capaz de resumir um drama histórico de um país que chega na primeira parte de um novo século preso às amarras de um passado que o torna de certa forma imóvel, mesmo que mudanças conjunturais pareçam dar-lhe a impressão de um movimento que não lhe muda a natureza. O peso da desigualdade social, da exclusão, da miséria do antigo ruralismo, do novo agrarismo, da urbanização e industrialização tardia e da posição duradouramente secundária no cenário internacional.

Assim pode ser resumido em dois parágrafos as conclusões perturbadoras deste estudo, que procura desnudar através de indicadores diversos a realidade brasileira nos últimos 30 anos e as opções políticas eleitorais, que se manifestaram nas sete últimas eleições presidenciais, no âmbito municipal.

A sequência da análise volta à primeira metade do século anterior, trazendo novamente os autores mais clássicos que pensaram a fundação de uma república que tentava se desvencilhar dos grilhões coloniais. E tentaram apontar os dilemas fundamentais, passando pela cultura, pela sociedade e pela economia. Trata-se de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior.

A parte seguinte, traz a produção mais recente do IBGE, como um centro produtor de informação e conhecimento sobre essa realidade nacional, a partir do mesmo momento da gênese do pensamento social contemporâneo brasileiro. As dimensões demográfica, social, econômica e geográfica serão avaliadas através de um conjunto selecionado de indicadores. Aspectos da territorialidade e do desenvolvimento e globalização recente, foram avaliados à luz das contribuições de Milton Santos. Uma síntese foi proposta ao final dessa parte.

Em seguida, a dimensão eleitoral, desagregada em seus indicadores específicos à luz de uma literatura mais recente. A taxa de marginalidade eleitoral, um aspecto particularmente negligenciado pela ciência política brasileira, mas que afeta 5,4 milhões de não cidadãos em 2010, segundo a estimativa utilizada. Ou seja, excluídos eleitorais. Pessoas em idade de voto, sem cadastro ou título de eleitor.

A abstenção eleitoral, os votos brancos e nulos, expressões clássicas da não participação foram igualmente avaliadas em sua especificidade, mostrando padrões ora semelhantes, ora diversos, mas também recorrentes do processo de exclusão, associado à negação eleitoral conjuntural.

E, último estágio da participação eleitoral, a direção do voto, capitaneada pelos dois partidos nacionais mais importantes nas eleições presidenciais brasileiras recentes, o PT e o PSDB. Em algumas das sete eleições a existência de uma terceira força, irregular enquanto opção partidária, se mostrou relevante.

As considerações finais trazem a ideia do eterno retorno, ou um eterno retorno dinâmico, para explicitar a relação entre as dimensões abordadas.

O estudo exagera na apresentação visual dos indicadores na forma de figuras, gráficos, quadros e mapas. Embora a escala principal seja a municipal, um conjunto de indicadores (principalmente eleitorais) são visualizados na escala estadual. Essa foi uma opção proposital, e em alguns momentos a leitura pode se tornar menos interessante e mais descritiva. Essa opção em se justifica pela extensão do escopo do trabalho e relevância atribuída especialmente a cada uma das eleições.

Não poderia recusar o necessário agradecimento a algumas pessoas. Ao orientador do estágio, Luiz César Queiroz Ribeiro, pela sua acolhida no Observatório das Metrópoles no IPPUR/UFRJ e pelo útil e pertinente acompanhamento do trabalho. O agradecimento se estende a sua equipe do Observatório, e em especial ao amigo Nelson Rojas de Carvalho. À Sônia Terron, pela generosidade em me ceder boa parte da base de dados eleitorais que utilizei. Imprescindível. Ao mestre Luiz Antonio Pinto de Oliveira, pelo acompanhamento indireto em diversas conversas que mantivemos ao longo do ano. Assim como a Antonio Tadeu de Oliveira e André Simões, companheiros do IBGE, com quem tive uma interlocução sobre demografia e indicadores sociais que muito me auxiliaram. A Celso Simões, pelo exemplo de sua vida e sua obra, referência, mais que uma escolha. Não cabe a qualquer uma dessas pessoas, às quais sou muito grato, a responsabilidade pela análise e principalmente erros decorrentes do estudo.

Sumário

Introdução	7
Retomando três clássicos fundadores do pensamento social contemporâneo no Brasil	9
Gilberto Freyre e <i>Casa Grande e Senzala</i>	9
Sérgio Buarque de Holanda e <i>Raízes do Brasil</i>	12
Caio Prado Junior e <i>Formação histórica do Brasil contemporâneo</i>	15
Retomando o pensamento clássico contemporâneo, algumas lições para o presente.....	19
Os indicadores demográficos, econômicos, sociais e geográficos 1991 a 2010	21
As dimensões de análise.....	21
Os indicadores demográficos	21
Os indicadores sociais	27
Os indicadores econômicos	30
Os indicadores geográficos.....	39
Relação entre os indicadores sociodemográficos, econômicos e espaciais.....	49
Eleições presidenciais e participação eleitoral no Brasil	66
A marginalidade eleitoral em 1991, 2000 e 2010	70
A abstenção eleitoral de 1989 a 2014.....	81
Votos brancos e nulos de 1989 a 2014	96
Direção do voto de 1989 a 2014	124
Considerações finais	154
Referências	161

Introdução

O presente estudo consolida as primeiras análises do projeto de estágio pós doutoral, iniciado em março de 2017, e com duração prevista de 12 meses, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

O objetivo proposto, segundo os termos iniciais, é:

(...) buscar uma especificação sobre os componentes da participação eleitoral, desde a formação do eleitorado bruto, que envolve a relação entre a população, a população em idade de voto e o registro eleitoral, até a escolha do candidato, ou a direção do voto.

Pretende-se, de acordo com a disponibilidade dos registros, dar atenção à exclusão eleitoral, ao absentéismo, geralmente pouco avaliado na sua decomposição (voto facultativo para alguns segmentos da população e justificativa legal permitida para o não voto, assim como o cancelamento eleitoral, decorrente de três eleições consecutivas. A análise da votação em branco e nula, permite a construção e avaliação dos indicadores endógenos para a participação eleitoral, vista sob a ótica das eleições presidenciais (...)

(...) Trata-se, portanto, de criar as condições para um melhor entendimento da participação eleitoral no país, a partir dos indicadores que tratam da marginalidade e exclusão eleitoral, facultatividade do voto, absentéismo, votação nula, votação em branco e direção do voto para as eleições presidenciais realizadas no país entre 1989 e 2010 (ALKMIM, 2016).

Embora não tenha se pretendido um destaque quanto à direção do voto no projeto, tendo em vista a realização das atividades como um todo, os votos válidos nos candidatos e partidos para as os pleitos presidenciais foram incluídos como parte integrante da análise de resultados proposta.

O enfoque considera, portanto, os indicadores eleitorais como variáveis dependentes ou endógenas, partindo da população em idade de voto, até a sua decisão nominal, passando pela exclusão eleitoral, abstencionismo, votos brancos e nulos.

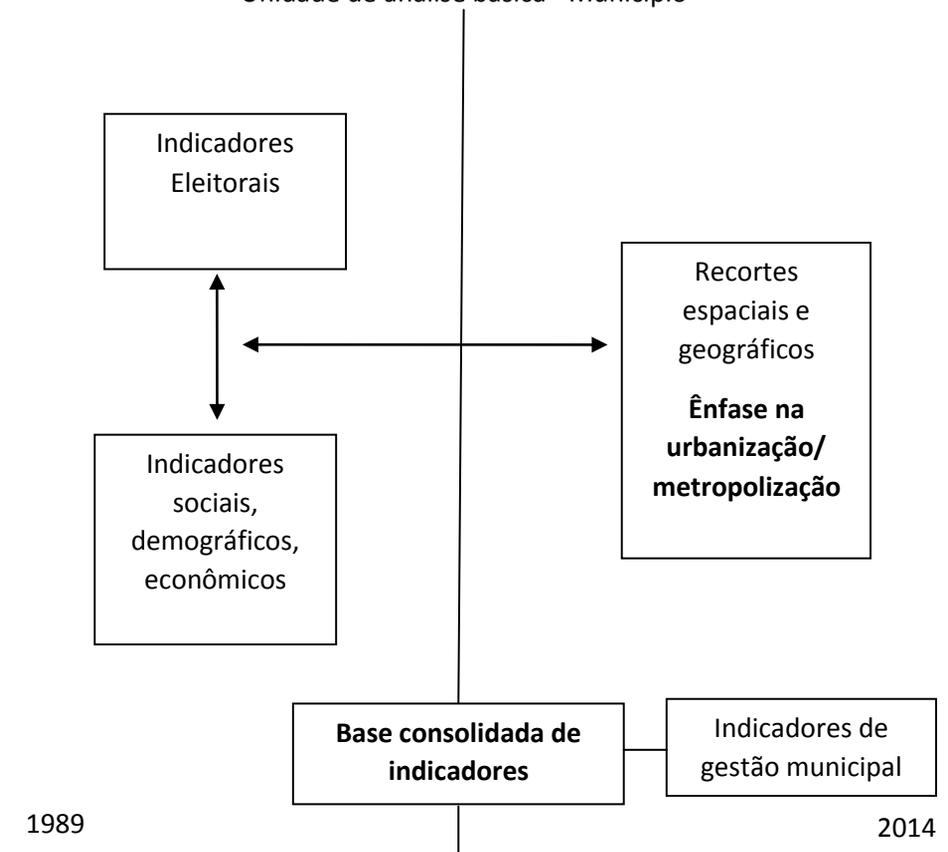
A partir daí, define-se um conjunto de dimensões demográficas, sociais, econômicas e geográficas que são assumidas como condicionantes, ou variáveis independentes, na sua relação com a dimensão eleitoral. Inicialmente pretendeu-se incorporar indicadores de gestão municipal, mas avaliou-se que fugiria ao escopo do estudo, voltado para as eleições presidenciais.

O esquema apresentado, a seguir, resume o modelo de análise em questão, onde são identificadas as dimensões relativas aos indicadores eleitorais e aos indicadores sociodemográficos, econômicos e espaciais. Ressalte-se que a unidade de análise se refere, como base, aos 5.570 municípios brasileiros até 2010, enquanto à dimensão temporal correspondem as sete eleições presidenciais realizadas entre 1989 e 2014, da mesma forma como a produção de uma base de indicadores consolidada, está restrita, em sua grande parte até o ano de 2010.

Figura 1 – Modelo de análise para os indicadores sociais, demográficos, espaciais e eleitorais.



Unidade de análise básica - Município



Retomando três clássicos fundadores do pensamento social contemporâneo no Brasil

Analisar a atual estrutura social e econômica em um país como o Brasil, exige alguns cuidados preliminares. Embora o país tenha uma formação social relativamente recente, considerando a sua existência, enquanto Estado colonial, a partir do século XVI, e moderno, especialmente a partir do século XIX, entendendo que a análise estrutural trata de eventos recorrentes combinados às mudanças em um mais longo prazo, a proposta não se torna, no entanto, menos complexa.

Essa complexidade histórica incorpora o tempo de maturação que resulta na conformação extremamente diversificada do Brasil, e, do ponto de vista geográfico, a sua larga extensão territorial, de dimensões continentais. Mais ainda, a trajetória institucional da colonização teve o recorte da interação hemisférica, com seu ponto inicial em 1500, com o desembarque dos portugueses, até, no período republicano iniciado em 1889, a redefinição do formato federalista mais recente e singular, que envolve três entes, comparado a outros, como o norte-americano, o alemão e o suíço, por exemplo.

Não se pretende aqui, de forma alguma detalhar a longa reflexão clássica e contemporânea que derivam nas múltiplas e concorrentes interpretações e enfoque sobre o Brasil.

Entretanto, mesmo sem uma regressão teórica exaustiva, pode-se buscar o amparo na literatura sobre o país, ou o estado nacional, após o estabelecimento da República, principalmente a partir da década de 1930. Com esse intuito, buscou-se, como lastro, a visão de três dos principais autores, e de suas obras de referência entre as décadas de 1930 e início dos anos de 1940. A contribuição sob a ótica antropológica de Gilberto Freyre, a sociológica de Sérgio Buarque de Holanda e a histórica de Caio Prado Junior.

Gilberto Freyre e *Casa Grande e Senzala*

“Quando alguém exprime qualquer bobagem em palavras, não há dano nenhum. Mas se a exprime em fórmulas matemáticas, surge o perigo da roupagem matemática dissimular a bobagem.”
Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, em sua crítica ao antropometrista.

O livro de Gilberto Freyre, publicado em 1933, *Casa Grande e Senzala*, é uma obra seminal, e traz, a partir de um corte antropológico influenciado pelas teorias culturalistas europeias, uma interpretação sobre a diversidade e a segmentação social do Brasil, com sua conformação colonial e escravista, que para o autor se torna matriz das relações sociais que informam a realidade do país, nos períodos posteriores.

A convivência específica entre o latifundiário e o seu escravo, como assinala o autor, marca o impulso à forte miscigenação já no início do processo de colonização na mescla entre o português e as comunidades indígenas mais afeitas à socialização. Processo esse diverso do norte-americano, caracterizado pelo conflito em relação aos índios, e posteriormente, à segregação em relação aos africanos. Embora reconheça que a exploração sexual fez parte inerente do processo de colonização, tanto anglo-saxônica quanto portuguesa, no caso do

Brasil o amálgama entre as etnias se conformou em um processo de maior amplitude¹.

O encontro das três raças ou etnias, traz uma das singularidades da obra de Gilberto Freyre, através de uma mudança de perspectiva teórica até então ausente na sociologia brasileira, fortemente marcada pelo *biologismo* (expressão utilizada e criticada pelo próprio autor).

Deve-se em boa parte à influência em sua formação da antropologia cultural desenvolvida na Europa e nos Estados Unidos, e o seu contato com essa bibliografia, e, especialmente com Franz Boas, antropólogo de nacionalidade alemã que migrou para os Estados Unidos e é considerado o fundador da antropologia naquele país. Freyre foi influenciado forte e diretamente como seu aluno na Universidade de Columbia². Em uma passagem do livro cita o também clássico estudo do antropólogo inglês Malinowski, também um dos precursores da antropologia cultural (FREYRE, op. cit, p. 135), além da referência pioneira do sociólogo culturalista Georg Simmel.

Gilberto Freyre fez, portanto, a passagem das teorias raciais que o precedem e que chegam até a discussão do *caráter nacional brasileiro*, confrontando as ideias de Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Oliveira Vianna, especialmente no Capítulo 4, onde afirma a sua abordagem culturalista³. Passa a colocar a discussão nos termos sociológicos mais gerais de um *espírito de nação*, (na acepção que lhe confere o filósofo iluminista francês Montesquieu, autor citado neste capítulo), *ethos* (weberiano) ou sentido da nacionalidade, termo que será assentado na reflexão posterior de Sérgio Buarque de Holanda⁴.

No que diz respeito a este estudo, ao estabelecer um novo marco teórico no pensamento social brasileiro, *Casa Grande e Senzala* provê um deslocamento de perspectiva pela qual se interpreta a realidade brasileira, a partir de fatores não físicos.

E ainda nessa visão, a polarização no sistema colonial entre o senhor de engenho e o escravo traduz a estrutura hierárquica predominante e persistente no país, e que irá atravessar os séculos seguintes. Para Freyre, a centralidade das relações sociais estabeleceu-se no âmbito pessoal, familiar, ainda que estivessem ligadas à dimensão econômica e social. A convivência entre esses dois personagens extremos traz os primeiros elementos que extravasam sua visão culturalista e o faz interpretar o cerne da nacionalidade brasileira.

1 Freyre, em uma passagem faz uma análise sobre o período da mineração, mesmo não sendo esse o período onde recai a sua maior atenção, registra essa diferença: “Parece que para as colônias inglesas o critério de importação de escravos da África, foi quase exclusivamente o agrícola. O de energia bruta, animal, preferindo-se, portanto, o negro resistente, forte e barato. Para o Brasil a importação de africanos fez-se atendendo-se a outras necessidades e interesses. À falta de mulheres brancas: às necessidades de técnicos em trabalhos de metal, ao surgirem as minas. Duas poderosas forças de seleção” (p. 306). O autor considerava que nesse período contou a experiência que os escravos africanos tinham na mineração em seu continente de origem.

2 No prefácio à primeira edição, Freyre afirma: “O professor Franz Boas é a figura de mestre que me ficou até hoje maior impressão. Creio que nenhum estudante russo, dos românticos do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu, na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim, dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação (p. Ixvii)”.

3 Embora não abandonando totalmente as abordagens de natureza puramente física e racial, pois estabelece, nesse mesmo capítulo 4 (pp. 307-310), uma hierarquia entre as diversas levas de negros que chegaram ao país, segundo a sua origem – que vai dos sudaneses, com as melhores qualificações e que se fixam com maior incidência na Bahia, aos bantos, mais espalhados territorialmente (pp. 298-304). Isso, de forma nenhuma contrasta a originalidade de sua interpretação, pois esses resquícios ou contradições teóricas devem ser relativizados devido aos conceitos e valores prevaletentes na época em que publicou sua obra.

4 O livro de Dante Moreira Leite, *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, publicado em 1969, contextualiza essa forte discussão entre os intelectuais brasileiros, sobre o seu autorreconhecimento enquanto nação. A Semana de Arte Moderna em 1922 já havia tematizado a questão, expressa entre outras obras em *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade, publicado em 1928.

A partir de 1532, a colonização portuguesa no Brasil, do mesmo modo que a inglesa da América do Norte e ao contrário da espanhola e da francesa nas duas Américas, caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. Domínio a que só a Igreja faz sombra, através da atividade, às vezes hostil, da Companhia de Jesus.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado, nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital, que desbrava o solo, instala as fazendas, compra bois, ferramentas, a força social que se desdobra a política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar (pp. 18-19).

E mais adiante:

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas desse ensaio, um processo de equilíbrio e antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos o mais geral profundo: o senhor e o escravo (pp. 18-19).

Nessa passagem, característica de seu estilo, Freyre, apesar de se deter na polarização dos antagonismos, mas no amálgama dos contrastes, na miscigenação, que abranda, relativiza, dispersa, mediatiza, modera os contornos dessa formação, dando-lhe nessa dinâmica, a sua unidade. Daí a sua posição sobre os efeitos positivos que superam o antagonismo, que reconhece, principalmente entre o senhor e o escravo.

Finalmente, a referência à Gilberto Freyre, nos traz um olhar antropológico, muitas vezes literário, crítico e inovador, abordando temas totalmente incomuns para o pensamento social do início da década de 1930, como a sexualidade, o exercício da medicina e os males e doenças da colonização, como a sífilis devastadora, a descrição da precária vida cotidiana, a precária formação das famílias e seus arranjos, o casamento, a poligamia, a prostituição, e o papel discriminatório sobre a mulher escrava, mas também a branca, a descrição das atividades religiosas, crenças e rituais, mitos, música, a devassidão dos padres e suas contradições, a alimentação deficiente (da mandioca ao pão francês), o vestuário, a habitação, o mobiliário, o bacharelismo, o rigor parnasiano da educação, a morte, os enterros.

Um rico painel temático da época colonial que por si só justifica a sua obra, liberando o pensamento social brasileiro da referência do determinismo biológico.

Os dois outros autores que veremos a seguir também impactaram em profundidade o pensamento social brasileiro atual, com semelhante intensidade. Com olhares diversos, igualmente tornaram-se clássicos. Mas na origem da inovação, mesmo com seu estilo heterodoxo, tangenciando a forma literária, considerado inadequado academicamente pelos excessivamente adequados, inegavelmente situou-se Gilberto Freyre como um marco e referência básica para o pensamento social brasileiro.

Sérgio Buarque de Holanda e *Raízes do Brasil*

“A verdade é que embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais – mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que para bem corresponder ao papel que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ordenamento e prenda, não instrumento de conhecimento e ação.”
Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*.

Se uma das dívidas com o legado de Gilberto Freyre é a contemporização do pensamento social brasileiro, de forma pioneira, considerando o argumento antropológico, com Sérgio Buarque de Holanda devemos a atualização sociológica, em uma de suas mais influentes vertentes, a alemã, especialmente com o pensamento de Max Weber.

Em muitos aspectos o livro de Sérgio Buarque recebe a influência de Gilberto Freyre, que apesar de ser apenas uma vez citado no livro e duas outras em suas notas, tem a sua presença oculta que perpassa o texto. Não se trata exatamente de uma oposição. Mas de ênfases distintas e complementariedades. A herança colonial, a força do escravismo e do latifúndio, a particularidade da vertente ibérica em contraste com a anglo-saxã, e especialmente a portuguesa, também se apresentam no livro de Sérgio Buarque.

Por um lado, há maior rigor na exposição sistemática no ordenamento argumentativo. Sérgio Buarque, mais conciso e sintético, adota um estilo também ensaísta, embora estruturado, quanto à apresentação da sua tese e de seus argumentos. O que os qualifica, aponta especificidades, métodos e estilos que denotam sua criatividade aliada a um maior rigor acadêmico.

Enquanto que a favor de Freyre possivelmente pese a sua universalidade temática, a favor de Sérgio Buarque destaca-se o esforço da síntese, que deixa pontas menos desamarradas, do que a exaustiva temática abordada por Freyre, como o tema do bacharelismo, por exemplo. Ou a diferenciação intraibérica, entre a colonização espanhola e portuguesa. Temas não aprofundados pelo antropólogo.

Mas uma questão que atinge os dois autores, apontado por seus críticos posteriores, é o recorte essencialmente sincrônico e não diacrônico. Ou seja, os traços estruturantes do sentido e da formação social brasileira são predominantemente atemporais, aespaciais⁵. Ainda que a estrutura tenha um caráter permanente, por isso estrutura, não significa que não muda. A identificação de um *espírito de uma nação* ou país, como vetor resultante de um conjunto multivariado de forças concomitantes (associado ao pensamento de Freyre) ou de um *tipo ideal* no sentido weberiano (Sérgio Buarque) não tem permanência absoluta no tempo e no espaço, como se poderia supor, mas consistências permanentes, mutáveis em um longo prazo.

E se os traços de permanência se manifestam intensos, emerge o problema, abordado de forma precisa por Souza (2015), ao atribuir a essa matriz boa ou maior parte da elaboração das gerações posteriores de intelectuais brasileiros. Na verdade, não só isso, pois no seu estudo Souza aponta incorreções, na aplicação de Sérgio Buarque, da própria teoria weberiana ao contexto nacional, como enxergar um colonialismo cultural, em relação às ideias nórdicas, ao se estabelecerem

⁵ No caso de Gilberto Freyre, o problema é maior. Em certo trecho do seu livro descreve o poder exercido pelos senhores de engenho do Maranhão como mais rigor que os demais, e com uma fama de extrema crueldade, o que descarta de imediato como exceção a sua regra geral (FREYRE, op. cit. p. 359).

as teses sobre a singularidade nacional. Dessa forma, o pensamento social brasileiro encontra-se permanentemente em busca de um modelo exógeno, *a priori* mais desenvolvido e racional. Entretanto, a discussão mais adequada dessa questão, envolveria voltar ao ponto da prevalência do contexto do presente sobre as versões sobre o passado, reconstituído, conforme abordado por Schwarz (1977), sobre as ideias e o seu lugar, ou seja, o entendimento de um pensamento em sua época, e não o julgamento em um momento que lhe é posterior. Em uma frase: o olhar do início deste século, por exemplo, não pode ser aplicado automaticamente ao dos anos 30 do século anterior sem contextualizá-lo, ou, ao menos levar a relatividade do tempo em consideração⁶.

Para Sérgio Buarque, o traço que distingue o Brasil é o predomínio do tradicional, emotivo, irracional, sobre a modernidade racional.

No curto, porém o mais célebre, Capítulo 5 de *Raízes do Brasil*, o autor cita diretamente o sociólogo Max Weber na sua versão original de 1925 de *O Estado e sociedade*, embora tenha indiretamente feito a referência a outros textos, incluindo *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*, publicado anteriormente pelo pensador alemão em 1904.

O conceito de patriarcalismo e patrimonialismo é aí aplicado em oposição à urbanização (denotando aí a burocracia racional), como fundamentos da sociedade colonial e, em decorrência, da formação social do país. Segundo Sérgio Buarque:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, a compreensão entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizado estejam os dois tipos (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 175).

E logo em seguida o seu conceito de *homem cordial*, como contribuição brasileira à civilização. Como *ethos* da emoção, "extremamente rico e transbordante" (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 176). Armado dessa máscara, o indivíduo se sobrepõe ao social e ao mesmo tempo manifesta um desejo de "estabelecer intimidades" (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 177).

Embora o autor esclareça uma diferença entre o conceito de *homem cordial* e o bom homem em estado natural rousseauiano, o *homem cordial*, a despeito do uso de sua máscara social, e ao fato de que objetivamente não é um bom homem, a referência é inevitável. Até porque a influência recebida pelo filósofo alemão Kant pelo filósofo francês, é repassada em uma linha de sucessão teórica até encontrar o sociólogo Max Weber e outros pensadores posteriores⁷.

⁶ Não se trata aqui de uma crítica ao trabalho de Souza. Ao contrário. O autor atualiza a crítica ao pensamento do *establishment* intelectual nacional, com fundamentos teóricos consistentes e traça a linha histórica dessa espécie de tradição a partir dos anos 1930 até seus mais recentes representantes.

⁷ O conceito de vontade geral, expresso por Rousseau no seu *Contrato Social*, como o substrato comum das consciências individuais, influenciou diretamente o pensamento de Kant, especialmente no que diz respeito à sua concepção sobre a moralidade e os juízos universais, categóricos expressa principalmente na sua obra *Crítica da Razão Pura*, sem desconsiderar

A partir do estudo de Max Weber, Sérgio Buarque traz a oposição entre o processo de formação social através do racionalismo oposto ao tradicionalismo que marca a nossa herança colonial, sendo todo o período escravocrata marcado por esse legado ibérico, que nos dá o sentido histórico.

O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação, ou antes, uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (BUARQUE DE HOLANDA, op. cit., p. 71).

A oposição não se dá apenas com a tradição anglo-saxônica. No capítulo do livro dedicado à forma portuguesa e espanhola de construção das cidades, localidades de importância por serem “instrumentos de dominação” (novamente aí a reconhecida inspiração weberiana no trato das cidades), Sérgio Buarque afirma que as povoações de origem espanhola na América caracterizaram-se pelo seu traçado contínuo, pelo desenho geométrico, quadrilátero, medido.

O traço retilíneo, em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito, manifesta bem essa deliberação. E não é por acaso que ele impera decididamente em todas as cidades espanholas, as primeiras cidades ‘abstratas’ que edificaram europeus em nosso continente (BUARQUE DE HOLANDA, op. cit., p. 115).

Já a arquitetura das cidades edificadas pelos lusitanos é o contrário, exceção feita aos jesuítas⁸. Daí, segue-se o detalhamento do período colonial, marcado pelo agrarismo, a “lavoura de tipo predatório” pela aversão ao trabalho sistemático, a incapacidade da permanente relação associativa, inspirada pela confiança mútua, as relações predominantes de afeto e camaradagem, a corrosão do predomínio da esfera doméstica (já tematizada em Gilberto Freyre), a ordem do semeador contra a ordem racional do ladrilhador.

Ressalte-se que na comparação entre Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, o segundo, ao traçar um quadro mais completo de todo o sistema colonial no Brasil não restrito tão somente ao ciclo canavieiro, permite olhar a história do país em uma visão analítica prospectiva. Dessa forma, a emergência do capitalismo associado à libertação dos escravos, o processo de urbanização, permite visualizar uma trajetória futura alternativa, associada aos ideais democráticos.

É o que defende Sérgio Buarque, no capítulo final do livro, denominado “A nossa revolução”. Três fatores contribuiriam para isso: a repulsa por qualquer tipo de hierarquia, incluindo os modelos racionais, que se tornassem obstáculos à autonomia do indivíduo; a impossibilidade de resistir às influências modernizadoras, como a urbanização; a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor (rendendo-se à tese de Freyre). Se Gilberto Freyre busca no desenho

a sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. A proposição do *tipo ideal* weberiano, como a sua abordagem metodológica, relativista, pluralista, parcial e plural, denotam, por seu lado, o peso da formulação kantiana, evidenciadas nas suas duas *Críticas* primeiras (*Prática e da Razão Pura*), sobre o sociólogo alemão.

⁸ Cabe aqui, novamente, a crítica feita no referido estudo de Souza (2015), que atribui um erro no julgamento de Sérgio Buarque em relação à tradição ibérica, ressaltando que a história de Portugal desmente essa pré-condição irracional. O próprio conceito de patrimonialismo não se aplicaria à formação social portuguesa, o que contradiz não só a teoria de Sérgio Buarque como outros autores que adotam o conceito, como Raymundo Faoro em seu *Donos do Poder*, publicado em 1957.

da casa-grande o traço estrutural da sociedade brasileira, Sérgio Buarque mostra o desenho da cidade e do seu conteúdo ibérico, seu espírito patrimonial, não racional.

Dessa forma, o pensamento sociológico de Sérgio Buarque distingue-se do antropólogo pernambucano ao associar a teoria de forma mais consistente ao movimento e ação social, libertando, em parte, a teoria do peso, ainda forte, de fatores estruturais exclusivos, admitindo a percepção da história em dinâmica e com suas possibilidades. Essa totalidade móvel e sequencial será abordada de outra forma por outro pensador, e sua obra de impacto de 1942.

Caio Prado Junior e *Formação histórica do Brasil contemporâneo*

“Ideias são matéria que nunca falta: há-as sempre de todos os naipes e para todos os gostos. E se paramos nelas sem procurar diretamente os fatos que as inspiram, ficamos na impossibilidade de explicar por que, de um momento para outro, uma destas ideias, e não outra qualquer, ganha impulso, se alastra, vence e acaba se realizando. As ideias por si, não fazem nada; e para o historiador não devem servir senão de sinais, expressões ou sintomas aparentes de uma realidade que vai por baixo, nos fatos concretos que as provoca.”

Caio Prado Junior.

Dos três autores aqui retomados como pilares do pensamento social brasileiro na sua atualidade, Caio Prado Junior, em seu livro *Formação histórica do Brasil contemporâneo* pode ser considerado o mais sistemático do ponto de vista estrito do método e do estilo de sua análise social. Não se trata de um juízo de valor na comparação com os dois autores precedentes, nem de um julgamento de importância de suas obras e concepções.

Antes de tudo, a própria proposta do autor é de um levantamento bibliográfico e empírico que sustente a sua análise sobre o período colonial brasileiro, a partir de uma perspectiva de sentido e trajeto da formação nacional.

O que envolve o maior detalhamento do processo colonizador, trazendo a história do seu povoamento, da ocupação territorial e dos fatores econômicos e sociais a ela associadas. A própria formação do autor, multidisciplinar, que parte do Direito, passando pela Geografia e pela profissão catedrática em Sociologia (substituindo Sérgio Buarque de Holanda em sua cadeira na Universidade de São Paulo), são já reveladas em seu estudo.

Em *Casa Grande e Senzala*, além de várias imagens de tipos de engenhos canavieiros apresentados ao longo do livro, Gilberto Freyre encarta um plano de arquitetura em uma detalhada ilustração desenhada em 1933, por Cícero Dias. Entretanto apesar dos detalhes da casa do senhor de engenho e da paisagem que o cerca, a essência da ilustração encontra-se no detalhe doméstico da moradia senhorial e de sua família, onde pode ser visualizado o posicionamento das senzalas acopladas a sua estrutura (moradia dos escravos domésticos) e as senzalas mais distantes localizadas no espaço do trabalho e da produção. Ao mesmo tempo, a existência de uma igreja, construída junto à casa grande, evidência do poder exercido pelo catolicismo, nesse domínio ruralizado, sem a presença direta do Estado matriz. Consistente com a tese das relações sociais a partir do plano doméstico na teoria de Freyre.

Entretanto, o engenho propriamente dito e o seu circuito produtivo, embora tratados no livro de Freyre, não é destacado no desenho anexado, assim como não é retratado em parte alguma da obra de Sérgio Buarque.

Entretanto, é na experiência do latifúndio que pode ser estabelecida uma inicial diferença fundamental entre os dois autores.

Se o engenho fosse de alguma forma representado no livro de Caio Prado Junior, não seria a partir do seu núcleo residencial, e sim do seu centro de produção. Não a casa grande, mas o engenho⁹. Processo de produção, que se falta o desenho, o autor lhe faz uma digressão e detalhada descrição, em uma parte de seu livro, inclusive do ponto de vista das técnicas defasadas utilizadas na monocultura do açúcar¹⁰. E, indo além, coloca o processo produtivo dentro de um contexto não da particularidade das cidades derivadas do sistema colonial, mas da sua inserção em uma economia de escala e subordinação internacional.

Mas também nesse livro de Caio Prado duas ilustrações são agregadas. Dois mapas desenhados pelo próprio autor: um traz o roteiro de suas viagens pelo Estado de Minas Gerais (autoria de 1941); o outro retrata o Brasil no ano de 1800 (desenho de 1942)¹¹.

A partir desse recorte de imagens pode-se então afirmar que essa diferença alcança também Sérgio Buarque, embora esse autor, como visto, buscava uma síntese mais ampla, espacial e temporal, do que Freyre. Como bem observa Bernardo Ricúpero em posfácio redigido em 2011 para a terceira edição:

Até então as análises sobre o país ressaltavam suas características internas, como o patriarcalismo, destacado por Francisco Oliveira Vianna, Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda. Com *Formação do Brasil contemporâneo* passa-se a enfatizar a relação do Brasil com o resto do mundo. É verdade que, antes do livro de 1942, outros, como Roberto Simonsen e o próprio Caio Prado Junior, no citado *Evolução política do Brasil*, já haviam chamado atenção para o caráter mercantil da colônia. No entanto, é a categoria de ‘sentido da colonização’ que sintetiza a orientação da colônia, voltada para fora (PRADO JUNIOR, op. cit., p. 423).

No primeiro capítulo do livro, antes da sequência que traz seus desdobramentos, Caio Prado expõe o seu argumento central de forma sucinta e clara:

Se vamos na essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. E com o tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizam a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país (PRADO JUNIOR, op. cit., p. 29).

A partir dessa inversão, das relações intersubjetivas ou culturais, ou ainda da oposição entre a colonização subalterna e abstrata *versus* uma colonização racional, Caio Prado analisa de forma mais minuciosa, metódica e totalizadora os diversos períodos ou ciclos da colonização brasileira, guiado pelo fio condutor de um sistema subalterno em relação ao capitalismo comercial europeu.

⁹ A distinção entre a casa e o engenho é muito importante para os desdobramentos futuros, segundo as duas concepções. Pode-se de pronto se referir aos estudos mais recentes de autoria de Roberto da Matta: *Carnavais malandros e heróis* (1978) e *A casa e a rua* (1985). Nesses textos o antropólogo atualiza as teses de Freyre e Buarque de Holanda.

¹⁰ Especialmente na parte que trata da “grande lavoura” (pp. 135-163). Nessa seção, Caio Prado trata dos diversos tipos de monocultura no período colonial, enfatizando o atraso no processo produtivo, frente aos avanços tecnológicos na Europa, especialmente após a Revolução Industrial.

¹¹ Caio Prado, além de cartógrafo amador, fotografava os locais por onde passava, como instrumento de trabalho. Ou seja, da mesma forma que Freyre, incorporava as imagens ao seu pensamento analítico.

Trata-se fundamentalmente da relação entre a colônia e a matriz que a justifica e estrutura e não de uma análise predominantemente endógena, como propunha Freyre e Buarque de Holanda, ainda que fizessem o contraponto com os agentes externos da colonização. No caso de Caio Prado, a ênfase encontra-se na relação de domínio persistente.

Aqui cabe ressaltar o desdobramento para a sua obra, como um todo, de orientação assumidamente marxista, confrontada aos dois autores aqui comparados. Freyre, cada vez mais assume uma posição conservadora, alicerçada pela singularidade do período colonial primordial que “adocicou” ou mediou as relações opostas de poder entre o senhor e o escravo, muito devendo-se à miscigenação. Já Sérgio Buarque, viu na modernização capitalista e seu agente o novo trabalhador e um novo *ethos*, a forma que permitiria alcançar uma sociedade ao mesmo tempo mais igualitária e fundada nos valores democráticos, sem abandonar, portanto, a perspectiva weberiana, e a coerência com as proposições finais de *Raízes do Brasil*.

Na sequência de *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado esmiúça o sentido da colonização brasileira, inicialmente fazendo uma larga exposição da ocupação do território, a partir da costa litorânea, fruto da expectativa do ganho de exploração, o que fez com que os portugueses arranhassem todo o litoral do país, como caranguejos (expressão tomada de outro autor). O processo de interiorização e seu detalhamento geográfico é acompanhado pelos diversos ciclos e necessidades econômicas, além da adaptação ao meio físico. Assim, foi com a cana-de açúcar, o tabaco, a atividade pecuária, o algodão, a mineração e o café, citando as mais importantes.

Mais adiante, a descrição da vida material da colônia agrega em detalhes, inclusive do ponto de vista das tecnologias rudimentares, outros produtos secundários, inclusive os de subsistência como a mandioca, o milho, o feijão, o cacau, o arroz e o anil, e mais remotamente o trigo¹². Ressalta ainda o autor que a produção de hortaliças constituiu raridade, o que de certa forma contribuiu para a nossa rudimentar tradição alimentar.

Ressalte-se ainda que o padrão seguido no Brasil, pós-colonial, urbanizado e industrializado, não vai perder a sua forte conotação de economia agropecuária, inclusive a sua posição no mercado internacional como exportador. Embora, a pauta mais diversificada da produção e a hierarquia das *commodities*, com o destaque da soja e da pecuária.

Em relação ao índio, a relação com o colonizador português é mais complexa do que o que ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos e Canadá:

O índio foi o problema mais complexo que a colonização teve que enfrentar. Tornou-se tal – e é nisso que se distingue do caso norte-americano tão citado e paralelo com o nosso – pelo objetivo que se teve em vista: aproveitar o indígena na obra de colonização. Nos atuais Estados Unidos, como no Canadá, a situação é outra. Lá nunca se pensou em incorporar o índio, fosse a que título, na obra colonizadora do branco; as tentativas de aproveitamento do trabalho indígena não passaram aí de ensaios abandonados (PRADO JUNIOR, op. cit., p. 94).

Quanto à situação do negro, Caio Prado é bem preciso. O negro é uma peça fundamental que se encaixa dentro do modelo monocultor, e dentro do processo de trabalho nos diversos ciclos coloniais:

¹² Gilberto Freyre, que dá um grande destaque para a alimentação precária no período colonial, especialmente para a mandioca, equivalente ao pão (“o pão da terra”), que inexistia no Brasil até o século XIX. Já Caio Prado faz um inventário espacial e temporal para os produtos que vai listando no correr do livro.

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num mesmo sistema típico, a ‘grande exploração rural’, isto é, a reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos; é isso que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá a base principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social (PRADO JUNIOR, op. cit., p. 127).

Embora Caio Prado veja na miscigenação brasileira uma singularidade, comparada à americana, pois aqui o acasalamento era esperado, e a mistura racial tolerada, ao contrário do país nórdico: “uma gota de sangue branco faz do brasileiro um branco, ao contrário do americano, em que uma gota de sangue negro faz dele um negro” (PRADO JUNIOR, op. cit. p. 114)¹³. Daí o autor não se deter em um inventário das etnias, no entanto, reconhecendo a sua atipicidade. O plano da obra é o de mostrar, principalmente em relação ao negro a sua funcionalidade como um dos pilares do sistema colonial. Assim, esmiúça e detalha cada uma das atividades centrais dessa trajetória, passando pela grande lavoura, a economia de subsistência, a mineração, a pecuária o extrativismo, chegando ao comércio e às artes industriais, à infraestrutura dos transportes e comunicação.

Essas quatro últimas atividades, uma vez caracterizada a nossa formação pelo seu conteúdo submissão aos interesses da matriz colonizadora europeia, tiveram que esperar até o século XIX para iniciar o seu desenvolvimento tardio.

A vida social, administrativa e política, encontra-se em total sintonia com a estrutura social descrita pelo autor. A supremacia da corte no trato das questões de natureza fiscal, controle comercial e as políticas e jurídicas. Tudo dependia em última instância das decisões da Coroa, naquilo que julgasse importante e premente. Seguiu-se o poder da Igreja, que, segundo o autor, atuava como uma espécie de funcionalismo burocrático, submetido aos interesses da matriz, embora a sua autonomia, como destaca Caio Prado, tenha sido restrita no período das reformas promovidas pelo marquês de Pombal em Portugal, com impactos no Brasil.

Além disso, a Igreja tornou-se uma opção ocupacional para personagens que não se enquadravam totalmente na estrutura de produção da monocultura, sem que fossem marginais ou vadios, formando um campo ocupacional de clérigos e funções à Igreja associadas, desde a produção ao sustento da burocracia.

Finalmente o estamento que, em um universo quase que totalmente ruralizado, com os núcleos urbanizados constituindo exceção, a emergência de uma aristocracia agrária, formada pelos grandes proprietários, que eram a elite nativa e estabeleciam as relações de patronagem que marcaram a sua presença na história do país.

Essa sociedade, além de caracterizar-se pelo mando extremo exercido pela burocracia, por uma corrupção endêmica que a corta transversalmente:

De alto a baixo da escala administrativa, com raras exceções, é a mais grosseira imoralidade e corrupção, que domina desbragadamente. Poder-se-ia repetir aqui, sem nenhuma injustiça o conceito

¹³ Nesse ponto, antecipa, apesar de forma pontual, a tese desenvolvida por Oracy Nogueira, principalmente em seu estudo *Tanto preto, quanto branco: estudos de relações raciais no Brasil*, em especial a sua distinção entre o racismo relacionado à noção de preto de marca, no caso brasileiro, à de preto de origem, no caso norte-americano. São Paulo: T. A. Queiróz, 1983. Série I, v. 9. Biblioteca Básica de Ciências Sociais.

do *Soldado prático*¹⁴ ‘na Índia não há coisa sã: tudo está podre e afistulado, e muito perto da herpes’. Os mais honestos e dignos delegados da administração régia são aqueles que não embolsam sumariamente os bens públicos, ou não usam dos cargos para especulações privadas; porque com diligência e bom cumprimento dos deveres, nem se pode cogitar. Aliás o próprio sistema vigente de negociar os cargos públicos abria naturalmente portas largas à corrupção. Eles eram obtidos e vendidos como a mais vulgar mercadoria. Mas isto ainda é o de menos, porque estava nos métodos aceitos e reconhecidos (PRADO JUNIOR, op. cit. p. 356).

Cabe acrescentar que na sua *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado tenha deixado o legado que pensar a herança colonial de forma totalizante: temporal, em suas fases; espacial, na forma de ocupação do território; estrutural, pela relação de dependência entre a colônia e matriz; política, pela centralização e patronagem, abriu uma porta para análises que o procederam, entre as quais destaca-se a de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, escrito em 1958, publicado no ano seguinte, e que representa a teoria do desenvolvimento. Nesse livro, o autor pernambucano amplia o *zoom* fornecido por Caio Prado e desvenda com mais nitidez as relações entre uma economia subsidiária como a brasileira em relação aos países centrais do Hemisfério Norte.

Ao detalhar a formação e circulação do capital comercial e financeiro, e de sua lógica internacional, permite maior compreensão do porquê o Brasil permanece, assim como a maior parte da América Latina, fadado ao subdesenvolvimento, condição necessária para a reprodução do poder econômico e político que sustenta a lógica internacional.

Retomando o pensamento clássico contemporâneo, algumas lições para o presente

As teses dos três autores clássicos do pensamento social contemporâneo brasileiro servem para trazer alguns pontos presentes e atualizados pela literatura posterior. A primeira parte deste estudo, apresentada adiante, através de uma abordagem sintética, do ponto de vista dos indicadores utilizados, tem como referência esta reflexão de mais de 70 anos, de forma diversa, mas ainda pertinente pela tentativa de sistematização que a caracteriza. Portanto, presta-se aqui em alguns pontos que servirão para o marco de análise.

Quanto à participação política, a abordagem *patrimonialista*, a princípio trazida por Gilberto Freire e a seguir por Sérgio Buarque, em que pese as críticas assinaladas, espraia-se por inúmeros estudos que acentuam o caráter do atraso, na intensidade e direção da participação política e em decorrência eleitoral. O livro de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, de 1948, que será referido mais à frente, é um primeiro exemplo significativo; seguem-se autores como Raymundo Faoro, Francisco Weffort, Eli Diniz e outros, que reinventam e atualizam o significado do termo em suas análises. Assim, os conceitos de *populismo*, de *clientelismo rural e urbano*, por exemplo, podem ser referidos aos dois autores da década de 1930, como a ausência no Brasil de uma cultura cívica de ordem democrática, formal, nos termos ocidentais¹⁵. Essa *ausência* seria verificada mais claramente nos níveis de participação eleitoral propostos.

¹⁴ Obra de Diogo de Couto publicada em 1612, e que, para Caio Prado Junior, tem a mesma importância e serve de contraponto ao *Lusíadas* de Camões.

¹⁵ Como a reflexão de Robert Dahl (2015), que considera como democracia a combinação da inclusão social e do nível de contestação, é um dos exemplos clássicos de paradigmas que descrevem esse modelo, para um modelo político próximo do ideal.

Entretanto, a restrição e superação do conceito de *patrimonialismo*, é uma necessidade conceitual e teórica, para pensar a cultura política do país, pois no mínimo tornou-se insuficiente e até inadequado para a representação da estrutura social brasileira. O conceito reflete principalmente uma ideia de ausência, diante de um paradigma liberal-racional, e não um produto de forças materiais e simbólicas que derivam principalmente de uma estrutura social, baseada em forças sociais, desigualdade, processos de dominação e exclusão, que de forma nenhuma são singulares apenas ao caso brasileiro e aos países considerados subdesenvolvidos.

Outra questão, inicialmente não prevista no projeto e que decorreu dessa leitura, especialmente de Gilberto Freyre, é a análise de indicadores mais recentes que dizem respeito à temática religiosa e à distribuição da população segundo a sua cor autodeclarada, que, a despeito de sua importância, não serão tratadas neste estudo e marcam o seu limite. Quanto à religião, não deixará de ser ressaltada a forte emergência dos cultos evangélicos e o seu impacto na direção do voto. Quanto à etnia, espera-se alguma correspondência entre a sua composição e os fatores de desenvolvimento econômico ao longo da história. Os dois casos marcam a diversidade ou composição mais homogênea para as duas dimensões, correlacionadas à diversidade proveniente da esfera eleitoral. Infelizmente, os temas não serão aprofundados no estudo.

Já Caio Prado Junior fornece uma visão endógena do funcionamento do sistema colonial como um todo, que servirá para um enquadramento para os indicadores demográficos, sociais e econômicos aqui propostos. Em que pese a complementação sobre o funcionamento da economia internacional como um fator de determinação para esse sentido da formação histórica brasileira, além do papel da industrialização e da lógica do setor financeiro, a sua estrutura atual de país exportador de *commodities* agrícolas e pecuários permite atualizar o diagnóstico do autor paulista e buscar uma síntese que sirva para a associação com os indicadores eleitorais.

E, por fim, ainda de fundo de inspiração em Caio Prado, a descrição das diferenças espaciais e regionais, tão acentuadas no país. Para essa reflexão recorreremos ainda às reflexões do geógrafo Milton Santos, que posiciona o Brasil e sua urbanização tardia dentro do contexto da globalização, apontando suas desigualdades territoriais.

Os indicadores demográficos, econômicos, sociais e geográficos 1991 a 2010

As dimensões de análise

Foram quatro as dimensões utilizadas nesta análise inicial, a partir da introdução: a demográfica, a econômica, a social e a geográfica, reunindo 20 indicadores no total¹⁶. Esses indicadores serão descritos e posteriormente tomados em conjunto, a partir da técnica da Análise Fatorial, pretendendo-se alcançar uma síntese, tendo como consequência dois fatores que se tornaram mais explicativos e que serão correlacionados com os indicadores eleitorais¹⁷.

Os indicadores demográficos

O Brasil sofreu fortes mudanças na sua dinâmica demográfica nos últimos 50 anos, justificando as mudanças estruturais na sociedade brasileira, dentro das quais podem ser citadas:

- a) Crescimento populacional até a década de 1980, quando passa a ter um decréscimo em seu ritmo.
- b) Intensificação da urbanização e em sequência da metropolização, em função de mudanças substanciais na estrutura econômica; tendo em decorrência uma forte migração das áreas rurais para as cidades.
- c) Processos que redundam na modificação do perfil etário da população e do eleitorado (envelhecimento), a mudança do padrão epidemiológico (com o controle de determinadas doenças), a melhoria de condições básicas ligadas à qualidade de vida (a despeito do ritmo lento de sua melhoria e a persistência das desigualdades sociais). Aumenta também, significativamente, a esperança de vida da população.
- d) Queda da taxa de fecundidade, com a diminuição do tamanho médio da família nuclear e, além disso, o surgimento de novos arranjos familiares em decorrência da diminuição do número de filhos e de novos padrões de relacionamento de gênero.
- e) A redefinição do papel das mulheres, com sua maior qualificação e entrada na força de trabalho e na vida pública em geral, em contraposição às mais antigas gerações, voltadas

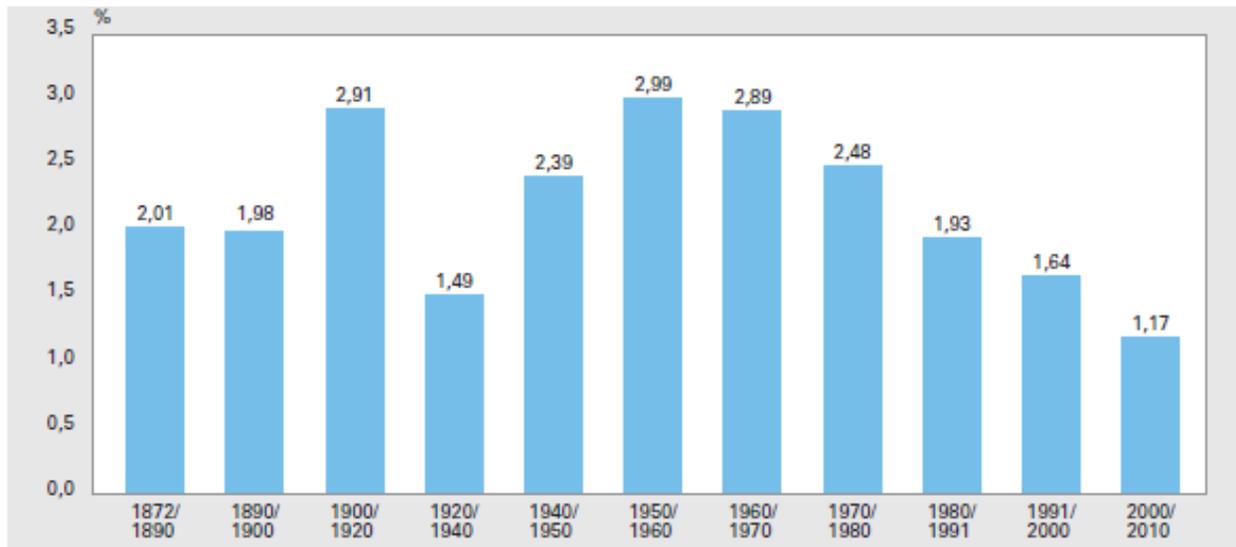
¹⁶ Neste estudo, como já referido, não serão tratados os indicadores de gestão e os relacionados à religião e etnia. Inicialmente foi considerado um número maior de indicadores, que foram eliminados na medida em que apresentaram uma alta correlação com um ou mais dos 20 indicadores selecionados e não agregavam valor teórico significativo à síntese aqui proposta.

¹⁷ A técnica da análise fatorial é um procedimento estatístico derivado da contribuição do inglês Karl Pearson e Charles Spearman, no início do século XX. Parte da matriz de indicadores utilizados na análise, verificando a associação entre eles. Ou seja, permite a redução de um conjunto amplo de variáveis em alguns fatores explicativos. Outra característica do método aqui adotado é o caráter hierárquico que se dá pela opção do método de componentes principais. Assim, extrai-se o primeiro fator mais significativo para a explicação da variação total, seguida pelo segundo e assim em diante (LATTIN, CARROL e GREEN, 2003; e BARBETTA, 2011). A análise fatorial foi utilizada inicialmente em estudos de comportamento psicológico e de inteligência, ganhando maior utilização, chegando à geografia eleitoral (TAYLOR e JOHNSTON, 1979). O conhecido estudo de Robert Putnam (1993) sobre a Itália e a sua cultura cívica, assim como o seu realinhamento ideológico naquele país e nas suas regiões, é um exemplo original do método utilizado nesse estudo.

mais exclusivamente para a vida privada, incluindo a sua participação no contingente de eleitores onde passa a ser maioria¹⁸.

Pode-se sintetizar a compreensão das mudanças demográficas a partir dos dois gráficos, apresentados a seguir, extraídos do estudo de Simões (2016).

Figura 2 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população – Brasil, 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872/2010 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000-2060.

Elaboração do gráfico pelo autor (Simões, 2016)

Segundo Simões:

Pode-se afirmar que, até a década de 1940, o padrão demográfico brasileiro era relativamente estável e secular. Desde o século XIX tanto os níveis de fecundidade como de mortalidade mantinham-se, com leves alterações, em patamares elevados, o que explica, em parte, as pequenas variações da taxa de crescimento durante essa fase. Entretanto, analisando a série histórica de Censos Demográficos brasileiros, que cobre um período de 138 anos, observa-se que o volume da população experimentou aumentos significativos em seu contingente, tendo crescido 19,2 vezes, de 1872 a 2010 (SIMÕES, op. cit., pp. 24-25).

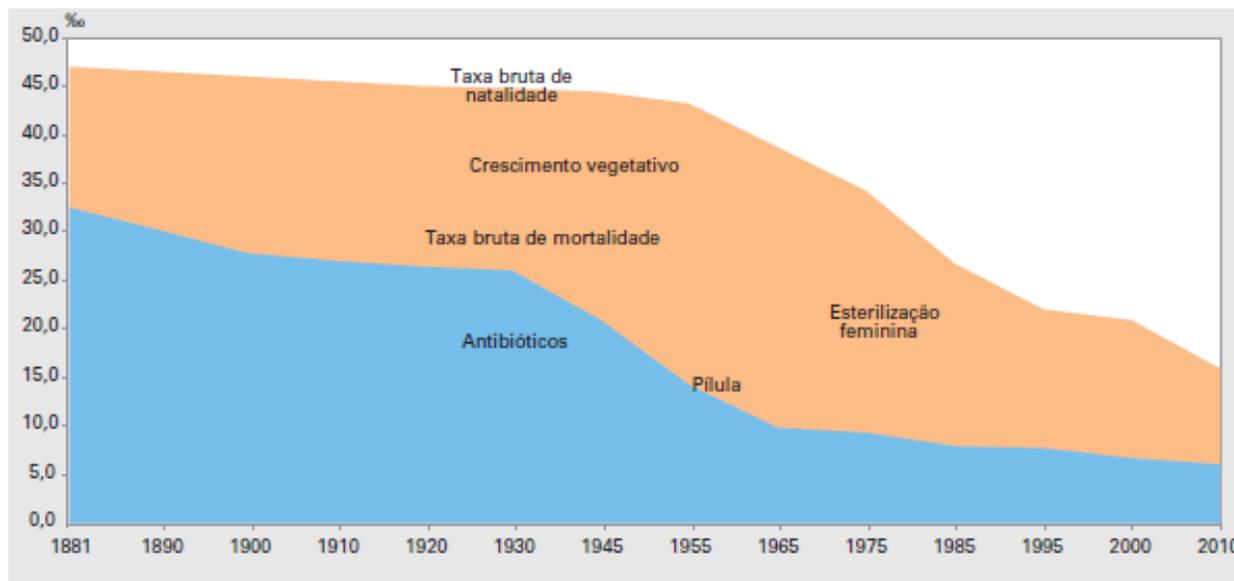
Como resultado, a população que somava cerca de 10 milhões em 1872, vai paulatinamente crescendo até atingir cerca de 191 milhões em 2010.

Ainda segundo o autor, o aumento populacional verificado entre 1900 e 1920 pode ser creditado ao movimento imigratório relacionado à conjuntura europeia, e também japonesa, e ao ciclo emergente do café no Brasil, adicionando um outro vetor modernizador da economia que também viveu o seu primeiro surto de industrialização, uma vez estagnado o tráfico de escravos.

¹⁸ Estudos recentes publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dão conta das mudanças históricas das componentes demográficas (fecundidade, mortalidade e migrações), e seus impactos na sociedade brasileira, que vão além dos aqui mencionados. Ver os estudos de Pinto de Oliveira, e Ribeiro de Oliveira (Orgs., 2011); Ervatti, Borges e Jardim (2015) e Simões (2016).

Mas o crescimento demográfico passa a acelerar o seu ritmo a partir da década de 1950 até 1980, quando a taxa de crescimento geométrico passa a ser inferior a 2%. Esse forte crescimento, e posterior declínio, encontra-se associado a fatores demográficos, além de mudanças sociais como as já destacadas, além de avanços no âmbito da medicina e na adoção de políticas públicas, ilustrados no gráfico seguinte, elaborado por Simões.

Figura 3 – Evolução das taxas brutas de natalidade e mortalidade – Brasil, 1881/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872/2010 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000-2060. Elaboração do gráfico pelo autor (Simões, 2016)

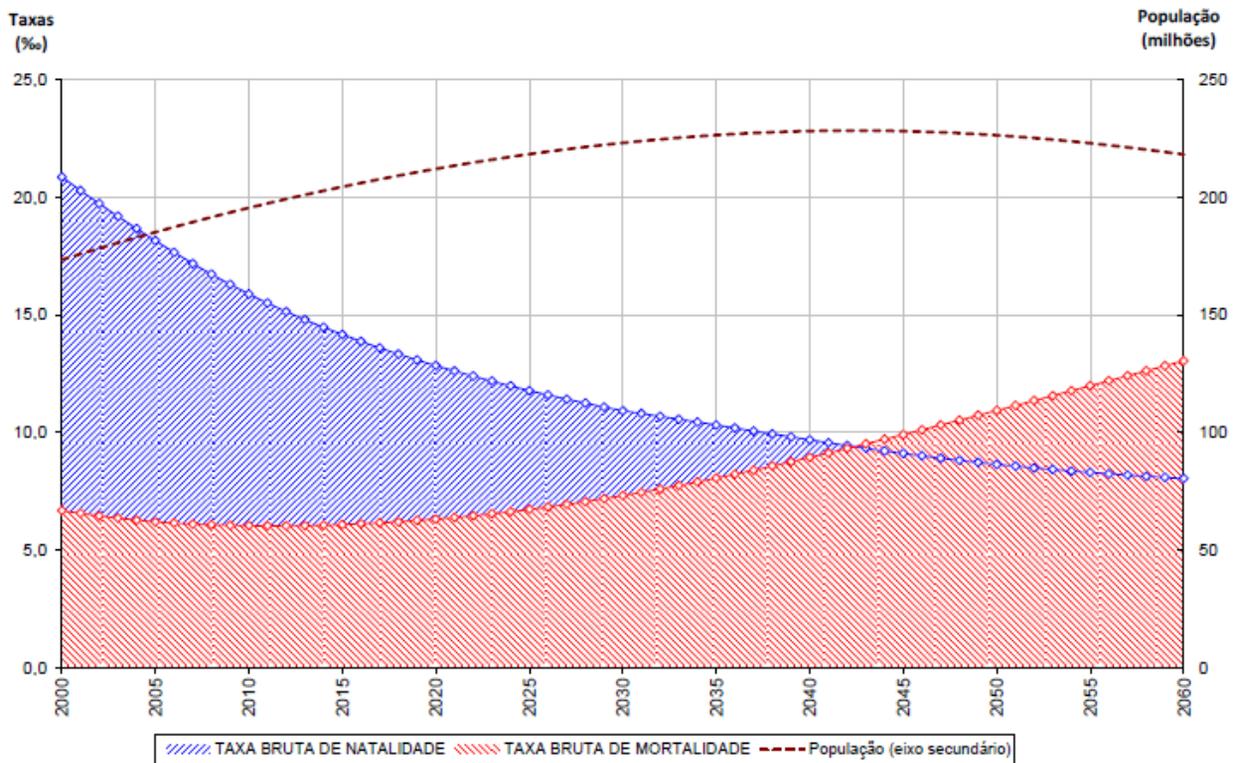
Outro fator importante abordado por Simões é o aumento da esperança de vida como um dos resultantes da dinâmica populacional, partindo de 33,7 anos de idade em 1890, até 73,9 anos em 2010 (SIMÕES, op. cit., pp. 50-51).

A Figura 4 abaixo, reproduzida de uma apresentação institucional da área de estudos demográficos do IBGE¹⁹, mostra a projeção da população, considerando os efeitos da natalidade e da mortalidade entre os anos de 2000 e 2060. Observe-se que entre 2040 e 2045, a taxa de mortalidade crescerá a níveis maiores do que a natalidade, provocando o decréscimo populacional, em função do envelhecimento. Esse momento, mantidas as condições atuais, provocará uma nova mudança no padrão demográfico do país²⁰.

¹⁹ O que por si só não justifica o argumento de reforma da previdência, por diversos motivos, entre eles a existência de um bônus demográfico, ou seja, uma população em idade ativa em relação à população dependente, considerando que a relação de dependência se dará pelo peso dos mais idosos, que poderão estar desassistidos pela previdência pública, inclusive considerando os diferenciais de esperança de vida, segundo as condições sociais.

²⁰ Ver Ribeiro de Oliveira, 2017, *A reforma deformada*. Capturado em janeiro de 2017: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000500301&lng=pt&tlng=pt

Figura 4 - Evolução da população, taxa de natalidade e taxa de mortalidade, Brasil 2000-2060



Elaboração do gráfico: IBGE/DPE/Copis, 2013

A Figura 5 abaixo, que é também originária da mesma apresentação citada do IBGE (2013), traz a pirâmides etárias, por sexo, entre 1991 e 2060, permitindo visualizar a inversão que está em curso no formato das pirâmides.

Figura 5 – Pirâmide etária absoluta. Brasil, 1991/2060 (continua)

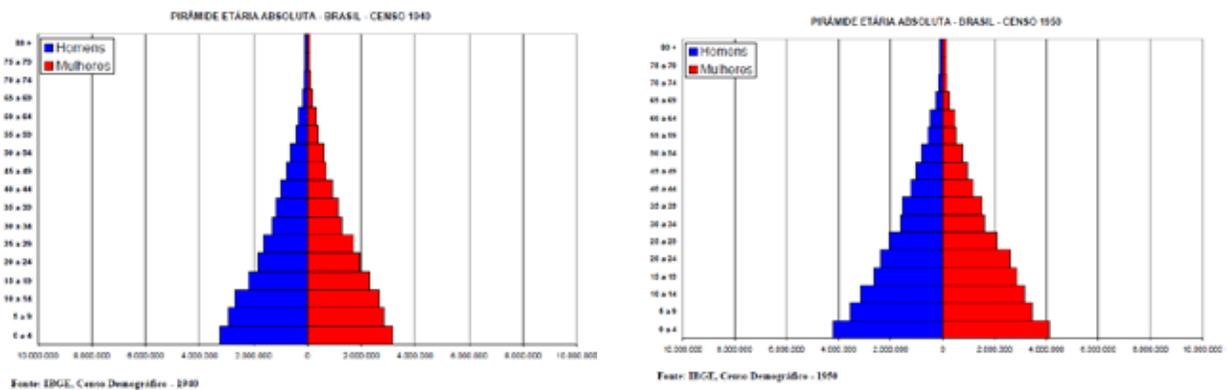


Figura 5 – Pirâmide etária absoluta. Brasil, 1991/2060 (continuação)

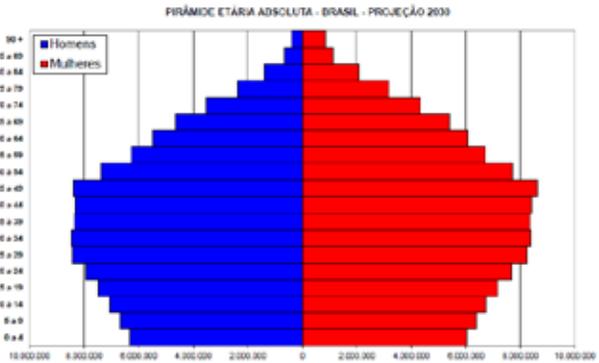
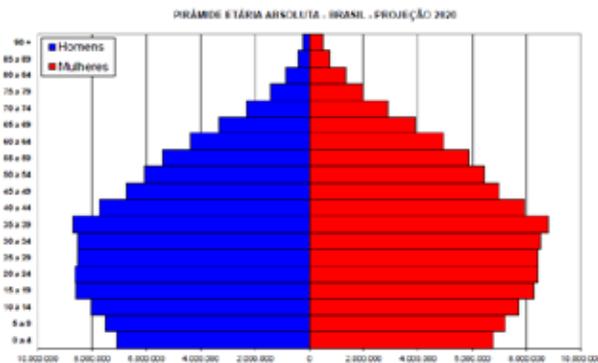
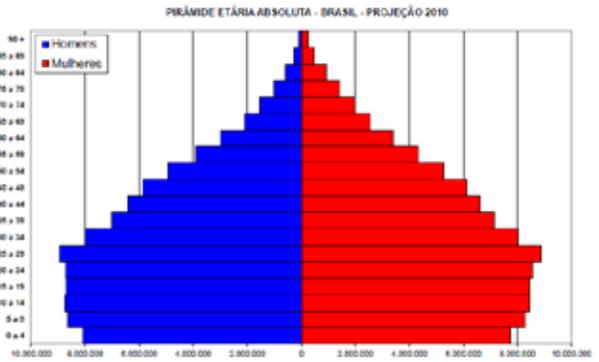
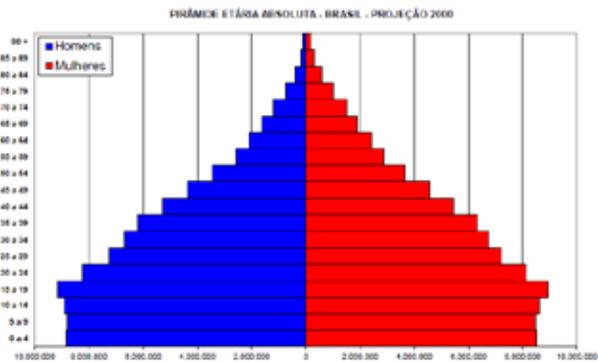
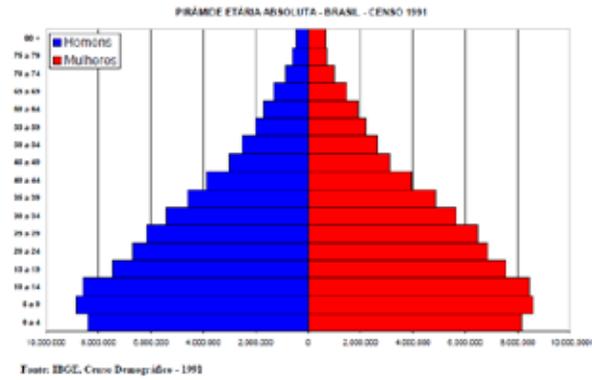
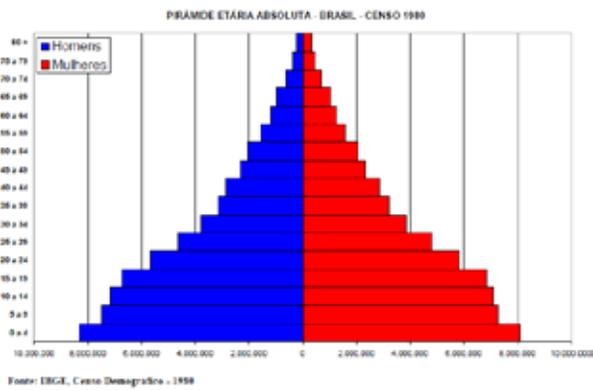
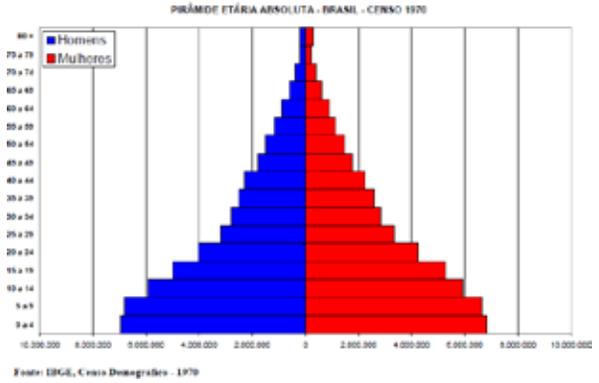
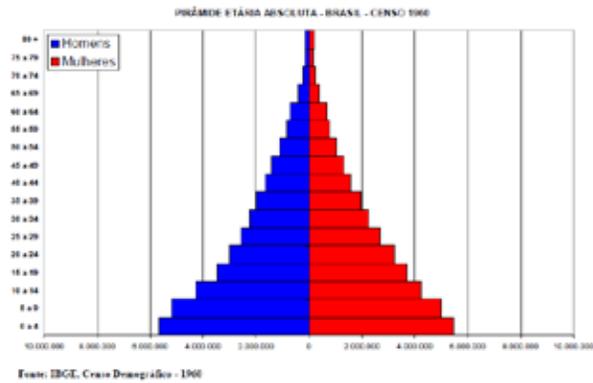
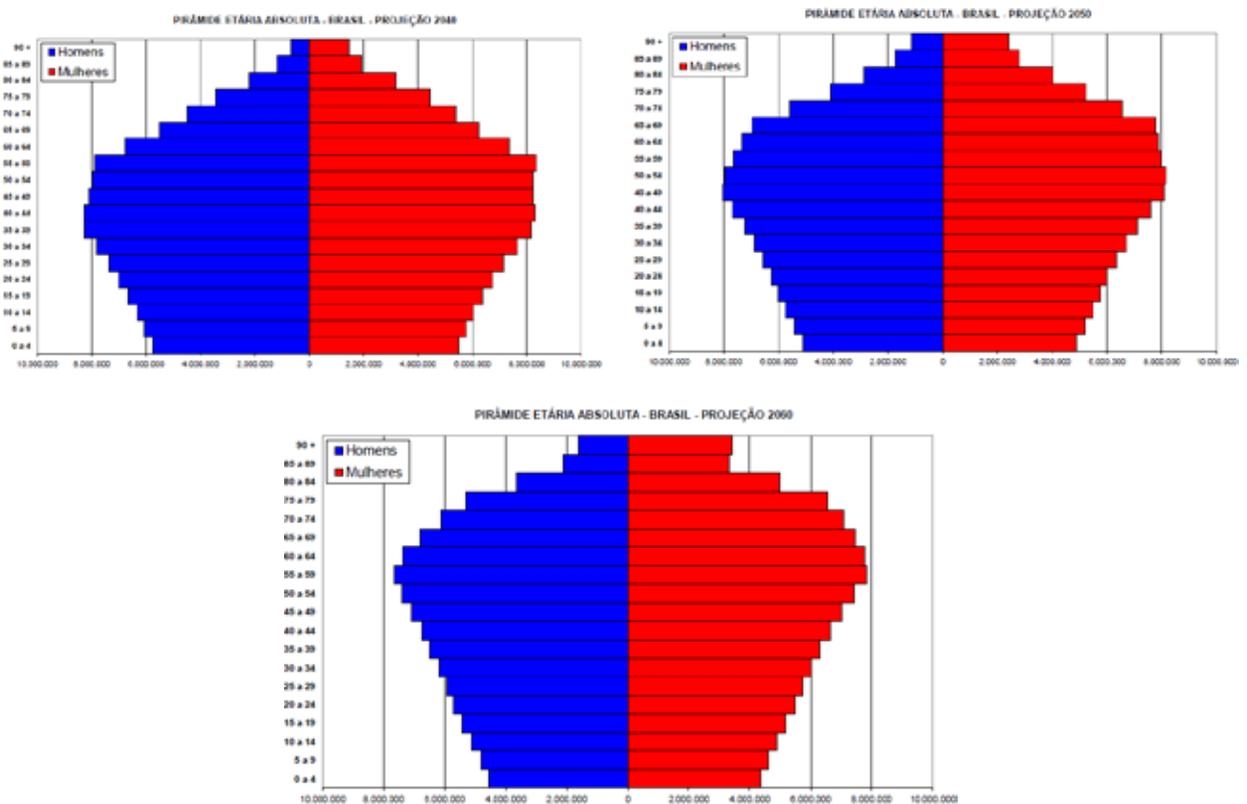


Figura 5 Pirâmide etária absoluta 1. Brasil 1991/2060 (final)



Elaboração do gráfico: IBGE/DPE/Copis, 2013

Considerando a descrição sumarizada anteriormente, chegou-se aos indicadores demográficos selecionados para o presente estudo e que se mostraram mais significativos para a análise a ser empreendida para os anos de 1991, 2000 e 2010²¹, tomando como referência a introdução acima, e são os que se seguem:

- Taxa de fecundidade total.
- Esperança de vida ao nascer.
- Mortalidade até cinco anos de idade.
- Razão de dependência entre população infantil e idosa (até 14 anos e com 65 anos e mais) sobre o restante da população em idade ativa.
- Taxa de envelhecimento, pela proporção da população de 60 anos ou mais de idade para a população até 14 anos completos.
- Taxa líquida de migração, ou saldo migratório entre emigrantes ou imigrantes entre 2000 e 1991, e entre 2010 e 2000²².

²¹ Cinco dos seis indicadores foram extraídos do Atlas de desenvolvimento humano, elaborado pelo IPEA, conjuntamente com o PNUD e a Fundação João Pinheiro (2013). O saldo migratório foi obtido junto ao pesquisador do IBGE Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira, a partir das informações censitárias, sendo-lhe, por isso, grato. Um detalhamento do tema encontra-se em Oliveira, Ervatti e O'Neil (2011).

²² Como assinalado, alguns indicadores foram omitidos da análise, em função da forte correlação com outros indicadores que se tornaram mais significativos, como o caso da taxa de mortalidade e do crescimento geométrico da população.

Os indicadores sociais²³

A apresentação dos indicadores traz um vínculo como o denominado movimento dos indicadores sociais que surge em meados de 1960. Mais exatamente a partir de um seminário organizado pela National Aeronautics and Space Administration (NASA) sobre o tema, que derivou no livro editado por Raymond Bauer denominado *Social Indicators*, em 1966. A proposta do livro e do seminário era sugerir no campo das Ciências Sociais uma revolução tal qual a de Copérnico, no campo da física; daí a aparente inusitada iniciativa da NASA. Era preciso deslocar o eixo econômico da análise para a questão social, de forma mais abrangente.

Tratava-se de dar uma conotação ao bem-estar social diferenciado da dimensão econômica, traduzida pela produção de riqueza e pela tradicional mensuração do PIB. Assim, a economia não estaria mais no centro das preocupações das ações de Estado, e sim um conjunto de políticas públicas e investimentos articulados em infraestrutura de curto, médio e longo prazos, envolvendo dimensões sociais as mais diversas, para dar conta de novas necessidades de desenvolvimento do futuro daquele país.

A sociedade do *welfare state*, ainda segundo a introdução de Bauer, não mais girava em torno de um eixo central, tal como se concebia na física aristotélica, fazendo o paralelo entre o globo terrestre e a economia, medida pelo PIB. Era necessário um novo paradigma físico social mais complexo, moderno, daí a necessidade de um sistema de indicadores sociais.

Cabe considerar dois outros aspectos importantes. Se o movimento dos indicadores sociais descolou uma de suas das costelas da referência do sistema de indicadores da economia, a outra referência foi a política pública de Estado. E novamente justifica-se o protagonismo da NASA pelo contexto da Guerra Fria com os russos, onde o modelo americano e seu estilo de vida tinha que se afirmar não só pelo volume de sua economia.

O *welfare state* era, a partir de então, considerado estratégico, e além de garantir uma estabilidade, um padrão interno no estilo de vida, daria a visibilidade para uma nação que queria se impor com seus valores ao mundo. Dessa forma, a métrica, através dos indicadores sociais seria mais ajustada a essa visão holística e estratégica dos valores americanos.

Nessa mesma década de 1960, entretanto, havia um forte óbice a ser enfrentado, exatamente na questão social, particularmente no que dizia respeito aos direitos civis dos negros, marginalizados desde a escravidão, mesmo considerando a sua libertação em 1863. Assim, priorizar a questão social e buscar sua medida através de indicadores específicos, respondia a um problema interno, com forte repercussão política, que naquele momento inverteu a posição no perfil da base de sustentação entre republicanos e democratas no país. Os democratas passaram, a partir daí, a ser o partido eleitoralmente mais forte nos segmentos mais pobres e entre os negros.

O desdobramento direto do seminário e do livro editado por Bauer foi o seminal *Toward a Social Report*, encomendado pelo U. S. Department of Health, Education and Welfare, produzido em 1969 e publicado em 1970. Considerado o primeiro relatório de indicadores sociais que irá influenciar a produção similar nos mais diferentes países do mundo nos anos seguintes, com um impacto direto no sistema estatístico internacional, sendo diretamente direcionado para o então presidente americano Lyndon Jonson.

²³ Uma boa parte dessa seção foi publicada no artigo “Passado, presente e futuro, da produção e análise dos indicadores sociais no IBGE, 2017 (ALKMIM, SANTOS e SIMÕES).

Além de um diagnóstico, o relatório publicava metas para 25 indicadores que pretendiam alcançar o limite de 10 anos, envolvendo os temas de saúde, mobilidade social, meio ambiente, pobreza e renda, ordem pública e segurança, conhecimento, ciência e arte, participação e alienação. Os relatórios de indicadores sociais se tornaram a partir daí um instrumento de indução, avaliação e monitoramento de políticas públicas.

A produção de relatórios pelos países foi cada vez mais se generalizando, e sendo formatada de acordo com a orientação das agências internacionais. Segundo Santagada:

A partir da década de 1970, apareceram e foram planejados, em vários países, uma série de compêndios de estatísticas sociais e de indicadores sociais: em 1970, *Social Trends*, na Inglaterra; em 1973, *Données Sociales*, na França; em 1974, *Social Indicators*, nos EUA, e *Gesellschaftliche Daten*, na Alemanha; em 1974, *Social Indicators of Japan* e *White Paper on National Life*, no Japão, dentre outros. A crescente integração econômica e política teve como consequência, segundo Schrader (2002), a elaboração de relatórios sociais supranacionais: a União Européia (trianualmente desde 1977), pela OCDE, pelo Banco Mundial (anualmente desde 1978) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, anualmente desde 1978).

Ainda segundo Santagada (2007), a mudança da orientação econômica mundial por parte dos países desenvolvidos rumo ao neoliberalismo, quebrando o modelo do *welfare state*, fez com que os relatórios sociais perdessem sua importância. A partir de 1990, com o início da publicação do *Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)* e a proposição e divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a produção estatística internacional e as correspondentes políticas públicas associadas ganharam nova referência.

Criado por Mahbud ul Haq e Amartia Sen, o IDH pretende ser um indicador que traduz aspectos fundamentais das capacidades humanas, como expressão de sua liberdade, como a renda, a instrução e a longevidade. A conjunção positiva desses três fatores permitiria, minimamente, uma condição digna e propícia para um habitante de qualquer país do planeta.

O cálculo do indicador pela suas partes e sua composição sintética é bem simples, facilitando aos países – mesmo aqueles com maior dificuldade em seus sistemas estatísticos – a sua obtenção, garantindo assim comparabilidade e a construção de séries temporais. Por outro lado, permite uma desagregação espacial bem detalhada, em muito facilitada pelo surgimento dos sistemas de geoprocessamento, e também uma desagregação para segmentos sociais específicos, como mulheres, grupos étnicos, idosos etc.

O IDH, a despeito das inúmeras críticas que recebeu, como indicador composto (não passível de uma interpretação mais acurada) e pelos seus pressupostos teóricos (como o descarte da desigualdade e valorização da educação como pressuposto para superação da condição de desfavorabilidade), tornou-se um poderoso instrumento para o critério do diagnóstico e monitoramento de políticas públicas das agências internacionais. Seus mentores receberam o Prêmio Nobel de Economia em 1993.

No Brasil, o primeiro relatório de indicadores sociais é produzido em 1979, a partir da formação do Grupo Projeto de Indicadores Sociais, em 1973, no IBGE. O segundo relatório foi publicado em 1994 pelo Departamento de Indicadores Sociais do IBGE: *Indicadores Sociais: uma análise da década de 1980*. A partir de 1999 a Coordenação de População e Indicadores Sociais do instituto publica regularmente volumes da *Síntese de Indicadores Sociais*.

Mas a referência ao IDH também perdeu força pelo seu pouco poder explicativo em um

mundo cuja complexidade exigia maior aproximação para os seus problemas, sendo no âmbito internacional definido um conjunto maior de indicadores. Inicialmente em 2001 surgem, pelo documento intitulado Road Map Towards the Implementation of the United Nations Millennium Declaration, os denominados Objetivos do Milênio (ODM), aprovados pela 56ª sessão da Assembleia das Nações Unidas²⁴. O documento representa um termo de acordo, ou parceria global:

(...) para buscar construir o desenvolvimento sustentável. Para os ODM foram estabelecidas metas a serem acompanhadas por um conjunto de indicadores propostos por especialistas do Secretariado das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (CARVALHO e BARCELOS, 2015, p. 7).

O tema ambiental, efetivamente, já vinha ganhando destaque desde o século passado, dando origem ao conceito de sustentabilidade, que traduz uma preocupação não apenas preservacionista, mas prevê formas mais rígidas de controle do sistema de vida predominantemente urbano e industrial sobre a natureza. E isso passa definitivamente a fazer parte da agenda dos indicadores sociais, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e posteriormente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) preocupados com a “pobreza, miséria, fome, mortalidade infantil, questões de saúde pública, além da crescente preocupação com a *sustentabilidade ambiental*” (CARVALHO e BARCELOS, 2015, p. 11-12).

Cabe ainda ressaltar nessa trajetória um estudo encomendado pelo então presidente da França, Nicolas Sarkozy, envolvendo especialistas, entre eles cinco Prêmios Nobel, para propor uma metodologia de monitoramento social de acordo com o mundo contemporâneo e que fugisse da determinação clássica do PIB, da mesma forma que o seminário da NASA, 40 anos depois do primeiro relatório de indicadores sociais chegar às mãos do presidente Lyndon Johnson²⁵.

Um ano após o início da crise mundial desencadeada em 2008 pela falência do banco norte-americano Lehman-Brothers, o relatório liderado pelos economistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean Paul Fitoussi foi considerado um marco para a reflexão sobre a produção de indicadores ao novamente afirmar que o PIB não era o indicador adequado para medir o bem-estar ou a qualidade de vida da população.

Nesse caso, a argumentação é amparada em uma perspectiva sociológica que tem como fundamento valorativo a liberdade individual, do ponto de vista do exercício pleno das potencialidades, considerando os pontos de vista objetivo e subjetivo. Um argumento que já é explicitado nos fundamentos do IDH.

A mensuração da qualidade de vida não está, segundo o documento encomendado por Sarkozy, delimitada na esfera da produção e sim pela renda e consumo. Mais exatamente a renda das famílias, não restrita ao mercado formal. O *proxi* da qualidade de vida do ponto de vista objetivo é o olhar sobre o consumo como satélites das contas nacionais e sua distribuição desigual.

Já o bem-estar é multidimensional, ou seja, deve-se considerar a posse de bens materiais e imateriais, acesso formal e informal à saúde, educação, atividades laborais e sociais, participação política e governança (entendida aqui como forma de controle político), relações sociais, redes, meio ambiente e situação de segurança, medo (do ponto de vista físico ou econômico).

²⁴ (CARVALHO e BARCELOS, 2015).

²⁵ Stiglitz, Joseph E.; Sen, Amartya; Fitoussi, Jean-Paul. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2009.

Também nesse estudo, a dimensão da sustentabilidade ambiental deve merecer um destaque na construção dos sistemas de informação, através de um monitoramento que capture as mudanças e impactos no clima do planeta.

Embora os contornos da discussão teórica dos indicadores sociais esteja ainda aberta ao debate, adotaremos aqui o IDH como referência básica, incorporando outros indicadores, também provenientes do Atlas de desenvolvimento humano, divulgado pelo IPEA (2013), para os três anos a que se refere a análise, a saber²⁶:

- a) Índice de desenvolvimento humano municipal, IDHM geral.
- b) Índice de desenvolvimento humano municipal, componente educação, IDHM educação.
- c) Índice de desenvolvimento humano municipal, componente renda, IDHM renda.
- d) Proporção de pobres, definidos como auferindo menos de um quarto do salário mínimo *per capita* por mês.
- e) Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

Dessa forma, no plano aqui proposto, a prioridade recai sobre a qualidade de vida, no seu mais estrito sentido, considerando o conceito de desenvolvimento humano, traduzido pelo IDH, e os níveis de desigualdade e pobreza, estes preponderantemente marcantes na formação social brasileira.

Os indicadores econômicos

A reformulação do PIB, realizada recentemente pela área econômica do IBGE, com a retroprojeção anual até 2002, permite uma compreensão da estrutura econômica atual do país, para a contextualização com as demais dimensões temáticas deste estudo, ao mesmo tempo em que permite uma regressão histórica que remete ao período colonial e pré-industrial, conforme apresentado inicialmente²⁷.

Segundo o IBGE, para o ano de 2016, o PIB em valores correntes alcançou 6,3 trilhões de reais. Pelo PIB pode-se mensurar o perfil da inserção do país no mercado internacional, como uma economia de segunda ordem, de acordo com as hipóteses levantadas por Caio Prado Junior e aprofundadas por Celso Furtado e pela escola cepalina²⁸.

Pela Figura 6 vemos a estrutura geral do PIB brasileiro, inicialmente através do valor adicionado bruto corrente, segundo as grandes atividades econômicas, podendo-se verificar o maior peso do setor terciário (71,2%), seguido da indústria (23,8%) e da agricultura (5%).

²⁶ O indicador de esperança de vida, um dos componentes do IDH, foi relacionado junto aos indicadores demográficos.

²⁷ Além de indicadores da base disponibilizada pela área econômica do IBGE através da Internet para a série histórica que se inicia em 2002, e que será detalhada adiante, utilizaram-se duas publicações para a apresentação da dimensão da estrutura de produção: o número 54 das *Contas Nacionais, Produto interno bruto dos municípios 2010-2014* (2016) e o volume 24 do *Sistema de Contas Nacionais*, ano de referência 2010, 3ª edição (2016).

²⁸ Não será feita aqui uma avaliação da evolução conjuntural mais recente do PIB, face ao momento de crise global, e seu recrudescimento interno, principalmente a partir de 2015. O que mais interessa aqui é a análise da economia brasileira em seus traços mais estruturais.

Figura 6 - Valor adicionado bruto corrente, segundo atividades econômicas agregadas, 2014.

Total		100,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura		5,0
Indústria		23,8
	Indústrias extrativas	3,7
	Indústrias de transformação	12,0
	Eletricidade e gás	1,1
	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,8
	Construção	6,2
Serviços		71,2
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	13,6
	Transporte, armazenagem e correio	4,6
	Alojamento e alimentação	2,5
	Informação e comunicação	3,4
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6,4
	Atividades imobiliárias	9,3
	Atividades científicas, profissionais e técnicas	3,9
	Atividades administrativas e serviços complementares	4,1
	Administração pública, defesa e seguridade social	9,5
	Educação	6,0
	Saúde humana e serviços sociais	4,7
	Artes, cultura, esporte e recreação	0,4
	Outras atividades de serviços	1,4
	Serviços domésticos	1,2

Fonte: IBGE, Contas nacionais, 2016

Já as atividades mais desagregadas permitem analisar ainda melhor os traços estruturais permanentes da nossa produção, e a sua evolução a partir do início do século passado com os primeiros surtos de industrialização, até o aprofundamento da mudança de perfil, ocorrido de 50 a 60 anos atrás, até o momento presente. De fato, a economia predominantemente rural e agrária, transforma-se em uma economia que sustenta um mercado de consumo de mais de 200 milhões de habitantes.

Isto fez com que os setores secundários e terciários se tornassem dominantes, em um cenário não mais quase que exclusivamente ruralizado, mas predominantemente urbanizado, e em um segundo momento metropolizado e, mais recentemente, intensamente globalizado.

Assim, atividades de ponta como a produção automobilística, de aviões, máquinas e equipamentos, telecomunicações, arquitetura, engenharia e P&D, convivem com outras mais tradicionais, mas que sustentam na maior parte a demanda interna. O que não significa, absolutamente, ou ao contrário que o capital empregado nessas atividades mais modernas ou tradicionais é o capital nacional.

Figura 7 - Valor adicionado bruto corrente, segundo as atividades, Brasil, 2014, em bilhões de reais

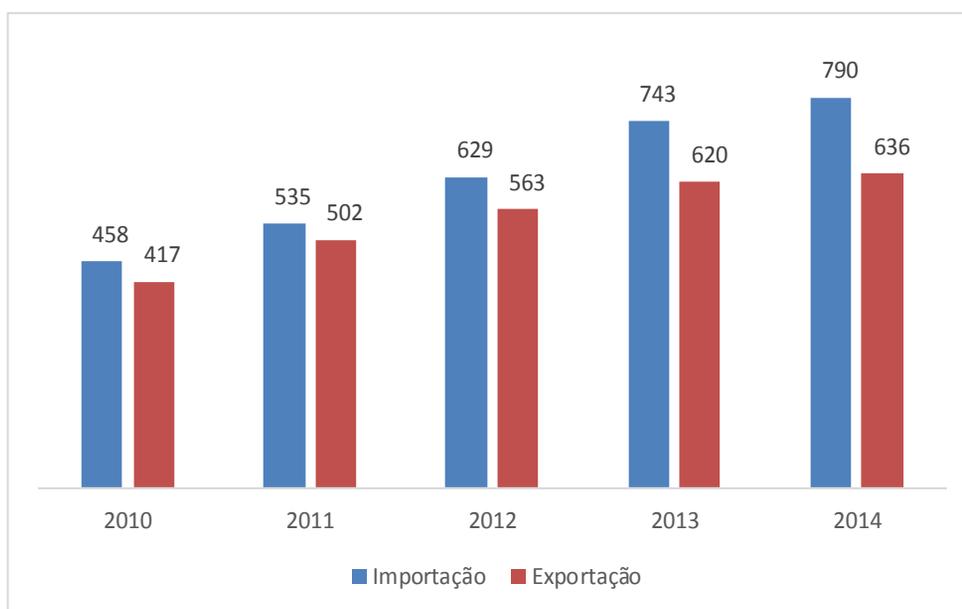
	Total	4.972.734
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	159	
Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	67	
Produção florestal; pesca e aquicultura	24	
Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	9	
Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	130	
Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	44	
Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	2	
Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	34	
Fabricação e refino de açúcar	7	
Outros produtos alimentares	47	
Fabricação de bebidas	21	
Fabricação de produtos do fumo	5	
Fabricação de produtos têxteis	15	
Confeção de artefatos do vestuário e acessórios	26	
Fabricação de calçados e de artefatos de couro	14	
Fabricação de produtos da madeira	11	
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	19	
Impressão e reprodução de gravações	9	
Refino de petróleo e coquearias	17	
Fabricação de biocombustíveis	7	
Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	19	
Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	15	
Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	8	
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	25	
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	28	
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	31	
Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	30	
Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	10	
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	35	
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	16	
Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	18	
Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	42	
Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	27	
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	23	
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	12	
Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	33	
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	24	
Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	56	
Água, esgoto e gestão de resíduos	38	
Construção	307	
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	90	
Comércio por atacado e a varejo, exceto veículos automotores	587	
Transporte terrestre	148	
Transporte aquaviário	7	
Transporte aéreo	9	
Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	63	
Alojamento	14	
Alimentação	110	
Edição e edição integrada à impressão	9	
Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	19	
Telecomunicações	63	
Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	77	
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	319	
Atividades imobiliárias	464	
Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	119	
Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	46	
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	31	
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	31	
Outras atividades administrativas e serviços complementares	143	
Atividades de vigilância, segurança e investigação	31	
Administração pública, defesa e seguridade social	475	
Educação pública	232	
Educação privada	69	
Saúde pública	110	
Saúde privada	122	
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	20	
Organizações associativas e outros serviços pessoais	72	
Serviços domésticos	58	

Fonte: IBGE. Contas nacionais, 2016.

Embora, novas considerações venham a ser feitas sobre a conformação do PIB do ponto de vista do seu destino interno, o exame da balança comercial brasileira irá iluminar a questão da inserção social do país no mercado internacional, avaliando mais detidamente a sua economia de segunda ordem.

As informações a seguir (Figura 8) correspondem aos anos de 2010 a 2014, os valores de importação e exportação divulgados pelo IBGE²⁹. Considerando o PIB a preços correntes, em 2014, de 5,8 trilhões de reais, os percentuais para os valores de importação representaram 13,7% e as exportações 11,0%.

Figura 8 - Economia nacional, contas de bens e serviços, 2010-2014, importações e exportações (em bilhões de reais)



Fonte: IBGE, Contas nacionais, 2016

O valor das importações supera o das exportações, no período entre 2010 e 2014, embora essa relação vá se inverter nos anos posteriores, apresentando a economia brasileira um superávit na sua balança comercial, chegando a 185,2 bilhões de dólares em 2016, de valores de exportação, contra 137,6 bilhões de dólares das importações³⁰.

A exportação de produtos agrícolas, pecuários, mineração, extração e produtos industrializados derivados do setor primário marcam o perfil da economia produtiva do país, voltada para o mercado externo. Produtos industriais de ponta – como aviões, automóveis e motores, assim como seus derivados –, formam os setores mais expressivos desse ramo.

Apesar da formação de um grande mercado interno que demanda o consumo de produtos industrializados, em boa parte dominado por empresas transnacionais, o traço colonial da nossa economia continua presente e reforçado, principalmente nesse momento atual, quando as exportações se sobrepõem às importações. Inclusive aqueles que foram determinantes nos

²⁹ IBGE (op. cit., 2016).

³⁰ Consulta realizada em junho de 2017: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=2205>.

seus diferentes ciclos, como o de açúcar e derivados, algodão, tabaco, mineração e café, ao qual se juntou a soja e a pecuária de diversos cortes. Dentre os principais países para os quais esses produtos se destinaram em 2016 encontram-se a China, os Estados Unidos, Argentina, Holanda, Alemanha e Japão, entre outros³¹.

Por outro lado, embora o mercado interno absorva boa parte da produção primária e secundária, as importações se dão principalmente pelas mercadorias manufaturadas e insumos, que atendem às necessidades gerais da economia brasileira em todos os seus setores. Nada menos que 85% das compras internacionais são derivadas desse setor que, inclusive, em alguns casos como o da indústria automobilística, competem com o setor correspondente no país. Os países que mais venderam produtos para o Brasil em 2016 foram a China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Coreia do Sul. As Figuras 9 e 10 detalham o padrão diverso das exportações e das importações.

Cabe registrar a nossa abissal diferença com a economia norte-americana, segunda maior economia exportadora mundial e império mundial. Em 2015, os Estados Unidos exportaram cerca de 1,4 trilhões de dólares e importaram 2,2 trilhões. O PIB daquele país alcançou 18 trilhões de dólares³².

As exportações principais dos Estados Unidos foram os petrolíferos refinados (US\$ 68,1 bilhões), aviões, helicópteros e outros aeroespaciais (US\$ 65,7 bilhões), automóveis (US\$ 57,3 bilhões), turbinas a gás (US\$ 38,8 bilhões) e medicamentos embalados (US\$ 38,6 bilhões).

Suas principais importações foram os automóveis (US\$ 169 bilhões), petróleo cru (US\$ 120 bilhões), unidades de disco digital (US\$ 91 bilhões), peças de veículos (US\$ 66,7 bilhões), e medicamentos embalados (US\$ 64,6 bilhões). Os principais destinos de suas mercadorias foram o Canadá (US\$ 219 bilhões), o México (US\$ 188 bilhões), a China (US\$ 128 bilhões), o Japão (US\$ 63,5 bilhões), e a Alemanha (US\$ 63,3 bilhões). As origens das importações de topo foram a China (US\$ 457 bilhões), o Canadá (US\$ 288 bilhões), o Japão (US\$ 128 bilhões), e a Alemanha (US\$ 122 bilhões)³³.

Essas informações permitem ilustrar a grande distância não apenas dos montantes, mas do perfil distinto entre as estruturas, entre um país matriz de primeira ordem e uma economia subsidiária, como o Brasil. O que mudou, pelo menos desde o século XVIII ou XX?

³¹ Secretaria de Comércio Exterior; *site* citado.

³² Secretaria de Comércio Exterior; *site* citado.

³³ Secretaria de Comércio Exterior; *site* citado.

Figura 9 - Exportações brasileiras. Produto por fator agregado (2016, janeiro-dezembro).

TOTAL GERAL	% N (\$ 185,2 bi)	Acumulado (%)	2016/2015 (%)
PRODUTOS BÁSICOS	42,7		-9,2
Soja mesmo triturada	10,4	10,4	-7,9
Minérios de ferro e seus concentrados	7,2	17,6	-5,6
Óleos brutos de petróleo	5,4	23,0	-14,5
Carne de frango congelada, fresca ou refrig.incl.miudos	3,2	26,3	-4,6
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	2,8	29,1	-10,8
Café cru em grão	2,6	31,7	-12,8
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	2,3	34,0	-6,8
Milho em grãos	2,0	36,0	-26,0
Fumo em folhas e desperdícios	1,1	37,1	-2,6
Minérios de cobre e seus concentrados	1,0	38,1	-2,8
Carne de suíno congelada, fresca ou refrigerada	0,7	38,9	15,5
Algodão em bruto	0,7	39,5	-5,8
Demais produtos básicos	0,4	40,0	-14,0
Carnes salgadas, incluídas as de frango	0,2	40,2	-9,3
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	55,0		2,6
PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	15,1		5,7
Açúcar de cana, em bruto	4,5	4,5	40,3
Celulose	3,0	7,5	-0,3
Produtos semimanufaturados de ferro ou aços	1,5	8,9	-10,5
Ferro-ligas	1,1	10,1	-7,0
Ouro em formas semimanufaturadas, para uso não monetário	1,1	11,2	31,6
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	1,1	12,3	-10,2
Demais produtos semimanufaturados	0,6	12,8	7,1
Óleo de soja em bruto	0,4	13,3	-24,1
PRODUTOS MANUFATURADOS	39,9		1,6
Automóveis de passageiros	2,5	2,5	38,8
Aviões	2,3	4,8	6,4
Demais produtos manufaturados	2,2	7,1	14,7
Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc	2,0	9,0	87,7
Óxidos e hidróxidos de alumínio	1,3	10,3	-9,9
Açúcar refinado	1,2	11,5	23,7
Veículos de carga	1,1	12,6	27,6
Polímeros de etileno, propileno e estireno	1,0	13,6	3,7
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	1,0	14,6	-19,2
Motores para veículos automóveis e suas partes	0,9	15,5	-17,0
Produtos laminados planos de ferro ou aços	0,9	16,3	-17,1
Maquinas e aparelhos p/terraplanagem, perfuração, etc.	0,7	17,1	4,3
Tubos flexíveis, de ferro ou aço	0,7	17,7	4,7
Motores, geradores e transformadores eletr. e suas partes	0,7	18,4	-16,4
Pneumáticos	0,6	19,0	3,5
Bombas, compressores, ventiladores, etc. e suas partes	0,6	19,6	-12,1
Suco de laranja não congelado	0,6	20,2	9,9
Calçados	0,5	20,7	3,9
Papel e cartão, para escrita, impressão ou fins gráficos	0,5	21,2	-12,0
Tratores	0,5	21,8	-0,8
Medicamentos para medicina humana e veterinária	0,5	22,3	-9,8
Chassis com motor e carroçarias p/ veículos automóveis	0,5	22,8	7,2
Etanol	0,5	23,2	1,8
Suco de laranja congelado	0,5	23,7	-5,3
E. CONSUMO DE BORDO	1,1		-29,2
REEXPORTAÇÃO	1,1		22,6

Fonte: Secretaria de comércio exterior do Ministério da indústria, comércio exterior e serviços, 2017

Figura 10 - Importações brasileiras. Produto por fator agregado (2016, janeiro-dezembro).

TOTAL GERAL	%	Acumulado	2016/2015 (%)
	N (\$ 137,6 bi)	(%)	
TOTAL GERAL	100,0		-19,8
PRODUTOS BÁSICOS	10,4		-28,2
Óleos brutos de petróleo	2,1	2,1	-60,7
Hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas	1,3	3,4	-14,0
Trigo em grãos	1,0	4,4	9,8
Demais produtos básicos	1,0	5,3	1,2
Gás natural	0,9	6,3	-50,2
Minérios de cobre e seus concentrados	0,5	6,8	-29,2
Milho em grãos	0,4	7,1	1013,9
Salmões-do-pacífico, etc.frescos,refrig.exc.filés,etc.	0,3	7,4	16,6
Alhos comuns, frescos ou refrigerados	0,2	7,7	86,6
Borracha natural, balata, guta-percha, guaiule, chicle, etc.	0,2	7,9	-5,7
Arroz em grãos, inclusive arroz quebrado	0,2	8,1	83,1
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	0,2	8,3	-4,8
Feijão preto, em grãos, secos	0,2	8,5	229,1
Filés de peixes congelados, exceto de merluza	0,2	8,6	-17,8
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	89,6		-18,7
PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	4,1		-17,7
Cloreto de potássio	1,4	1,4	-20,8
Catodos de cobre e seus elementos	0,6	2,0	-23,2
Borracha sintética e borracha artificial	0,3	2,4	3,3
Alumínio em bruto	0,3	2,7	-20,9
Demais produtos semimanufaturados	0,3	2,9	-37,7
Pastas químicas de madeira	0,2	3,1	-20,0
Azeite de oliva, virgem	0,2	3,3	7,7
PRODUTOS MANUFATURADOS	85,5		-18,7
Demais produtos manufaturados	6,3	6,3	-21,8
Medicamentos para medicina humana e veterinária	4,2	10,6	-0,7
Partes e peças para veículos automotivos e tratores	3,5	14,1	-9,5
Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas	2,1	16,2	-1,9
Óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc.)	2,1	18,3	-18,1
Automóveis de passageiros	2,1	20,4	-43,2
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	2,1	22,5	-5,9
Naftas	1,9	24,3	-8,6
Inseticidas, formicidas, herbicidas e prods.semelhantes	1,7	26,1	-22,9
Circuitos impressos e outs.p/aps.de telefonia	1,6	27,6	-20,4
Partes de motores e turbinas para aviação	1,6	29,2	4,4
Instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc	1,5	30,8	-14,3
Aduos ou fertiliz. cont.nitrogênio, fósforo e potássio	1,5	32,3	1,3
Motores, geradores e transformadores elétr.e suas partes	1,4	33,6	-18,7
Rolamentos e engrenagens, suas partes e peças	1,3	34,9	-10,9
Polímeros de etileno, propileno e estireno	1,1	36,0	-17,6
Veículos de carga	1,1	37,1	-27,7
Partes de aparelhos transmissores ou receptores	1,0	38,1	-37,9
Bombas, compressores, ventiladores, etc. e suas partes	1,0	39,2	-17,8
Compostos de funções nitrogenadas	1,0	40,1	-14,3
Partes e peças de aviões, helicópteros, outs.veic.aéreos	0,9	41,1	4,2
Instrumentos e aparelhos médicos	0,8	41,9	-16,4
Compostos organo-inorgânicos	0,8	42,7	-13,6
Máquinas automáticas p/process.de dados e suas unidades	0,8	43,4	-16,1
Fios de fibras têxteis, sintéticas ou artificiais	0,8	44,2	-2,8
Partes e acessórios de máqs.automát.p/process.de dados	0,7	44,9	-44,4
Aparelhos para interrupção e proteção de energia	0,7	45,6	-18,3
Torneiras, válvulas e dispositivos semel.h e suas partes	0,7	46,3	-14,7
Ácidos carboxílicos, seus anidridos, halogenetos, etc.	0,7	47,0	-14,9
Gasolina	0,7	47,6	-12,7
Chapas, folhas, tiras, películas e lâminas, de plástico	0,7	48,3	-11,1
Ureia mesmo em solução aquosa	0,7	48,9	2,4
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	0,6	49,6	-19,9
Partes de motores para veículos automotivos	0,6	50,2	-16,7
Motores para veículos automotivos e suas partes	0,6	50,8	-7,3
Gás natural liquefeito	0,6	51,4	-72,1
Centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar	0,6	51,9	-11,6
Produtos laminados planos de ferro ou aço	0,5	52,4	-51,7
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	0,5	52,9	-17,0
Pneumáticos	0,5	53,4	-28,7
Aparelhos transmissores ou receptores, outros	0,5	53,9	-24,9
Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc.	0,5	54,3	-46,0
Obras de plástico, outras	0,5	54,8	-12,6

Fonte: Secretaria de comércio exterior do Ministério da indústria, comércio exterior e serviços, 2017

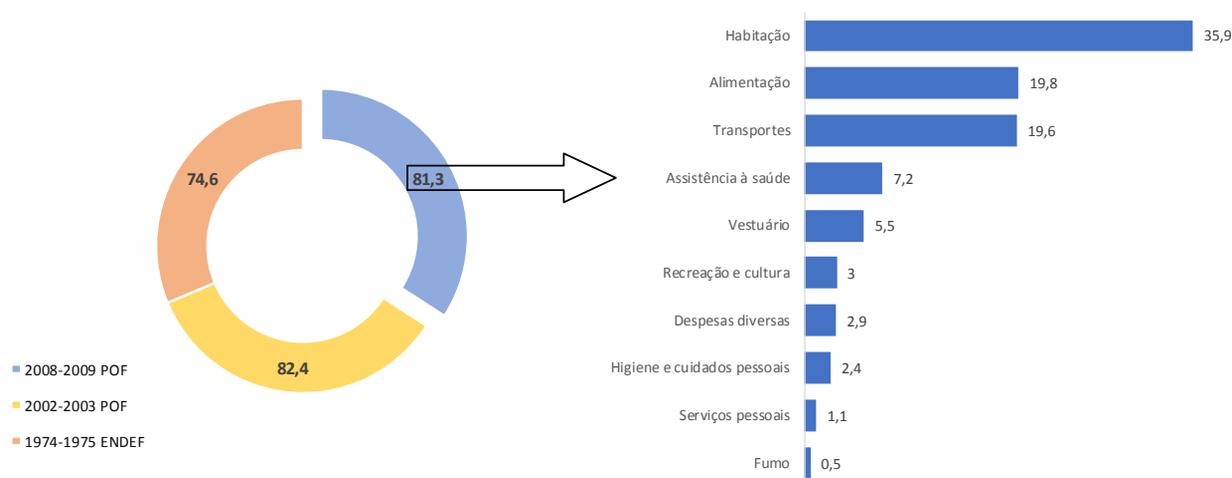
Outro aspecto relevante sobre a produção interna do país, sob a ótica das despesas, diz respeito ao consumo das famílias, que representavam 82,1% do PIB em valores correntes para o ano de 2014, o equivalente ao mercado de consumo interno³⁴.

Uma pesquisa importante levada a campo pelo IBGE, nos períodos de 2002-2003 e 2008-2009, a “Pesquisa de orçamentos familiares”³⁵, retratando o padrão de consumo dessas unidades.

De acordo com a pesquisa, a estimativa para a despesa (monetária e não monetária) média mensal familiar em 2008-2009 era de R\$ 2.626, 31 em valores correntes, para uma família de em média, cerca de quatro pessoas. Ressalte-se que esse valor médio varia significativamente ao consideramos 40% das famílias que auferiam os menores rendimentos, R\$ 296,35, e aquelas que representavam 10% dos maiores rendimentos: R\$ 2.844,56. Uma diferença de mais de 10 vezes. Sendo que do total das despesas, sua grande parte, 81,3% destinavam-se ao consumo familiar (POF, op. cit., p. 53).

A Figura 10 abaixo mostra a estrutura dos gastos de consumo das famílias brasileiras em 2008-2009, em 2002-2003 e 1974-1975, medido pela Enquete Nacional de Despesas Familiares (Endef)³⁶. Por essa figura vemos que as despesas de consumo monetário e não monetário das famílias, medido por valores médios mensais, obteve um aumento no período, entre 74,6% em 1974-1973 e 81,3% em 2008-2009. As informações seguintes na mesma figura mostram os componentes da despesa hierarquizados (POF, op. cit., p. 56-58).

Figura 11 - Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa. Brasil – períodos 1974-1975, 2002-2003 e 2008-2009, com detalhamento em 2008-2009.



Comparando a estrutura de gastos do Endef com a última Pof realizada (Figura 12), observam-se algumas mudanças no consumo das famílias brasileiras, ainda que mantenha uma

³⁴ Ressalte-se que o consumo das famílias, segundo o conceito das Contas Nacionais do IBGE, deve ser entendido não apenas como o consumo de mercadorias e serviços privados, mas aqueles que de alguma forma derivam do atendimento do Estado aos cidadãos, como educação e saúde, por exemplo. Outros bens coletivos mais difusos como o de segurança pública não são contabilizados.

³⁵ Em relação a essa pesquisa, foram aqui utilizadas informações da publicação *Pesquisa de orçamentos familiares, 2008-2009*, despesas, rendimentos e condições de vida (IBGE, 2010).

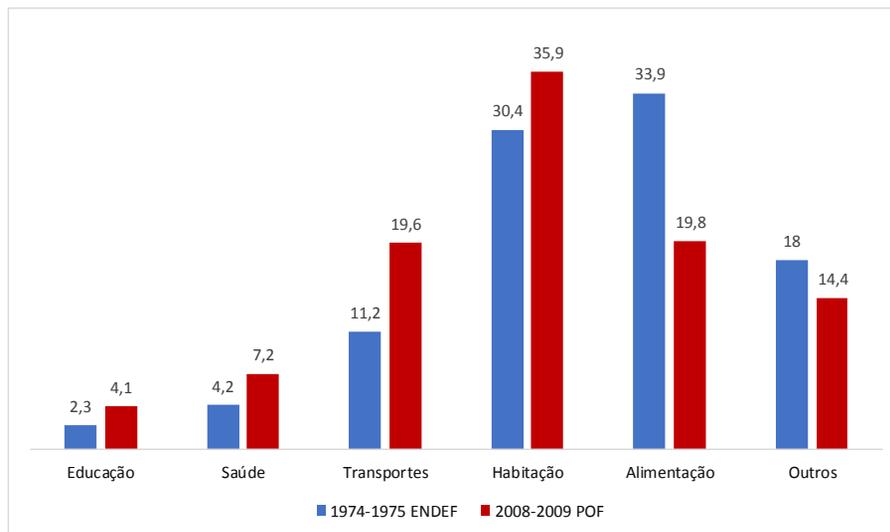
³⁶ A Endef foi uma pesquisa levada a campo pelo IBGE em 1974-1975, com características similares às da Pesquisa de Orçamentos Familiares (Pof), realizadas nos anos posteriores.

certa correspondência. A diferença mais significativa diz respeito ao item alimentação, com um peso maior na década de 1970. A forte retração de seu peso no orçamento familiar é compensada pelo aumento nos demais.

Dessa forma, pode-se chegar a duas conclusões: o mercado interno brasileiro, com o enorme crescimento de sua população e em consequência do consumo cada vez mais variado, foi acompanhado por um intenso processo de urbanização que alterou profundamente o padrão da produção, deslocando o eixo para o setor secundário e terciário da economia.

Entretanto, essa ampliação do mercado interno, traduzida pelo consumo das famílias, não foi além, no sentido de promover uma alteração do sentido de um país inserido de forma subalterna no mercado internacional, exportador de *commodities*, em sua maior parte desprovidas de valor agregado de produção,

Figura 12 - Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa. Brasil – períodos 1974-1975 e 2008-2009.



Fonte: IBGE, Pesquisa de orçamentos familiares e Estudo nacional de despesa familiar.

Outra questão, e não menos importante, é sobre o modelo de produção relacionado à estrutura do mercado de trabalho. Embora não seja o objetivo aqui, não pode deixar de ser afirmado que o mercado de trabalho do país seja a marca resultante do seu processo histórico, com a sua informalização, precariedade, baixas remunerações e desigualdades de todo o tipo: entre ocupações e atividades, entre o urbano e o rural, desigualdades de gênero, étnicas e raciais, regionais. Olhar o Brasil a partir do seu mercado de trabalho significa olhar o retrato mais fiel das desigualdades estruturais da sociedade nos seus mais distintos aspectos, novamente fruto de nosso processo de formação histórica e social.

Apenas uma figura permite mostrar um único aspecto, porém não menos eloquente, extraída da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, que cruza as informações com a distribuição dos 96,3 milhões ocupados, pelos setores de atividade, segundo os níveis de instrução (distribuição percentual).

Observa-se a maior proporção dos ocupados nas atividades de serviços e comércio,

agricultura, indústria, educação e construção civil. Ressalte-se o peso da ocupação no setor agrícola em detrimento da indústria. Por outro lado, considerando a qualificação, verifica-se que as atividades da saúde, educação, serviços sociais, assim como o serviço público retêm o pessoal com os maiores níveis de instrução, seguidas pelos demais serviços, comércio e reparação e pela indústria. Note-se ainda a precária qualificação dos trabalhadores do campo, em que pese a sua importância para o nível de ocupação e mesmo para a composição do PIB.

Figura 13 - População de 16 anos ou mais de idade segundo os setores de atividade e os níveis de instrução. Brasil, 2015.

Setores de atividade	População de 16 anos ou mais de idade				
	Total (em milhões) (1)	Distribuição percentual, por nível de instrução (%)			
		Sem instrução ou ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto	Ensino médio completo ou ensino superior incompleto	Ensino superior completo
	2015				
Agrícola	13,0	72,6	13,7	11,8	1,6
Indústria	11,9	25,7	18,7	44,4	10,9
Construção	8,5	49,4	22,2	23,9	4,3
Comércio e reparação	17,1	23,1	19,8	48,2	8,6
Alojamento e alimentação	4,6	31,9	23,5	39,2	5,2
Transporte, armazenagem e comunicação	5,3	27,0	20,3	44,0	8,5
Administração pública	5,0	11,5	8,8	45,8	33,8
Educação, saúde e serviços sociais	10,3	5,6	5,0	39,4	49,8
Demais serviços	18,5	26,5	16,0	38,7	18,6
Atividades mal definidas	0,1	50,9	22,6	19,4	6,3

Fonte: IBGE, Pesquisa nacional por amostra de domicílios,

Feita a sucinta digressão que atualiza o processo produtivo brasileiro, foram selecionados os seguintes indicadores:

- a) proporção do PIB na indústria;
- b) proporção do PIB na agricultura;
- c) proporção do PIB nos serviços e comércio;
- d) proporção do PIB da administração;
- e) proporção do PIB de impostos³⁷.

Os indicadores geográficos

“Mas, de um modo geral, os números dos demógrafos, como o dos cientistas políticos, não levam em conta o espaço – que é a amalgama indiscutível da ação humana e do meio preexistente – am-

³⁷ Não foram considerados o PIB total nem o PIB *per capita* na análise fatorial, em razão da autocorrelação com os demais indicadores adicionados ao modelo, embora sejam reconhecidas diferenças entre esses dois indicadores e mesmo o nível de rendimento nos municípios. Mas esse não é o objetivo principal ou secundário do estudo.

bos interagindo permanentemente. É uma pena e um equívoco cientificamente lamentável, porque somente o espaço permite apreender o futuro, através do presente e também do passado, pela incorporação de todas as dimensões do real concreto. Os processos espaciais são condicionantes duráveis das ações mediadoras.”

Milton Santos.

A interação do homem com o espaço físico nunca foi aleatória. Obedeceu a princípios mais rudimentares de sobrevivência individual, familiar, da comunidade e da espécie. A existência e sobrevivência do homem obedeceu a sua lógica original de contornar os obstáculos, articulada à possibilidade de êxito contra os mais imponderáveis óbices. Assim se deu a sua supremacia frente à natureza. Ainda que deva ser relativizado o termo supremacia.

Para a reflexão sobre o Brasil, será referido um dos maiores pensadores sobre o processo de formação do nosso território, Milton Santos, e o seu livro *A urbanização brasileira*. Serão avaliados também trabalhos mais recentes produzidos no âmbito do IBGE, que remetem à conurbação e aglomeração urbana no país, assim como os seus fluxos predominantes.

Milton Santos, em seu livro, aponta para uma urbanização tardia, que inverteu a relação rural e urbana (SANTOS, 1993, p. 29). Segundo informações do IBGE, em 1940 a taxa de urbanização no país era de 31,2%, passando a ser predominante na década de 1970 (55,9%), passando para 84,4% em 2010, 70 anos depois³⁸. Essa inversão trouxe uma nova dicotomia, expressiva do ponto de vista econômico e geográfico: a distinção entre uma economia urbana emergente, em sua diversificação, e o surgimento da economia agrária, que não se confunde com o mundo rural. Na verdade, agrário e rural predominaram na economia colonial, em detrimento do urbanismo, totalmente subalterno. A urbanização tardia do Brasil, segundo Milton Santos, carregou novas características para uma configuração espacial com uma infraestrutura mais robusta e dinâmica, especialmente com o desenvolvimento de transportes, comunicações e produção de energia; um grande crescimento da produção material, localizada em determinadas regiões em detrimento de outras, em boa parte condicionada pela mudança de perfil das formas de produção; e uma grande expansão das formas de produção não material, que passa pela oferta de serviços públicos, como saúde, educação, lazer, informação, e que também se expressa pelo aprimoramento do meio técnico e científico (SANTOS, op. cit., p. 38).

Ou, como melhor explicita o autor mais adiante, o processo de urbanização fez aumentar exponencialmente o trabalho intelectual, trazendo uma diversificação e complexidade (SANTOS, op. cit., p. 49). Além da industrialização acentuada, os setores de comércio, serviços e as atividades públicas trouxeram as cidades de forma irreversível para o plano central, em detrimento da herança colonial. Em muito concorre a urbanização das regiões Sudeste e Sul do país, ao mesmo tempo em que a região Nordeste assiste uma situação de estagnação, com os resquícios da vida rural, que antecede esse período mais recente.

Isto, ressalta o autor, não deixou de estabelecer uma “hierarquia de tamanhos e funções” (SANTOS, op. cit., p. 49). Nesse sentido, aponta Milton Santos que existem movimentos concorrentes que vão no sentido da metropolização e ao mesmo tempo da desmetropolização. Há uma “involução urbana”, ou uma ruralização da cidade, pela atração e permanência de grandes contingentes de pobres e miseráveis. Por outro, lado, fenômeno verificado já na década de 1980,

³⁸ Informações obtidas no site do IBGE, em junho de 2017, através do link com o endereço: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>

essa involução caracteriza-se também pelo crescimento de cidades urbanizadas, porém não metropolizadas, que atraem um expressivo segmento de classe média (SANTOS, op. cit., p. 55).

Outro aspecto ressaltado é a modernização agrária do Centro-Oeste brasileiro, que não escapa à análise de Milton Santos, provocada pela urbanização, mas igualmente por uma agricultura que rompe com as características do modelo de produção precedente. O que vai ficar mais claro nas duas décadas seguintes com o forte incremento do agronegócio voltado para a exportação.

Na passagem a seguir, Santos objetiva a sua análise entre as diferenças e combinações entre o urbano, agrícola e rural, permitindo uma classificação das cidades, a partir dessas dimensões.

A região urbana tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferencialmente se relaciona. *A região agrícola* tem sua unidade devida às inter-relações entre o mundo rural e o mundo urbano, representado este por cidades que abrigam diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. Isso, naturalmente, não exclui uma hierarquia de respostas no sistema urbano regional. Aliás, todas as cidades (e regiões urbanas) do sistema urbano nacional, são de uma forma ou de outra, interessadas pela atividade rural, às quais se ligam segundo diversos níveis de inter-relação e controle. Mas nas *regiões agrícolas* é o campo que sobretudo comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala), enquanto nas *regiões urbanas* são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel (SANTOS, op. cit., pp. 67-68).

Há que se acrescentar ainda o tamanho populacional das cidades, o fenômeno da metropolização para o desenho das hierarquias e funções ficar melhor delineado. Nesse sentido, utilizando a regressão histórica podem se destacar quatro momentos. O primeiro, descrito por Caio Prado Junior, refere-se à colônia, quando, segundo Santos, o país era um arquipélago sem ligações intensas entre suas maiores cidades. A relação predominante se dava entre a colônia e a matriz. Em um segundo momento forma-se um mercado interno, limitado praticamente às regiões Sudeste e Sul. A terceira e nova etapa seria a formação de um mercado interno nacional integrado. Finalmente, um quarto momento de desestruturação desse mercado, mais segmentado, hierarquizado e “(...) articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras que comandam o território, com o apoio do Estado. Não é demais lembrar que mercado e espaço, ou ainda melhor, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro” (SANTOS, op. cit., p. 89).

Milton Santos é reconhecido em boa parte pela análise precursora daquilo que se convencionou a denominar de globalização, em função de uma resultante de integração de mercado e cultura, que inicia o seu processo no século XVI, e com o advento de tecnologias da informação e da financeirização mundial, ganha um aporte de grande envergadura no século XX. Já atento a essas mudanças, escreve no seu texto publicado em 1993:

A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está presente em todos os lugares é o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas. Em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas (SANTOS, op. cit., pp. 91).

Dessa forma, dissolvem-se noções como centro e periferia. A metrópole é onipresente: está em toda parte, instantaneamente. A metrópole é transnacional, opera através de fluxos estruturadores do território. A metrópole da informação e da rede sobrepõe-se à indústria (SANTOS, op. cit., p. 92)³⁹.

Retomemos o exemplo, de modo figurativo. No passado, São Paulo sempre esteve presente no País todo: presente no Rio um dia depois, em Salvador três dias depois, em Belém, dez dias depois, em Manaus trinta dias depois... São Paulo hoje está presente em todos os pontos do território informatizado brasileiro, ao mesmo tempo e imediatamente, o que traz como consequência, entre outras coisas, uma espécie de segmentação do mercado enquanto território e uma verticalização do território enquanto mercado, uma vez que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual (SANTOS, op. cit., pp. 93).

Um dos últimos e relevantes pontos abordados por Santos, em *A urbanização brasileira*, refere-se ao papel decisivo do Estado, centralizador e desagregador da Federação, sendo sua ação determinada pela hierarquização do mercado e do território, com uma intensidade e direção de grande alcance e potência.

Por sua vez, surgem o que o autor denomina de *cidades corporativas*, ou seja aquelas com maior capacidade de articulação de seus agentes frente ao Estado, às grandes empresas, sendo *locus* avançados no que diz respeito aos serviços e tecnologia, em uma relação direta entre o seu tamanho e a sua função (SANTOS, op. cit., pp. 107-108). Corporações que embora localizadas, não exigem contiguidade espacial para o exercício da sua dominação, tanto do ponto de vista horizontal como vertical (SANTOS, op. cit., p. 115).

O pensamento de Milton Santos sobre a recente urbanização brasileira, aqui sumarizado, tem um impacto importante sobre a produção de análises sobre o território brasileiro e as suas dimensões econômicas, sociais e políticas. Muitas vezes percebe-se a presença do autor, a partir de determinados estudos e análises, embora não seja diretamente mencionado.

Entretanto, o seu entendimento do processo diversificado, integrado e ao mesmo tempo desagregador da ocupação do território, a hierarquização, segmentação, convivência paralela entre a modernização e a deterioração de modos distintos, o peso da população articulado às funções das diferentes cidades com os seus fluxos diferenciados, serão tomados neste estudo como uma dimensão de grande importância. E a partir daí destacam-se duas contribuições recentes da área geográfica do IBGE.

A primeira são os *Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil*, em sua segunda edição de 2006. Essa publicação apresenta uma metodologia e traz resultados que mensuram a malha urbana no país, em um projeto em curso no IBGE, desde 1969, que foi redefinido em quatro edições posteriores (1975, 2006, 2014 e 2016). Nas duas últimas edições, além dos critérios que obedecem aos limites administrativos dos municípios, o processo de urbanização, que já tinham sido definidos em parte pelo tamanho populacional, densidade, contiguidade, e pela predominância dos setores mais dinâmicos da economia, adotou-se o conceito de integração ou inter-relação entre os municípios. Esse conceito procura capturar nessa inter-relação, além da delimitação territorial da aglomeração, uma hierarquia funcional. Embora seja alertado que a análise não está diretamente

³⁹ Essa reflexão de Milton Santos é equivalente para a descrição dessa sociedade da informação, globalizada e em rede, detalhadamente analisada por Manuel Castells em *A sociedade em rede*, livro publicado três anos após o estudo de Milton Santos.

ligada ao conceito de fluxos e funções, como será visto adiante. Dessa forma, segundo o estudo, “os critérios utilizados na identificação dos arranjos populacionais empregam a noção de integração, medida pelos movimentos pendulares para trabalho ou estudo ou a contiguidade urbana, que assim sintetizam os vários processos envolvidos” (IBGE, op. cit., p. 4).

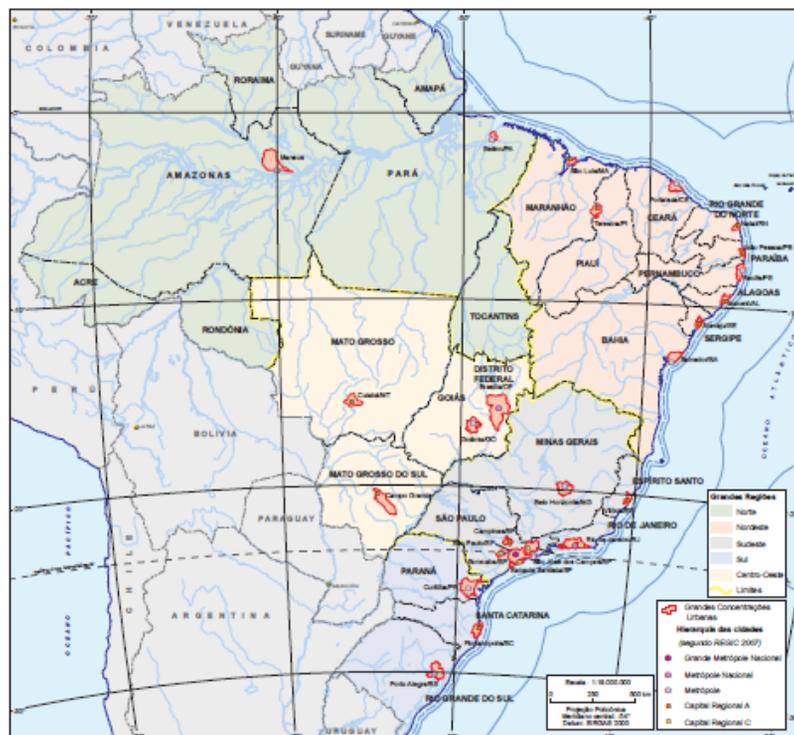
Para o interesse da presente análise será incorporada, principalmente, a delimitação do arranjo, assim para a superposição posterior com outros indicadores, como será visto adiante.

Foram identificados 294 arranjos ou aglomerações urbanas com um total de 953 municípios. A região Sudeste deteve a maior proporção de arranjos (116 arranjos, 39,5% do total), seguido pela região Sul (87, ou 29,6%), Nordeste (51, ou 17,3%), Centro-Oeste (24, ou 8,2%) e Norte (16, ou 5,4%). Apesar dessa distribuição, a região Nordeste abriga o segundo maior contingente populacional residente nos arranjos (20,6 milhões), após o Sudeste (58,2 milhões). Depois, seguem-se as regiões Sul (16,7 milhões), Centro-Oeste (7,2 milhões) e Norte (3,4 milhões), (IBGE, op. cit., p. 30). A posição do Centro-Oeste, com uma proporção maior que a nordestina, embora com mais reduzida população, deve-se provavelmente a sua urbanização mais tardia.

O mapa apresentado a seguir mostra o resultado para a delimitação das aglomerações urbanas resultante da metodologia adotada pelo IBGE. Note-se que a delimitação espacial relativamente restrita em relação ao território como um todo, denota a grande concentração da população (55,7% nessas aglomerações). Por outro lado, percebe-se visualmente o desequilíbrio entre a urbanização das regiões Sudeste e Sul em relação às demais.

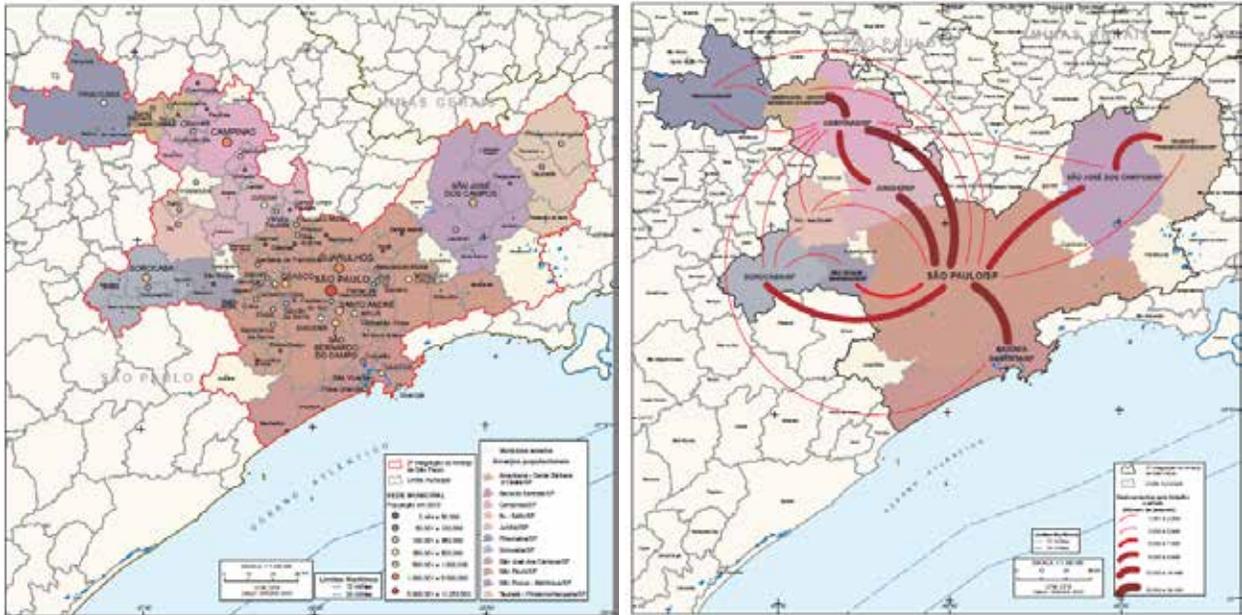
Já os dois mapas seguintes mostram o detalhamento da aglomeração urbana em torno da cidade de São Paulo, considerando a intensidade dos deslocamentos pendulares entre os municípios que a formam.

Figura 14 – Distribuição das grandes concentrações urbanas do Brasil, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Regiões de influências das cidades, 2017.

Figura 15 – Distribuição da população na segunda integração do arranjo populacional de São Paulo/ SP, e distribuição dos deslocamentos para trabalho e estudo acima de 1.000 pessoas, entre arranjos populacionais nesse nível de integração, 2010.



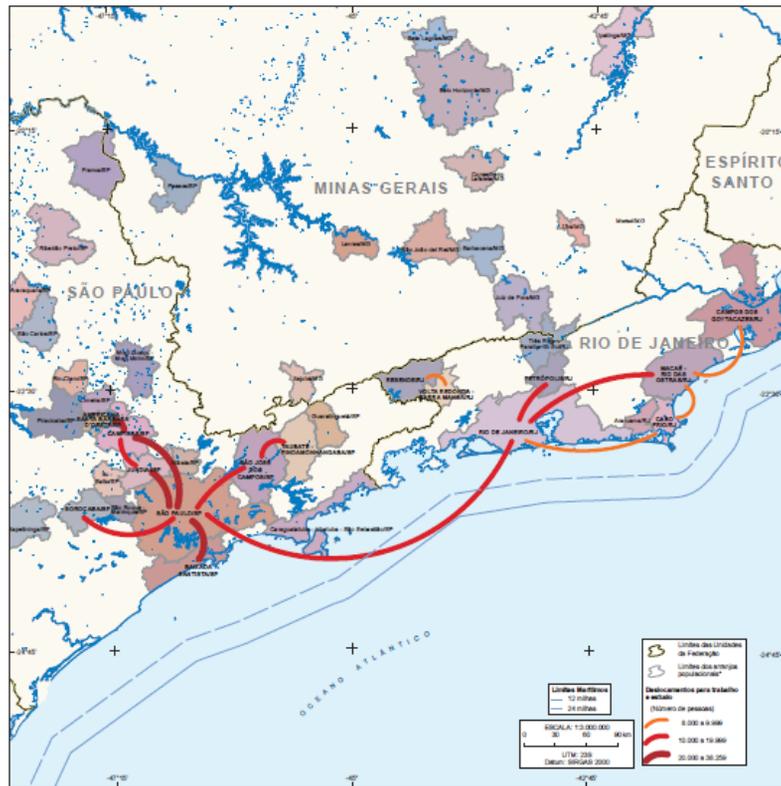
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Regiões de influências das cidades, 2017.

Finalmente o último mapa, traz a relação entre os dois principais aglomerados do país, estabelecendo os cenários de integração entre ele e os principais de cada um. A partir, portanto, da metodologia atualizada dos aglomerados urbanos permite-se estabelecer um critério sintético de corte para a sua delimitação em todo o país, incorporando um *proxi* de sua interação em decorrência do fluxo contínuo de pessoas pelos movimentos pendulares. Conforme já assinalado, interessa a este estudo sobretudo a delimitação territorial dessas aglomerações.

O segundo estudo do IBGE, que complementa a metodologia dos aglomerados urbanos, é o da hierarquização funcional dos municípios brasileiros, desenvolvido a partir das *Regiões de influências das cidades*, publicada em sua versão em 2007. Essa metodologia aprofunda a classificação hierárquica das cidades brasileiras, considerando o nível de centralidade das suas funções e dos fluxos estabelecidos. O conceito de rede é utilizado para além das interações dos movimentos pendulares. A própria arquitetura de rede define os seus nós, ou pontos centrais, e, a partir daí, vão se estabelecendo as conexões, de acordo com o seu ponto central.

Camagni e Salone (1993) propõem complementar a tradicional teoria de hierarquização dos centros da rede urbana com uma visão da rede de cidades definida por um sistema de relações horizontais, não-hierárquicas, de complementaridade e cooperação. Assim, uma vez estabelecido o desenho da rede, a exploração dos padrões de relacionamento avalia em que medida, e onde, as relações entre os centros mantêm o padrão hierárquico característico das estruturas de localidades centrais ou em que medida, e onde, tendem a fortalecer as ligações horizontais entre centros de mesmo nível (VELTZ, 1996, p. 60). (IBGE, 2007, op. cit., p. 9.)

Figura 16 – Cenários a serem acompanhados no relacionamento entre arranjos populacionais dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Regiões de influências das cidades, 2017.

De acordo com o estudo, a hierarquização caracteriza-se pelo porte dos municípios, as relações estabelecidas entre si, assim como a influência exercida ou recebida. Assim, chega-se à seguinte classificação para os municípios brasileiros:

Metrópoles – são os 12 principais centros urbanos do País, que caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. Têm três subníveis: grande metrópole nacional, São Paulo; metrópole nacional, Rio de Janeiro e Brasília; e outro conjunto de metrópoles: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre (IBGE, 2007, p. 11).

Observe-se o caso totalmente atípico das cidades de São Paulo, principal do ponto de vista econômico, Distrito Federal, por ser a capital administrativa do país e o, Rio de Janeiro, pela importância nas duas dimensões.

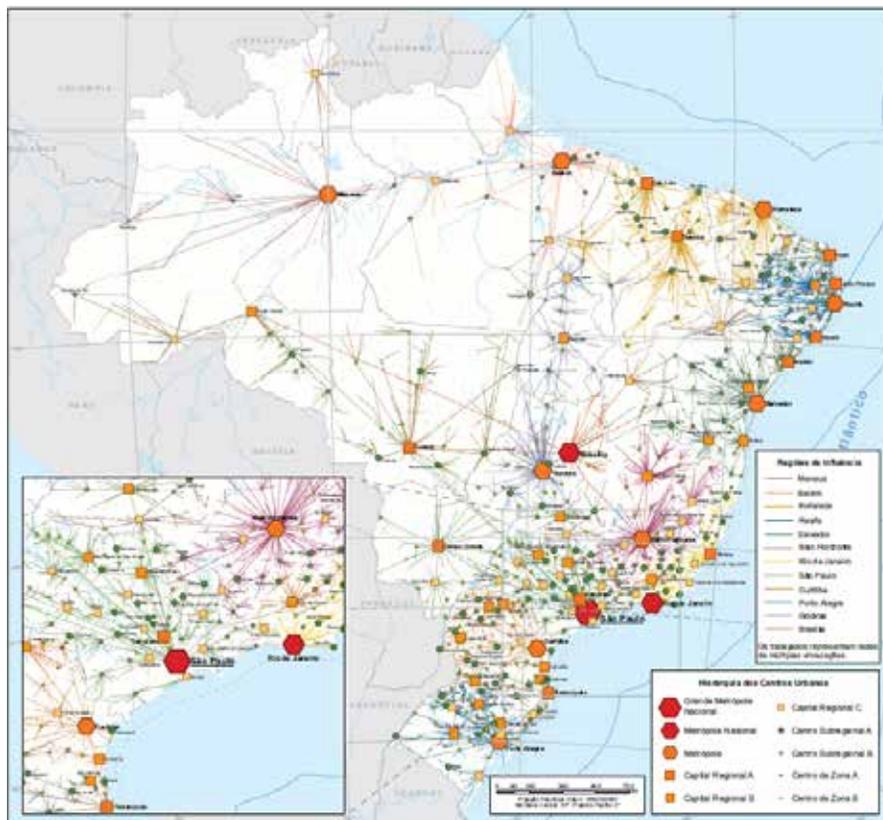
Capital regional – integram esse nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Como o anterior, esse nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado (IBGE, 2007, p. 11).

Centro sub-regional – integram esse nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos a sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. São igualmente subdivididas em três níveis (IBGE, 2007, p. 11).

Centro de zona – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita a sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em: Centro de zona A e B (IBGE, 2007, p. 11).

A figura abaixo mostra os resultados obtidos pela aplicação da classificação. Por um lado, reitera-se o padrão recorrente das divisões regionais no país. As resultantes dos fluxos, no entanto, agregam valor, com a representação dos fluxos.

Figura 17 – Rede urbana, Brasil – 2007



Fonte: IBGE. Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia. Região de influência das cidades.

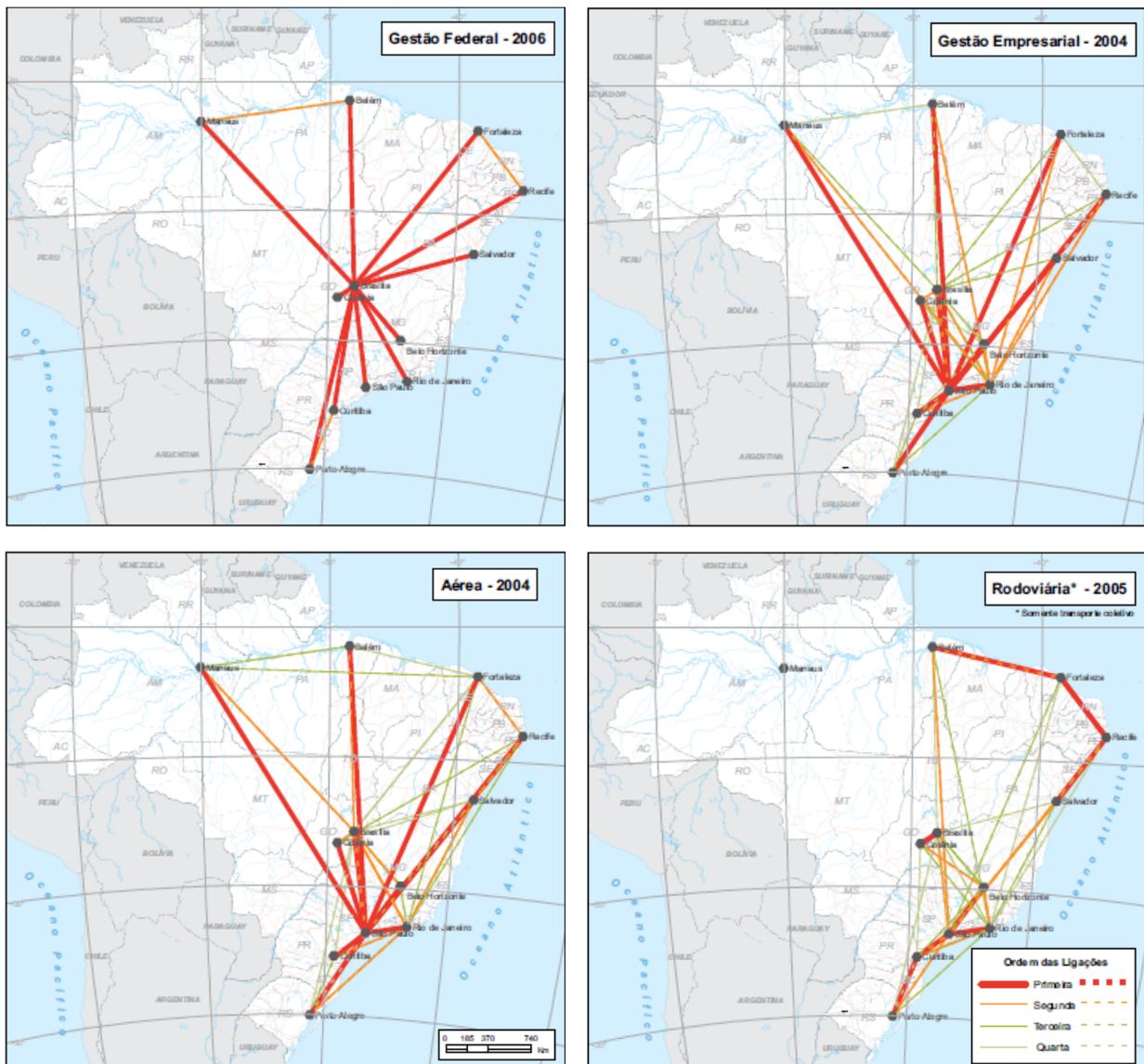
A atualização das Regiões de Influência das Cidades retoma as versões de 1966, 1978 e 1993. A atualização da metodologia inicialmente determina a localização dos centros e suas áreas de atuação, especialmente a partir de informações sobre a gestão do Estado e das mais diversas empresas, utilizando informações de bases secundárias as mais diversas e registros administrativos. Foram ainda acrescentadas informações advindas de bases não inicialmente utilizadas, como relativas a equipamentos e serviços, comércio, atividades financeiras, ensino superior, serviços de saúde, emissoras de televisão e Internet e transporte aeroviário. “Ao final, foram identificados, e hierarquizados, os núcleos de gestão do território.” (IBGE, op. cit., 2007, p. 131.)

A etapa seguinte averiguou as relações entre as cidades, a partir da perspectiva de redes articuladas. Nesse momento combinou-se a utilização de dados secundários e uma pesquisa direta em parte dos municípios (IBGE, op. cit., 2007, p. 131).

A etapa final consistiu na hierarquização dos centros urbanos, para a qual foram elementos importantes a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro. Os municípios e as áreas de concentração de população foram as unidades territoriais que constituíram o universo do estudo, (item Rede urbana brasileira) (IBGE op. cit., 2007, p. 131).

Uma ilustração de diferentes formatos da centralidade e dos fluxos, particularmente entre as metrópoles, pode ser observada a seguir, considerando a gestão federal e empresarial e das ligações aéreas e rodoviárias.

Figura 18 – Ligações entre as metrópoles. Brasil, 2004/2006.



Fontes: Órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Cadastro de Empresas/IBGE. Anuário de Transporte Aéreo, 2014. Anuário Estatístico dos Transportes Terrestres, 2005.

No primeiro caso, fica evidente o papel central do Distrito Federal na articulação direta das instituições públicas nacionais, diretamente com as metrópoles. No segundo caso, além da eminente centralidade de São Paulo, ainda que de forma não absoluta, e convivendo com fluxos secundários entre outras metrópoles entre si.

Já as diferenças nos fluxos aeroviários e rodoviários apontam, no caso do modal aéreo, uma articulação maior com as gestões empresariais e públicas federais. Já as articulações pelo transporte rodoviário mostram uma intensidade bem menor e de certa forma complementar ao fluxo aéreo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, o que denota maior atraso dessas regiões.

Os dois trabalhos da área geográfica do IBGE são utilizados diretamente neste estudo, incorporando as suas respectivas bases de dados.

A dimensão geográfica ou do território, conforme assinalado no início da seção, foi traduzida nos seguintes indicadores:

- a) tamanho da população;
- b) taxa de urbanização;
- c) classificação geográfica, advinda dos indicadores de aglomeração urbana e derivados das regiões de influência das cidades;
- d) data de instalação dos municípios.

Relação entre os indicadores sociodemográficos, econômicos e espaciais

Como assinalado, os 20 indicadores propostos como representativos das quatro dimensões (demográfica, social, econômica e geográfica) aqui propostas como dimensões explicativas para a participação política-eleitoral, foram submetidos a uma análise estatística a fim de sintetizar as suas relações, ao mesmo tempo em que fornecesse uma hierarquia para os dois fatores que resumissem suas associações.

Para isso, conforme explicitado, recorreu-se ao método da Análise Fatorial, incorporando todas as variáveis, aplicado ao total de municípios para cada ano censitário de 2010, 2000 e 1991, conforme os resultados a seguir⁴⁰.

Após a exposição dos resultados da Análise Fatorial, retoma-se a discussão sobre os condicionantes da estrutura social brasileira, remetendo-se à discussão teórica anterior e atualizando-a.

A Figura 19 traz os resultados para a Análise Fatorial de 2010, com os dois fatores extraídos e representam 59,8% da variância total explicada, portanto, um modelo muito plausível. O Fator 1 detém 40,4% da explicação total do modelo, enquanto o Fator 2, 19,4%.

O primeiro e principal fator (Fator 1) é explicado pelos valores positivos para o IDH, total e seus quatro componentes no extremo oposto, por indicadores de vulnerabilidade social, como a proporção de pobres, razão de dependência, mortalidade infantil, taxas de fecundidade (o que especifica a razão de dependência, o peso proporcional do PIB da administração pública ou seja, a dependência dos municípios da máquina administrativa do estado. O Índice de Gini nesse ano está associado mais diretamente ao extremo da vulnerabilidade. Ou seja, desigualdade e pobreza se confundem. É importante notar, que não se trata da magnitude dos indicadores. A desigualdade pode ter diminuído e, no entanto, estar mais associado à pobreza. Essa distinção será retomada adiante.

Obtém-se, pelo Fator 1, a distinção significativa entre os mais altos padrões de qualidade de vida opostos à precariedade social, pobreza e desigualdade. Uma distinção cujo traço estrutural que divide a sociedade brasileira se reitera.

O segundo fator (Fator 2) obtido pela análise opõe indicadores de ordem espacial, como as faixas da população, e em menor medida a classificação espacial obtida a partir de estudos do IBGE, a urbanização, e ainda indicadores econômicos como o PIB, decorrentes de impostos, serviços e indústria. Com exceção do tamanho populacional, os demais indicadores também apresentam uma associação com o Fator 1, ou seja, com os níveis de qualidade de vida, expressos, sobretudo, pelo IDH. Para o outro extremo dos valores do Fator 2 estão o PIB agropecuário, a data de instalação dos municípios (sua antiguidade) e a taxa de envelhecimento da população (embora esse indicador também mantenha uma correlação simultânea com o Fator 1).

Pode-se então considerar que o tamanho das cidades (e aí o efeito da urbanização e da

⁴⁰ Para o ano de 1991 não foi utilizado o PIB, pois a retroprojeção, com a nova metodologia, vai até o ano de 2002. E mesmo para o ano de 2000 tomaremos os resultados do PIB de 2001, uma vez que seus valores estão mais próximos do ano decenal e apresenta uma correlação extremamente forte com o ano posterior, na agregação aqui utilizada.

metropolização) opõe-se mais fortemente ao perfil agropecuário dos municípios. O que vai ao encontro da distinção entre agrário e rural, apontado por Milton Santos.

Resultam dois eixos, embora a visualização gráfica decorrente do posicionamento dos indicadores na análise permita, através dos seus quadrantes, antever combinações entre eles, o que torna a interpretação mais rica.

Assim, teríamos quatro posições nos extremos: a qualidade de vida, no eixo principal, oposto aos fatores de precarização da sociedade brasileira; e em outro eixo, processos de urbanização, metropolização, e maior dinamismo industrial e do setor terciário da economia, com o setor agrário, o ano de surgimento do município e a sua taxa de envelhecimento⁴¹.

Em uma linguagem simples, no entanto de extrema contundência, pode-se afirmar, ou, reafirmar, que a estrutura social brasileira tem a sua gênese na sua situação de pobreza mesclada com a desigualdade.

A Análise Fatorial para o ano de 2000 apresenta resultados bem semelhantes aos de 2010, com uma variação explicada de 58,0%: o Fator 1 com a variância explicada de 40,9% e o Fator 2, 17,1%.

Novamente, o IDH situa-se como o mais relevante para o Fator 1 em seu extremo positivo, opostos aos mesmos indicadores de precarização e desigualdade derivados da renda dos ocupados. O Fator 2, novamente o tamanho populacional oposto ao peso da agropecuária no município e à data de instalação.

O Índice de Gini, no entanto, mostra um posicionamento relativamente diferente, menos próximo dos municípios onde persiste a pobreza e a precarização. Isso não significa que a desigualdade no início da década de 2000 era menor, e não era, e sim que o padrão de associação dos indicadores é mais tênue e a desigualdade estaria associada mais diretamente às áreas mais urbanizadas, desenvolvidas, industrializadas.

⁴¹ Observe-se que a taxa de migração líquida entre 2010 e 2000 não se apresenta tão significativa. O que em absoluto não quer dizer que não representa uma dimensão importante na dinâmica social ou econômica. Apenas que na associação com os outros 19 indicadores não constitui um fator de maior destaque, por um lado, por ser condicionada. Mas, importante ressaltar que o indicador não reflete movimentos migratórios interestaduais, que se destinam aos grandes centros e capitais.

Figura 19 – Análise Fatorial para indicadores sociodemográficos, econômicos e espaciais. Brasil, 2010.

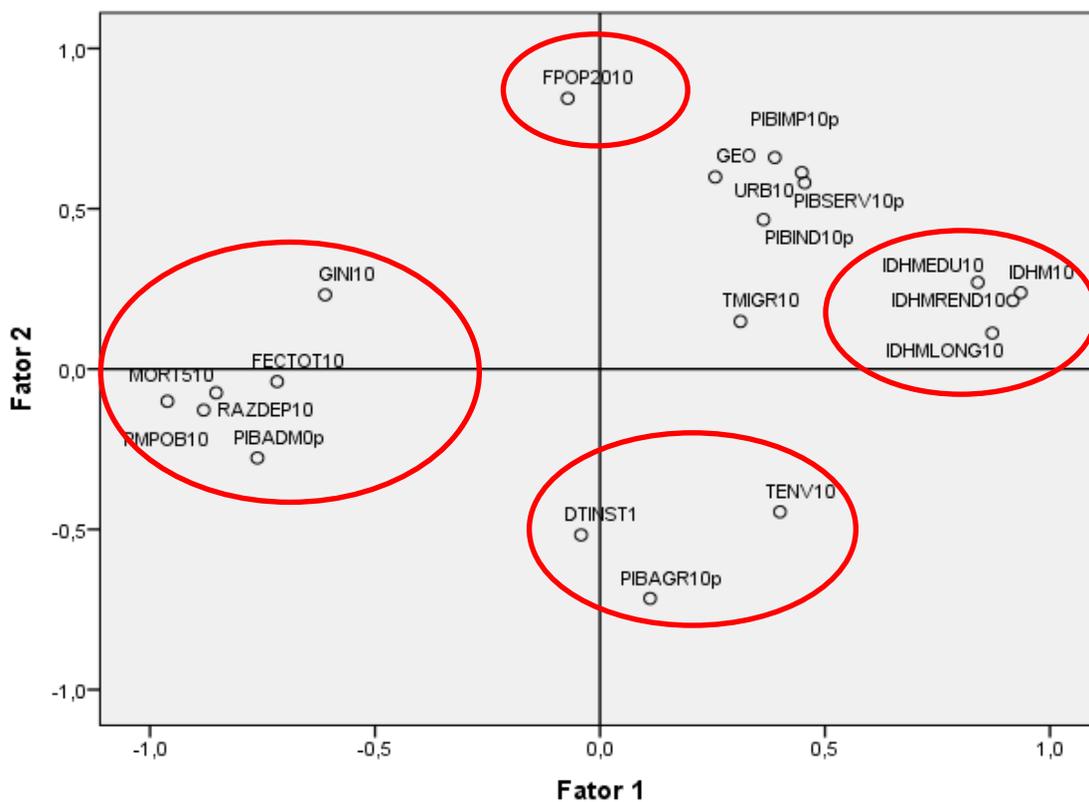
	Fator 1	Fator 2
IDHM10 - IDHM	0,93	0,24
IDHM10 - Renda	0,92	0,22
IDHM10 - Longevidade	0,87	0,12
IDHM10 - Educação	0,84	0,27
TMIGR10 - Taxa líquida de migração 2010-2000	0,31	0,16
GINI10 - Índice de Gini	-0,61	0,23
FEOTOT10 - Taxa de fecundidade total	-0,72	0,04
PIBADM10P - Pib administração 2010 - proporção	-0,76	0,28
MORT510 - Mortalidade até 5 anos de idade	-0,85	0,08
RAZDEP10 - Razão de dependência	-0,88	0,13
PMPOB10 - % de pobres	-0,96	0,10
FPOP2010 - Faixas da população	-0,08	0,86
PIBIMP10P - Pib impostos 2010 - proporção	0,38	0,67
GEO - Classificação espacial geográfica	0,22	0,67
URB10 - Urbanização 2010	0,45	0,60
PIBSERV10P - Pib serviços 2010 - proporção	0,45	0,58
PIBIND10P - Pib indústria 2010 - proporção	0,36	0,47
T_ENV10 - Taxa de envelhecimento	0,41	-0,45
Data de instalação	-0,08	-0,51
PIBAGR10P - Pib agropocuíria 2010 - proporção	0,11	-0,71

Variância explicada	
Fator 1	40,4
Fator 2	19,4
Total	59,8

Método de Extração: Principais componentes de análise

Modelo de rotação: Varimax com Kaiser Normalization.

Rotação convergente em 3 iterações.



Fonte: IBGE/IPEA, Elaboração do autor

Figura 20 – Análise Fatorial para indicadores sociodemográficos, econômicos e espaciais. Brasil, 2000.

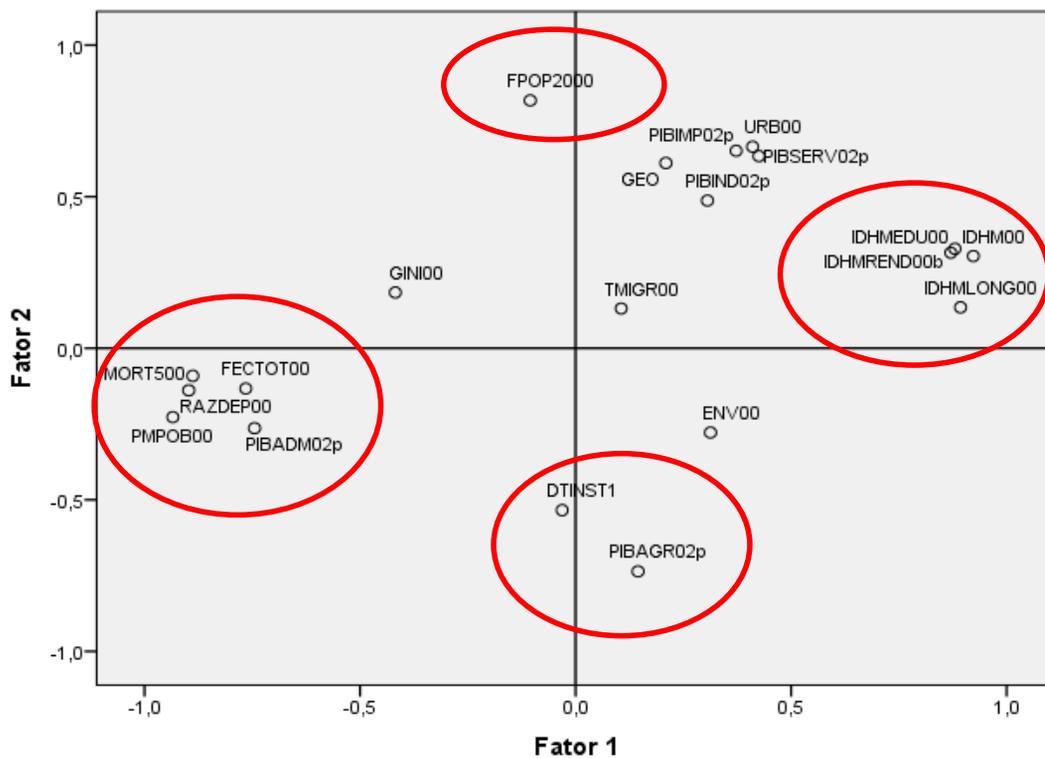
	Fator 1	Fator 2
IDHM00 - IDHM	0,92	0,32
IDHM00 Longevidade	0,89	0,17
IDHM00 Educação	0,87	0,32
IDHM00 Renda	0,87	0,36
GINI00 - Índice de Gini	-0,42	0,16
PIBADM01P - Pib administração 2002 - proporção	0,73	-0,31
FECTOT00 - Taxa de fecundidade total	0,77	-0,13
MORT500 - Mortalidade até 5 anos de idade	0,88	-0,13
RAZDEP00 - Razão de dependência	0,89	-0,17
PMPOB00 - % de pobres	0,92	-0,27
FPOP2000 - Faixas da população	-0,12	0,79
GEO - Classificacao espacial geografica	0,14	0,71
PIBIMP01P - Pib impostos 2002 - proporção	0,35	0,69
URB00 - Urbanização 2000	0,40	0,64
PIBSERV01P - Pib serviços 2002 - proporção	0,43	0,59
PIBIND01P - Pib indústria 2002 - proporção	0,28	0,54
TMIGR00 - Taxa líquida de migração 2000-1991	0,06	0,24
DTINIST - Data de instalação do município	0,05	-0,02
T_ENV00 - Taxa de envelhecimento	0,36	-0,38
AGRO01P - Pib Agropecuária 2002 - proporção	0,16	-0,72

Variância explicada	
Fator 1	40,9
Fator 2	17,1
Total	58,0

Método de Extração: Principais componentes de análise

Modelo de rotação: Varimax com Kaiser Normalization.

Rotação convergente em 3 iterações.



Fonte: IBGE/IPEA, Elaboração do autor

Finalmente, a terceira análise fatorial para 1991, embora não tenha incorporado os indicadores do Pib e do saldo migratório em relação ao ano de 1980, não deixa de forma alguma de ser consistente com os resultados, com a significância do modelo atingindo 56,9% (sendo 41,9% a variância explicada do primeiro fator e 15,0% a do segundo).

Novamente o padrão se repete: a oposição entre o bem-estar social e o desenvolvimento econômico explicitado pelo Fator 1, o *continuum* da urbanização e metropolização, oposto ao agrarismo em outro⁴².

Chama a atenção novamente o posicionamento do Índice de Gini, dessa vez mais claramente associado ao perfil de qualidade de vida e maior urbanização, um posicionamento diverso dos anos posteriores de 2000 e 2010.

Aqui, outro ponto crucial da análise. Se por um lado o padrão estrutural brasileiro permanece o mesmo e essa é a conclusão mais importante a ser destacada, por outro, a desigualdade deslocou-se no sentido moderno para o tradicional. Embora tenha ocorrido uma leve diminuição no seu valor total, considerando a renda, pelo menos⁴³.

O que isso significa? Um diálogo entre a permanência da estrutura social e movimentos da conjuntura. No caso recente, brasileiro, os dois ciclos eleitorais (PSDB e PT) não afetaram a desigualdade no país, embora no segundo ciclo tenha ocorrido uma redução da pobreza em larga dimensão. Esse último período não foi suficiente para impedir que o país voltasse a ter um padrão de desigualdade manifestando-se com mais força nos municípios menos desenvolvidos e rurais. Em boa parte, hipótese aqui presente, isso se deve à emergência em larga escala de um segmento rural específico, o agronegócio. Como um eterno retorno, repaginado, aos padrões coloniais.

Resta dizer que, do ponto de vista metodológico, a Análise Fatorial empreendida a partir dos indicadores selecionados mostrou-se empiricamente profícua e em sintonia com os aspectos da estrutura social recente, para as três décadas analisadas. Até porque, conforme dito, a estrutura se move, mas não em uma abrupta velocidade que a transforme profundamente, salvo casos excepcionais de ruptura de modelos persistentes, o que de forma nenhuma se aplica ao Brasil.

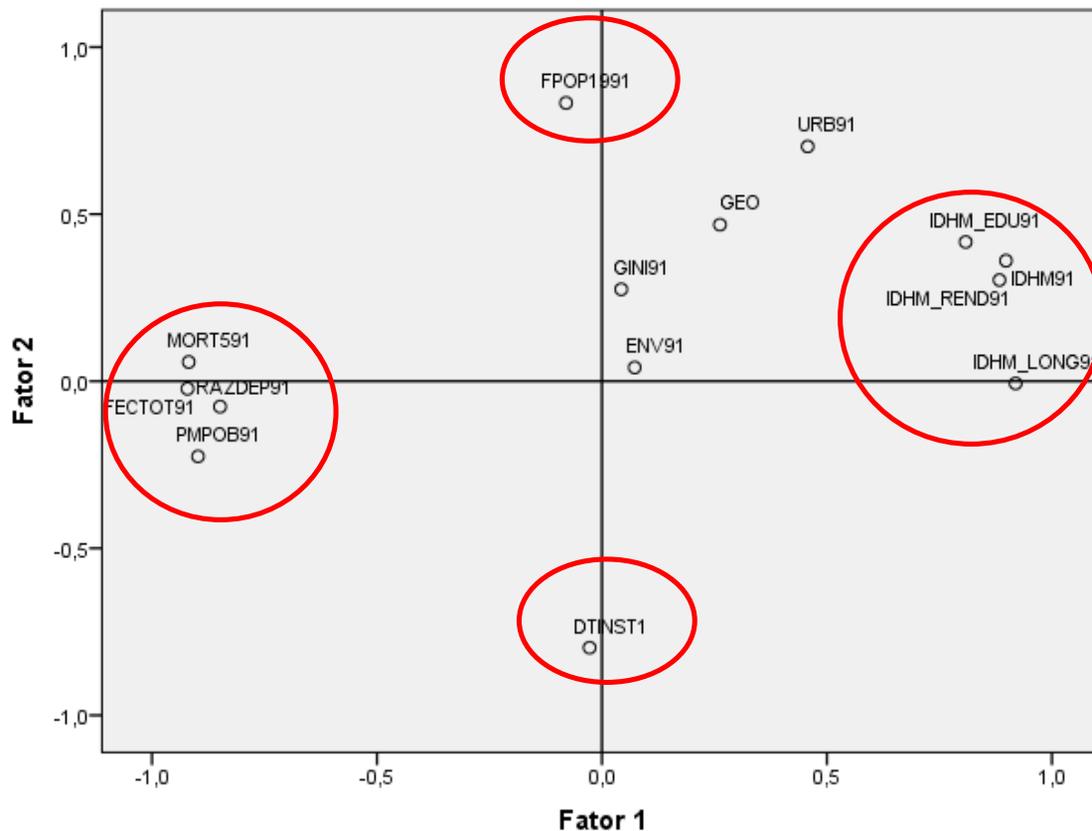
⁴² Pode-se supor que se fossem adicionados os valores proporcionais do PIB por atividades, seriam obtidos resultados semelhantes aos de 2000 e 2010, exceto pelo posicionamento do setor de serviços, menos modernizado ainda naquele momento.

⁴³ Segundo informações obtidas junto ao DATAIPEA, (<http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>, capturadas em janeiro de 2018), o índice em 1981 obteve o valor de 0,58, passando para 0,61 em 1990, 0,60 em 2001, 0,53 em 2011 e 0,52 em 2014. Já o IBGE, em sua Síntese de Indicadores Sociais (<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>), capturada em janeiro de 2018, aponta uma queda contínua do índice entre 2005 (0,55) e 2015 (0,49).

Figura 21 – Análise Fatorial para indicadores sociodemográficos, econômicos e espaciais. Brasil, 1991.

	Fator 1	Fator 2	Variância explicada
IDHM91 Longevidade	0,92	0,04	Fator 1 41,9
IDHM91 - IDHM	0,89	0,38	Fator 2 15,0
IDHM91 Renda	0,87	0,34	Total 56,9
IDHM91 Educação	0,80	0,43	
T_ENV91 - Taxa de envelhecimento	0,09	0,00	
FECTOT91 - Taxa de fecundidade total	0,85	0,10	
PMPOB91 - % de pobres	0,89	0,26	
MORT591 - Mortalidade até 5 anos de idade	0,92	0,02	
RAZDEP91 - Razão de dependência	0,92	0,05	
FPOP1991 - Faixas da população	-0,12	0,86	
URB91 - Urbanização 1991	0,44	0,69	
GEO - Classificacao espacial geografica	0,19	0,57	
GINI91 - Índice de Gini	0,04	0,25	
Data de instalação	0,04	0,76	

Método de Extração: Principais componentes de análise
 Modelo de rotação: Varimax com Kaiser Normalization.
 Rotação convergente em 3 iterações.



Fonte: IBGE/IPEA, Elaboração do autor

A fim de melhor ilustrar os resultados obtidos pela análise empreendida, seguem cartogramas que ilustram indicadores selecionados entre os 20 utilizados e que permitem uma melhor especificação e visualização dos traços estruturais da sociedade brasileira. Foram considerados os anos de 2010 e o crescimento relativo entre 2000 e 2010, para esses indicadores selecionados.

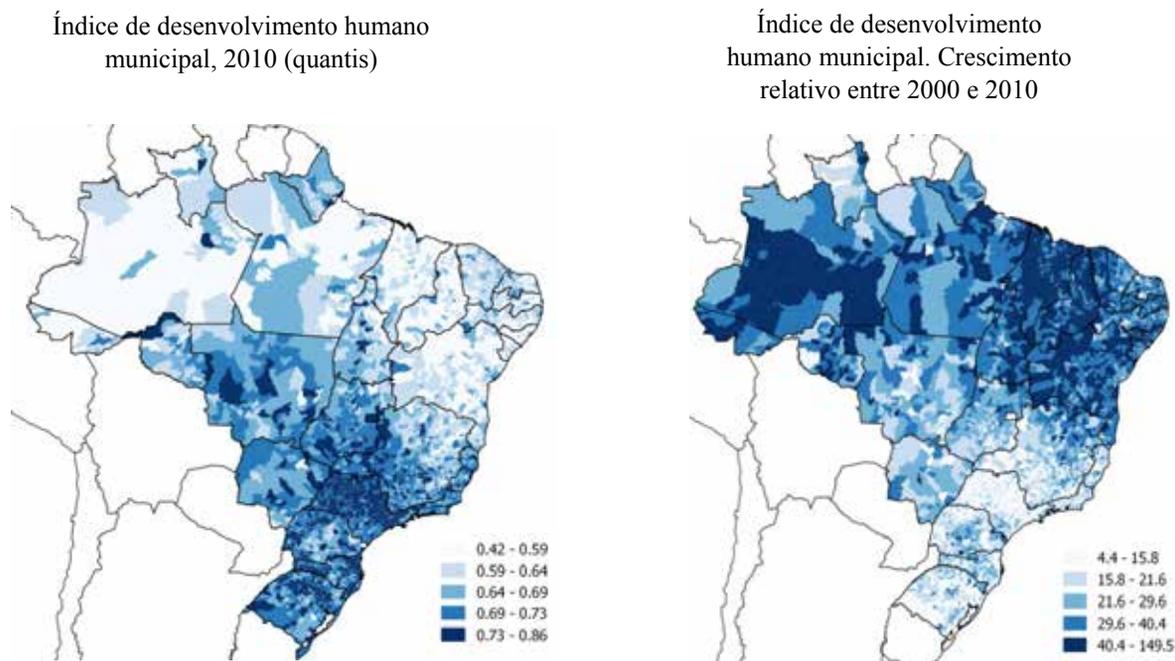
Quanto aos indicadores sociais, foram relacionados o índice agregado de desenvolvimento humano, a proporção de pobres e o Índice de Gini, como expressões da qualidade de vida e da pobreza e desigualdade. Esses indicadores refletem o primeiro e mais importante fator, obtido na análise estatística.

As ilustrações permitem reiterar o padrão geral consistente da estrutura social brasileira, rebatida territorialmente. O IDH apresenta-se mais alto nas regiões Sudeste e Sul do país, e o que não é tão visível no cartograma, nas suas maiores cidades. O inverso ocorre com a proporção dos pobres. Já o Índice de Gini, nas regiões mais pobres do Brasil é mais elevado.

É preciso registrar que mudanças ocorreram entre 2000 e 2010, sem que, entretanto, fosse modificado o padrão dos três indicadores. Isso ocorreu por conta de inegáveis políticas públicas de favorecimento de segmentos e regiões mais pobres, carentes e precarizados da sociedade brasileira, o que fica evidenciado no aumento do IDH e redução dos mais pobres nas regiões menos desenvolvidas do país⁴⁴. Quanto à desigualdade, o mesmo não foi verificado, mantendo o padrão.

Embora, como o relatado, o saldo migratório não tenha tido relevância estatística no modelo, é um indicador que se impõe pela sua importância demográfica, podendo apresentar correlações significativas com determinados indicadores eleitorais. A Figura 22 mostra os saldos entre 2010 e 2000, e 2000 e 1991. Verifica-se uma consistência entre os dois fluxos, embora possa ser assinalada a importância do movimento migratório mais recente em direção ao Centro-Oeste e Região Amazônica.

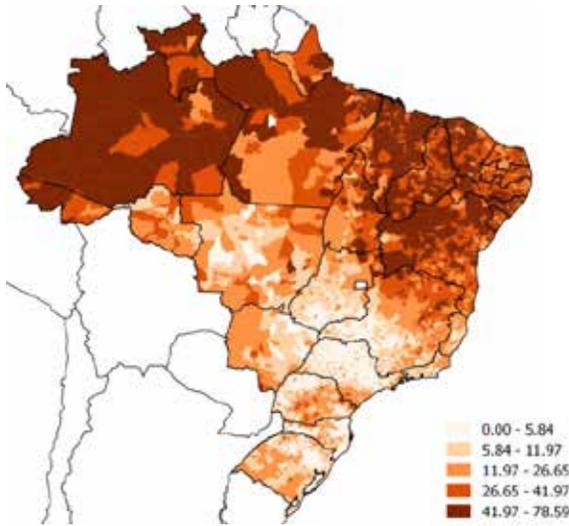
Figura 22 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proporção de pobres, Índice de Gini e data de instalação. Municípios brasileiros, 2010, e crescimento relativo entre 2000 e 2010.



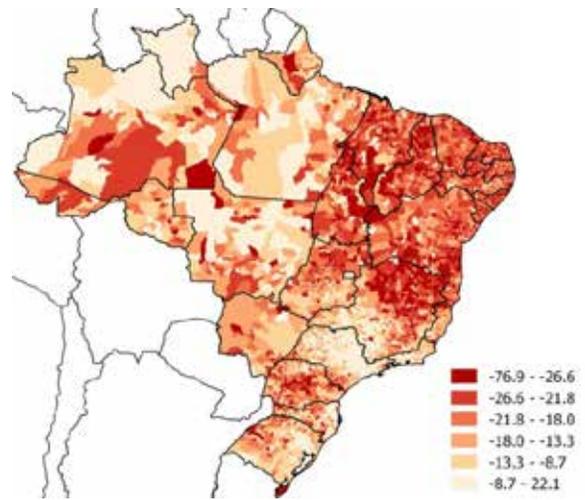
Fonte: IPEA

⁴⁴ Segundo o IPEADATA, em 1987 a pobreza situava-se em 32,9% dos domicílios, reduzindo para 28% em 2001. A partir daí tem um contínuo declínio até 10% em 2014 (<http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>, capturado em janeiro de 2018). No período mais recente, segundo a Síntese de Indicadores Sociais, eram 11,9% as pessoas residentes em domicílios que auferiam *per capita* um quarto do salário mínimo. Esse valor cai para 9,2% em 2015, obtendo um ligeiro aumento em relação aos 7,9% observado em 2014 (<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>, capturado em janeiro de 2018).

Proporção de pobres, 2010 (quantis)



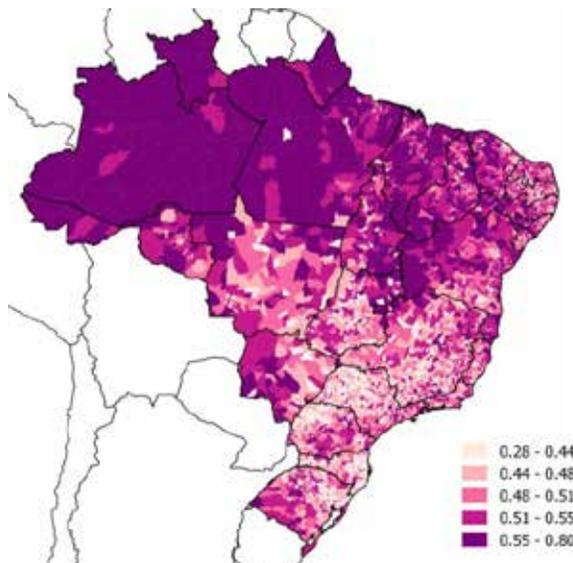
Proporção de pobres. Crescimento relativo entre 2000 e 2010



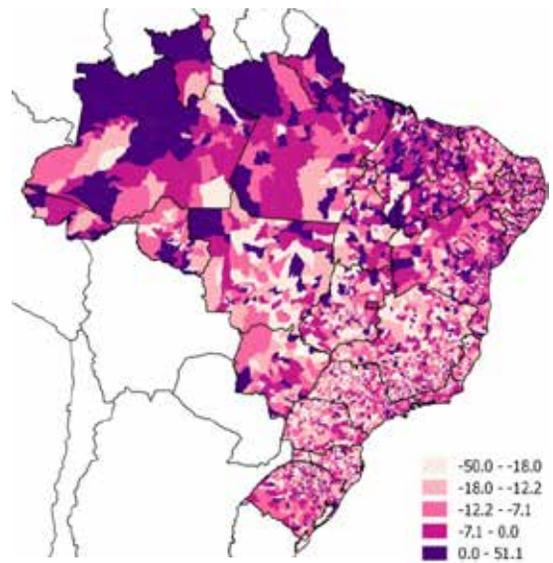
Fonte: IPEA

Figura 23. Índice de Gini de 2010 e crescimento relativo entre 2000 e 2010

Índice de Gini (quantis), 2010



Índice de Gini. Crescimento relativo entre 2000 e 2010

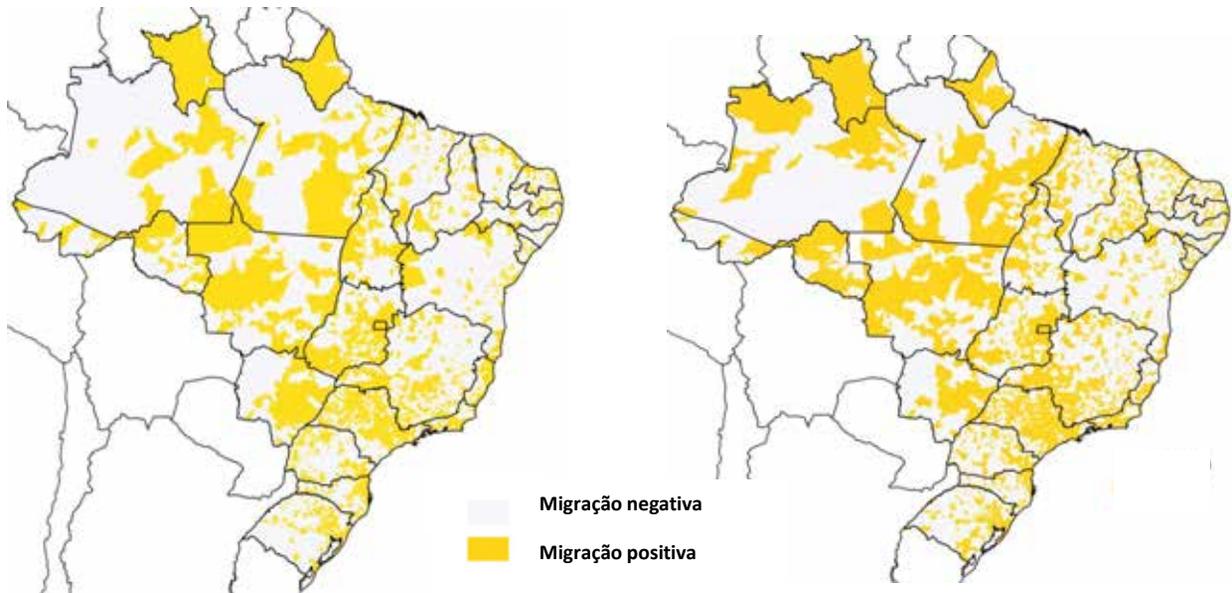


Fonte: IPEA

Figura 24 – Taxa do saldo migratório líquido entre 2010 e 2000 e entre 2000 e 1991.

Saldo migratório 2010-2000

Saldo migratório 2000-1991

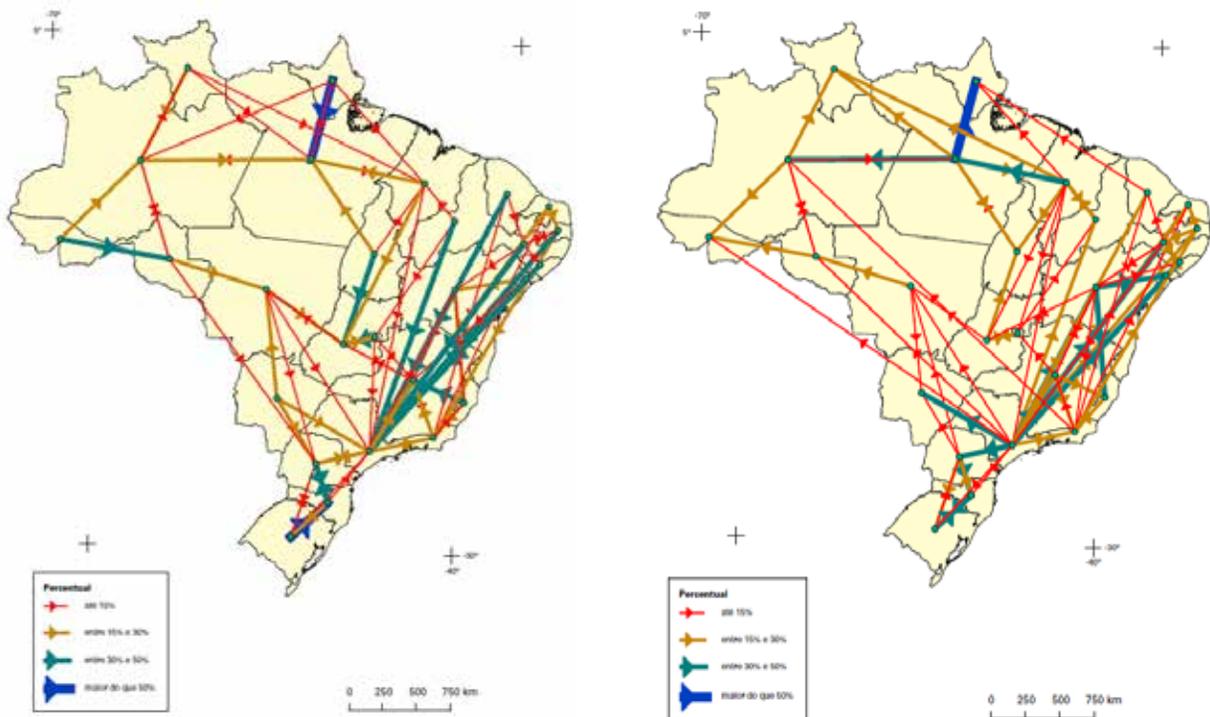


Fonte: IBGE. Censo 2010, elaborado por Ribeiro Pinto (2017).

Figura 25 – Principais fluxos, por unidades da Federação de destino e origem de migrantes de data fixa e percentual total, 2010.

Destino - emigrantes

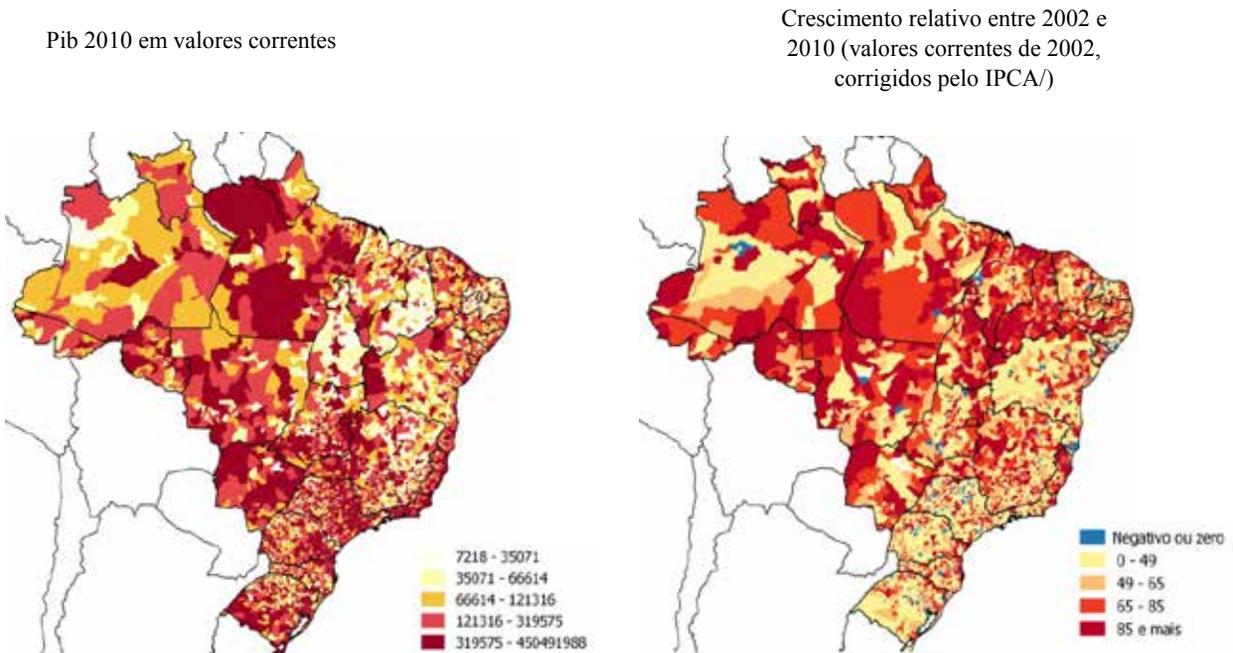
origem - imigrantes



Fonte: IBGE. Censo 2010, elaborado por Jardim e Ervatti (2015).

Quanto ao PIB brasileiro, a Figura 26 mostra a sua distribuição espacial em 2010 e a diferença, em valores correntes em relação ao ano de 2002. Nesse caso, o padrão identificado em relação aos indicadores sociais e demográficos sofre alguma alteração, pois a predominância das regiões Sudeste e Sul, e as maiores cidades do país, é relativizada pelo crescimento da produção em áreas agrárias e de extração, especialmente no Centro-Oeste. Áreas estagnadas do Nordeste e Centro-Oeste (especialmente o caso de Tocantins), e ainda em municípios da região Norte, não obtêm um crescimento recente tão significativo entre 2001 e 2010⁴⁵.

Figura 26. Produto interno bruto em valores nominais, 2010 e crescimento relativo entre 2002 e 2010



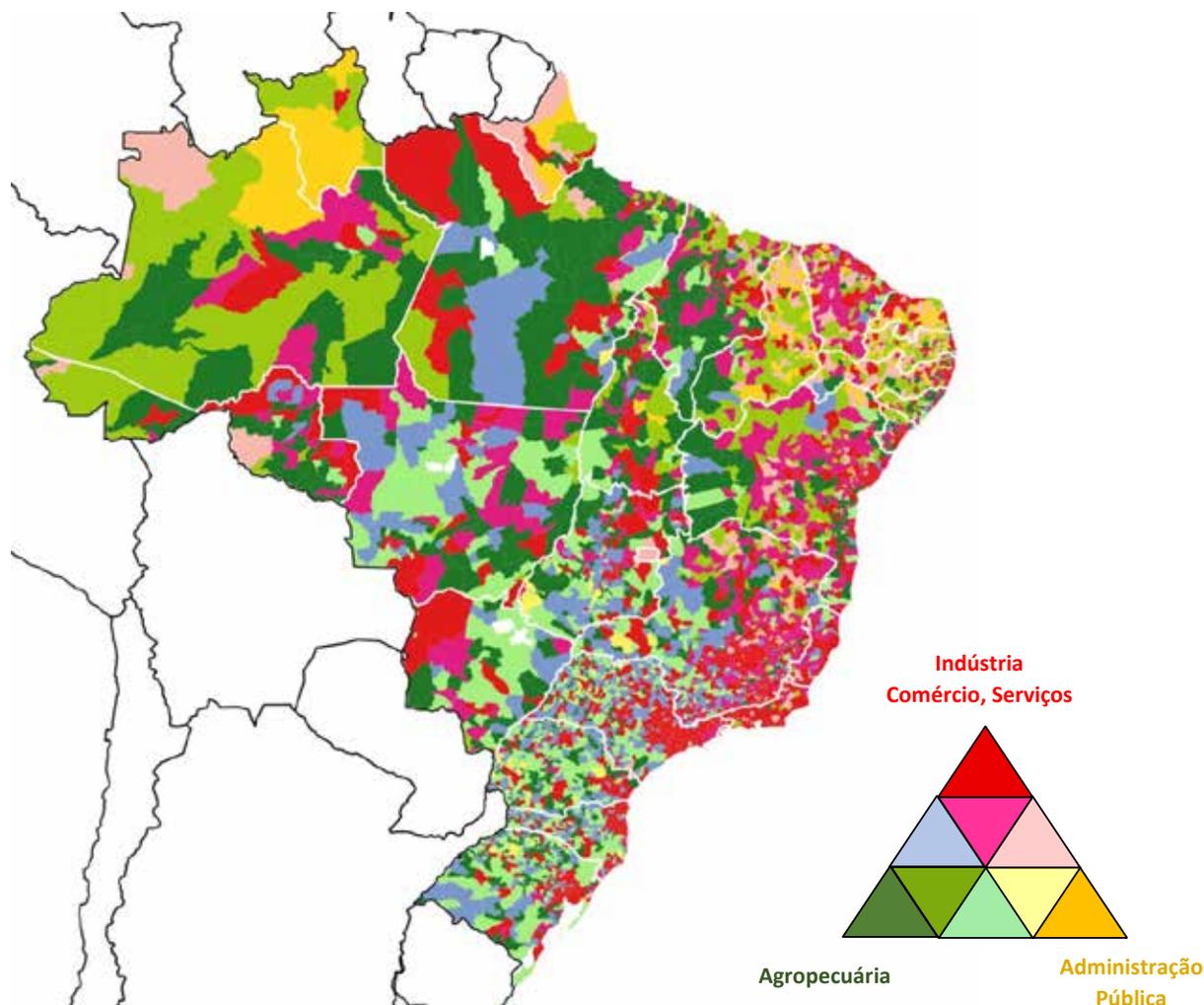
Fonte: IBGE. Contas Nacionais.

A figura abaixo mostra as nove interações entre os três grandes setores do PIB considerando a predominância alta, média e baixa de cada um deles⁴⁶. O cartograma evidencia as diferenças entre as áreas mais desenvolvidas do país (especialmente localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, assim como na faixa litorânea mais populosa). As menos desenvolvidas, no Nordeste, dependentes da administração pública. As de maior predominância do setor agropecuário, ao norte e centro-oeste do país. E híbridas, onde se desenvolve o agronegócio, como em áreas do Centro-Oeste e Sul.

⁴⁵ O valor do PIB 2002 foi corrigido pelo IPCA, para a data de 12/12/2010. O índice de correção para o período 1,5997049 foi obtido junto à página do Banco Central, endereço: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigerPorIndice.do?method=corrigerPorIndice>

⁴⁶ O cartograma foi elaborado de acordo com a técnica de *three-variable balance scheme*, conforme Brewer, 1994. Nesse caso, as três variáveis foram inicialmente classificadas em tercís e transformadas em variáveis categóricas. Em um segundo momento produziu-se o esquema proposto, através do cruzamento das três variáveis categóricas representativas de cada setor.

Figura 27 – Modelo de equilíbrio para três setores agregados do PIB, 2010.

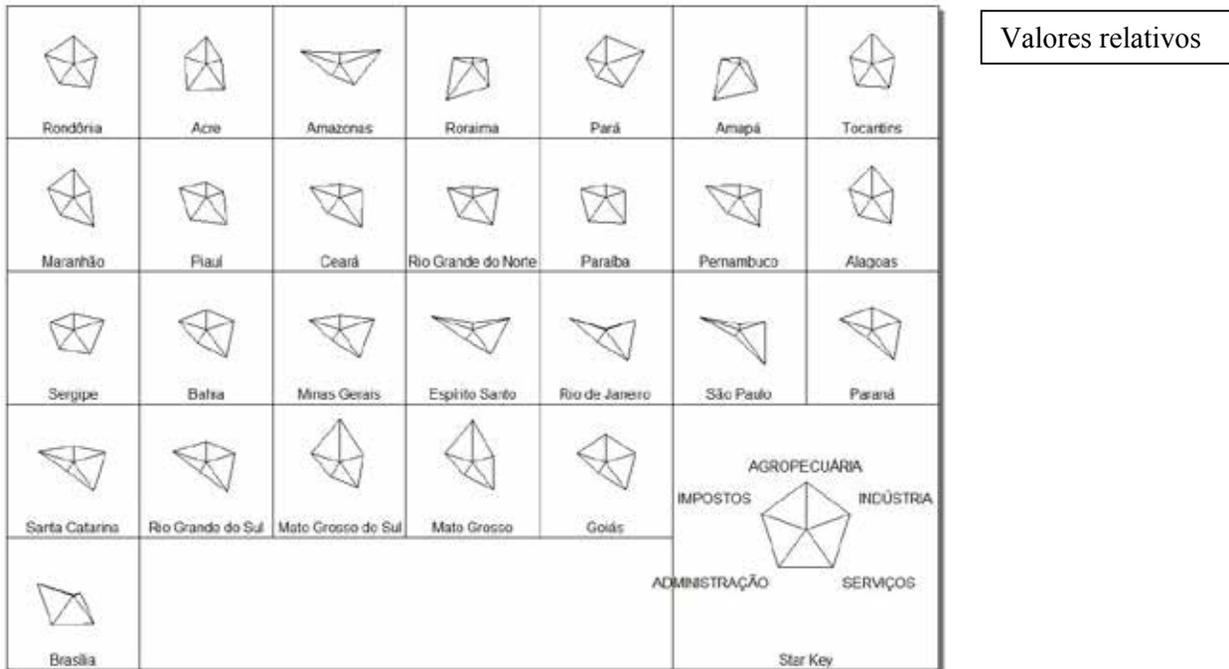
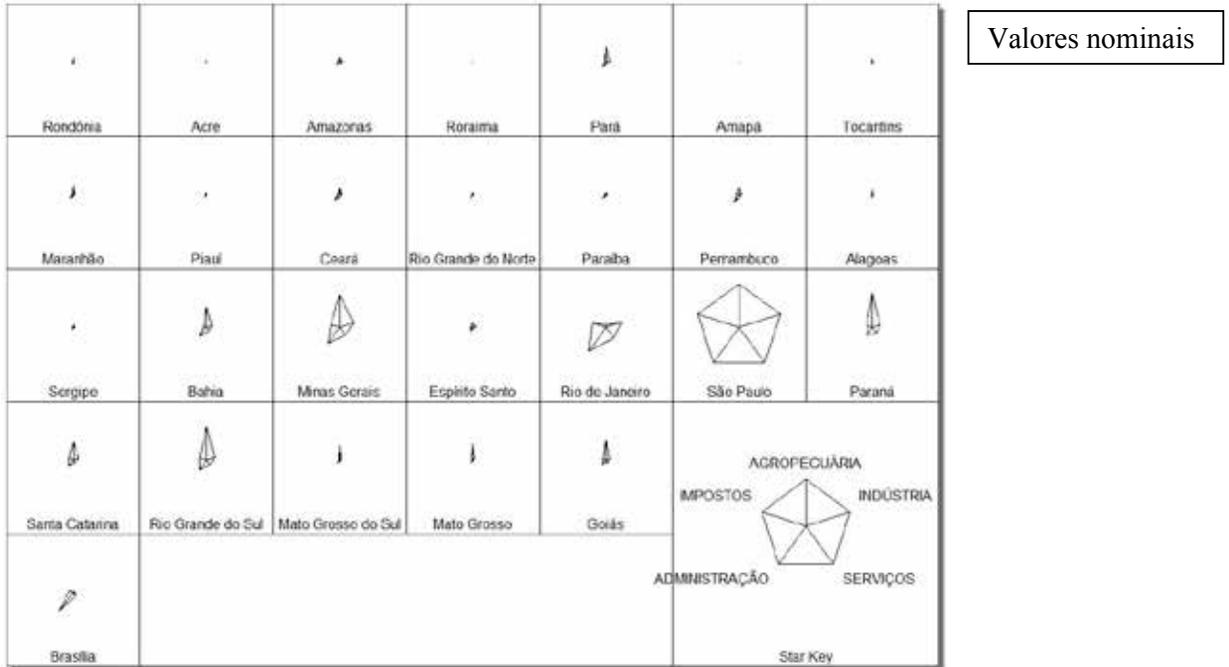


Fonte: IBGE/Contas Nacionais, 2016. Elaboração do autor.

As duas figuras seguintes, com matrizes de radares, permitem melhor identificar as diferenças regionais no padrão do PIB, de acordo com o peso de suas atividades, considerando o ano de 2010. A primeira matriz de gráficos de radar traz os valores nominais absolutos para o PIB, a preços correntes, por segmento. Vê-se aí a predominância absoluta do Estado de São Paulo em todos os setores, seguido pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Santa Catarina.

Já a segunda matriz apresenta o valor relativo de cada setor nas unidades da Federação. Dessa vez o perfil de São Paulo encontra-se melhor descrito pelo maior peso proporcional da indústria, serviços e impostos; perfil semelhante ao do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Já os estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e ainda Bahia, um perfil próximo aos dos três estados inicialmente citados, porém com um peso relativo maior na agropecuária. Alguns estados têm um impacto bem acentuado da administração, como Roraima, Amapá, sendo que Brasília apresenta uma dinâmica no seu setor de serviços. Finalmente, uma predominância do setor agrário em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Figura 28 – Produto Interno Bruto, a preços correntes, por unidades da Federação, segundo o tipo de atividade. Valores nominais e valores relativos, 2010.

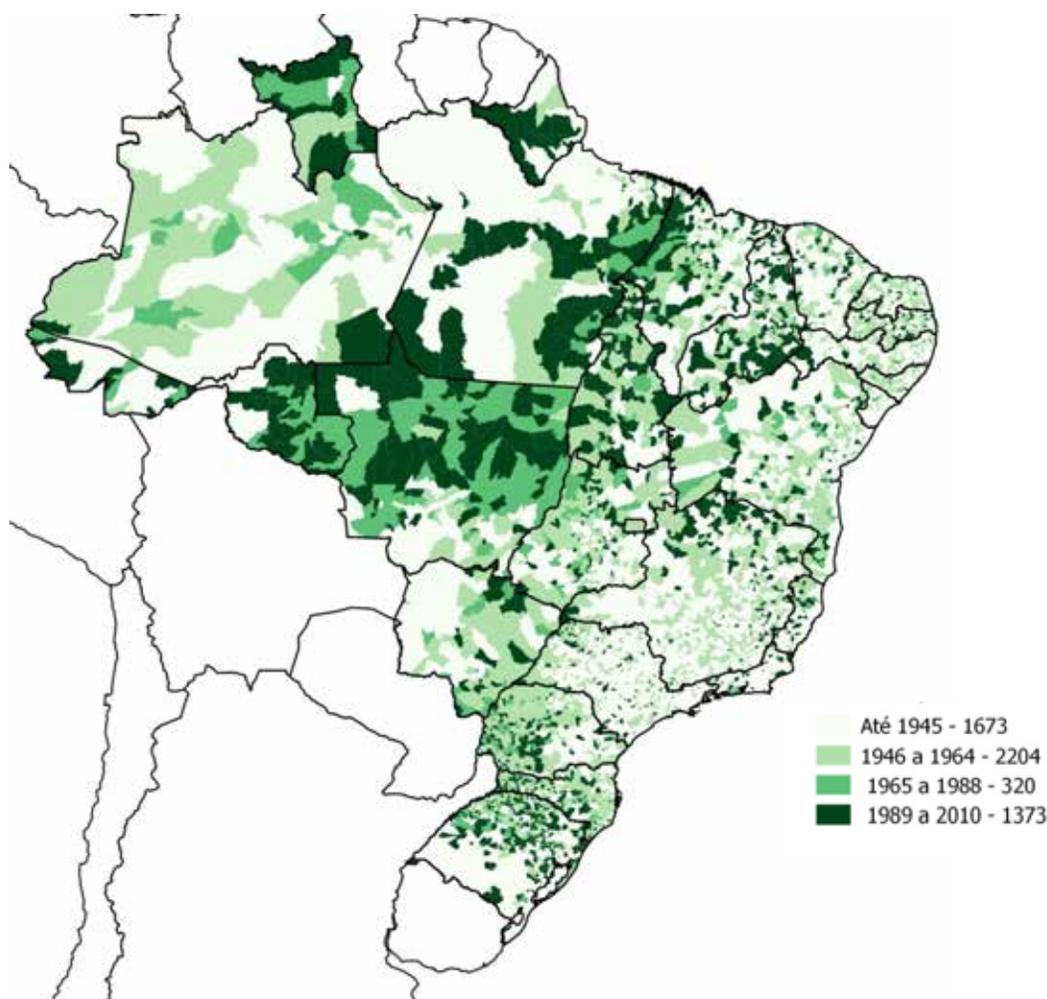


Fonte: IBGE/Contas Nacionais, 2016. Elaboração do autor.

A dimensão geográfica permitiu a identificação de três indicadores, sendo que o terceiro traz uma proposta de classificação geoespacial, a partir dos recortes de aglomerados urbanos e da análise de centralidade das cidades brasileiras, combinadas ainda com a identificação administrativa das metrópoles e das capitais.

A primeira figura traz o histórico de formação das cidades brasileiras, pelo ano de instalação dos municípios, cujo recorte inicial é a faixa que precede o ano de 1945⁴⁷. Note-se que a fragmentação atinge em geral municípios das regiões Centro-Oeste e Sul, e em menor medida do Norte, sendo a emancipação mais recente a de municípios da área oeste, central do país, o Estado do Piauí, e a fronteira oriental da região Sul.

Figura 29 – Ano de instalação dos municípios (faixas).



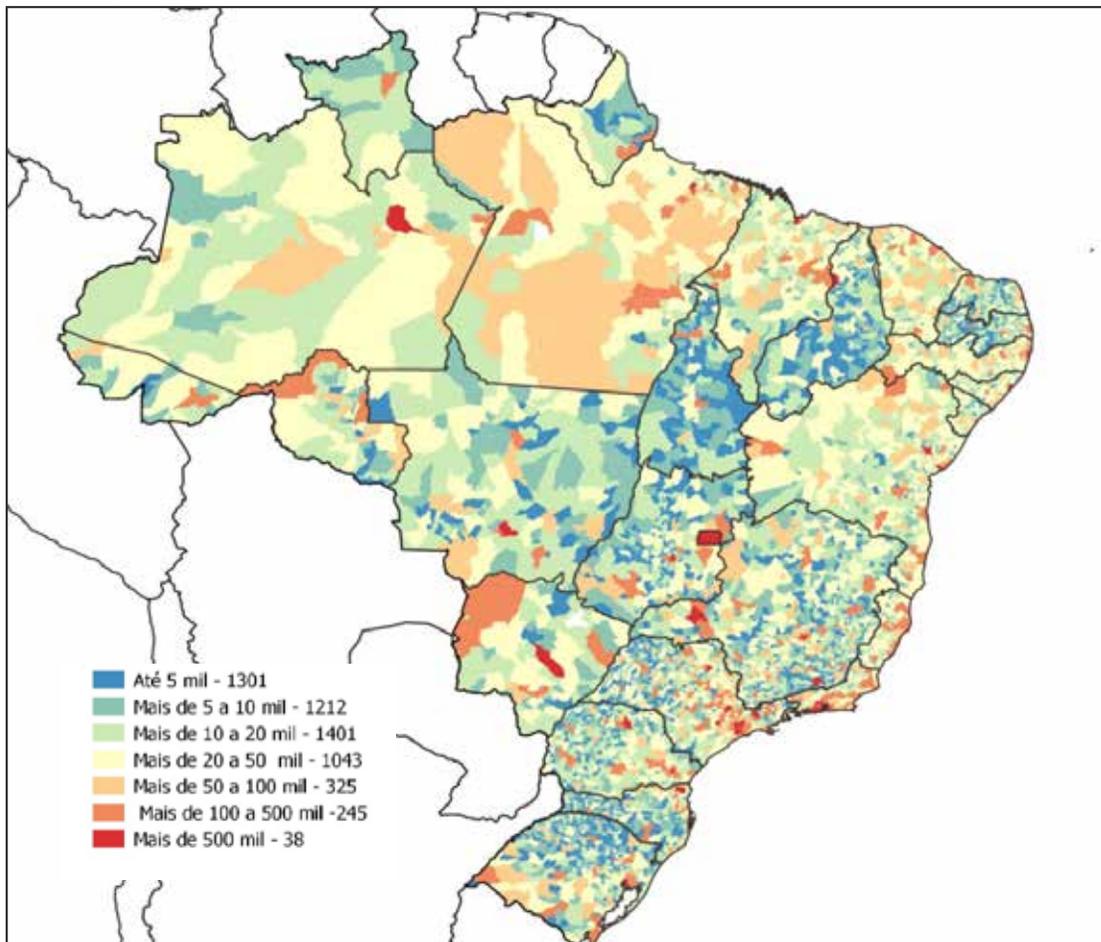
Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

⁴⁷ As faixas sugeridas referem-se aos anos correspondentes aos períodos republicanos recentes: os períodos que antecederam a República de 1945, o ano posterior à República de 1945 até 1964, o período de ditadura militar até a celebração da Constituição de 1988 e o período subsequente.

O segundo indicador considera o tamanho das cidades brasileiras, um dos indicadores mais sensíveis na correlação com diversos indicadores de diferentes naturezas. O indicador exige um conhecimento do território nacional, o que pode enganar alguns analistas. Trata-se de um país com um grande número de municípios, muitas vezes com um largo território e pouca população, ao passo que municípios quase não visíveis concentram os maiores contingentes populacionais.

Essa natureza – que remete ao processo de ocupação desde a colônia até a urbanização recente e tardia, localizada nas regiões Sudeste e Sul, nas capitais, mas também à fixação da população no litoral e próxima aos rios – é o atributo que se impõe para uma leitura correta dos indicadores geográficos e espaciais.

Figura 30 – Municípios brasileiros, por faixas de tamanho de população, 2010.

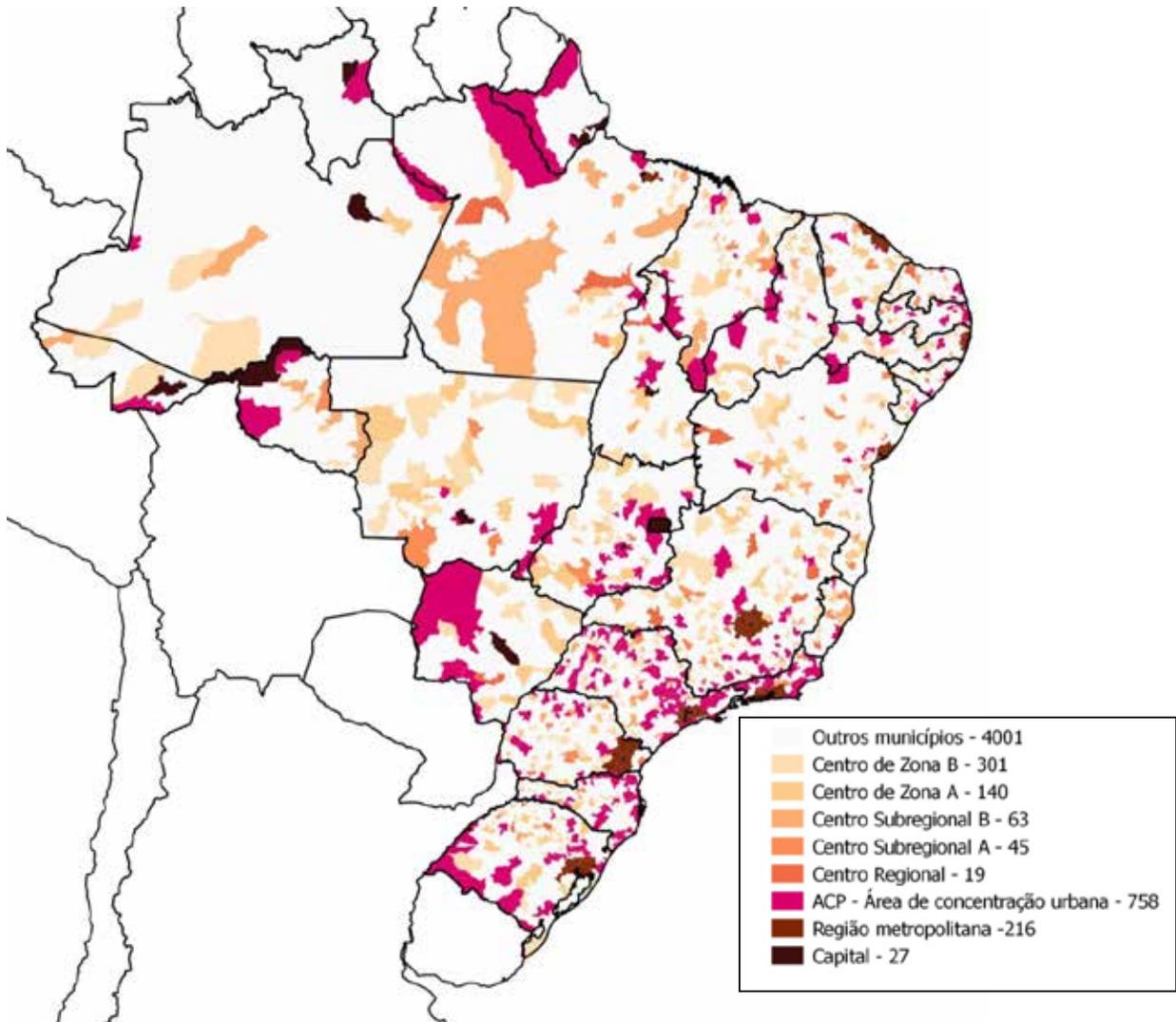


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Como já designado, a proposta de classificação geoespacial, a seguir, procura trazer uma síntese a partir da reflexão da área geográfica do IBGE, mesclando a metodologia de aglomeração urbana, centralidade das cidades, e ainda critérios administrativos, como a delimitação formal das regiões metropolitanas e as capitais brasileiras⁴⁸.

⁴⁸ O critério administrativo, embora questionado sob o ponto de vista da aglomeração e conurbação urbana, assim como a inclusão de todas as capitais, foi adotado tendo em vista a relação com a variável dependente, ou seja, indicadores eleitorais que são sensíveis à centralidade de áreas admitidas pelo poder público como centrais.

Figura 31 – Proposta de classificação geoespacial.



Encerrando essa parte do estudo, procurou-se obter um único quadro síntese que fosse capaz de reunir os resultados da análise estatística apreendida pelos dois eixos resultantes, através da Análise Fatorial. Simplificando:

- **primeiro eixo principal (Fator 1):** qualidade de vida (IDH) alto *versus* pobreza e desigualdade;

- **segundo eixo principal (Fator 2):** urbanização/metropolização *versus* rural e agrário.

A distinção econômica se dá pelas atividades agropecuárias, ligadas ao Fator 2, sejam dinâmicas ou ruralizadas, pelo maior peso do setor industrial, de serviços e impostos, correlacionados positivamente com os dois fatores, e a importância da administração pública nas cidades com as maiores incidências de pobreza e desigualdade (Fator 1). A Figura 32 mostra a inter-relação entre os dois fatores produzidos inicialmente, enriquecendo a análise dos indicadores estruturais utilizados. Para a facilidade de síntese e compreensão, foi usada a unidade de análise estadual.

Cruzando os fatores pelas unidades geográficas de região, unidades da Federação, faixas de população e a classificação geoespacial proposta, chega-se aos quatro quadrantes resultantes da análise:

- a) Áreas urbanas e metropolitanas onde o nível de qualidade de vida é mais elevado. Encontram-se aí os estados da região Sudeste e o Distrito Federal, os maiores municípios e os metropolitanos, os municípios com maior centralidade, os municípios que se caracterizam pela predominância do setor industrial, terciário e que têm impacto dos impostos. Seus níveis gerais de escolaridade, renda e longevidade são maiores, assim como menor fecundidade.
- b) No lado oposto, diametralmente, estão aqueles caracterizados pela pobreza e desigualdade, e ao mesmo tempo pelo contexto ruralizado e agrário. Seriam os municípios mais precarizados, correspondendo à maioria dos estados das regiões Norte e Nordeste, sendo municípios com baixa centralização e pouca população. Os estados de Tocantins, Piauí, Maranhão, Paraíba, Acre e Roraima, seriam os principais exemplos.
- c) Um terceiro quadrante, com a positividade de melhor qualidade de vida, porém com características rurais e agrárias – embora de outro tipo –, estaria localizado nas regiões Sul e Centro-Oeste. E mesmo São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo também mantêm certa posição híbrida entre o primeiro grupo e este. São municípios entre 5 mil e 20 mil habitantes, não têm centralidade e a ruralização é associada ao agrário moderno, pois encontram-se mais associados ao quadrante os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás.
- d) O quarto quadrante praticamente confunde-se com o segundo, exceto pelo fato de haver maior urbanização. Apresentam um quadro de maior pobreza e desigualdade social, maiores taxas de mortalidade infantil, maior fecundidade, e o PIB dependendo da administração pública. Encontram-se, nesse caso, concentrações urbanas não centrais, ou seja, periferias urbanas, cidades médias, estados da região Norte, como o Amazonas, e do Nordeste, como Pernambuco Ceará e Alagoas.

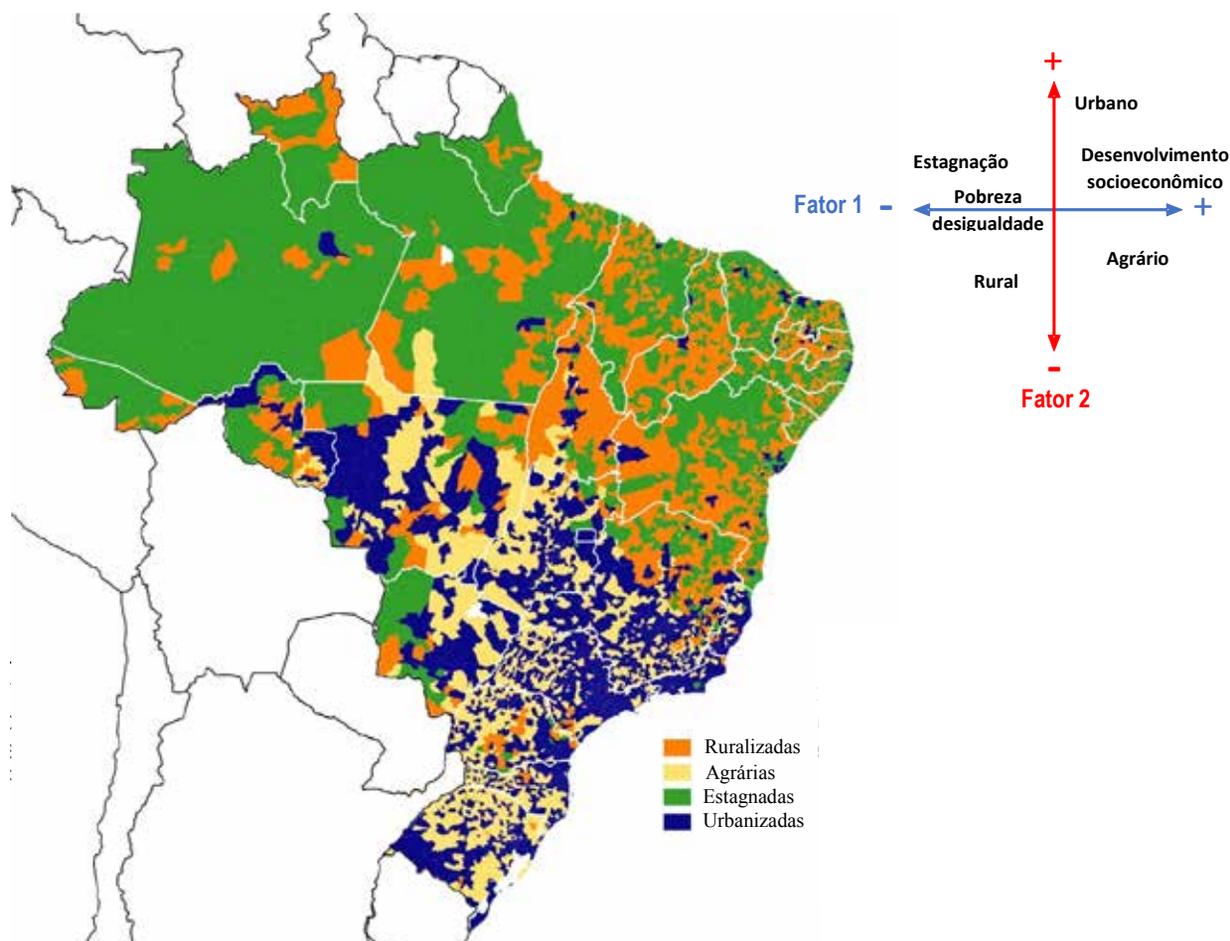
A tipologia obtida fez chegar a uma classificação de quatro áreas, correspondentes aos quadrantes descritos acima e definidas como:

- **Áreas de mais alta urbanização**, metropolização e qualidade de vida, industrializadas e terceirizadas.
- **Áreas estagnadas e empobrecidas**, com alta desigualdade, pouco populosas, em boa parte localizadas no Norte e em parte do Nordeste, caracterizadas fortemente pela dependência da administração pública.
- **Áreas agrárias**, ruralizadas, onde prevalece o agronegócio, com populações médias e relativa qualidade de vida. Cidades de porte médio, localizadas nas regiões Sul e Centro-Oeste.
- **Áreas ruralizadas ou periféricas urbanas**, com maior contingente populacional, especialmente localizadas no Nordeste brasileiro⁴⁹.

⁴⁹ Evidentemente, considerando a unidade de análise espacial, distribuições intramunicipais da população não são aqui reveladas. Mas é conhecida a desigualdade espacial nas cidades brasileiras, em que prevalece o formato núcleo e periferia ou áreas centrais e periféricas (ABREU, 1987; RIBEIRO e RIBEIRO (Orgs., 2013). O mesmo se aplica em cidades onde predomina o agronegócio.

A figura abaixo, que faz o cruzamento para os *scores* positivos e negativos resultantes da Análise Fatorial aplicada em 2010, mostra a tipologia com as quatro situações.

Figura 32 – Síntese da Análise Fatorial das dimensões sociais, demográficas, econômicas e territoriais para os municípios brasileiros, 1991, 2000 e 2010, por municípios.



A urbanização e metropolização, industrialização, a formação de um novo mercado de trabalho com a terceirização, a mobilidade social, a nova face do setor agropecuário, o reposicionamento de segmentos sociais como o das mulheres, a afirmação das etnias, a maior escolarização da população, sem contar o papel exercido pelas políticas públicas, fazem notar mudanças longitudinais que ganham força e visibilidade com o passar de anos, ou melhor, de décadas.

Mas no jogo entre a sincronia e a diacronia, a estrutura e a conjuntura, persiste a continuidade se sobrepondo à ruptura. Por isso é que se recorreu ao pensamento social da gênese da formação da nacionalidade brasileira nas décadas de 1930 e 1940. Para reafirmar que o legado colonial ainda é marca presente e forte em nossa sociedade, a despeito dos desejos de modernização ou mesmo inserção global do país. E a partir da constatação sobre a persistência de uma triste herança trópica é que examinaremos a sobreposição dessa estrutura semimóvel com a dinâmica eleitoral.

Eleições presidenciais e participação eleitoral no Brasil

Como já referido em outros momentos, considera-se aqui que as eleições presidenciais são as mais importantes do ponto de vista da estruturação institucional, através do que Abranches (1988) denomina *presidencialismo de coalizão*, destacando o caso brasileiro, entre outros países ocidentais, como sujeito às grandes coalizões, que lhe permitem a sustentabilidade. Essa coalização estrutura a ordem institucional e federativa, determinando as relações entre os poderes.

A formação de coalizões envolve três momentos típicos. Primeiro, a constituição da aliança eleitoral, que requer negociação em torno de diretivas programáticas mínimas, usualmente amplas e pouco específicas, e de princípios a serem obedecidos na formação do governo, após a vitória eleitoral. Segundo, a constituição do governo, no qual predomina a disputa por cargos e compromissos relativos a um programa mínimo de governo, ainda bastante genérico. Finalmente, a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, quando emerge, com toda força, o problema da formulação da agenda real de políticas, positiva e substantiva, e das condições de sua implementação.

É o trânsito entre o segundo e o terceiro momentos que está no caminho crítico da consolidação da coalizão e que determina as condições fundamentais de sua continuidade (ABRANCHES, 1988, pp. 27-28).

O nosso presidencialismo, segundo o autor, forma um arcabouço institucional que se caracteriza pelo alto grau de heterogeneidade social, econômica e regional; pela alta propensão ao conflito, tanto do ponto de vista da diversidade e segmentação, quanto da estrutura de classes (conflitos horizontais e verticais); uma fragmentação partidária média e mediana, que promove um desajuste entre o Executivo e as forças parlamentares; a forte tradição presidencialista do país, desde 1889, que por duas vezes rejeitou outro sistema e forma de governo; insuficiência e inadequação do quadro institucional como um todo, em manter o equilíbrio e a estabilidade necessários à governabilidade (ABRANCHES, op. cit., pp. 31-32).

Afirmando que apesar dos óbices apontados o nosso sistema se mantém como expressão de uma trajetória histórica e política, o autor encerra o seu artigo afirmando que:

Creio que nosso dilema institucional resolve-se com instrumentos, que permitam regular a diversidade, conviver com ela, pois nosso quadro sociocultural e econômico faz da diferença uma destinação – nossa *fortuna*, na acepção de Maquiavel –, mas é da nossa *virtú*, nossa capacidade de criar as instituições necessárias, que poderão advir a normalidade democrática e a possibilidade de justiça social. Se sermos diversos e contrários é inevitável, a desordem e o autoritarismo não devem constituir nosso fado e nossa tragédia (ABRANCHES, 1988, p. 32).

Além do conceito chave de Abranches, a escolha da eleição presidencial como objeto deste estudo é delimitada pela forte inclinação do eleitor do país em priorizar o cargo, em detrimento do partido político, organização de mais fraco vínculo direto das inclinações das preferências. Além disso, hierarquiza a votação para o Executivo sobreposto ao Legislativo, dando maior distinção ao posto presidencial, seguido pelo de governador e prefeito. Mas o presente estudo aponta ainda outro forte motivo para o tratamento das eleições presidenciais no Brasil.

O argumento é de natureza sociológica, alinhando-se com a discriminação feita por Figueiredo (1991), que classifica as teorias sobre a decisão do voto em psicológica, histórico-conceitual ou sociológica e ainda as teorias sobre a escolha racional (em suas diferentes derivações). Embora o autor apresente uma justificativa lógica para os modelos mais sofisticados de escolha racional, condições empíricas, além de teóricas, foram determinantes para a escolha do modelo sociológico aqui seguido.

Em primeiro lugar, para além do processo de decisão, formação do eleitorado, a formalização ou não do voto apresenta padrões estruturais e conjunturais que incorporam dimensões econômicas, sociais, culturais e geográficas (sendo essa última vertente identificada por Figueiredo como variante da teoria sociológica). Assim, essas dimensões se aplicam lógica e empiricamente à explicação da participação eleitoral e do voto. E mais ainda para as eleições presidenciais.

Em segundo lugar, ao tomar a unidade de análise espacial (no caso, o município), fica invalidada a utilização dos modelos de teoria psicológica e racionais do voto, pois necessitariam de uma metodologia das pesquisas baseadas em amostra de indivíduos ou eleitores. No caso do próprio Marcus Figueiredo, sua produção mais recente combinou de forma profícua, metodologias diversas, racional, sociológica e geográfica (VASCONCELOS e FIGUEIREDO, 2011).

Finalmente um terceiro argumento, clássico, que remete ao problema relativo ao conceito e prática da representação e, portanto, da legitimidade de tal sistema eleitoral. Inicia-se com o paradoxo posto por Rousseau:

A soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa. É ela mesma ou é outra, não há meio termo. Os deputados do povo não são, nem podem ser, seus representantes; não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto, não é lei. O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do Parlamento; uma vez estes eleitos, ele é escravo, não é nada. Durante os breves momentos de sua liberdade, o uso que dela faz mostra que merece perdê-la. (Rousseau, 2005 p. 187) [original de 1757].

O exato momento do voto. Quando a vontade agregada do eleitor, assim como a sua ausência, constitui a legitimação e a direção de um governo, que soma o maior número de votos, de acordo com regras institucionais estabelecidas. Nesse momento de mais absoluta coincidência entre a vontade do representado com a do representante, estabelece-se o *fato social*, da participação eleitoral em sua apreensão pelos indicadores. Pois os indicadores eleitorais são indicadores sociais, e assim devem ser tratados:

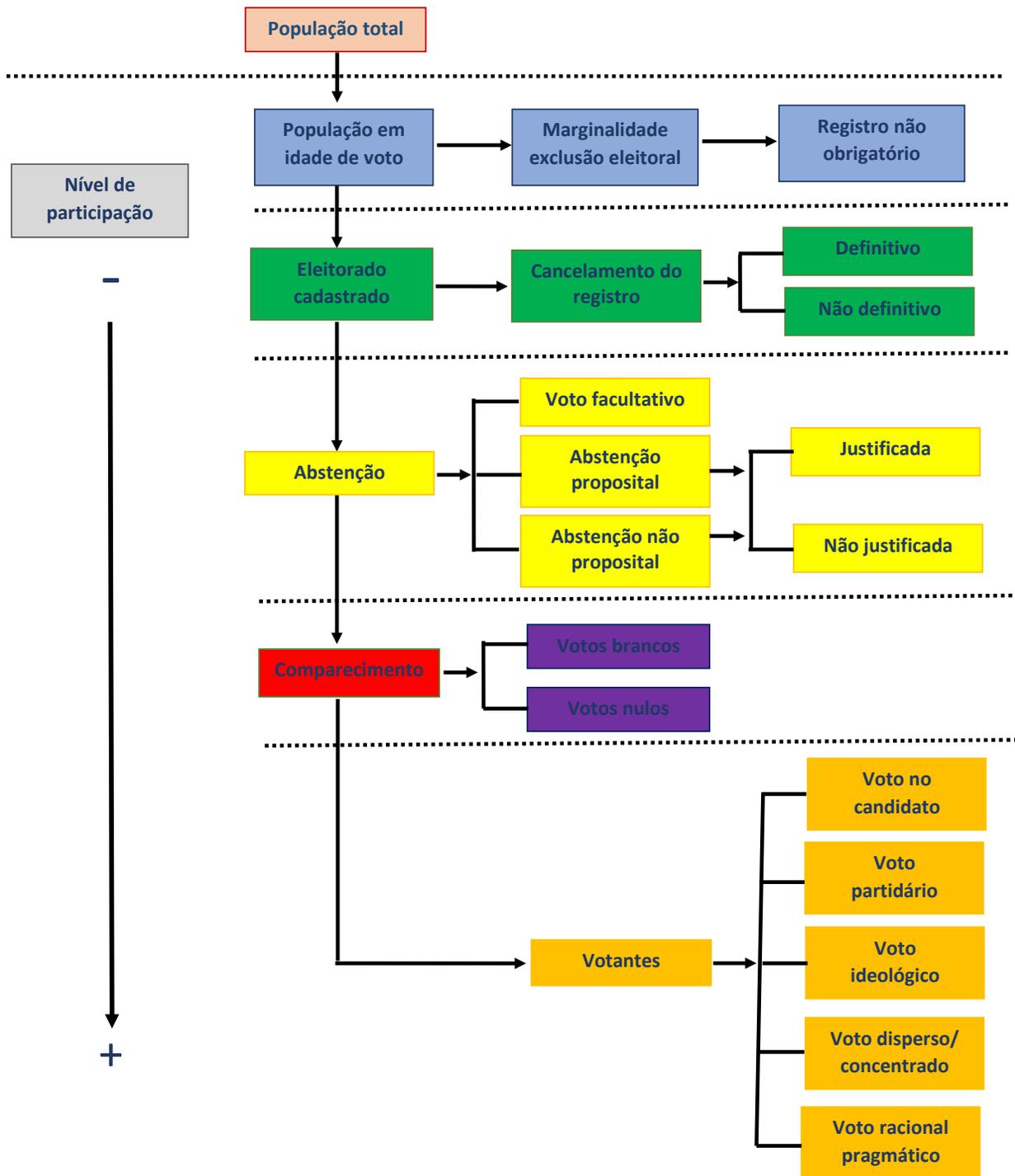
Indicador social é aquele capaz de produzir um conhecimento relevante sobre a realidade, referido à teoria e conceitos, traduzido geralmente em sua expressão matemática ou estatística, geralmente diferenciado do dado bruto ou de uma variável. Procura a síntese da informação, refere-se ao tempo e ao espaço, à estrutura e aos segmentos sociais, articulando uma temática. Procura suprir a ausência ou irracionalidade da ação, assim como avaliá-la (LINS e ALKMIM, 2008, p. 66).

Dessa forma, as eleições presidenciais passam a ser tratadas como um fenômeno eleitoral específico que redunde em indicadores eleitorais, e através deles e a correlação com outros processos e indicadores, permitindo um conhecimento importante sobre a principal manifestação

política por parte da população no país, em consonância com a teoria sociológica sobre a decisão do voto (LIPSET, 1959; LIPHART, 1984; ROKKAN e URWIN, 1983; PRZEWORSKI, 1985).

A Figura 34 mostra o esquema do qual são derivados os indicadores eleitorais, aplicados às eleições presidenciais.

Figura 33. Modelo conceitual para os indicadores eleitorais



O modelo pressupõe que a presença eleitoral e o voto efetivo representam um aumento na participação eleitoral (CAMPBELL, 1964; CONVERSE, 1964; DAHL, 2015, [1972]). Daí a direção dada ao nível de participação, do eleitorado potencial até a direção do voto. Em seu momento culminante.

A partir da população total, a primeira desagregação corresponde ao eleitorado potencial, ou seja, a população em idade de voto. Nesse nível duas situações se apresentam. Primeiro, a exclusão de uma parcela desse eleitorado potencial, para quem o voto é obrigatório, ou seja, que não tem cadastro eleitoral; segundo, uma parcela nos extremos etários para aqueles cujo registro e o voto são facultativos. No caso brasileiro, a população de jovens de 16 e 17 anos e os mais idosos com 70 anos e mais.

Pode-se extrair daí um indicador de marginalidade eleitoral, ou seja, a exclusão de quem deveria ser eleitor, mas não é. No entanto, esse indicador, que será apresentado na sequência do estudo, é um *proxi*, na medida em que, além da faculdade do voto, ainda podem ocorrer cancelamentos provisórios ou definitivos de registro, em função do não comparecimento a três eleições consecutivas. O cancelamento pode ocorrer por motivos diversos (como, por exemplo, a suspensão de direitos da população carcerária), sendo em tese o fator mais importante a mortalidade de eleitores. Apesar das ressalvas formais, o indicador sugerido de marginalidade eleitoral, a ser visto, traz o traço da exclusão e das desigualdades no país.

A abstenção irá merecer também uma atenção especial. Pois é motivada, tal como a marginalidade eleitoral, pelos mais diversos fatores, que vão desde a faculdade do cadastramento, da abstenção proposital e a não proposital. Podem ainda ser justificadas, perante a justiça eleitoral, com o pagamento de uma multa de baixo valor. De qualquer forma, também é considerado como um fator de não participação.

Uma vez tendo sido formado o corpo eleitoral, a partir do comparecimento efetivo às urnas, ainda ocorrem as alternativas de voto branco e nulo, provocados pelo erro, pelo menor nível de conhecimento de acesso ao sistema eletrônico vigente, ou ao protesto conjuntural ou mais consistente em relação às eleições.

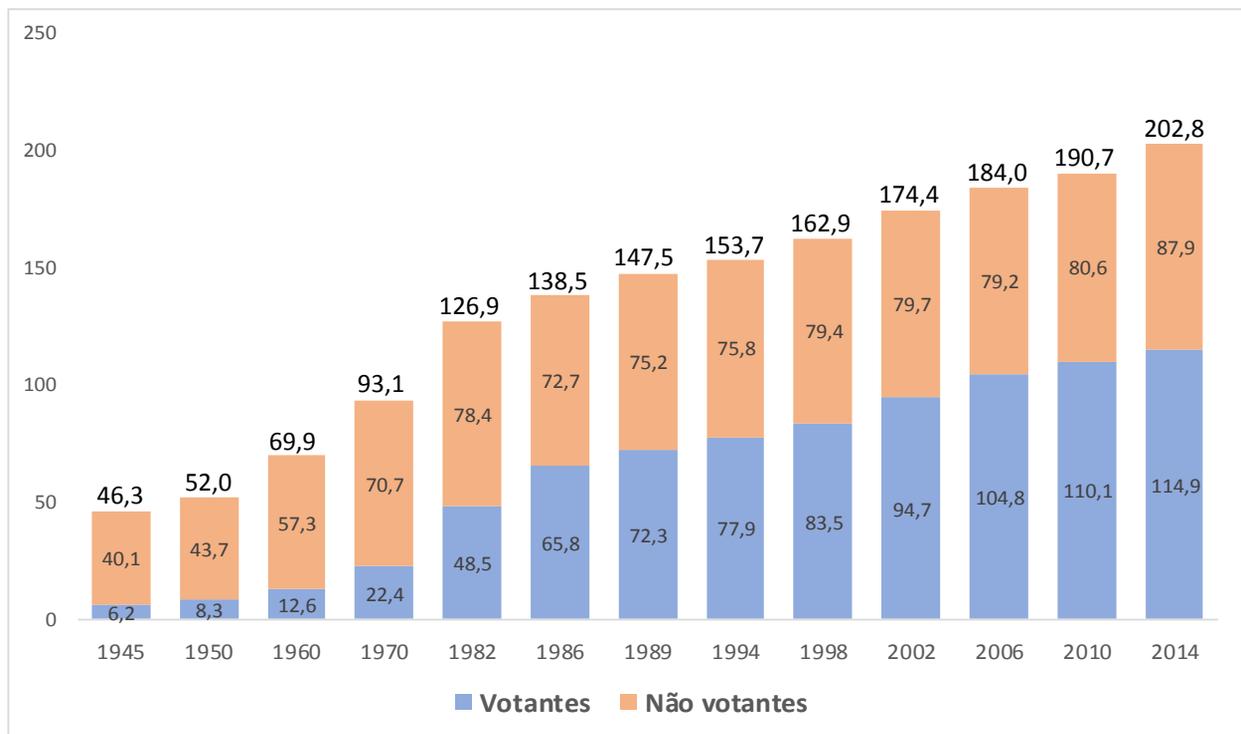
Por fim, o voto direcionado ao candidato ou ao partido, que denotaria o maior compromisso com a legitimidade do sistema. Nesse caso, diversas podem ser as interpretações, quanto ao espectro ideológico, dispersão ou concentração do voto, ou mesmo a inferência de motivações racionais ou não, inferidos aos resultados, ainda que se trate de decisões agregadas social e espacialmente.

No presente caso, assinala-se já o fato de que em geral as eleições no período tiveram, com exceção das eleições de 1989, três candidatos principais, dos quais predominaram, a partir de 1994, as candidaturas do PT e do PSDB, em turno único ou em dois turnos. Essa característica facilita a análise da direção do voto, embora, seja dado destaque a diferenças de redutos e de vizinhança, traduzindo a volatilidade do voto, do ponto de vista espacial.

Antes de passar ao tema da marginalidade, a figura apresentada a seguir mostra a evolução dos votantes, ou seja, do comparecimento eleitoral, frente à população. A evolução temporal mostra que o Brasil se tornou uma das maiores democracias representativas do mundo, o que acompanhou o processo histórico, ainda que tardio, da sua urbanização.

Cabe ressaltar que em 1945 os votantes representavam 13,4% da população total. Passou a constituir a parcela maior de votantes, comparados aos não votantes em 1994, e em 2014 o percentual de votantes alcançou 56,4% da população total.

Figura 34. Número absoluto da população e proporção de votantes e não votantes entre 1945 e 2014.



Fontes: Carvalho (1988), Santos (1987), IBGE e TSE.

A marginalidade eleitoral em 1991, 2000 e 2010

O conceito de marginalidade eleitoral é raramente abordado pela ciência política brasileira. O fato não parece ter muita justificativa, pois esse seria um primeiro traço da exclusão social e política que afeta um grande contingente de pessoas.

O que pode parecer uma razão para essa lacuna, corresponde à ideia que, uma vez constituído, o eleitorado efetivo forma o corpo de cidadãos que corresponde ao *demos* de uma *polis*, no sentido grego. Mesmo em países com o quais usualmente fazemos comparações, como os Estados Unidos, onde o voto é facultativo, as abstenções, por si sós são insuficientes para o estudo da exclusão social, pois a elas precede o registro que também é facultativo. Embora recaia em geral sobre as abstenções o objeto de diversas análises, apontando-se que é afinal o ato de comparecer ou não às urnas que pode ser determinante para o resultado eleitoral final, naquele país, como aqui, o não registro para se habilitar ao voto e as abstenções são eventos distintos e de certa forma autônomos⁵⁰.

Uma dificuldade importante refere-se à ausência de estatísticas nacionais derivadas de fontes oficiais em uma única base. O Supremo Tribunal Eleitoral (STE) não dispõe de informações sobre a população em idade de voto que não tem título. E em função de diversas questões, a própria relação entre o eleitorado como um todo e a população pode parecer, ou ser, contraditória, o que não pode ser confirmado sem uma única base cadastral.

⁵⁰ Uma introdução a essa discussão, e também sobre o perfil da exclusão social naquele país, pode ser encontrada no artigo “Voter Turnout in New York city: who does not vote and what can be done” (BARDIN et al., 2012).

Por seu lado, o IBGE não fornece informações sobre o registro eleitoral, exceto em um questionário suplementar, em 1988, de participação política e social, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), quando se indagou à população em idade de voto sobre tal registro⁵¹.

Os cadastros do IBGE e TSE fornecem informações que não mereceram até aqui um esforço institucional de compatibilização, o que poderia lançar um melhor conhecimento dessa matéria, lançando uma luz sobre o problema da extensão da cidadania no país.

Um dos poucos estudos que remete diretamente ao tema da marginalidade eleitoral no Brasil é de autoria de Bolivar Lamounier, ao analisar as eleições para prefeito no município de Presidente Prudente, em São Paulo, em 1976. Ao analisar o contexto eleitoral em geral, Lamounier faz referência a três tipos de comportamento que se aplicariam aos eleitores no que diz respeito à ausência de identificação partidária: os independentes, os indiferentes ou os marginais. A classificação toma como referência o trabalho de Berelson, Lazarsfeld e MacPhee, de 1954, onde defendem que o maior interesse na política está associado com a identificação partidária⁵². O termo *independente* tem uma conotação intelectualizada por parte de quem avalia objetivamente um processo eleitoral, sem colocar em primeiro plano a identidade partidária. Já os *indiferentes*, demonstram um sentimento cético, mais característico de camadas situadas inferiormente na estrutura social, com forte restrição aos partidos, votando da mesma forma que os independentes, porém com uma rejeição generalizada às opções apresentadas (LAMOUNIER, 1978, p. 42).

Os *marginais*, de onde deriva o conceito aqui tratado, podem ser, segundo o autor, justificados através de dimensões objetivas (ligadas à sua posição socioeconômica) ou subjetivas (atitudinais):

Esta hipótese tem um ponto de contato com a anterior, mas não se confunde com ela. Referimo-nos aqui a fatores que podem estar em parte correlacionados com fatores socioeconômicos, tais como a renda individual ou a escolaridade, mas que não se reduzem a estes. A habilitação eleitoral é um bom exemplo. Sabe-se que muitos indivíduos habilitados a votar não regularizam a tempo a documentação pertinente. Muitos não transferem o título da localidade de residência anterior para a presente, limitando-se a justificar pelo correio o não comparecimento. Outro exemplo seria o daqueles que declaram não ter interesse em política, em geral, ou no resultado das eleições, em particular. Estes não são necessariamente indivíduos desprivilegiados na hierarquia socioeconômica. São, antes, indivíduos marginalizados ou que se automarginalizam em relação ao processo político enquanto tal (LAMOUNIER, 1978, p. 43).

Vê-se, com essa passagem, que o autor não delimita exatamente o termo com a precisão que estabelece o limite entre a exclusão e a opção pelo comparecimento, como aqueles que têm o título, mas se limitam a justificar o não comparecimento (abstenção).

A tese de doutorado de Julia Stadler, defendida em 2015, nota de forma mais precisa a questão ao trazer uma reflexão sobre a linha, ou barreira de entrada de cidadãos na esfera formal da participação. Uma condição que existe desde a antiga Grécia, onde a idade, o sexo, a renda, a situação de escravidão ou de estrangeiro (*meteco* como no caso do filósofo Aristóteles que, mesmo sendo proeminente em Atenas, não era considerado cidadão, pela sua origem macedônica).

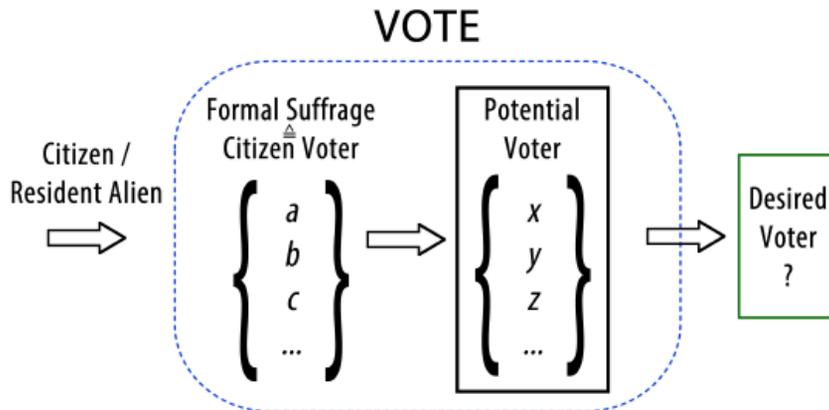
51 O Suplemento de participação política e social, levado a campo pela PNAD, constatou que 10,2% das pessoas com 18 anos ou mais de idade não tinham título de eleitor. Em um estudo específico sobre esse segmento ficaram claros os traços da exclusão social, pois eram os mais idosos, mulheres, donas de casa, negros, residentes nas regiões mais pobres e rurais do país, além de um perfil menor de renda e instrução, aqueles que menos tinham a posse do documento (IBGE, 1989 e ALKMIM, 1989).

52 Berelson, Lazarsfeld e McPhee: *Votting: a study of opinion formation in a presidential campaign* (University of Chicago Press, 1954).

Condições, estabelecidas formalmente, definiam aqueles que participavam ou não ativamente da *ágora* e das demais atividades consagradas aos integrantes da *polis*⁵³.

Stadler traz um esquema, aparentemente simples, mas que abre uma nova perspectiva em relação à reflexão de Lamounier, embora volte a ser ressaltado que, para aquele autor, a marginalidade eleitoral não era a sua preocupação principal no artigo referido, mesmo sendo um dos poucos a tangenciar a questão.

Figura 35 – Abordagem sobre o *eleitor desejado*.



Fonte: Julia Stadler, 2015.

A figura acima traz a imagem do *eleitor desejado*, ou seja, aquele que é filtrado institucionalmente por um determinado sistema político e eleitoral. A questão da conquista do voto feminino, ao longo da história, enquadra-se perfeitamente nessa situação. O eleitor desejado é, portanto, resultante de articulações de poder, institucionais, legais, objetivamente formulados.

Mas, por outro lado, ocorrem, e a autora não é desatenta a isso, fatores de exclusão que são determinações objetivas ou subjetivas dos próprios eleitores. Na Alemanha contemporânea o voto obrigatório tem historicamente uma lógica cultural de *dever e direito simultâneos*, completamente diversa da lógica no Brasil, onde o voto é em boa parte apenas compulsório, mesmo rejeitado. Entretanto, mesmo na Alemanha, como em diversos outros países, as taxas de participação apresentam um recrudescimento.

Para deixar claro o conceito aqui utilizado, *marginalidade eleitoral* será entendida como a diferença proporcional entre a população em idade de voto e a população cadastrada eleitoralmente. Em termos de uma fórmula é expressa por:

Taxa de Marginalidade Eleitoral = população em idade de voto (16 e mais) sem cadastro eleitoral / população em idade de voto (eleitorado potencial) *100

O indicador não é unívoco e de interpretação direta. Vários fatores podem contribuir para isso. Conforme a Constituição de 1988, no título II, referente aos direitos e garantias fundamentais, capítulo IV, que descreve os direitos políticos, artigo 14:

⁵³ STEDLER, J. *The institutionalised voter: from su rage to mandatory electoral participation. Insights from Brazil and Germany* (IESP, 2015). Nesse estudo, Julia Stedler faz uma discussão tomando dois modelos federativos, a Alemanha e o Brasil, que têm sistemas políticos e semelhantes determinações em relação ao voto obrigatório.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p. 10.)

Cada um desses casos tem justificativas diversas, objetivas e subjetivas, como apontou Lamounier, embora não tenha sido exaustivo nas suas enumerações. Serve como exemplo o fator etário, a inserção no mercado de trabalho, vínculo com outros documentos, como o passaporte, migração, densidade populacional (como apontado por Lima Junior, 1990), morbidade e mortalidade.

Mas os motivos sociológicos de exclusão social, já apontados pela escola de Michigan, parecem prevalecer. E como avaliaremos adiante, têm relação com os eventos econômicos e os resultantes da conformação geográfica do país.

A Figura 36 a seguir mostra os valores calculados para as taxas de marginalidade eleitoral para os anos de 1991, 2000 e 2010, no Brasil.

Figura 36 – Eleitorado potencial (pessoas em idade de voto), eleitorado, marginalidade eleitoral e taxa de marginalidade eleitoral. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

	A Eleitorado potencial	B Eleitorado	C = A-B Marginalidade eleitoral	D = C/A*100 Taxa de marginalidade eleitoral
1991	92.727.415	83.814.316	8.913.099	9,61
2000	115.383.244	109.539.623	5.843.621	5,06
2010	141.025.978	135.355.682	5.670.296	4,02

Fonte: TSE e IPEA/Tabulações dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Nota: Na estimativa de 1991 foram utilizadas as informações do Censo Demográfico para estimar o eleitorado potencial e as informações do TSE para o eleitorado de 1990.

Os valores agregados ao nível nacional alcançados por essa estimativa indireta, mostram-se coerentes, mesmo levando-se em conta a complexidade em não se calcular diretamente o indicador sobre a forma ideal, ou seja, uma fonte única, ou pelo menos minimamente harmonizada.

A taxa de marginalidade calculada indiretamente para 1991 (9,6% ou 8,9 milhões de pessoas) está em consonância com a PNAD de 1988 (10,2%, que equivalia a 11,8 milhões de pessoas), um valor robusto, que, de forma nenhuma deve ser ignorado pelos analistas políticos ou pelos gestores da inclusão eleitoral. Ressalte-se novamente que o perfil desse segmento foi bem traçado pela PNAD de 1988, detectando-se a relação significativa da marginalidade com fatores de ordem sociodemográfica.

A expressiva queda da taxa em 2000 e 2010, pode ser associada a interferências na gestão do cadastro eleitoral. O TSE implementou uma medida importante, com a exclusão de eleitores do cadastro eleitoral a partir de três eleições consecutivas, medida adotada em 1988, com repercussão para eleições posteriores⁵⁴. Assim como as urnas eletrônicas, disseminadas em ampla escala a partir de 2006. Esses fatores institucionais, muito possivelmente contribuíram para a queda na taxa de marginalidade eleitoral do país, mais recentemente.

Em 2010, o número próximo a 5,7 milhões de marginalizados eleitorais correspondia a um contingente de eleitores maior do que o segundo município do país, Rio de Janeiro, com os seus 4,7 milhões de cadastrados, nesse mesmo ano. Assim, não pode ser desconsiderada a ausência de franquia para tão expressivo segmento, mesmo que a estimativa seja um *proxi* e que uma parte seja de automarginalizados, até mesmo pela faculdade do voto nos extremos de idade e outras situações. De qualquer forma, a hipótese mais segura é a da exclusão eleitoral, em forte associação com a exclusão social. Assim, apenas uma política pública consistente, baseada em informações mais seguras, poderá restabelecer a visibilidade e o poder de cidadania para esses milhões de marginalizados.

Tendo a Constituição como referência ao estabelecer as condições de elegibilidade, no ano de 2010 a população com 70 anos somava 9,2 milhões e representava 6,5% da população em idade de voto.

Esse segmento correspondia a 9,4 milhões de eleitores (ou 6,9% do eleitorado total), praticamente o mesmo valor absoluto para denominadores diferentes (população e eleitorado)⁵⁵. Sabe-se, entretanto, que os mais idosos mantêm o seu cadastro, ou seja, permanecem eleitoralmente ativos, devendo ser descontada a mortalidade nessa faixa etária, entre as três eleições consecutivas.

A diferença na marginalidade proporcional entre mais idosos e mais jovens fica mais clara quando se examina o outro extremo de faixa etária para o voto facultativo. A população de 6,8 milhões de pessoas com 16 ou 17 anos de idade corresponde a 4,8% da população em idade de voto. Ao passo que os 2,4 milhões de eleitores nessa faixa mais jovem, formam 1,8% do total de eleitores. Ou seja, a participação nesse segmento é muito menor.

Quanto ao número de analfabetos, para a população de 15 anos ou mais, ainda em 2010, segundo o IBGE era de 18,3 milhões (13% do eleitorado potencial) e de 8,0 milhões de eleitores que se declararam analfabetos (6% do total de eleitores cadastrados). Indica-se, por aí, o significativo efeito da escolaridade na ausência da participação eleitoral⁵⁶.

Registre-se, tendo como referência o texto constitucional, o número de alistados militares em 2010, que atingiu 1,6 milhões de jovens no país, e a população carcerária naquele ano, de 494 mil presos⁵⁷. Para esses 2 milhões de pessoas o exercício do voto ficaria impedido, embora pudessem ter o seu cadastro eleitoral. Ou, ao contrário, o contingente de 1,6 milhões de alistamentos

⁵⁴ Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965, com a inserção do artigo V – deixar de votar em 3 (três) eleições consecutivas (Redação dada pela Lei nº 7.663, de 27.5.1988).

⁵⁵ Informações capturadas em julho de 2017 nos *sites* do IBGE e TSE: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2000> e <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas-de-eleitorado>.

⁵⁶ Capturadas em julho de 2017 nos *sites* do IBGE e TSE: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf> e <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas-de-eleitorado>.

⁵⁷ As informações sobre o efetivo militar alistado foram capturadas em julho de 2017 no *site* do Ministério da Defesa: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2011/03/defesa-inicia-campanha-para-alistamento-militar-de-2011> Já as informações sobre a população carcerária foi obtida em julho de 2017, indiretamente no site: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/10/03/populacao-carceraria-do-brasil-cresceu-quase-150-em-uma-decada-3/>

militares poderia justificar a menor adoção do registro. Outro detalhe é que, apesar de o jovem só exercer o ano de prestação de serviço, ao ano que sucede ao seu aniversário de 18 anos, o título de eleitor não é um documento exigido na inscrição, e sim a certidão de nascimento, carteira de trabalho, identidade ou motorista, além de um comprovante de residência⁵⁸.

Ainda de acordo com a legislação, registre-se o número de eleitores brasileiros vivendo no exterior, pouco mais de 200 mil em 2010, segundo o TSE⁵⁹, desprezados nessa análise, embora devendo ser cadastrados, pois o título eleitoral é uma exigência para obter o passaporte, desde que na idade obrigatória. Exceção aos que permaneçam fora por mais de três anos.

Conclui-se, com a fragmentação do cadastro eleitoral, a partir de fontes as mais diversas, a impossibilidade de uma contabilidade mais fiel da magnitude e perfil da marginalidade eleitoral no país. Um primeiro caminho seria a unificação dos registros pessoais, que deveria ter como objeto a população total desde o seu nascimento. Situações intermediárias são exatamente isso, parciais e indeterminadas.

Além da unificação dos cadastros de população e eleitores, poderia, em um curto prazo, ser realizada uma pesquisa domiciliar, mesmo por amostra, pois seria capaz de dar uma resposta mais fiel sobre o conjunto das situações relatadas.

É importante assinalar que o valor estimado de 5,7 milhões de pessoas marginalizadas eleitoralmente equivale também ao saldo da diferença entre o eleitorado formalmente computado pelo TSE e estimativas para a população de 16 anos ou mais, portanto, em idade de voto, segundo resultado censitário para cada município. Pois essa diferença pode ser positiva ou negativa nos municípios. Ou seja, o eleitorado pode ser superior ou inferior ao eleitorado efetivo (população em idade de voto).

E 66,7% dos municípios brasileiros tiveram sua marginalidade bruta ou proporcional negativa em 2010. Em tese, menos eleitores que população. A diferença entre eleitores e população é uma possibilidade lógica decorrente, por exemplo, da migração, pois o voto está condicionado fisicamente ao local de registro eleitoral.

De acordo com o movimento migratório da população, o saldo tenderia a zero. Entretanto, como foi assinalado, a taxa de marginalidade, além da migração, decorre de múltiplas causalidades.

A Figura 37 mostra as possibilidades lógicas, traduzidas pela relação entre o eleitorado e a população em idade de voto. No primeiro círculo a população em idade de voto supera o eleitorado, o que pode ser explicado pelo voto facultativo nas faixas extremas de idade, assim como movimentos de deslocamento da população. A taxa de marginalidade nesse caso aponta para a parcela dos excluídos eleitoralmente.

O segundo caso, de total igualdade para o valor agregado da taxa de marginalidade eleitoral, é improvável em função de fatores como o citado acima, como o deslocamento da população que não atualiza o seu título ou não justifica o não comparecimento em três eleições seguidas. O ideal, entretanto, seria atingir o menor valor para a taxa. Dois municípios encontram-se, teoricamente, em 2010, com a taxa de marginalidade igual a zero (Tocantinópolis, em Tocantins, e Sobradinho, no Rio Grande do Sul).

E isso poderia incluir uma nova alteração na gestão do cadastro eleitoral, permitindo o voto

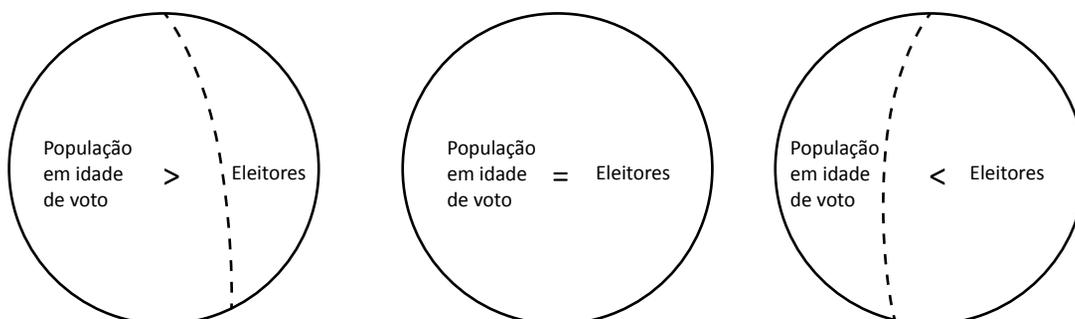
⁵⁸ <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/01/alistamento-militar-de-2017-vai-ate-30-de-junho>. Capturada em agosto de 2010.

⁵⁹ Fonte: TSE: informação capturada em julho de 2017: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas-de-eleitorado>.

em trânsito ou a atualização automática de quem tornou o deslocamento mais permanente. Uma discussão de decisão política institucional e tecnológica.

Já a terceira situação indica que existiriam mais eleitores do que a população apta para o voto. Esse é um problema a ser desvendado pela compatibilização dos dois indicadores de população e registro eleitoral, e os motivos que levam a isso. Uma das razões pode ser a de eleitores que migram para locais próximos e comparecem para votar nos seus municípios de origem, sem atualizar o seu endereço eleitoral. Eram 1.853 (33,2%) os municípios brasileiros que se encontravam nessa situação em 2010.

Figura 37 – Relações entre a população em idade de voto e o eleitorado.



A figura a seguir mostra cartogramas para a taxa de marginalidade eleitoral, assim como a sua evolução entre os anos de 2000 e 2010. Observa-se um padrão regional consistente para os dois indicadores nos anos investigados. Pode-se aferir que a taxa de marginalidade eleitoral é mais alta nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, sendo também expressiva na faixa litorânea, chegando a alcançar áreas de alta densidade populacional nas regiões Sudeste e Sul. A marginalidade eleitoral bruta realça o peso dessas últimas áreas, ao Sudeste e Sul, de mais alta concentração populacional.

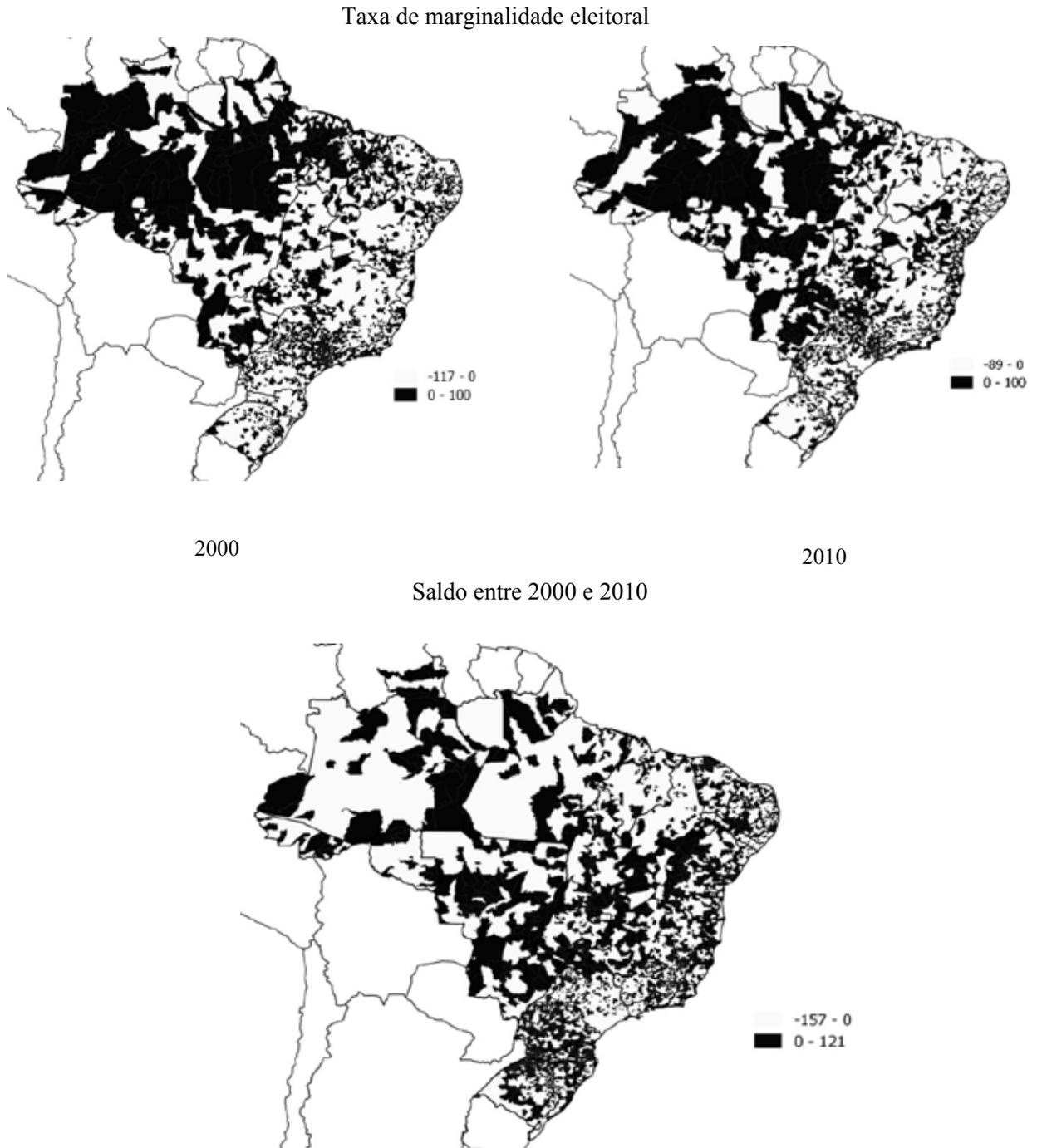
Nota-se, ainda, o decréscimo da marginalidade eleitoral entre 2000 e 2010⁶⁰, o que pode ser explicado em boa parte pelas mudanças legais e de inovação tecnológica na esfera da justiça eleitoral. O saldo entre as taxas dos dois anos, entretanto, não permite identificar um padrão espacial constante, tendo crescido em cidades onde tinham menor patamar.

Os cruzamentos entre a taxa de marginalidade eleitoral e outros indicadores geográficos permitem melhor especificar o indicador. Em 2010 a região Norte, especialmente os estados do Amazonas, Roraima e Pará, apresentam taxas elevadas de marginalidade eleitoral. A posição de Goiás junto a outros estados tornam a região do Centro-Oeste a que detém a maior marginalidade proporcional. Em geral as taxas são mais reduzidas nas regiões Nordeste e Sul, destacando-se os valores negativos para os municípios do Estado do Piauí e da Paraíba.

O tamanho do município é uma variável que mostra uma alta correlação com o indicador. Em 2010, os menores municípios, com até 5.000 habitantes, apresentaram os mais expressivos valores médios negativos, mantendo essa relação até com os de 20 mil habitantes. Na faixa seguinte, tornam-se positivos, alcançado 8,4% para as cidades de 100 mil a 500 mil habitantes e 7,6% para aqueles com mais de 500 mil.

⁶⁰ O ano de 1991 não foi incluído, devido à divergência entre o número de municípios naquele ano (1.491) e as estimativas para os indicadores aqui apresentados que têm como referência o ano de 2010, quanto existiam 5.570 municípios.

Figura 38 – Taxa de marginalidade eleitoral (proporção da marginalidade eleitoral bruta sobre o eleitorado potencial). Brasil, 2010 e 2000 e saldo líquido.



O impacto do fator da urbanização também pode ser visto, com a classificação geográfica proposta por este estudo, que combina a centralidade, função e destaque administrativo das cidades. Quanto maior a centralidade, maior a taxa de marginalidade. As concentrações urbanas e capitais também apresentaram taxas mais elevadas, enquanto outros municípios menos urbanizados e municípios das regiões metropolitanas, excluindo a capital, têm valores negativos. Nota-se a reduzida taxa para as áreas metropolitanas, uma vez excluídas as capitais.

Figura 39 – Taxa de marginalidade eleitoral, segundo a região, unidades da Federação, faixas de tamanho de município e classificação geográfica, 2000.

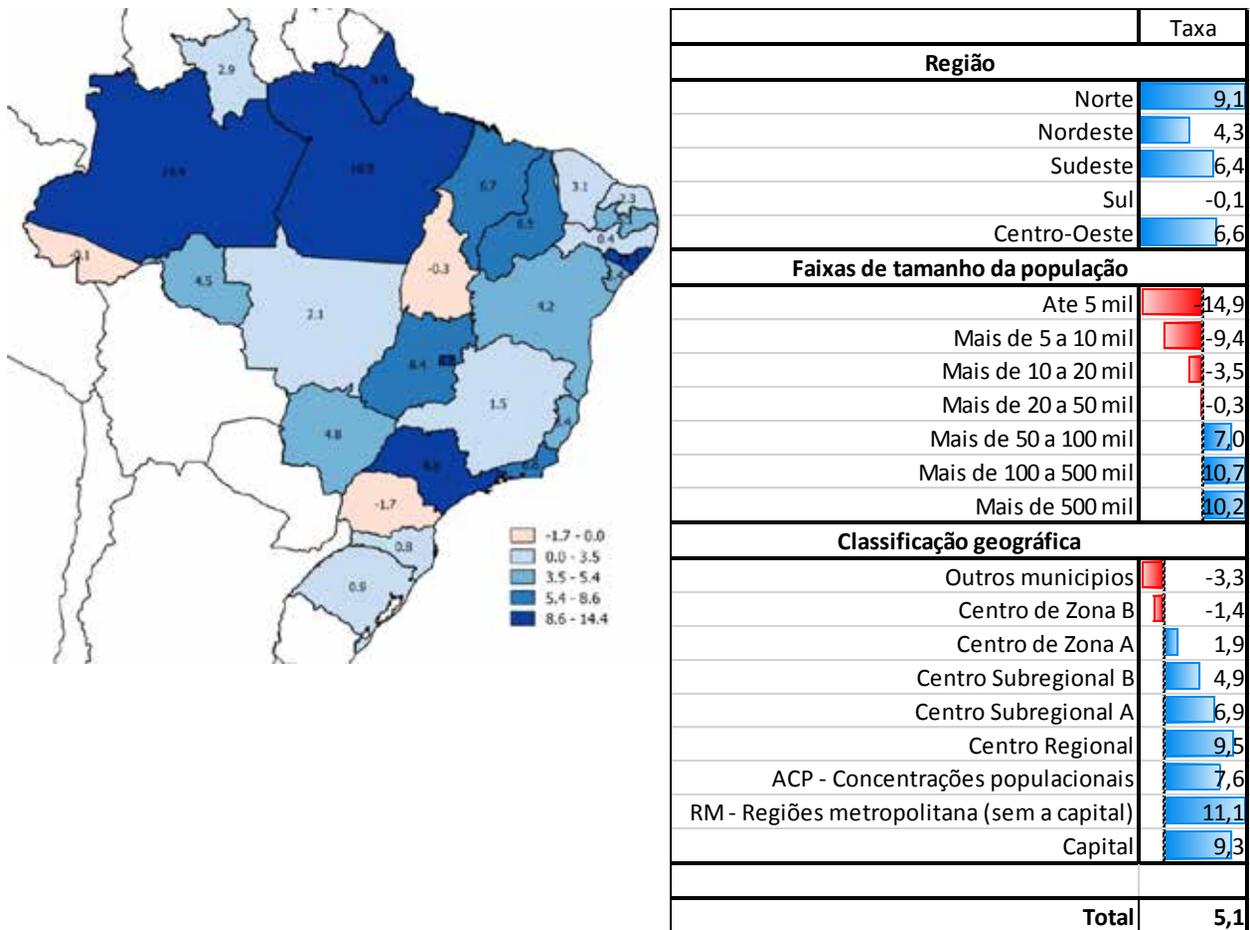
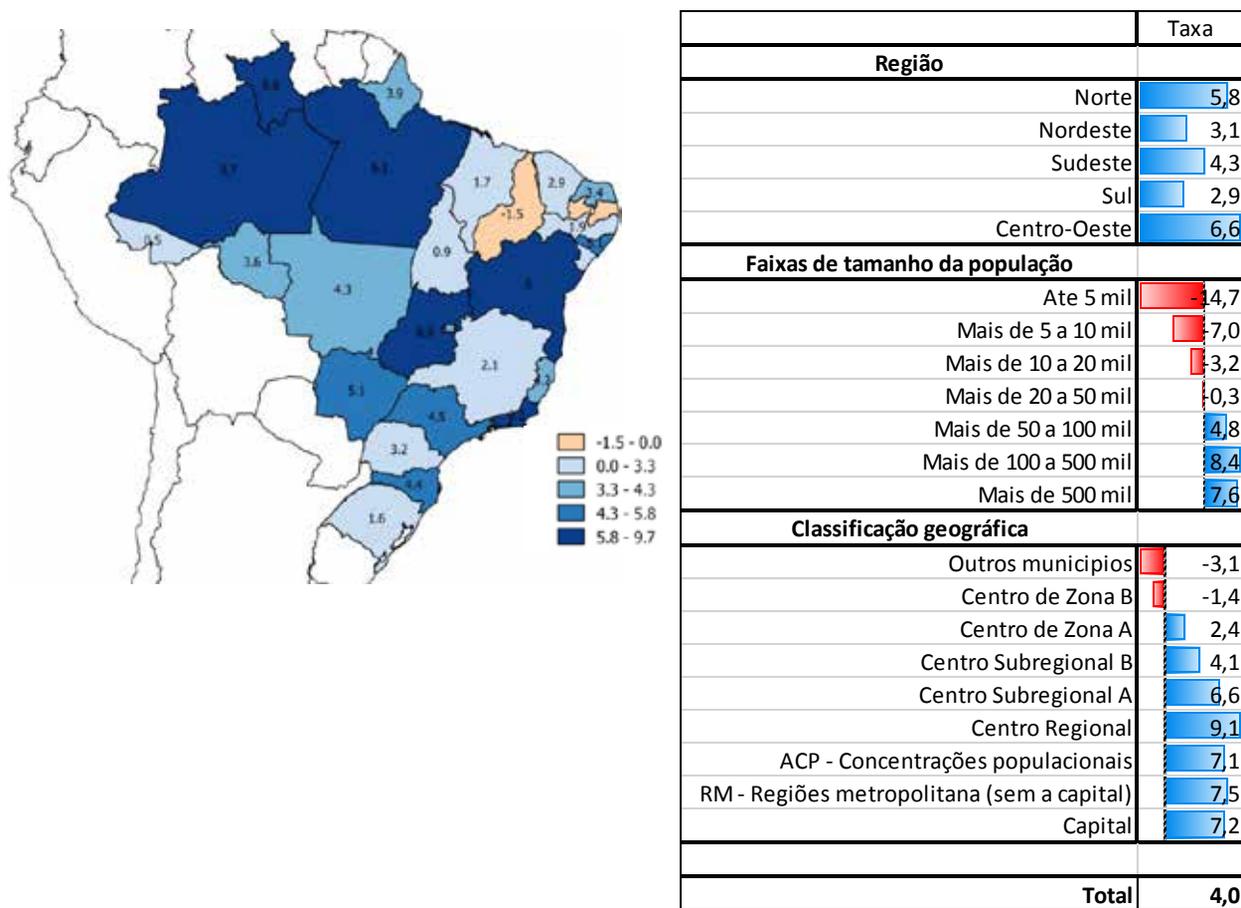


Figura 40 – Taxa de marginalidade eleitoral, segundo a região, unidades da Federação, faixas de tamanho de município e classificação geográfica, 2010.

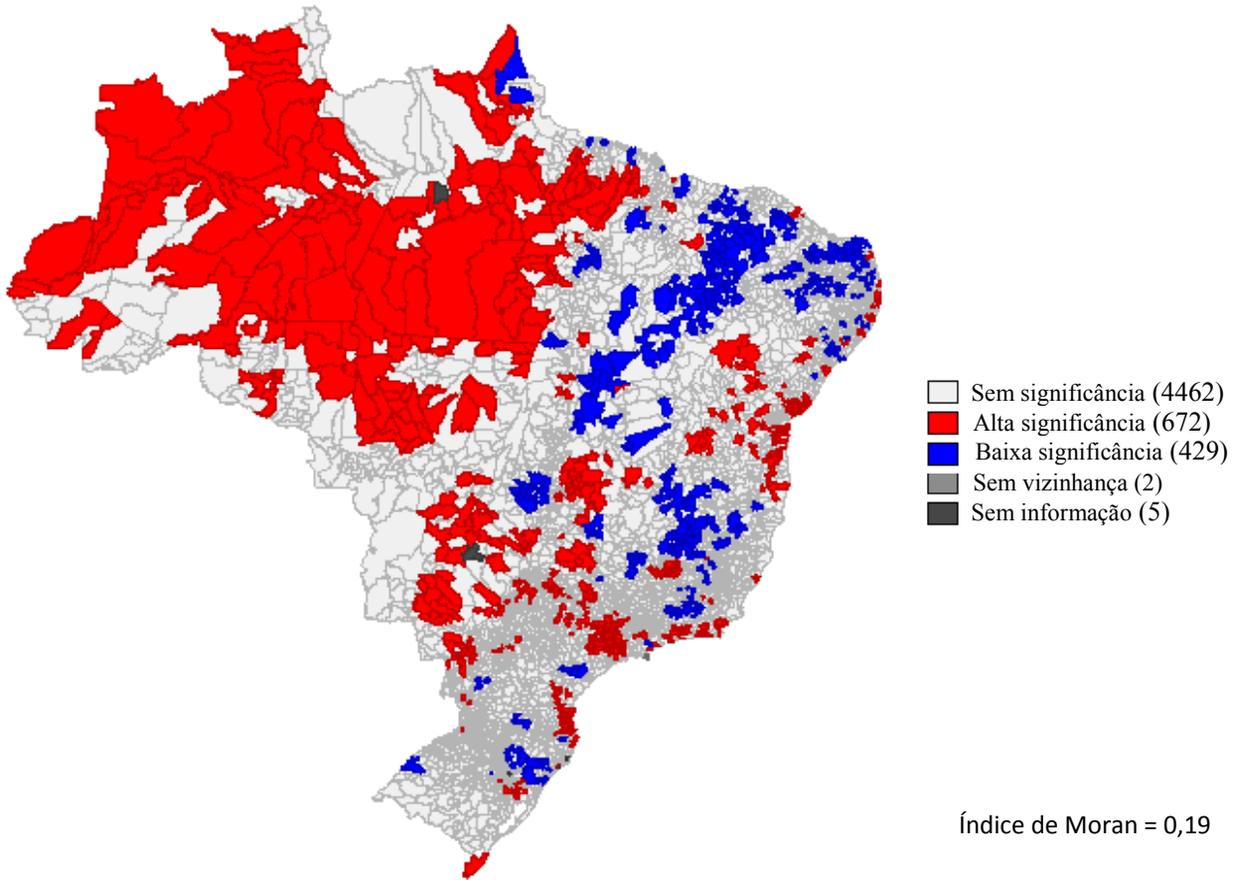


O mapa representado pela Figura 41 mostra o Índice de Moran (com um valor moderado e positivo de autocorrelação espacial), que incorpora o efeito de vizinhança da marginalidade eleitoral proporcional. A oposição entre as áreas com valores de alta significância (672) e baixa significância (429) somam 1.101 cidades, permite melhor delimitar o campo onde esse evento ganha mais importância, nos seus dois sentidos, incorporando o efeito de vizinhança⁶¹.

A associação entre a marginalidade eleitoral e as dimensões, demográficas, sociais, econômicas e geográficas, conforme definidas pelos 20 indicadores selecionados e apresentados, trouxe como resultado a delimitação de quatro dimensões que redundaram na tipologia que identifica áreas com um perfil de urbanização, ruralização, agrário e de estagnação. Esse quadro de referência sintética, mas em sintonia com a evolução estrutural da sociedade e da economia brasileira, associada ao processo de ocupação territorial, permitiu a classificação de cada município em cada uma dessas quatro categorias.

⁶¹ O Índice de Moran é uma das estatísticas mais difundidas e mede a autocorrelação espacial a partir do produto dos desvios em relação à média. Esse índice é uma medida global da autocorrelação espacial, pois indica o grau de associação espacial presente no conjunto de dados. De uma forma geral, o Índice de Moran presta-se a um teste cuja hipótese nula e de independência espacial; nesse caso seu valor seria zero. Valores positivos (entre zero e +1) indicam para correlação direta, e negativos (entre 0 e -1) para correlação inversa (PAIVA, s/d, p. 2), e ainda, Anselin (1995 e 1999). Esse último autor desenvolveu o programa livre Geoda, com o qual os dados foram aqui trabalhados. Na utilização dos dados apresentados utilizou-se o cálculo de distância euclidiana e o modelo *queen*, que considera os vizinhos dos municípios em todas as direções de contiguidade. Em função da correlação moderada, utilizou-se apenas a distinção entre alto e baixo, para as correlações.

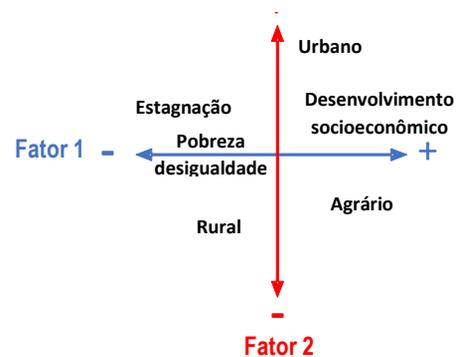
Figura 41 – Resultados para o Índice de Moran (autocorrelação espacial) para a taxa de marginalidade eleitoral de 2010.



A Figura 42, adiante, mostra o cruzamento entre essa classificação e o indicador de marginalidade eleitoral para os anos de 2000 e 2010, assim como uma figura que mostra esquematicamente os resultados obtidos pela Análise Fatorial para os indicadores sociodemográficos e espaciais, conforme apresentado anteriormente.

Figura 42 – Taxas de marginalidade eleitoral de 2000 e 2010, pela classificação dos municípios brasileiros em áreas, segundo os dois fatores da análise de componentes principais sociodemográficos, econômicos e geoespaciais.

Classificação sociodemográfica e espacial	2000	2010
Área Ruralizada	-5,7	-7,5
Àrea Agrária	-7,4	-5,3
Área Etagnada	2,7	1,8
Área Urbanizada	7,8	6,4
Total	5,1	4,0



Observa-se que a marginalidade eleitoral obedece a um padrão bem específico. Seu valor é positivo e o mais expressivo nas áreas urbanizadas e com mais alta qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, nas áreas de estagnação, onde a pobreza e a desigualdade estão mais presentes, também a marginalidade eleitoral é positiva, embora em patamar inferior. Como foi visualizado anteriormente, municípios das regiões Norte e Nordeste, exemplificam as áreas estagnadas.

A dimensão ruralizada tradicional e agrária (onde os indicadores socioeconômicos estão acima da média nacional) caracterizam-se pela marginalidade eleitoral negativa, podendo estar evidenciando aí processos de deslocamento da população, considerando a característica dessas atividades.

Conclui-se, portanto, que a exclusão e a marginalidade eleitoral no país mostram um padrão que necessita de especificação que seja mais consistente com a estrutura social do país, em sua diversidade espacial. Apresenta-se positivamente nas regiões Norte e Sudeste do país (devido a fatores que podem ser associados à migração). Apresenta valores negativos para a maioria dos municípios, porém menos populosos. A urbanização contra a ruralização e agrarismo também deve ser considerada em sua associação positiva com o indicador.

A abstenção eleitoral de 1989 a 2014

O fenômeno da abstenção eleitoral apresenta uma complexidade de certa forma semelhante ao da marginalidade ou exclusão eleitoral. A discussão teórica e conceitual sobre o tema é ampla, tanto na teoria política internacional, como no Brasil, entretanto, nem sempre é tratada de forma adequada, e muitas vezes a abstenção é somada aos votos nulos e brancos, como, por exemplo, pelo conceito de *alienação eleitoral*, traduzido por Wanderley Guilherme dos Santos (1987) e que representaria a baixa participação e/ou a rejeição política, através da atitude eleitoral. Assim, momentos de crise institucional corresponderiam a uma alienação eleitoral maior.

Wanderley, entretanto, está atento para os problemas derivados do cadastro eleitoral, observando uma queda extremamente significativa das taxas de abstenções no Brasil, após o recadastramento de 1958, que reduziu o efeito da mortalidade, o que sucedeu novamente em 1986, com um novo recadastramento.

Mesmo assim, o termo alienação é inadequado, e Lima Junior chamou atenção que em áreas onde a densidade eleitoral é menor, ou seja, nas áreas de grandes territórios e baixa população, como no caso da região Norte do país, as taxas de abstenção tendem a ser maiores, em função do custo de deslocamento para se alcançar a urna eleitoral. Um fator causal não necessariamente ligado à indiferença pelo voto ou pelo descontentamento (LIMA JUNIOR, 1990).

Em outro estudo, já havia referido às múltiplas causalidades da abstenção eleitoral (ALKMIM, 2014). Pode-se enumerar diversos motivos como o mencionado da baixa densidade populacional, efeitos de migração, desatualização do registro eleitoral, o perfil etário de uma área onde pode estar concentrada uma população idosa, para a qual o voto é facultativo, problemas de ordem pessoal, trabalho, viagem, fatores climáticos, dificuldades de chegar até o local da votação, morbidade ou mortalidade. E evidentemente a apatia ou o protesto que se revelam através do não comparecimento.

Uma primeira aproximação mais sistemática com o conceito de abstencionismo deve

referir-se, como assenta Standler, na institucionalidade da formação do eleitorado, enquanto a relação social que delimita o seu conteúdo, formato e extensão (2015), da mesma maneira que se estabelecem as barreiras para o registro eleitoral e as exclusões daí derivadas. Segue-se, por exemplo, a questão da obrigatoriedade ou não do registro e do voto. A relação entre os dois processos não se dá automaticamente e depende de regulação.

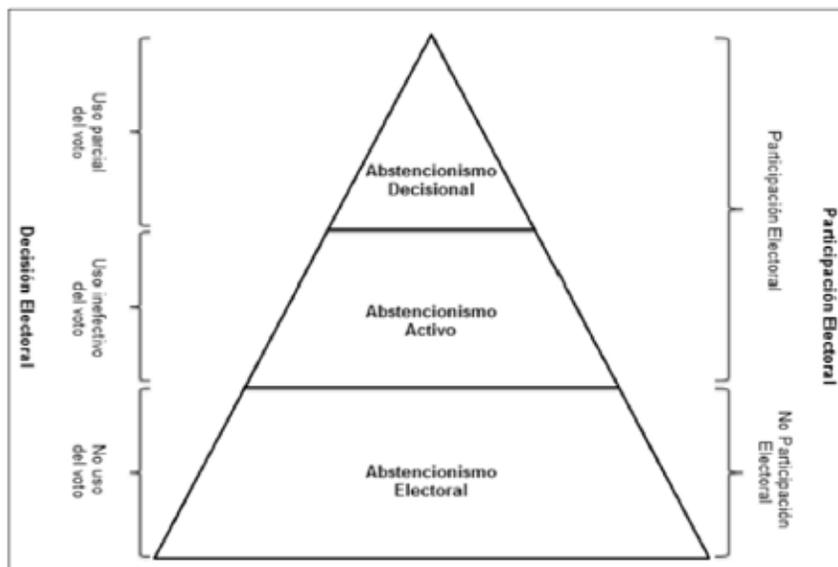
Assim como na Alemanha o voto obrigatório é encarado como um direito acima de tudo, e o formato não só institucional, mas também cultural se traduzem em uma elevada participação eleitoral (embora em declínio nos últimos anos). No Brasil, a obrigatoriedade é fragilizada por conta de mecanismos que regulam o registro e o comparecimento, ao mesmo tempo em que uma cultura da rejeição à participação eleitoral faz com que o dever se torne simplesmente sinônimo de obrigação e não de dever conjugado com direito (STADLER, 2015).

Uma segunda questão diz respeito à já ressaltada decomposição entre a ausência eleitoral e o abstencionismo. Ou seja, deveria ocorrer a mínima separação entre o abstencionismo pela decisão e a ausência no ato de votar pelas diversas circunstâncias. Nesse aspecto, deixa-se de compreender a abstenção como divisível e de conteúdo inequívoco de não participação, como requer a proposição clássica.

Nesse sentido, Thompson (2007), Tuesta (2003) e Caballero e Garcia (2016) apontam para essa decomposição necessária para demarcar a própria abstenção no seu sentido decisional.

No caso de Caballero e Garcia (2016), como ilustra a figura abaixo, chegam a incorporar os votos brancos e nulos em uma desagregação que parte de um tipo de abstenção não participativa, que não utiliza de forma alguma o voto, melhor definida como ausentismo, chegando a uma abstenção decisional, participativa de rejeição política. O não comparecimento como revolta ou protesto. Os autores agregam a esse tipo de abstencionismo que denominam ativo, um nível maior de participação decisional, pelo uso do voto, através dos votos nulos e brancos. A partir da decomposição da abstenção, propõem uma medida de abstencionismo decisional e ativo, como contrapartida à participação eleitoral efetiva.

Figura 43 – Tipologias de abstencionismo eleitoral, segundo a participação eleitoral e decisão eleitoral



Fonte: Caballero e Garcia (2016).

Uma vez colocadas as questões referentes ao indicador de abstenção, segue-se, neste estudo, a linha da desagregação. Entretanto, os indicadores de votos nulos e brancos serão tratados à parte, pois possuem lógica distinta tanto da abstenção, como é referido pelos autores, mas também entre si. Votar nulo e branco não tem necessariamente o mesmo significado, como será visto à frente. A seguir serão examinados os indicadores de abstenção para o Brasil, entre 1989 e 2014.

A Figura 44 mostra a evolução da abstenção no país. Das sete eleições presidenciais, cinco tiveram segundo turno. E a primeira observação é que as taxas de abstenção no segundo pleito são maiores que as do primeiro, e a partir de 2002 estabilizam-se em torno dos 20% do eleitorado. Considerando apenas o primeiro turno, a tendência é de aumento progressivo das abstenções proporcionais, com exceção do alto valor para o primeiro turno em 1998.

Dando um maior conteúdo à análise, pode-se afirmar que a mais baixa taxa ocorre no início do novo processo democrático no país em 1989, uma eleição de certa forma atípica, como será detalhado adiante. Um ciclo, dada a atipicidade de 1989 inicia-se, liderado pelo PSDB, que vence as duas eleições seguintes no primeiro turno (1994 e 1998), com maior taxa de abstenção em 1998. A competitividade das eleições de 2002 fazem a taxa recuar. Daí para frente, em um novo ciclo de governos do PT, as eleições ocorrem em dois turnos com uma tendência de aumento do abstencionismo entre 2002 e 2014.

Nas eleições de 2010, quando foram registradas 24,5 milhões de abstenções no primeiro turno e 29,0 milhões no segundo, 8,6 milhões justificaram a sua ausência até o último dia de prazo dado pelo TSE em relação ao primeiro turno (35,1% do total). Já no primeiro dia após o pleito de 3 de outubro, 7,8 milhões já haviam feito a sua justificativa. No segundo turno 10 milhões apresentaram justificativa (34,4% do total para o segundo pleito), sendo que 9,5 milhões no próprio dia da eleição⁶². Ou seja, do montante das abstenções de 2010, cerca de um terço foi justificado.

A multa aplicada pela justiça eleitoral para esses casos foi em geral de R\$3,50 (podendo ocorrer uma variação), ou seja, no Brasil, o custo de não votar em uma democracia representativa, onde esse ato é obrigatório, é extremamente baixo, o que por si só já relativiza a discussão sobre a faculdade ou não do voto.

Segundo informações do TSE, as justificativas para as abstenções, segundo o sexo, idade e nível de instrução, são mais elevadas em relação à média total para os homens, aqueles com idade entre 21 a 44 anos, com maior nível de instrução. Por outro lado, os valores inferiores à média ocorrem para as mulheres e, especialmente, para os mais idosos e mais jovens, assim como para os analfabetos e com mais baixa instrução. Nesse sentido, a não justificativa para votar tende a coincidir com a não obrigatoriedade do voto⁶³.

A Figura 46, abaixo, mostra o percentual de justificativas de abstenções para as eleições de 2014 (8,2 milhões no primeiro turno), em relação ao eleitorado total de cada estado, por origem e destino. Pode ser observado que estados de origem dos eleitores são especialmente do Nordeste, Minas Gerais e Norte, ao passo que o destino em que se encontravam quando justificaram a sua abstenção são os estados da região Sul e Sudeste, mas também da região Centro-Oeste e Estado do Amazonas. Esse padrão parece ser justificado pelos movimentos migratórios mais recentes.

⁶² Informações capturadas em julho de 2017 no *site*: <http://www.jm1.com.br/politica/mais-de-8-milhoes-de-eleitores-ja-justificaram-o-voto-no-1%C2%BA-turno.html>.

⁶³ Informações capturadas em julho de 2017 no *site*: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/justificativa-eleitoral>

Figura 46 – Proporção de eleitores que se abstiveram e justificaram o voto, segundo a unidade da Federação de origem e destino, 2014.

Eleição	Eleitores (milhões)	Votantes (milhões)	Abstenções (milhões)	Taxa de Abstenção
1989 (Primeiro turno)	82,0	72,2	9,8	11,9
1989 (Segundo turno)	82,0	70,2	11,8	14,4
1994	94,7	77,9	16,8	17,7
1998	106,0	83,3	22,8	21,5
2002 (Primeiro turno)	115,2	94,8	20,4	17,7
2002 (Segundo turno)	115,2	91,6	23,5	20,4
2006 (Primeiro turno)	125,8	104,8	21,0	16,7
2006 (Segundo turno)	125,8	102,0	23,8	19,0
2010 (Primeiro turno)	135,4	110,9	24,5	18,1
2010 (Segundo turno)	135,4	106,3	29,0	21,5
2014 (Primeiro turno)	142,4	114,9	27,5	19,3
2014 (Segundo turno)	142,4	112,5	29,9	21,0

Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Pode-se então formular a hipótese de que a partir da decomposição das abstenções, feita de forma indireta, através de diversas fontes, exclusivamente para o ano de 2010, tanto pelo lado sociodemográfico quanto pelo geográfico, o fenômeno não corresponderia em boa medida a um tipo de abstencionismo decisional e ativo (de rejeição ou protesto), embora deva ser considerada sua tendência de elevação.

Não é possível avançar aqui em relação a essa hipótese, conhecida as limitações das fontes secundárias utilizadas. Há ainda que se considerar que as justificativas de voto, pela própria fragilidade do intento da obrigação do voto, podem ser decorrentes de não adesão, rejeição ou apatia ao sistema eleitoral.

Os mapas a seguir apresentados pela Figura 47 trazem as taxas de abstenção ao nível municipal para as eleições presidenciais realizadas no país, desde 1989, incluindo as eleições de segundo turno. Utilizou-se uma faixa de classificação fixa nesse caso (cinco faixas até mais de 40%), o que foi permitido pela variação total das taxas para melhor comparação.

Observa-se maior correlação entre as eleições para o período até 1998, notando-se ainda um aumento de um turno para outro em 1989, o que é a regra para eleição em dois turnos. Nesse período prevalece uma taxa de abstenção mais alta nas regiões Norte e Nordeste. As eleições de 2002, com a baixa abstenção no primeiro turno e mais alta no segundo, apresentam um perfil geográfico intermediário, com maior espriamento do indicador, ainda que se mantenha mais forte nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Já as eleições entre 2006 e 2014, embora o Estado do Amazonas e as regiões Norte e Nordeste apresentem taxas significativas, um relativo espalhamento da taxa pelas demais regiões torna-se mais constante, chegando inclusive em áreas das regiões Sudeste e Sul. A Análise Fatorial (Figura 48) mostra essa separação. Foram extraídos dois fatores: o primeiro, com maior correlação entre os anos de 1989, 1994 e 1998, com uma variância explicada de 42,2%; e o segundo com um

contínuo entre 2002 e 2014, com uma variância de 38,4%, alcançando o modelo um total de 80,6% de capacidade explicativa. Mesmo com a extração dos dois fatores, o posicionamento de todas as taxas no mesmo quadrante, mostra sobretudo uma correspondência entre elas.

Figura 47 – Taxas de abstenções para as eleições presidenciais. Brasil, 1989 a 2014 (continua)

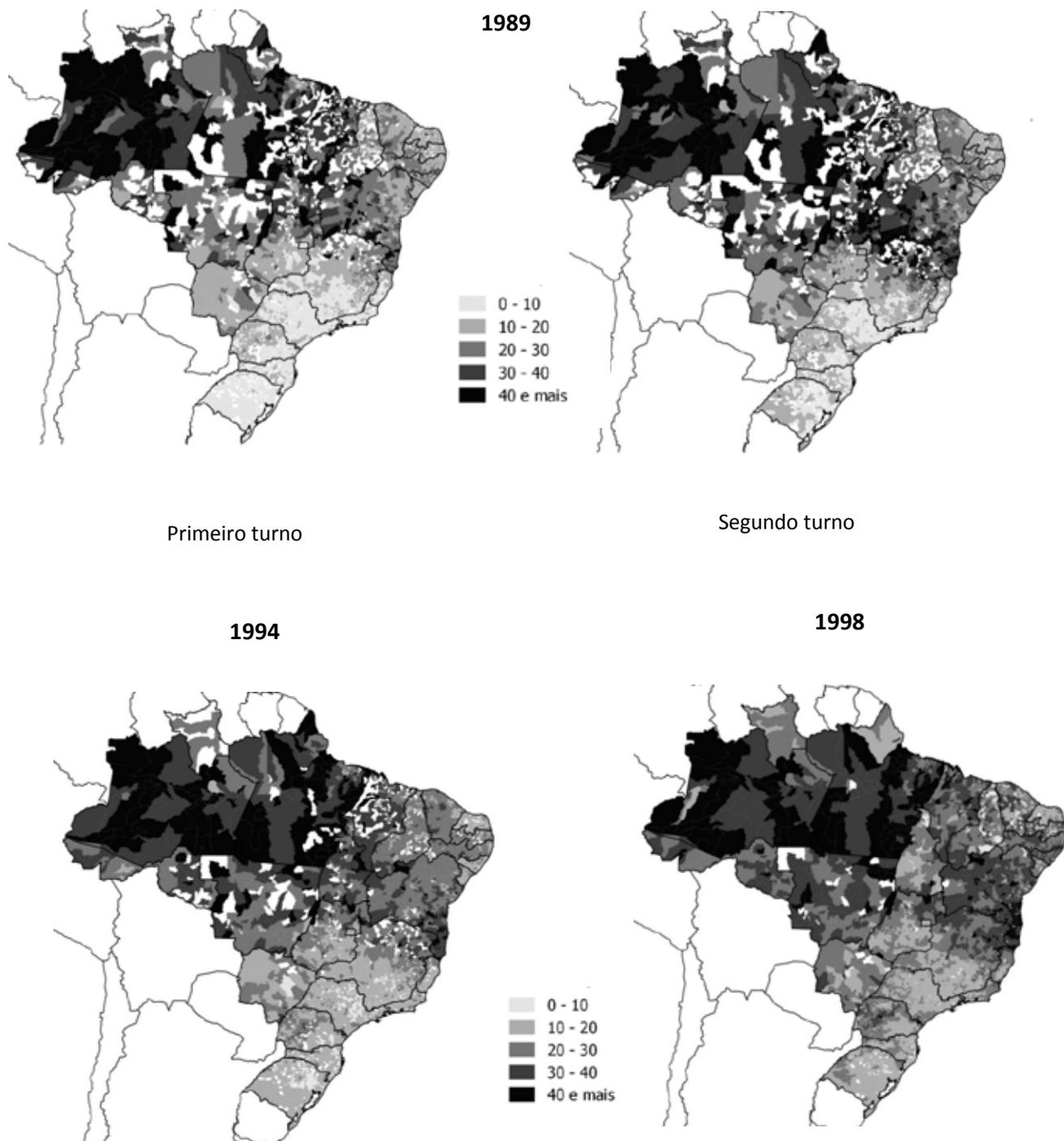
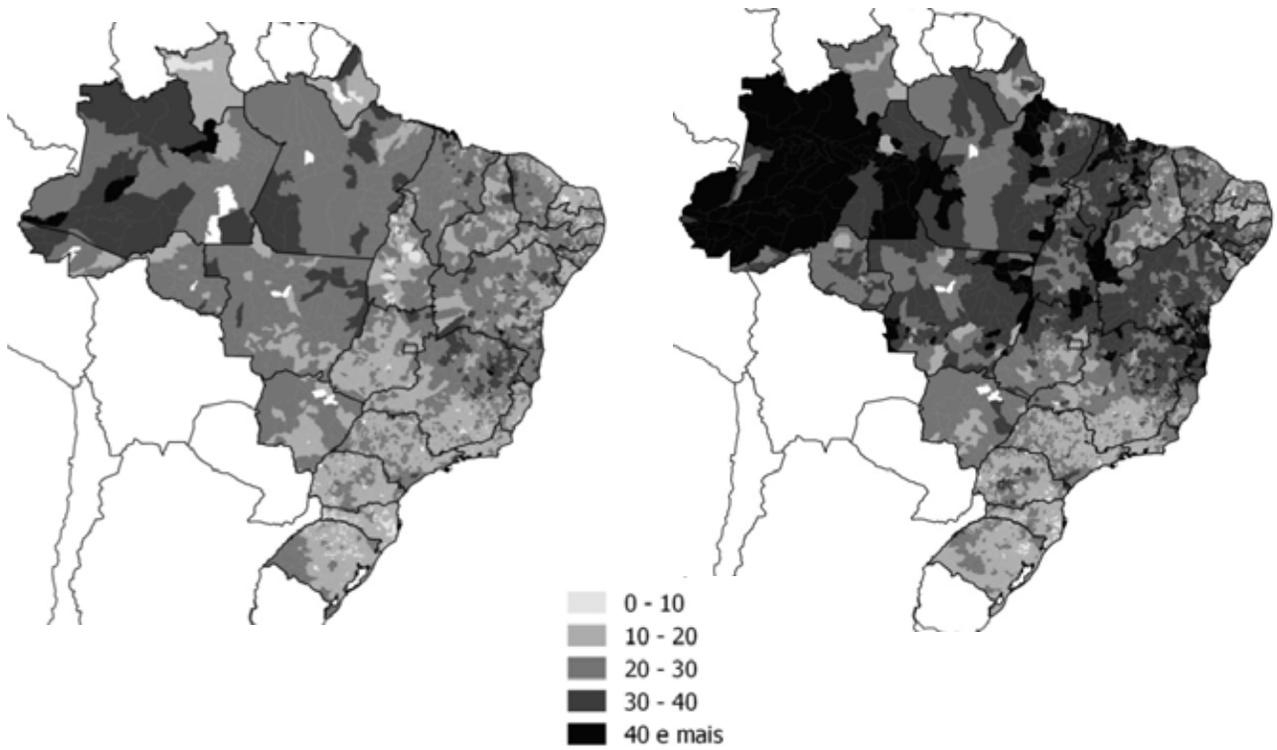


Figura 47 – Taxas de abstenções para as eleições presidenciais. Brasil, 1989 a 2014 (continuação)

2002



Primeiro turno

Segundo turno

2006

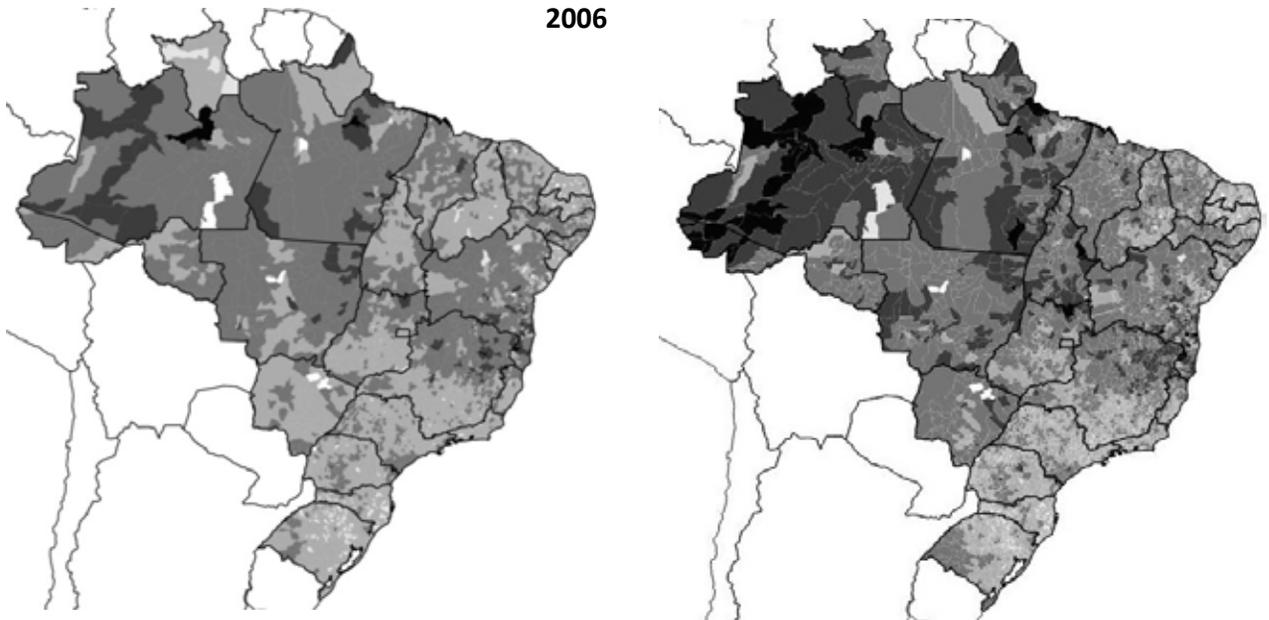
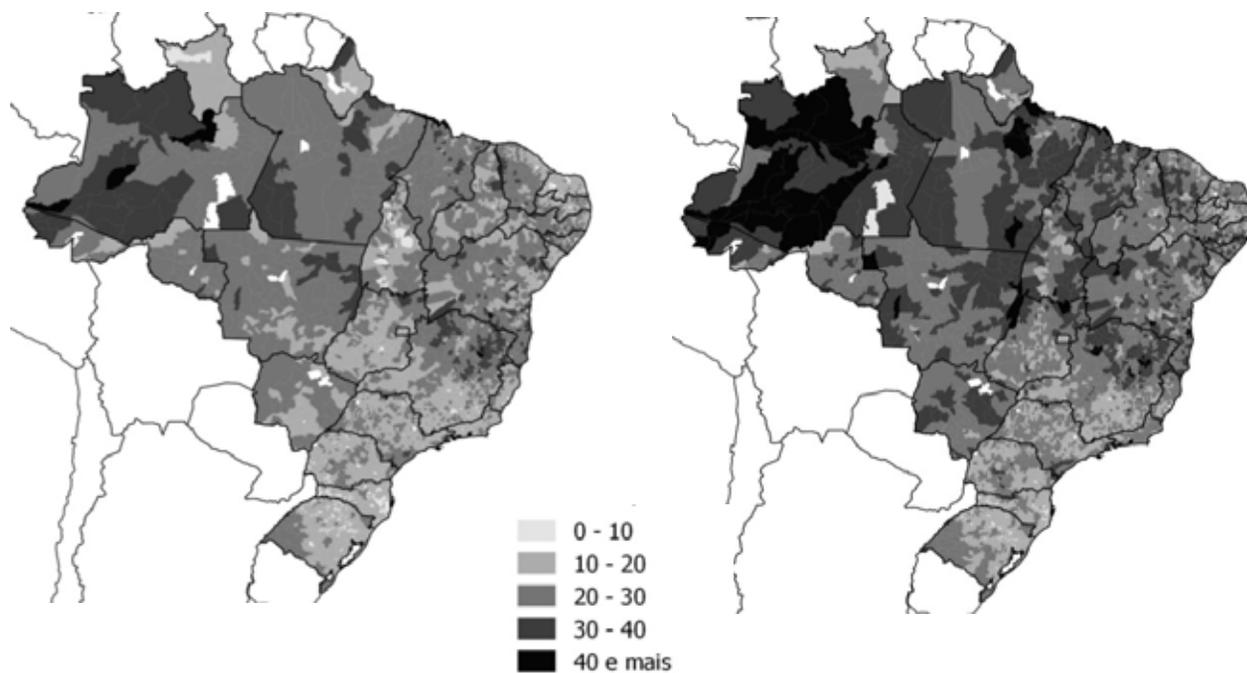


Figura 47 – Taxas de abstenções para as eleições presidenciais. Brasil, 1989 a 2014 (final)
2010



Primeiro turno

Segundo turno

2014

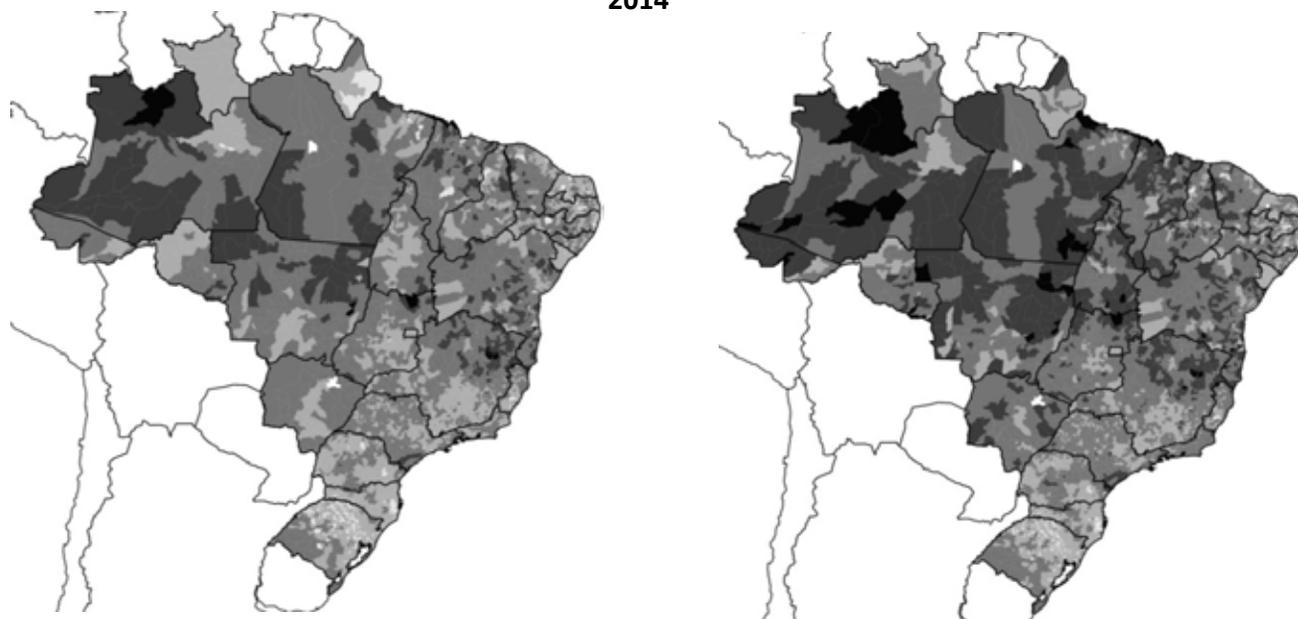
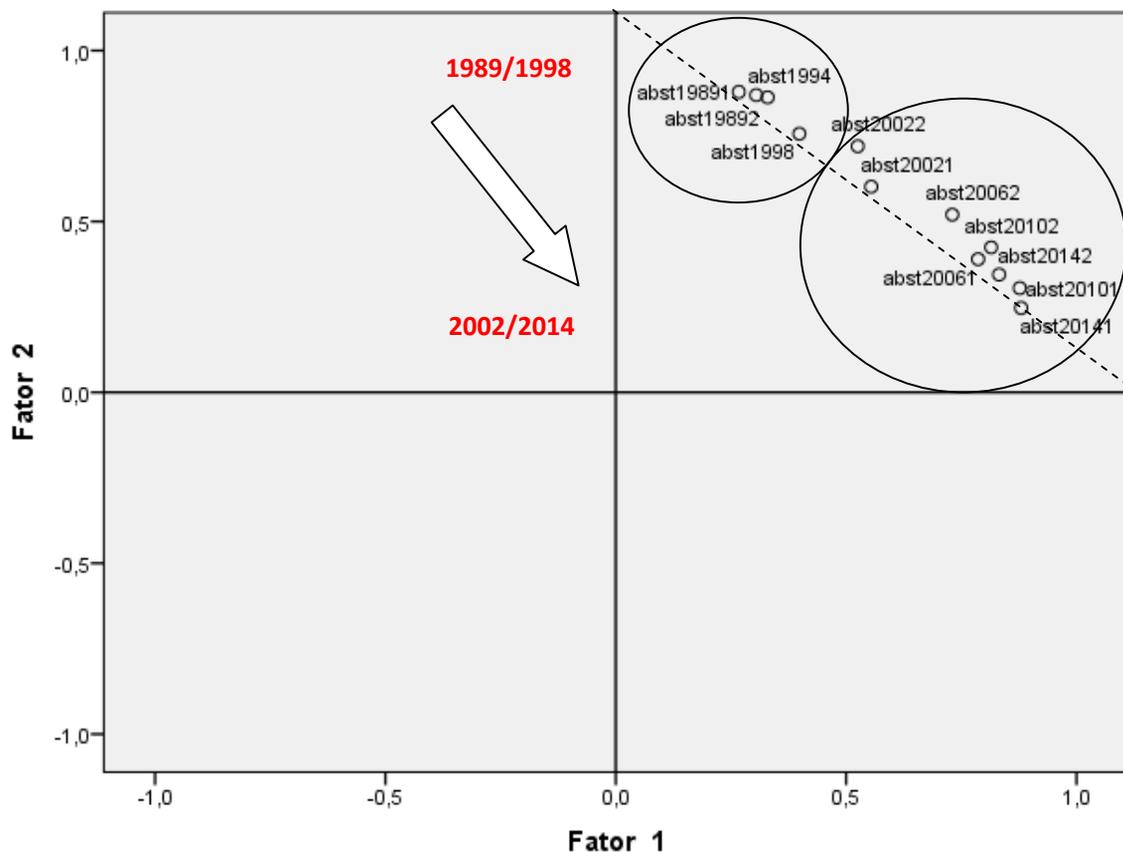


Figura 48 – Análise Fatorial de componentes principais para as taxas de abstenções para as eleições presidenciais. Brasil, 1989 a 2014.

	Fator 1	Fator 2
tabst20141 - Taxa de abstenção 2014, 1º turno	0,88	0,25
tabst20101 - Taxa de abstenção 2010, 1º	0,88	0,31
tabst20142 - Taxa de abstenção 2014, 2º turno	0,83	0,35
tabst20102 - Taxa de abstenção 2010, 2º turno	0,82	0,42
tabst20061 - Taxa de abstenção 2006, 1º turno	0,79	0,39
tabst20062 - Taxa de abstenção 2006, 2º turno	0,73	0,52
tabst19891 - Taxa de abstenção 1989, 1º turno	0,27	0,88
tabst19892 - Taxa de abstenção 1989, 2º turno	0,31	0,87
tabst1994 - Taxa de abstenção 1994	0,33	0,86
tabst1998 - Taxa de abstenção 1998	0,40	0,76
tabst20022 - Taxa de abstenção 2002, 2º turno	0,53	0,72
tabst20021 - Taxa de abstenção 2002, 1º turno	0,55	0,60

Variância explicada	
Fator 1	42,2
Fator 2	38,4
Total	80,6

Método de Extração: Principais componentes de análise
 Modelo de rotação: Varimax com Kaiser Normalization.
 Rotação convergente em 3 iterações.



Fonte: TSE. Elaboração do autor.

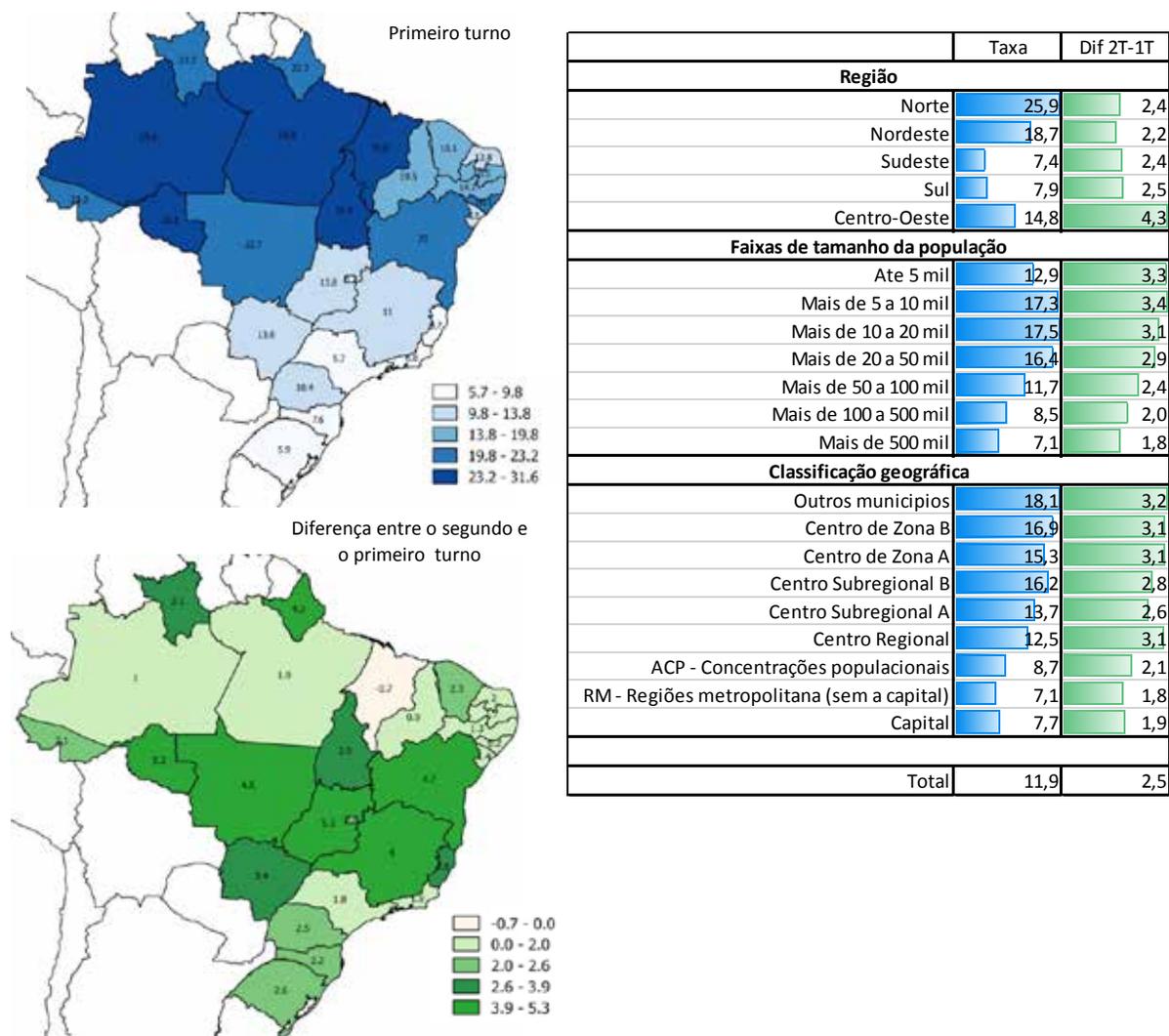
Para a melhor compreensão do significado das abstenções nas eleições presidenciais recentes no Brasil, mostra-se inicialmente a seguir a sua decomposição segundo as regiões do país, unidades da Federação, faixas de população e o indicador geoespacial proposto por este estudo.

De uma forma geral, as abstenções são maiores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Têm uma relação negativa com o tamanho populacional dos municípios, embora os municípios com até 5.000 habitantes tenham apresentado taxas mais reduzidas, contrariando essa tendência. Quanto maior a centralidade do município, menor tende a ser a abstenção, com exceção dos municípios metropolitanos (exceto as capitais). As abstenções, apesar desse perfil mais permanente, ampliaram-se para a região Sudeste.

O aumento das abstenções de um turno para outro é maior, em geral, nas áreas onde já eram mais significativas no primeiro turno: Norte, Nordeste e Centro-Oeste, municípios menos populosos e com menor centralidade.

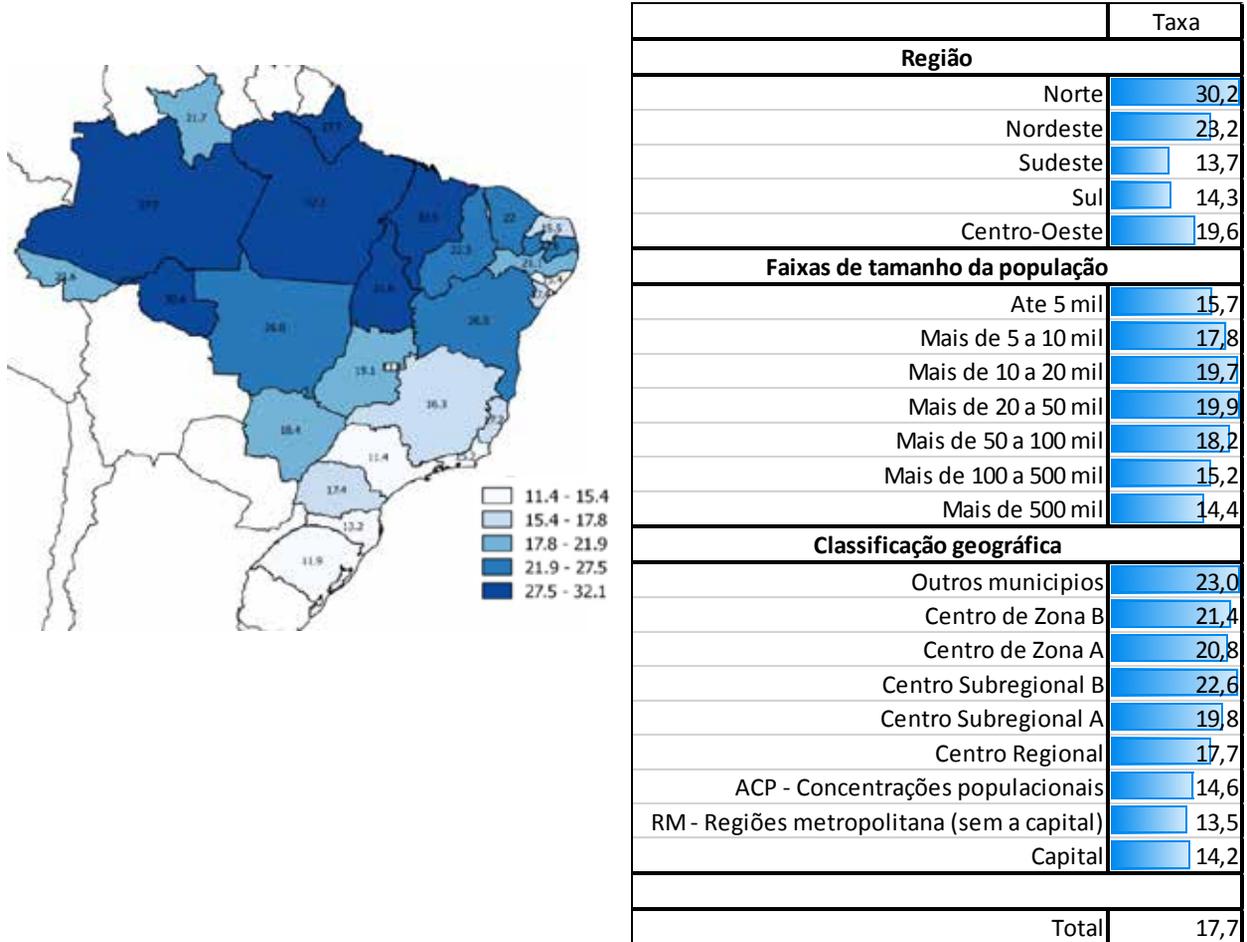
As eleições de 2014 são, de certa forma, atípicas, com alta abstenção na região Sudeste. Embora o aumento entre os dois turnos naquela eleição tenha ocorrido nas áreas onde já eram elevadas, apresenta uma singularidade em relação à centralidade, sem uma clara correlação.

Figura 49 – Taxas de abstenções segundo as regiões, unidades da Federação, faixas de tamanho de população e classificação geográfica. Eleições presidenciais. Brasil, 1989.



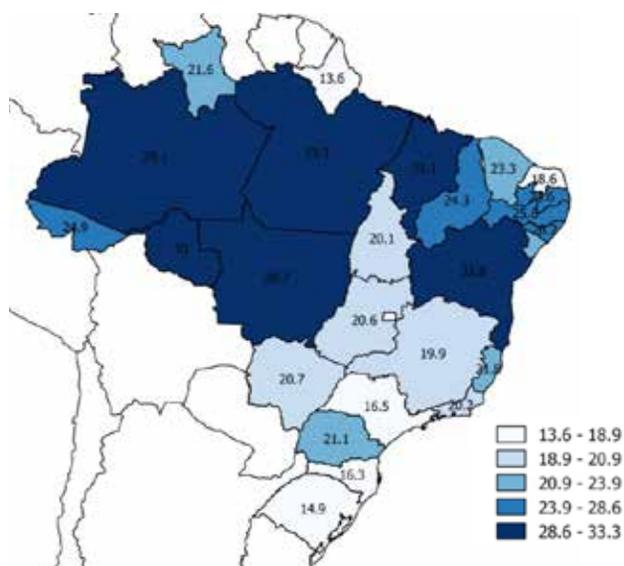
Fonte: IPEA, IBGE e TSE, elaboração do autor

Figura 50 – Taxas de abstenções para as eleições presidenciais, segundo as regiões, unidades da Federação, faixas de tamanho de população e classificação geográfica. Brasil, 1994.



Fonte: IPEA, IBGE e TSE. Elaboração do autor.

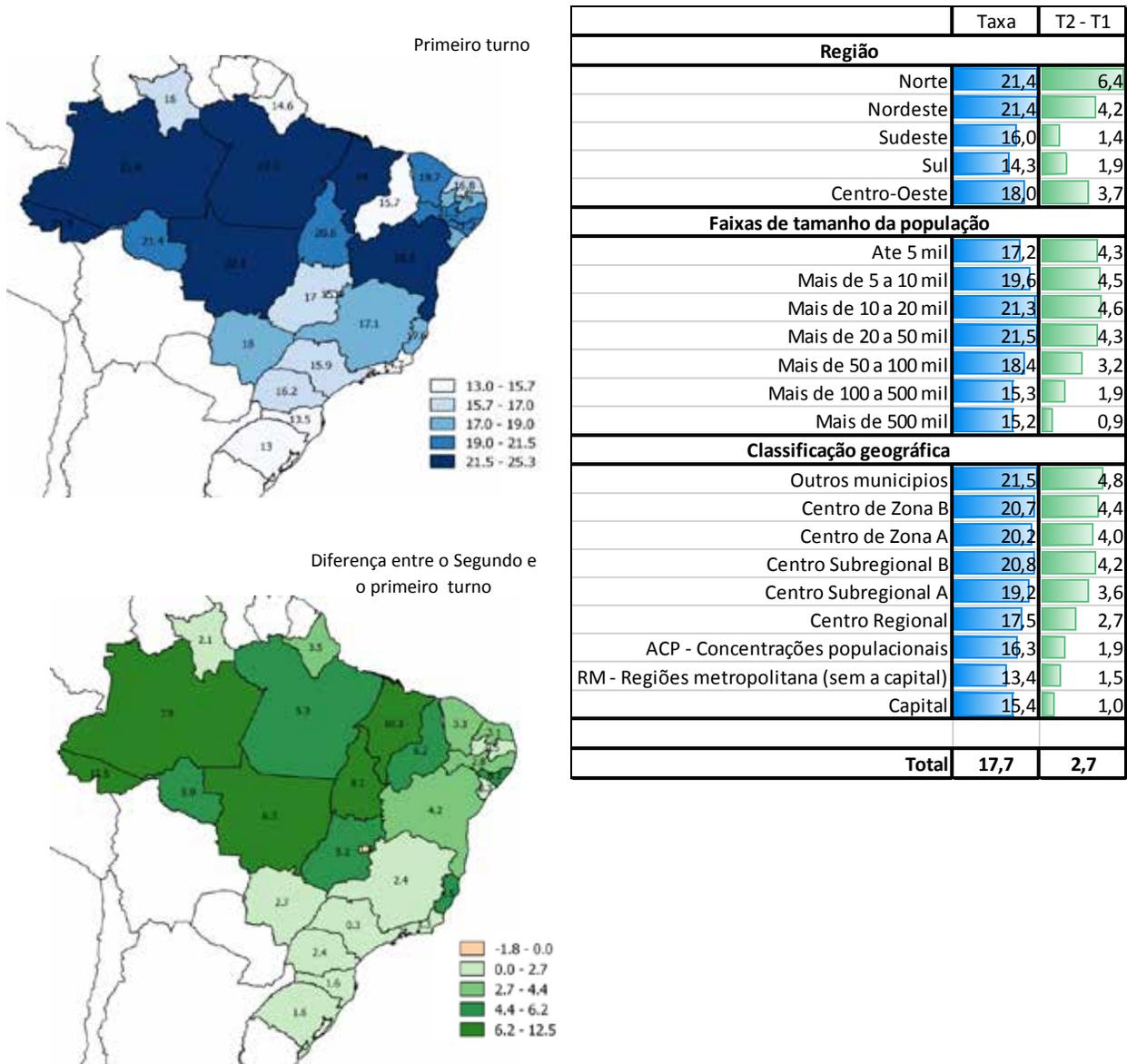
Figura 51 – Taxas de abstenções para as eleições presidenciais, segundo as regiões, unidades da Federação, faixas de tamanho de população e classificação geográfica. Brasil, 1998.



	Taxa
Região	
Norte	29,5
Nordeste	27,0
Sudeste	18,4
Sul	17,6
Centro-Oeste	21,4
Faixas de tamanho da população	
Ate 5 mil	19,4
Mais de 5 a 10 mil	24,4
Mais de 10 a 20 mil	25,4
Mais de 20 a 50 mil	25,2
Mais de 50 a 100 mil	21,3
Mais de 100 a 500 mil	18,7
Mais de 500 mil	18,8
Classificação geográfica	
Outros municípios	26,1
Centro de Zona B	24,2
Centro de Zona A	24,5
Centro Subregional B	26,1
Centro Subregional A	24,2
Centro Regional	22,3
ACP - Concentrações populacionais	18,3
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	17,6
Capital	18,9
Total	21,5

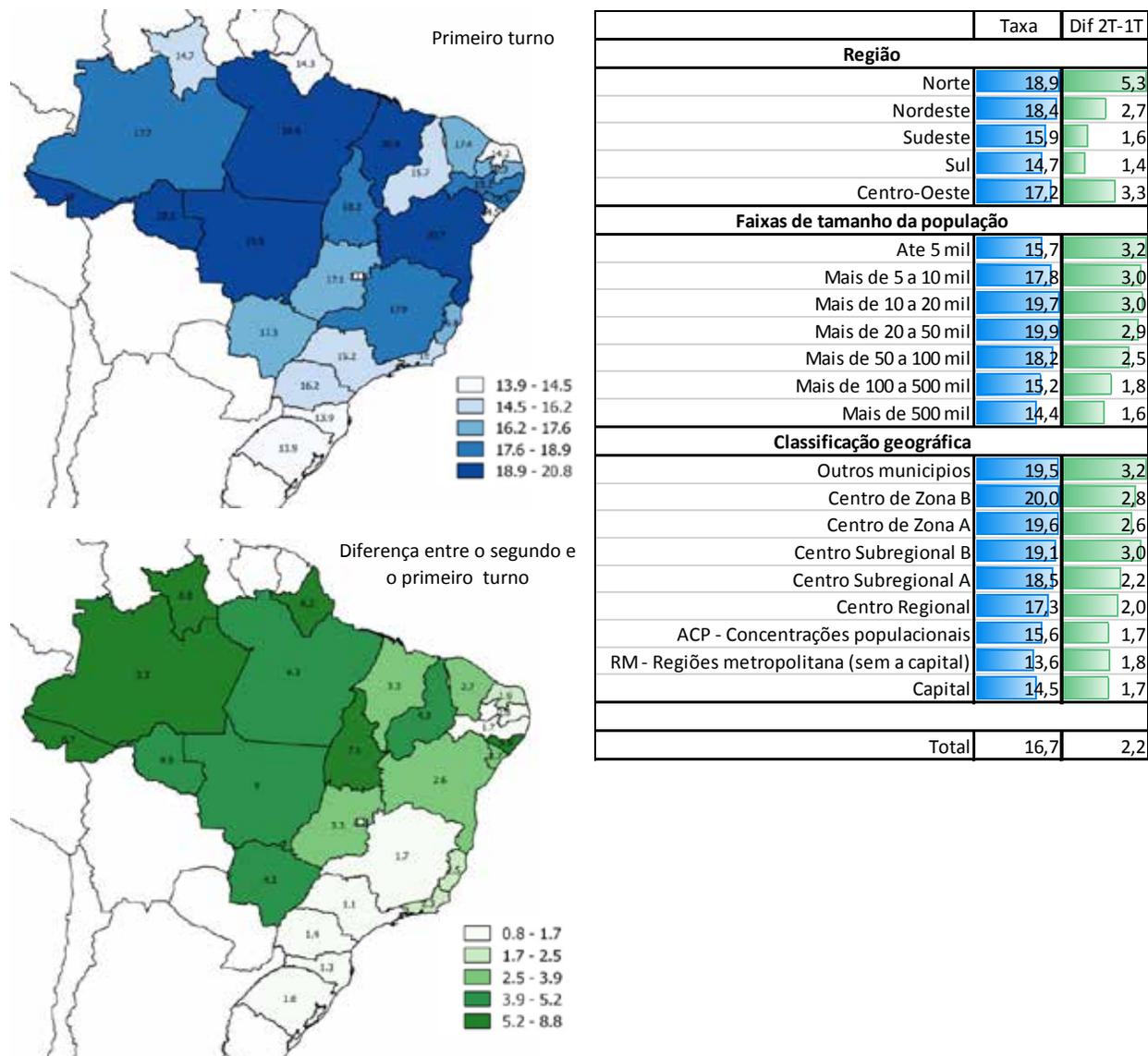
Fonte:IPEA, IBGE e TSE, elaboração do autor

Figura 52 – Taxas de abstenções para as eleições presidenciais (primeiro turno e diferença para o segundo turno), segundo as regiões, unidades da Federação, faixas de tamanho de população e classificação geográfica. Brasil, 2002.



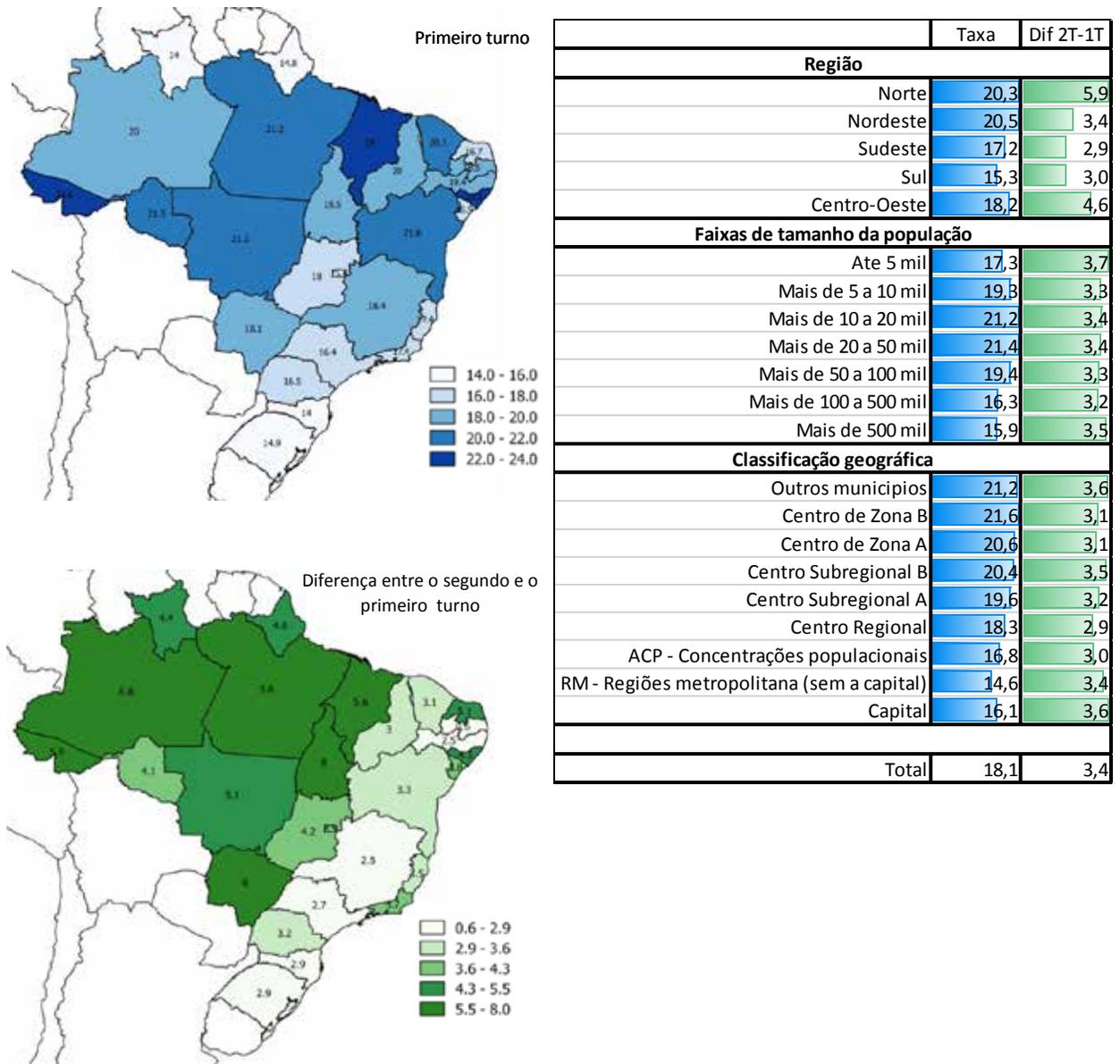
Fonte: IPEA, IBGE e TSE, elaboração do autor

Figura 53 – Taxas de abstenções para as eleições presidenciais (primeiro turno e diferença para o segundo turno), segundo as regiões, unidades da Federação, faixas de tamanho de população e classificação geográfica. Brasil, 2006.



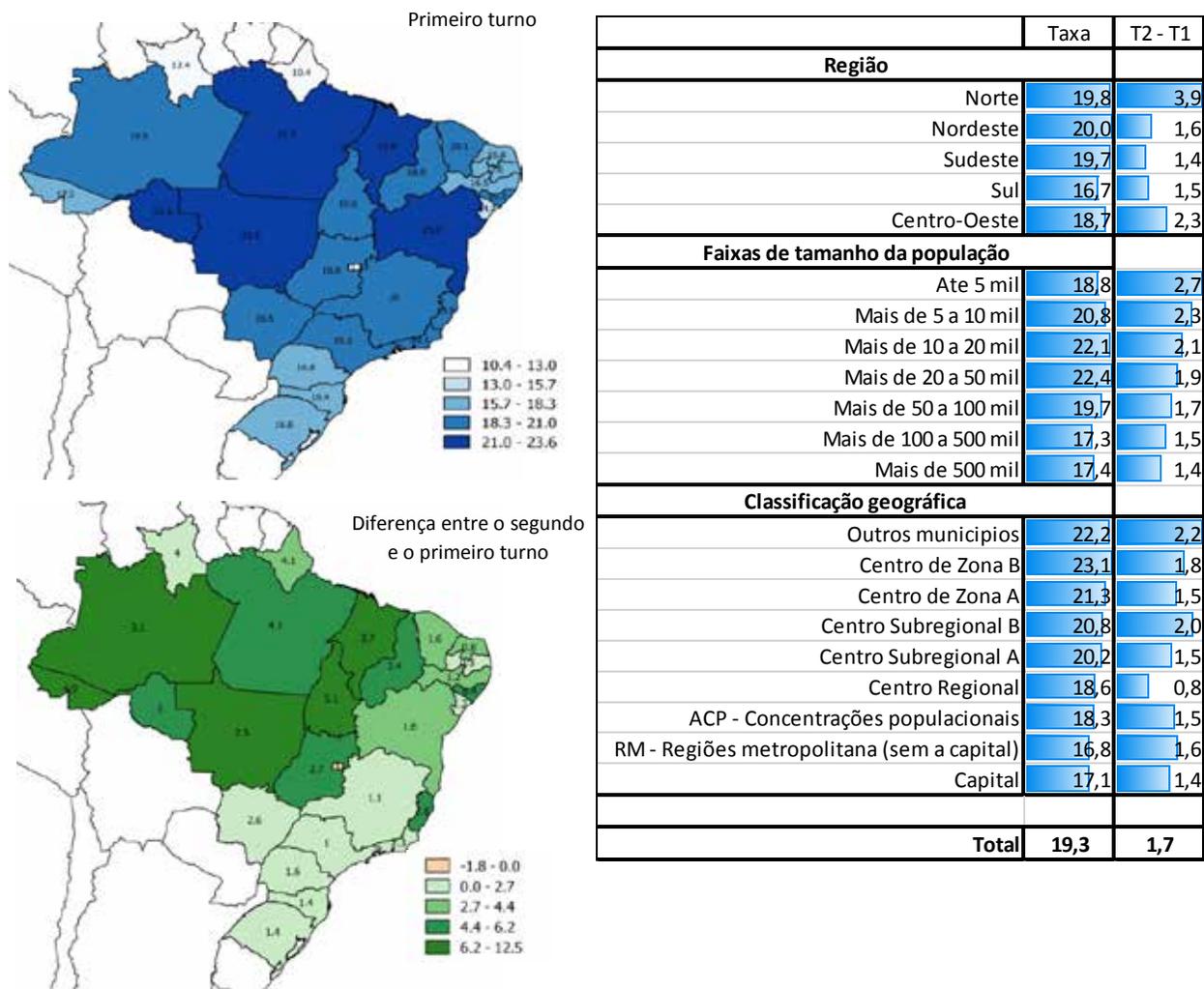
Fonte: IPEA, IBGE e TSE, elaboração do autor

Figura 54 – Taxas de abstenções para as eleições presidenciais (primeiro turno e diferença para o segundo turno), segundo as regiões, unidades da federação, faixas de tamanho de população e classificação geográfica. Brasil, 2010



Fonte: IPEA, IBGE e TSE, elaboração do autor

Figura 55 – Taxas de abstenções para as eleições presidenciais (primeiro turno e diferença para o segundo turno), segundo as regiões, unidades da Federação, faixas de tamanho de população e classificação geográfica. Brasil, 2014.



Fonte: IPEA, IBGE e TSE, elaboração do autor

De forma diferente que o indicador de marginalidade, as abstenções no Brasil para as eleições presidenciais, em que sejam novamente reafirmadas as suas múltiplas determinações, mostram um padrão consistente com a diversidade socioeconômica do país, prevalecente em áreas de menor *status* social e econômico. Mesmo considerando uma tendência mais recente de seu espriamento para estados das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, principalmente nas eleições de 2014, é importante salientar a correlação nas diferenças entre os dois turnos. Foram as áreas e regiões onde esteve mais incidente no primeiro turno, que sofreram as maiores elevações no segundo.

Considerando a estabilidade para o país como um todo, do indicador para as quatro eleições (entre 18% e 21,5%), parece que, pelo menos do ponto de vista municipal, a indeterminação das abstenções não se apresenta, pois traz a marca de suas diferenças enraizadas na estrutura social.

Votos brancos e nulos de 1989 a 2014

Uma vez considerando que o eleitor efetivamente compareça às urnas para votar, a dimensão eleitoral adquire novos significados. Embora o resultado agregado do conjunto de cidadãos que acorreu às urnas para manifestar, ou tentar manifestar (este ponto será desenvolvido adiante) a sua vontade, também esteve submetido a um complexo jogo de intenções ou sentidos, sociais, racionais ou emocionais (aqui a teoria política se divide). O que torna a interpretação do ato do cidadão, no momento em que deposita ou digita o seu voto, não menos sujeita controvérsias e diferentes interpretações. Mesmo com o auxílio dos mapas eleitorais posteriores ou da intensa realização das pesquisas de opinião e intenção de voto.

Trata-se aqui, conforme o roteiro previamente estabelecido, de fatiar esse estágio do comportamento eleitoral em três segmentos: a possibilidade do voto em branco, o voto nulo e a direção do voto. Essa última parte ficará para a próxima seção.

Votar branco ou nulo têm, em princípio, acepções diversas nas eleições entre 1989 e 2014. Até porque, historicamente, no Brasil dois fatos mudaram o seu sentido, de uma maneira geral. Primeiro, com a introdução da urna eleitoral eletrônica, votar nulo é diferente do que já foi no passado, com o voto em papel depositado em uma urna, quando o protesto de forma clara podia ser manifestado pelo eleitor.

Cabe lembrar as históricas votações em candidatos não registrados, como o rinoceronte Cacareco que obteve a estupenda votação de cerca de 100 mil votos para a eleição de vereador na cidade de São Paulo em 1959.⁶⁴ Outro exemplo, o macaco Tião, no município do Rio de Janeiro. Após o lançamento de sua candidatura por humoristas da cidade, alcançou 400 mil votos também para vereador, disputa de 1988, terceira maior votação individual, tornando-o uma celebridade nacional e internacional⁶⁵.

Mas o voto nulo não esteve apenas ligado à forma irreverente de protesto. Nas eleições de 1974, o regime militar experimentaria uma derrota nas eleições parlamentares, ainda concedidas por aquele governo, registrando-se mais de 40% de votos brancos e nulos no país, após uma intensa campanha de segmentos da sociedade civil. Naquele mesmo ano, uma expressiva bancada oposicionista foi eleita⁶⁶.

Em 1998, uma nova alteração na legislação eleitoral retirou a quantidade de votos brancos do coeficiente para eleições proporcionais⁶⁷, o que favorecia os partidos com as maiores votações, segundo o sistema eleitoral brasileiro (NICOLAU, 2012). Ressalte-se ainda que os votos brancos e nulos são simplesmente invalidados, após contabilizados, independentemente do seu patamar. Mas de 1989 a 2014, já era o procedimento para as eleições majoritárias.

Dessa forma, votar branco ou nulo têm o mesmo efeito prático, ainda que tenham conotações formais diversas. Votar nulo expressaria em tese um descontentamento mais explícito com a conjuntura ou processo eleitoral, ao passo que votar em branco, seria indicar que as opções

⁶⁴ Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rinoceronte_Cacareco, informação capturada em julho de 2017. Segundo a fonte, o rinoceronte chegou a inspirar espiritualmente a formação, em 1963, no Canadá, de um partido que levava o nome **The Rhinoceros Party** (em francês **Parti Rhinocéros**) e existiu até 1993.

⁶⁵ Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Macaco_Ti%C3%A3o, capturado em julho de 2107.

⁶⁶ Ver: <https://luizmuller.com/2016/10/14/quando-o-voto-nulo-branco-ou-abstencao-sao-formas-de-expressao-do-eleitorado/> capturado em julho de 2017.

⁶⁷ Ver: http://www.tre-rj.gov.br/site/gecoi_arquivos/noticias/arq_128091.jsp?id=128091, capturado em julho de 2017.

apresentadas não representam o eleitor, apesar de legitimar o pleito. Mas a realidade brasileira vai além dessa interpretação meramente formal.

A urna eletrônica instalada no país, a partir de 1998, colocou as duas alternativas para o eleitor. O voto mais fácil é o voto em branco, pois diante do votante a urna apresenta uma tecla específica para essa função. Assim basta apertar a tecla branco e confirmar. Para votar nulo, o eleitor deverá digitar um número inexistente de candidato e, uma vez alertado que esse voto é inválido, deverá insistir e confirmar.⁶⁸ A figura abaixo permite a visualização de uma urna eletrônica e as duas formas de votar.

Figura 56 – Demonstração em como votar branco ou nulo.



Fonte: TRE, 1998.

Mas o problema não se deriva da diferença e impacto nos dois tipos de não validar os candidatos ou seu partido. Um dos problemas refere-se aos impactos de introdução da urna eletrônica e a complexidade em lidar com ela, fato pouco relatado pela literatura da ciência política brasileira. O que, a despeito da aparente facilidade, deve ser levado em conta, uma vez que uma significativa parte do eleitorado tem um nível de instrução baixo e, portanto, pode apresentar algum potencial de dificuldade em lidar com o equipamento.

Dessa forma, votar nulo pode ser fruto de um erro de digitação, ao invés de protesto. Votar em branco, pela maior facilidade, inclusive pela cor e dimensão da tecla, pode ser uma saída para a ausência de habilidade ou mesmo esquecimento, ou embaraço na hora de votar. Dessa forma, tanto o voto nulo quanto o voto em branco podem se dar em decorrência das dificuldades conectivas da população e do eleitorado. Mas capturar a parcela que deriva dessas situações não é possível através da análise dos resultados eleitorais, ainda que se possa formular essa hipótese.

A Figura 58 mostra a evolução das taxas de votos brancos e nulos como proporção dos eleitores nos pleitos aqui tratados. Quanto às taxas de votos brancos, observa-se que as eleições de 1994 (7,6) e 1998 (6,3) constituem exceções ao conjunto da série, com altos valores. A hipótese é que, pelo menos conjugada com os níveis de insatisfação, que fazem parte inerente da natureza do indicador, a maior complexidade do voto a partir de 1994 (com cinco cargos simultâneos) e a introdução do voto eletrônico em 1998, podem ter trazido uma efetiva dificuldade para diversos segmentos, o que foi amenizado, ao que parece, a partir das eleições de 2006.

⁶⁸ O TSE traz um endereço que permite a visualização de uma urna eleitoral e também a simulação de voto, através do endereço: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/simulador-de-votacao/simulador-eleicao-2016> Informação de julho de 2017.

Descartados esses anos, a taxa situa-se entre 1,2% (no segundo turno de 1989) e 3,7% (no segundo turno de 2014). Ou seja, excetuando-se 1994 e 1998, há uma leve tendência de elevação do indicador, considerando que em geral entre o primeiro e segundo turno a taxa regride. Isso não ocorre apenas em 2014.

Observe-se, como possível explicação, a maior facilidade de votar em um segundo turno, com o descarte de candidatos proporcionais, para o Senado, e eventualmente para governadores eleitos no primeiro turno.

Figura 57 – Taxa de votos brancos e nulos. Brasil, eleições presidenciais, 1989-2014.

Eleição	Eleitores (milhões)	Votos brancos (milhões)	Taxa de votos brancos	Votos nulos (milhões)	Taxa de votos nulos
1989 (Primeiro turno)	82,0	1.174	1,4	3.484	4,2
1989 (Segundo turno)	82,0	985	1,2	3.106	3,8
1994	94,7	7.192	7,6	7.443	7,9
1998	106,0	6.688	6,3	8.886	8,4
2002 (Primeiro turno)	115,2	2.873	2,5	6.975	6,1
2002 (Segundo turno)	115,2	1.727	1,5	3.771	3,3
2006 (Primeiro turno)	125,8	2.865	2,3	5.956	4,7
2006 (Segundo turno)	125,8	1.350	1,1	4.808	3,8
2010 (Primeiro turno)	135,4	3.471	2,6	6.112	4,5
2010 (Segundo turno)	135,4	2.447	1,8	4.680	3,5
2014 (Primeiro turno)	142,4	4.414	3,1	6.671	4,7
2014 (Segundo turno)	142,4	5.213	3,7	1.918	1,3

Fonte: TSE, elaboração do autor

No que tange aos votos nulos, as maiores taxas são também verificadas nas disputas de 1994 (7,9) e 1998 (8,4). Geralmente o voto nulo proporcional supera o voto branco (novamente a exceção de 2014). E ainda são maiores nos primeiros turnos. Situar-se, excluindo 1994 e 1998, entre 1,3 e 4,7, sem mostrar uma tendência.

Os cartogramas municipais para os votos brancos revelam esse tipo de voto com maior profundidade. Nas primeiras eleições entre 1989 e 1998, existiria um padrão, quando municípios da região Nordeste tinham um patamar superior ao de outras regiões, com algumas especificidades, como um aumento secundário das taxas pelas regiões Sul e Sudeste no segundo turno de 1989, e nas eleições seguintes de 1994 e 1998. Os mais altos percentuais do Nordeste são o cunho desse primeiro período.

As eleições de 2002 mostram um espriamento da taxa de votos brancos pelo país já no primeiro turno com exceção de parte das regiões Norte e Centro-Oeste. Já o segundo turno, quando a taxa cai expressivamente no país, permanece mais significativa em estados do Nordeste, Sudeste e Sul. Já em 2006, em seu primeiro turno, a votação em branco traz um outro perfil, sendo mais elevada nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul no primeiro turno e em parte do Nordeste (Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), Sudeste (sul de Minas Gerais, Rio de Janeiro,

parte de São Paulo), assim como em cidades da região Sul. As eleições de 2010 assemelham-se às de 2006, nos dois turnos, embora as regiões Sudeste e Sul tenham tido uma queda menor do indicador entre os dois turnos.

As eleições de 2014, no seu primeiro turno têm uma similitude espacial com as eleições de 2002 em diante, considerando que as taxas combinam os níveis mais elevados de votos brancos para parte da região Nordeste, mas também para municípios do Sudeste e Sul. Entretanto o segundo turno é completamente atípico, pois além da elevação da taxa como um todo, atinge a região Norte e Goiás, reduzindo em algumas áreas das regiões Sudeste e Sul.

Nesse momento da análise já se pode inferir sobre a existência de um estoque para o indicador associado aos níveis de menor desenvolvimento (especialmente instrução). A volatilidade espacial da taxa também requer explicações associadas à conjuntura política. Ou seja, apesar de se apontar dificuldades potenciais relacionadas ao ato de votar, provocada pela baixa escolaridade, o fator político por si, se coloca como explicação relevante para a análise da taxa.

Já a distribuição municipal da taxa de votos nulos, a sua aparente regularidade também não se apresenta do ponto de vista espacial.

As eleições de 1989, 1994 e 1998 mantêm uma certa similitude. Convém ressaltar novamente a hipótese das mudanças institucionais e operacionais no voto para a compreensão do seu perfil territorial, especialmente em relação à região Nordeste. O segundo turno das eleições de 1989 mostram uma queda expressiva da taxa de votos nulos (lembre-se da maior simplicidade do voto nesse pleito), mantendo-se ainda mais forte em estados do Nordeste, parte de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As eleições de 2002 trazem um espraiamento da taxa (ainda que reduzida em relação à 1994 e 1998). O segundo turno, no entanto, traz uma nova característica alterando o perfil geral de altas concentrações de voto nulo, especialmente na região Nordeste e secundariamente em estados do Sudeste e Sul. Embora de certa forma essa condição permaneça, no segundo turno alguns estados terão taxas altas e destoantes da região em geral. É o caso em 2002 dos estados de Rondônia, Roraima, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe Paraná e Santa Catarina.

Em 2006, a taxa avança para os municípios das regiões Sudeste e Sul, mantendo-se expressivas no Nordeste. Novamente o segundo turno traz destaques para determinados estados como o Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, Tocantins, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná, com taxas mais elevadas e homogêneas nos municípios desses estados. Fora essa característica, novamente as taxas mais elevadas ocorreram em cidades das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

As eleições de 2010 voltam a ter uma predominância maior na região Nordeste e um decréscimo nas regiões Sudeste e Sul, com a exceção do Rio de Janeiro e parte do interior de São Paulo. Novamente o segundo turno mostra a elevação da taxa em estados específicos. Dessa vez, o Piauí, Paraíba, Rondônia, Amapá, Tocantins e Rio de Janeiro.

Já as eleições de 2014 têm uma certa correspondência com 2010, com a maior concentração de votos nulos no Nordeste. O segundo turno, no entanto, traz uma espacialidade, não apenas pelo maior volume, mas também pela concentração em municípios das regiões Sul e Sudeste, ainda que acompanhadas pelo Nordeste. Não é observada uma situação particular de estados como nos segundos turnos anteriores, embora possa se destacar o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro (nos dois turnos), Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Apesar de manter com a taxa de votos brancos uma certa similitude nos primeiros turnos, a votação em nulo apresenta características próprias que justificam a sua análise em separado. Como

foi visto pelos resultados ao nível municipal, a taxa apresenta uma volatilidade, especialmente se consideramos o segundo turno, momento em que alguns estados se destacam, o que implica em motivações localizadas, ao contrário dos indicadores até então observados.

E ainda a ideia de que a associação aos fatores de ordem da estrutura social são necessários, mas insuficiente para a explicação de variações no tempo e no espaço.

Figura 58 – Taxa de votos brancos. Brasil, eleições presidenciais, 1989-2014 (continua)

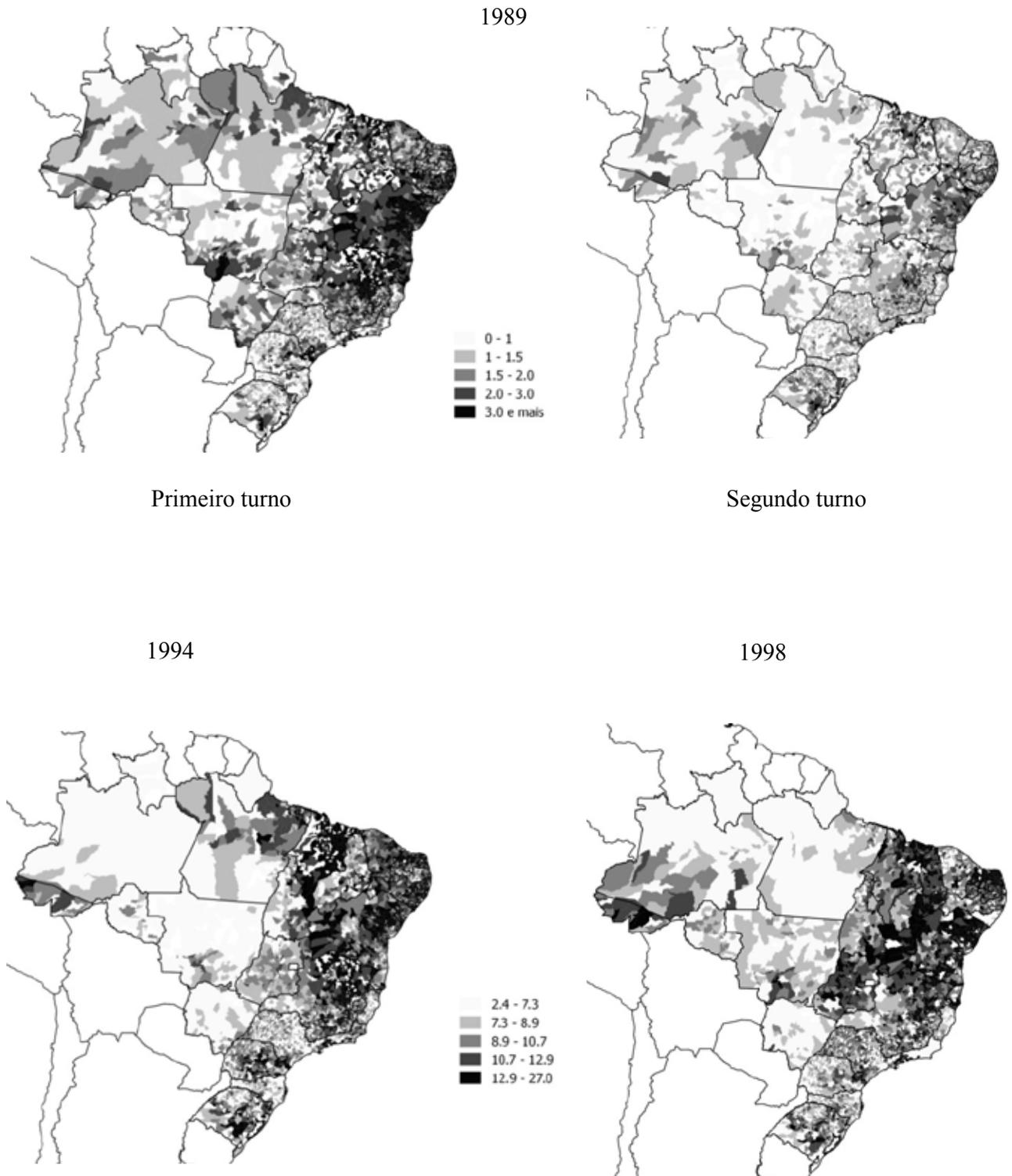


Figura 58 – Taxa de votos brancos. Brasil, eleições presidenciais, 1989-2014, (continuação)

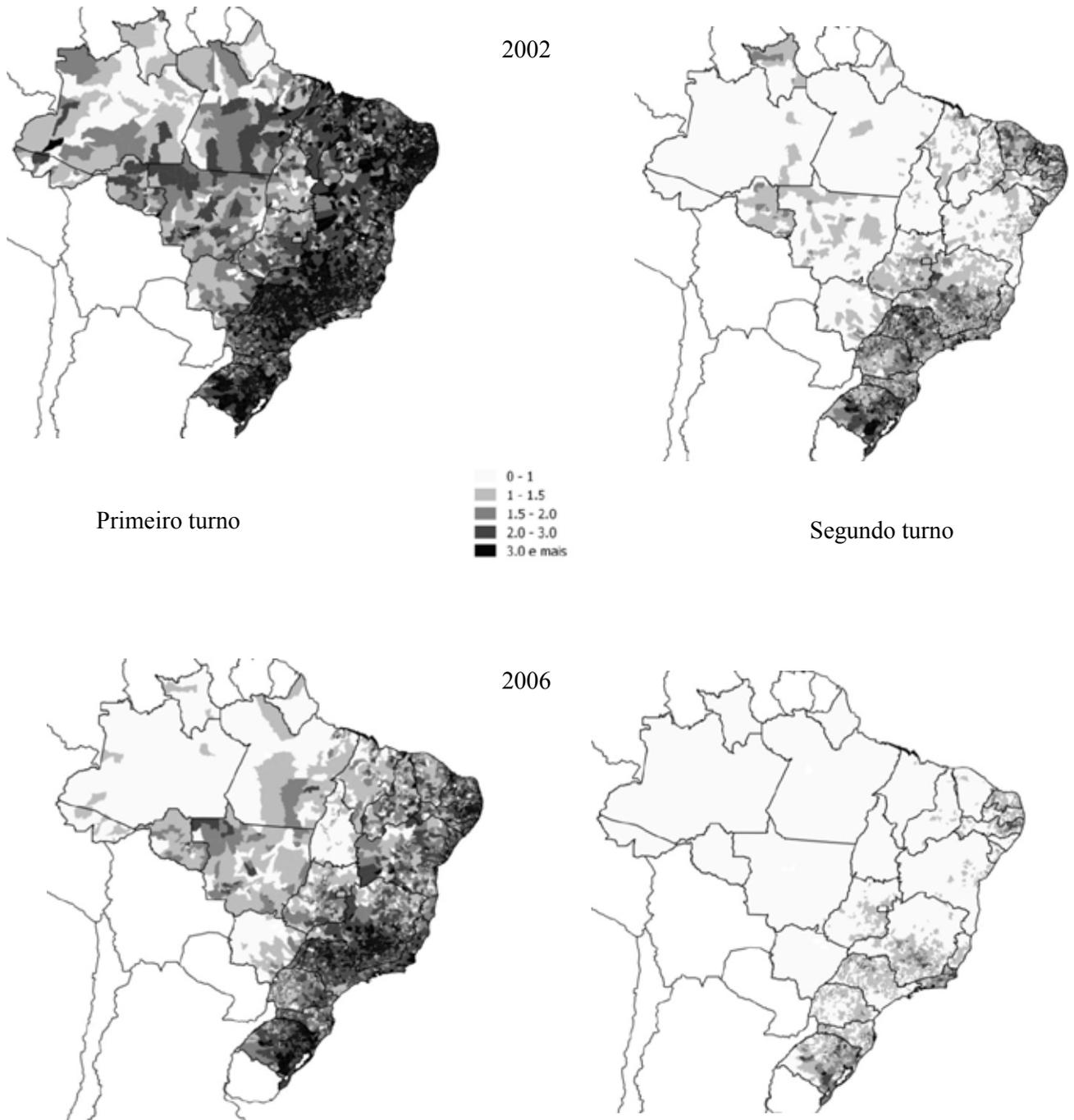


Figura 58 – Taxa de votos brancos. Brasil, eleições presidenciais, 1989-2014, (final)

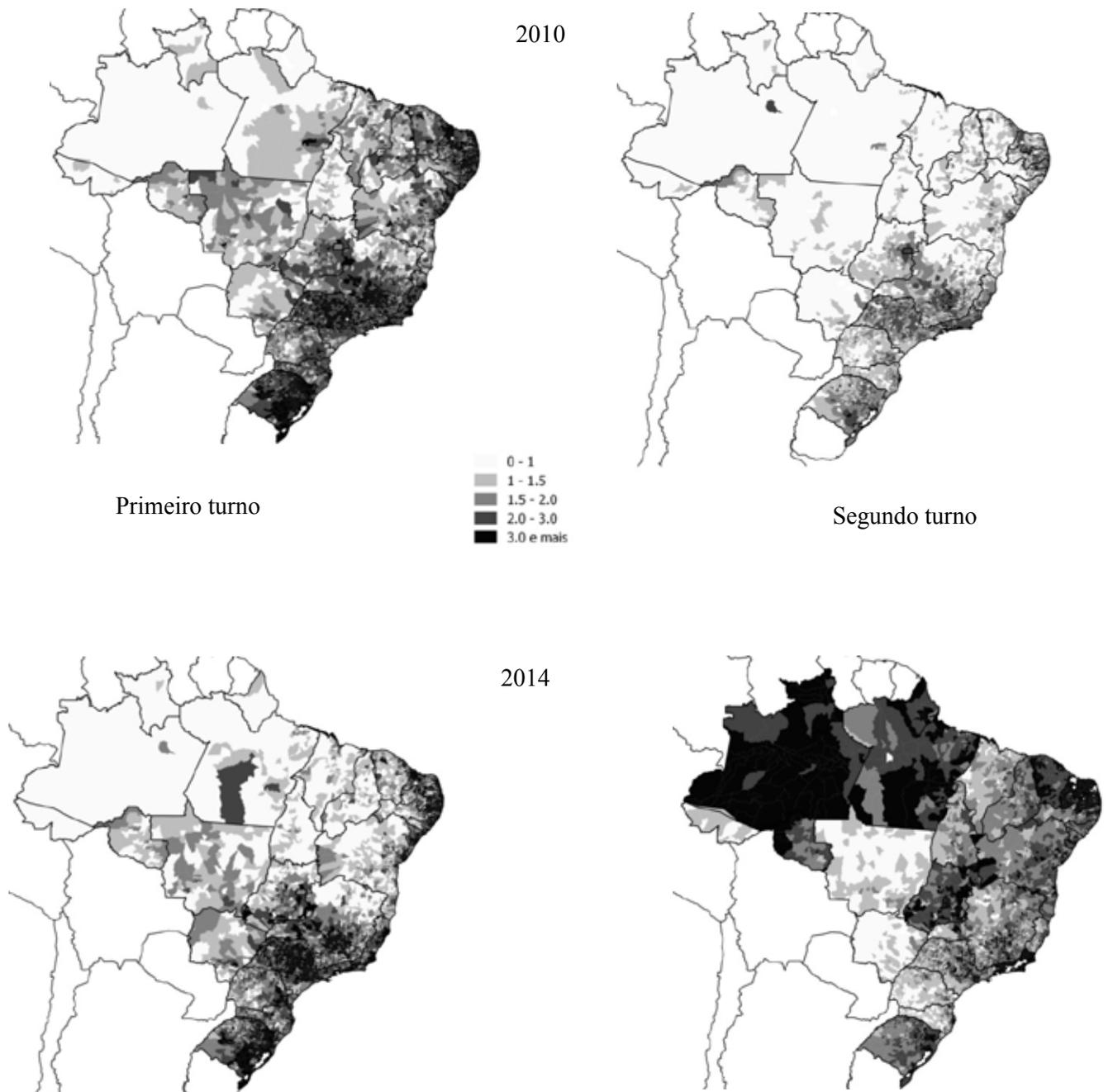


Figura 59 - Taxa de votos nulos para eleições presidenciais. Brasil, 1989-2014 (continua)

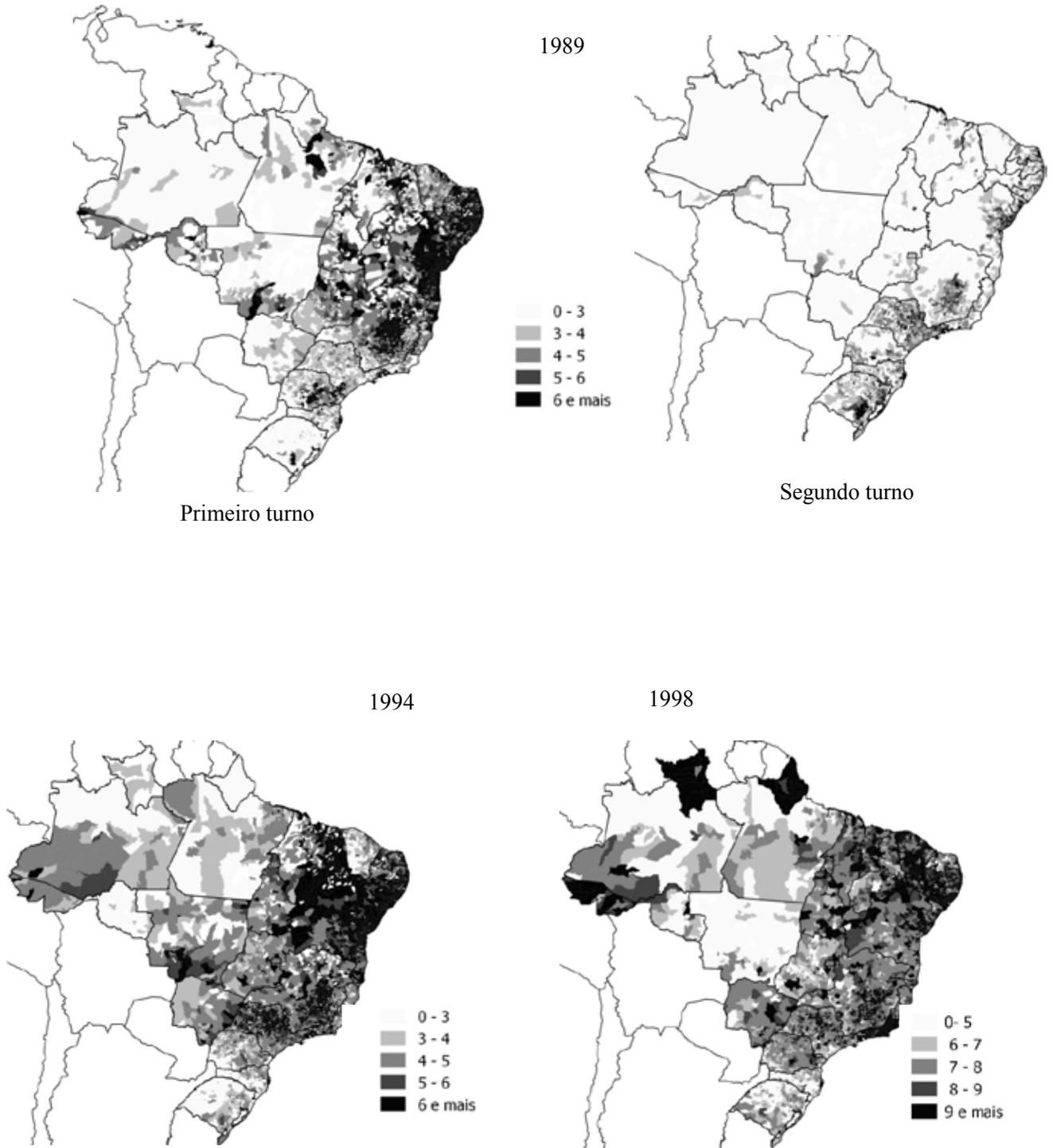


Figura 59 – Taxa de votos nulos para eleições presidenciais. Brasil, 1989-2014, (continua)

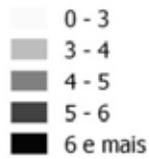
2002



Primeiro turno



Segundo turno

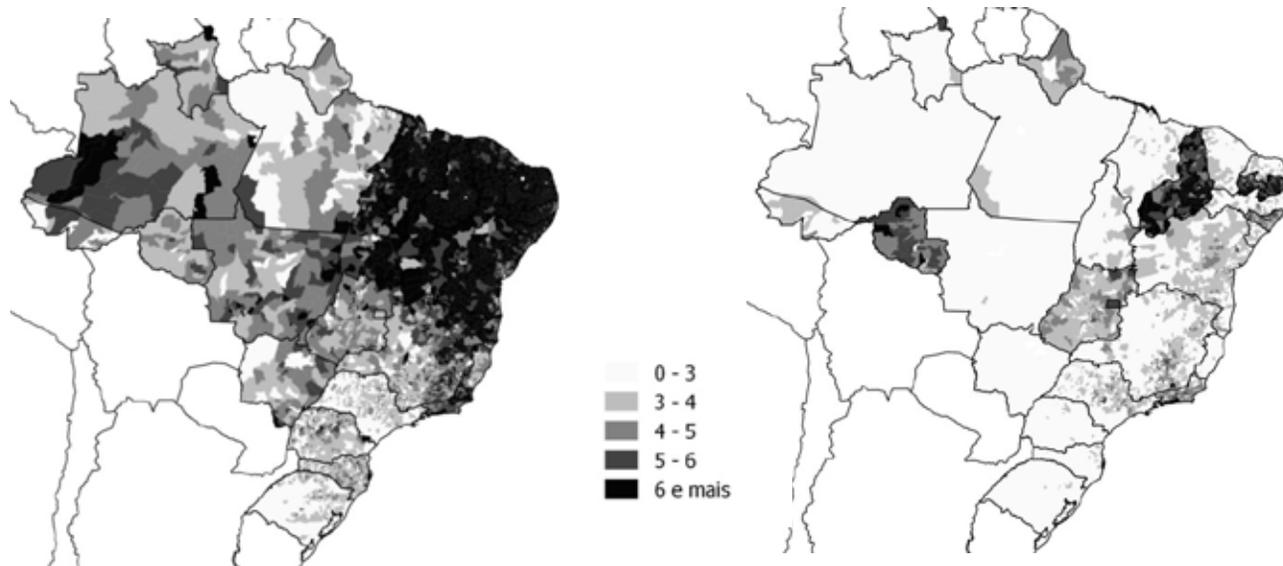


2006



Figura 59 – Taxa de votos nulos para eleições presidenciais. Brasil, 1989-2014, (final)

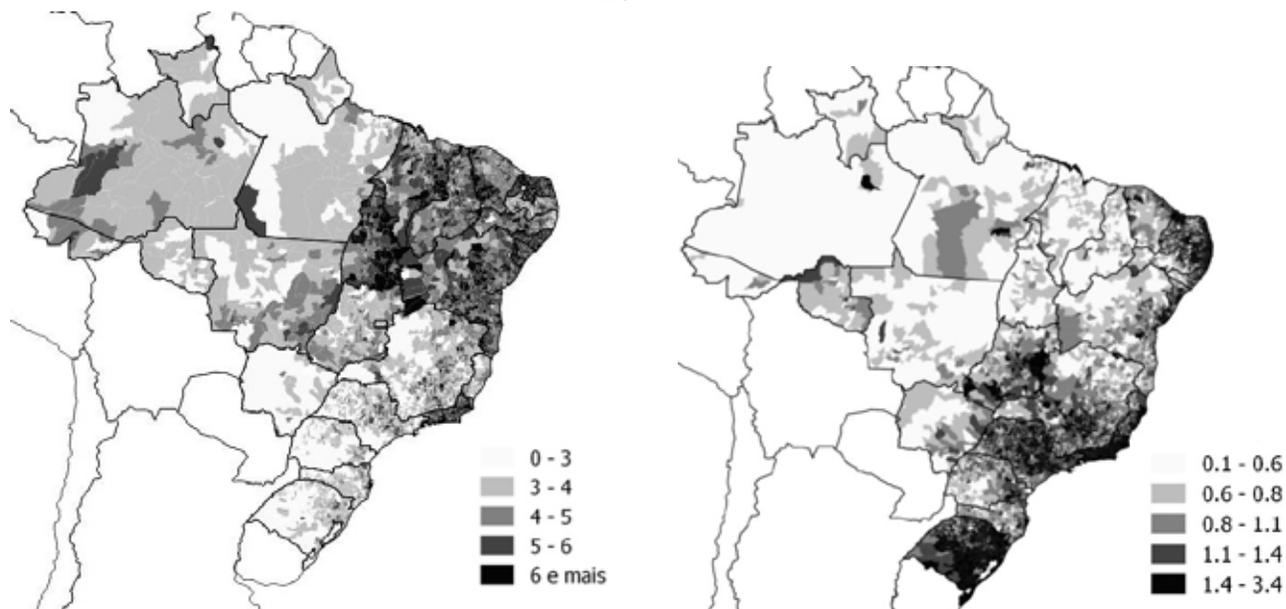
2010



Primeiro turno

Segundo turno

2014



Fonte: TSE, elaboração do autor

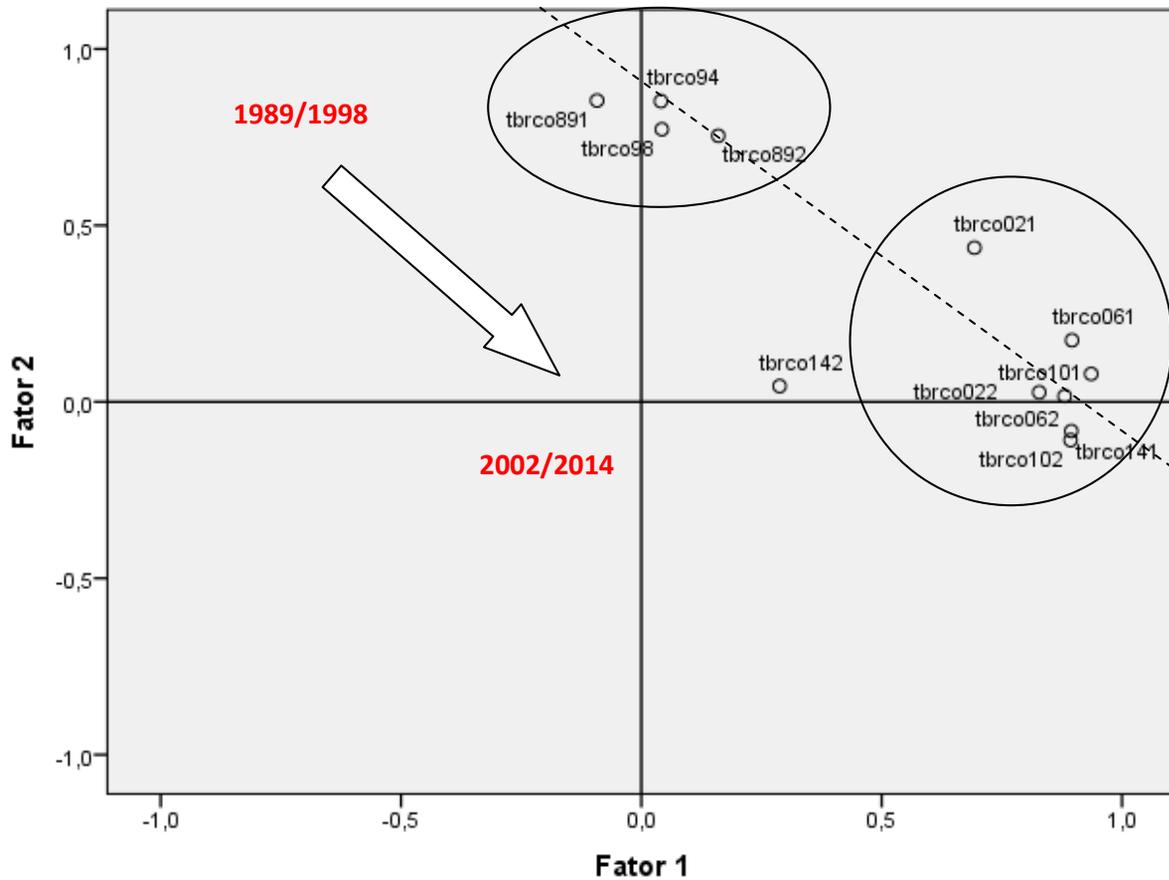
A Figura 60 traz uma Análise Fatorial apenas para a taxa de votos brancos nas eleições presidenciais entre 1989 e 2014. Observa-se em geral uma associação entre os indicadores. A divisão em dois períodos (até 1998 e o seguinte) já foi, de alguma forma, avaliada nos cartogramas. Em relação ao primeiro fator, observe-se a especificidade das eleições de 2014.

Figura 60 – Análise Fatorial de componentes principais para as taxas de votos brancos para as eleições presidenciais. Brasil, 1989 a 2014.

	Fator 1	Fator 2
tbrco101 - Taxa de votos brancos 2010, 1º turno	0,94	0,08
tbrco061 - Taxa de votos brancos 2006, 1º turno	0,90	0,18
tbrco141 - Taxa de votos brancos 2014, 1º turno	0,90	-0,08
tbrco102 - Taxa de votos brancos 2010, 2º turno	0,89	-0,11
tbrco062 - Taxa de votos brancos 2006, 2º turno	0,88	0,02
tbrco022 - Taxa de votos brancos 2002, 2º turno	0,83	0,03
tbrco021 - Taxa de votos brancos 2002, 1º turno	0,69	0,44
tbrco142 - Taxa de votos brancos 2014, 2º turno	0,29	0,05
tbrco891 - Taxa de votos brancos 1989, 1º turno	-0,09	0,85
tbrco94 - Taxa de votos brancos 1994	0,04	0,85
tbrco98 - Taxa de votos brancos 1998	0,04	0,77
tbrco892 - Taxa de votos brancos 1989, 2º turno	0,16	0,75

Variância explicada	
Fator 1	44,5
Fator 2	23,9
Total	68,4

Método de Extração: Principais componentes de análise
 Modelo de rotação: Varimax com Kaiser Normalization.
 Rotação convergente em 3 iterações.



O cruzamento das taxas de votos brancos com diversos indicadores selecionados, como a região, a unidade da Federação, as faixas de tamanho populacional, e as unidades de classificação geoespacial propostas, complementa o entendimento da evolução do indicador.

Para as primeiras eleições até 1998, os votos brancos têm uma alta proporção, principalmente em estados da região Nordeste, uma correlação inversa com o tamanho da população do município, e nos municípios com menor centralidade, com exceção das áreas metropolitanas, descartadas as capitais.

As eleições de 2002, em dois turnos, a incidência da votação em banco é alta no Nordeste, mas já apresenta expressão em estados das regiões Sul e Sudeste (nesta região, destacando-se em Minas Gerais). Decresce gradualmente, segundo as faixas de população e conforme a centralidade dos municípios. No segundo turno, o maior decréscimo ocorre nas mesmas regiões onde a taxa era maior no turno anterior. Entretanto, a queda é menor nos maiores municípios e uma queda mais expressiva nos municípios de menor centralidade.

Nas eleições de 2006 a taxa mostra um crescimento nas regiões Sudeste e Sul e uma leve tendência de aumento conforme o volume populacional e a centralidade dos municípios. O maior decréscimo no segundo turno ocorre nas regiões Sudeste e Nordeste e nos municípios com mais habitantes. A partir dessas eleições o indicador tem uma mudança de padrão.

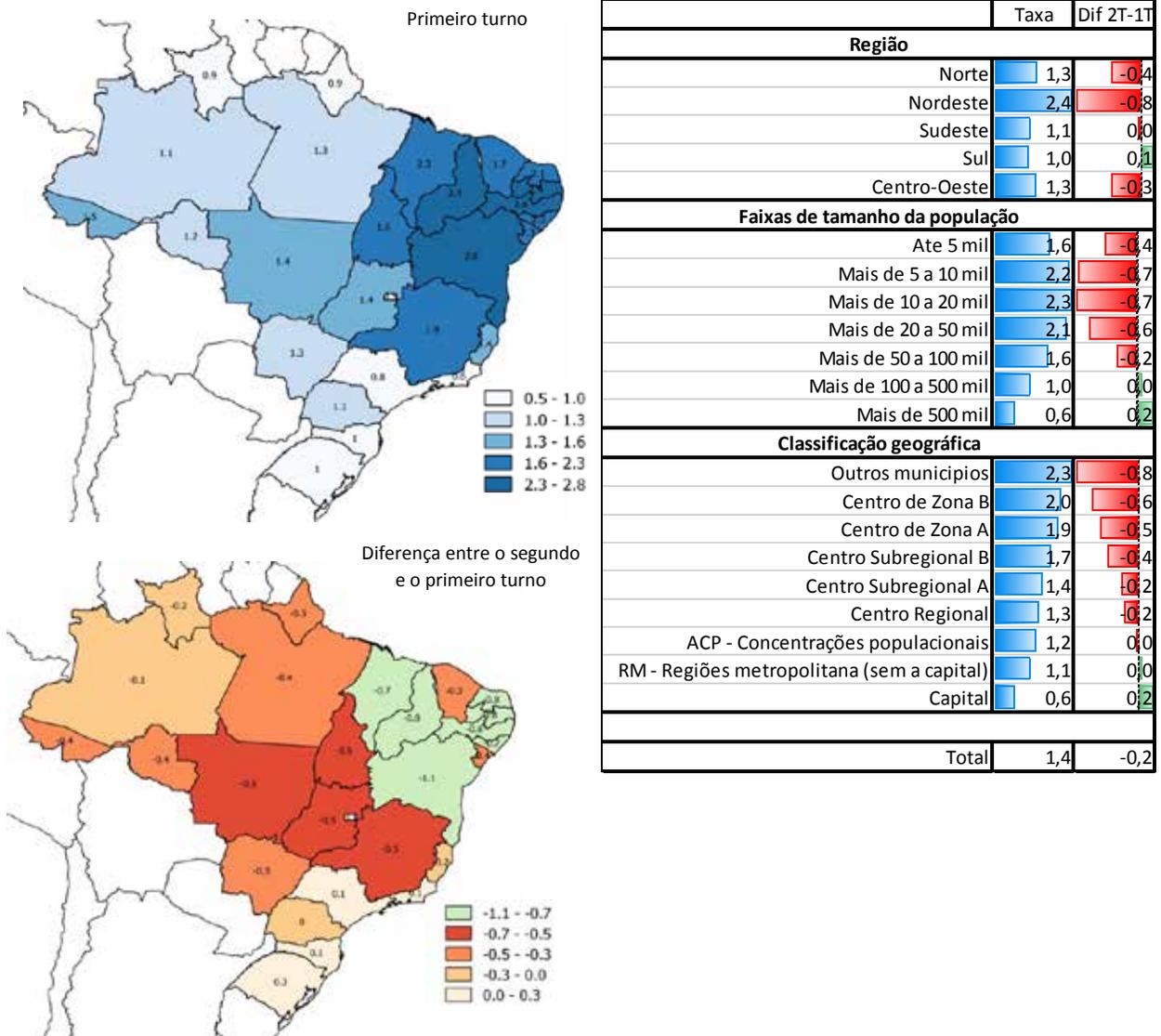
As eleições de 2010 têm uma correlação positiva com as eleições de 2006. As regiões Sudeste e Sul passam a ter as maiores taxas de votos brancos, ainda que continuem expressivas no Nordeste. Há uma inversão quanto à eleição de 2002, tendo em vista o tamanho populacional dos municípios e a sua centralidade. Dessa vez estão nos maiores municípios e com maior centralidade (em menor parte nas capitais) as mais elevadas taxas de votos brancos. As maiores reduções ocorreram no Sul e Nordeste, nos municípios menos populosos e menos centrais.

As eleições de 2014, em seu primeiro turno, reafirmam o padrão mais recente, após as eleições de 2002, conferindo às regiões Sul e Sudeste mais populosos municípios e mais centrais as maiores taxas de votos brancos.

A diferença entre segundo turno das mais recentes eleições, produzem um plano espacial completamente diverso. A sua redução ocorre na região Sul (com a exceção do Rio de Janeiro, que tem o maior aumento da taxa no país), sendo na região Norte o seu maior aumento. Destaca-se ainda o aumento maior da taxa nos municípios com 500 mil habitantes ou mais e nas capitais. A área metropolitana, sem as capitais, apresenta um recuo.

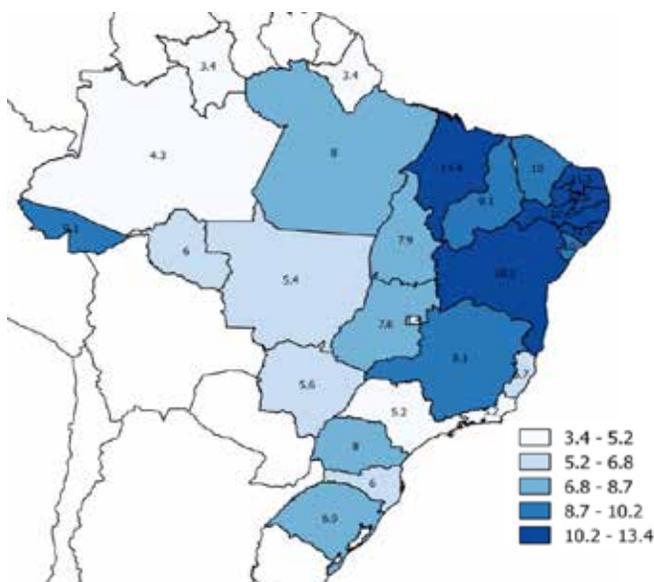
O padrão espacial observado para a taxa de votos brancos sugere de alguma forma uma associação com níveis de informação e instrução dos eleitores, localizados, então, em áreas de menor desenvolvimento social e econômico. Isso fica mais provável para as eleições até 2002. Daí em diante, quando o indicador torna-se mais expressivo nas regiões Sudeste e Sul, maiores municípios e com maior centralidade, o fator político conjuntural parece ganhar mais destaque, a ponto de as eleições de 2014 serem bem mais atípicas, incluindo o segundo turno.

Figura 61 – Taxa de votos brancos para eleições presidenciais, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 1989.



Fonte: IBGE, TSE e IPEA elaboração do autor

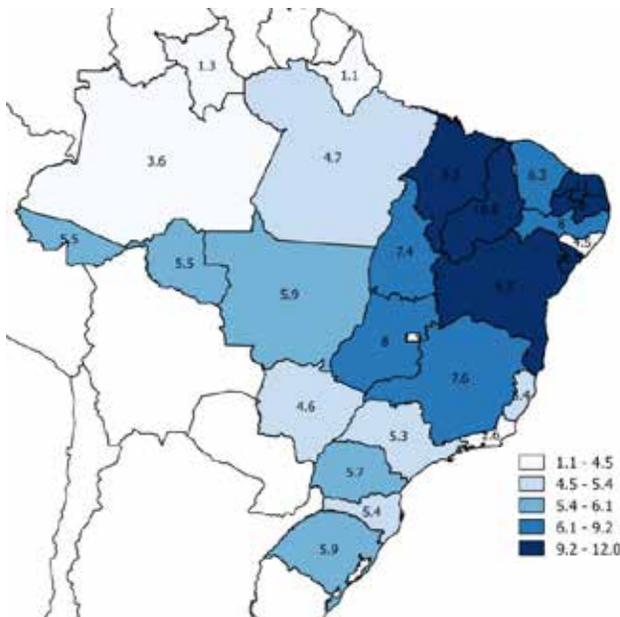
Figura 62 – Taxa de votos brancos para eleições presidenciais, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 1994.



	Taxa
Região	
Norte	6,8
Nordeste	10,7
Sudeste	6,2
Sul	7,1
Centro-Oeste	6,0
Faixas de tamanho da população	
Ate 5 mil	8,3
Mais de 5 a 10 mil	10,3
Mais de 10 a 20 mil	10,7
Mais de 20 a 50 mil	10,2
Mais de 50 a 100 mil	8,2
Mais de 100 a 500 mil	5,9
Mais de 500 mil	4,3
Classificação geográfica	
Outros municípios	10,8
Centro de Zona B	9,9
Centro de Zona A	9,4
Centro Subregional B	8,4
Centro Subregional A	8,0
Centro Regional	6,8
ACP - Concentrações populacionais	6,7
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	6,7
Capital	4,3
Total	7,6

Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

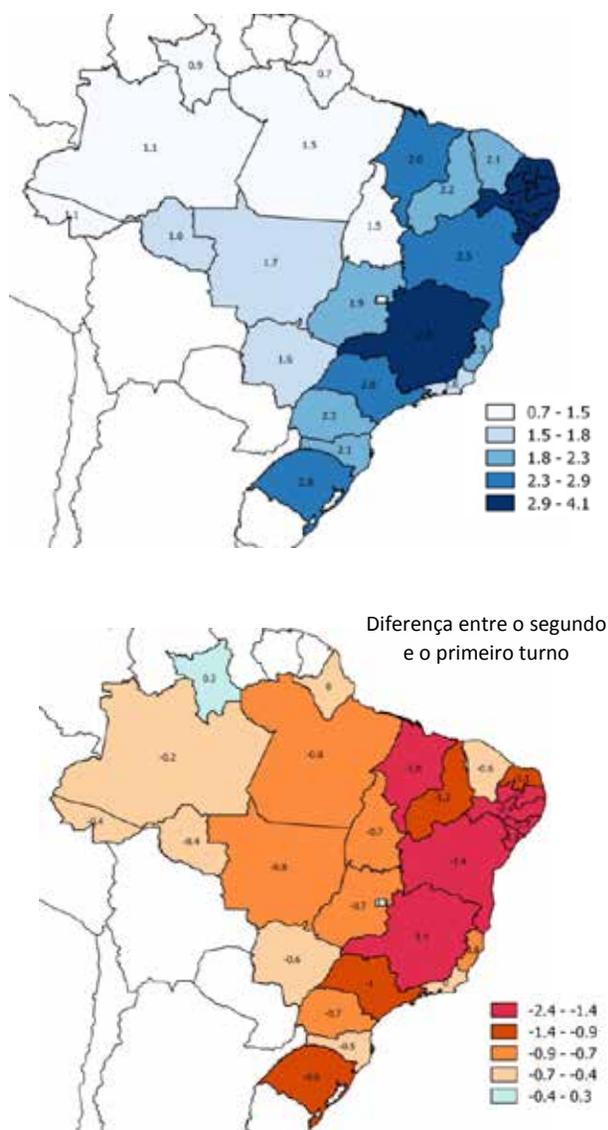
Figura 63 – Taxa de votos brancos para eleições presidenciais, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 1998.



	Taxa
Região	
Norte	4,7
Nordeste	8,8
Sudeste	5,3
Sul	5,7
Centro-Oeste	5,7
Faixas de tamanho da população	
Ate 5 mil	11,3
Mais de 5 a 10 mil	10,8
Mais de 10 a 20 mil	10,4
Mais de 20 a 50 mil	9,6
Mais de 50 a 100 mil	6,1
Mais de 100 a 500 mil	3,7
Mais de 500 mil	3,1
Classificação geográfica	
Outros municípios	10,3
Centro de Zona B	9,7
Centro de Zona A	7,7
Centro Subregional B	5,8
Centro Subregional A	3,9
Centro Regional	3,3
ACP - Concentrações populacionais	5,3
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	4,7
Capital	2,9
Total	6,3

Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

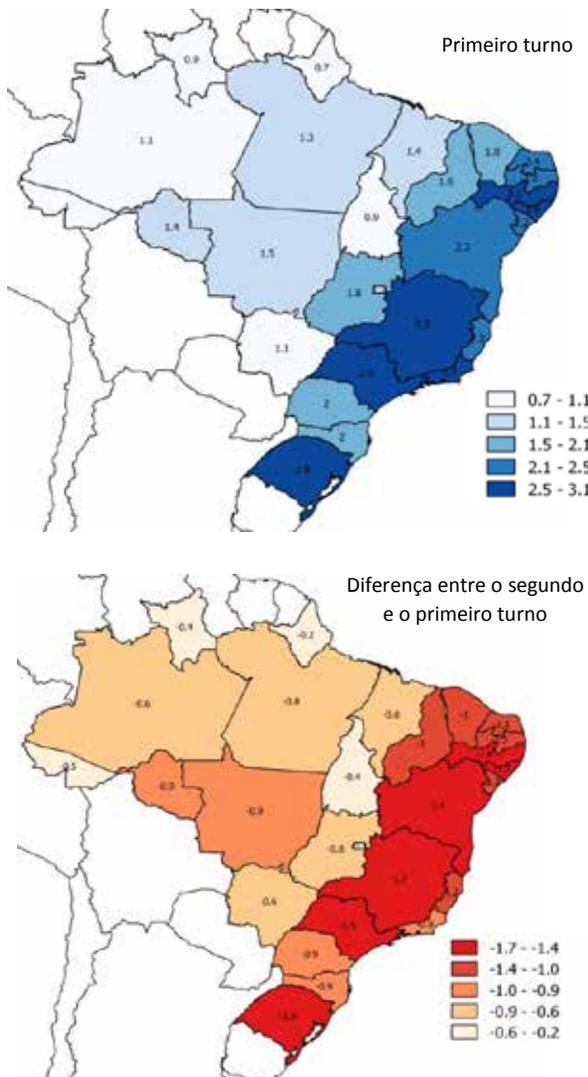
Figura 64 – Taxa de votos brancos primeiro turno para eleições presidenciais e diferença entre o segundo e primeiro turno, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2002.



	Taxa	T2 - T1
Região		
Norte	1,4	-0,6
Nordeste	2,9	-1,5
Sudeste	2,6	-0,9
Sul	2,5	-0,7
Centro-Oeste	1,6	-0,5
Faixas de tamanho da população		
Ate 5 mil	3,0	-1,4
Mais de 5 a 10 mil	3,0	-1,5
Mais de 10 a 20 mil	3,0	-1,6
Mais de 20 a 50 mil	3,0	-1,6
Mais de 50 a 100 mil	2,7	-1,2
Mais de 100 a 500 mil	2,2	-0,7
Mais de 500 mil	1,9	-0,4
Classificação geográfica		
Outros municípios	3,0	-1,6
Centro de Zona B	3,0	-1,5
Centro de Zona A	2,9	-1,4
Centro Subregional B	2,5	-1,1
Centro Subregional A	2,3	-0,9
Centro Regional	2,0	-0,8
ACP - Concentrações populacionais	2,5	-0,9
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	2,4	-0,7
Capital	1,8	-0,4
Total	2,5	-1,0

Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

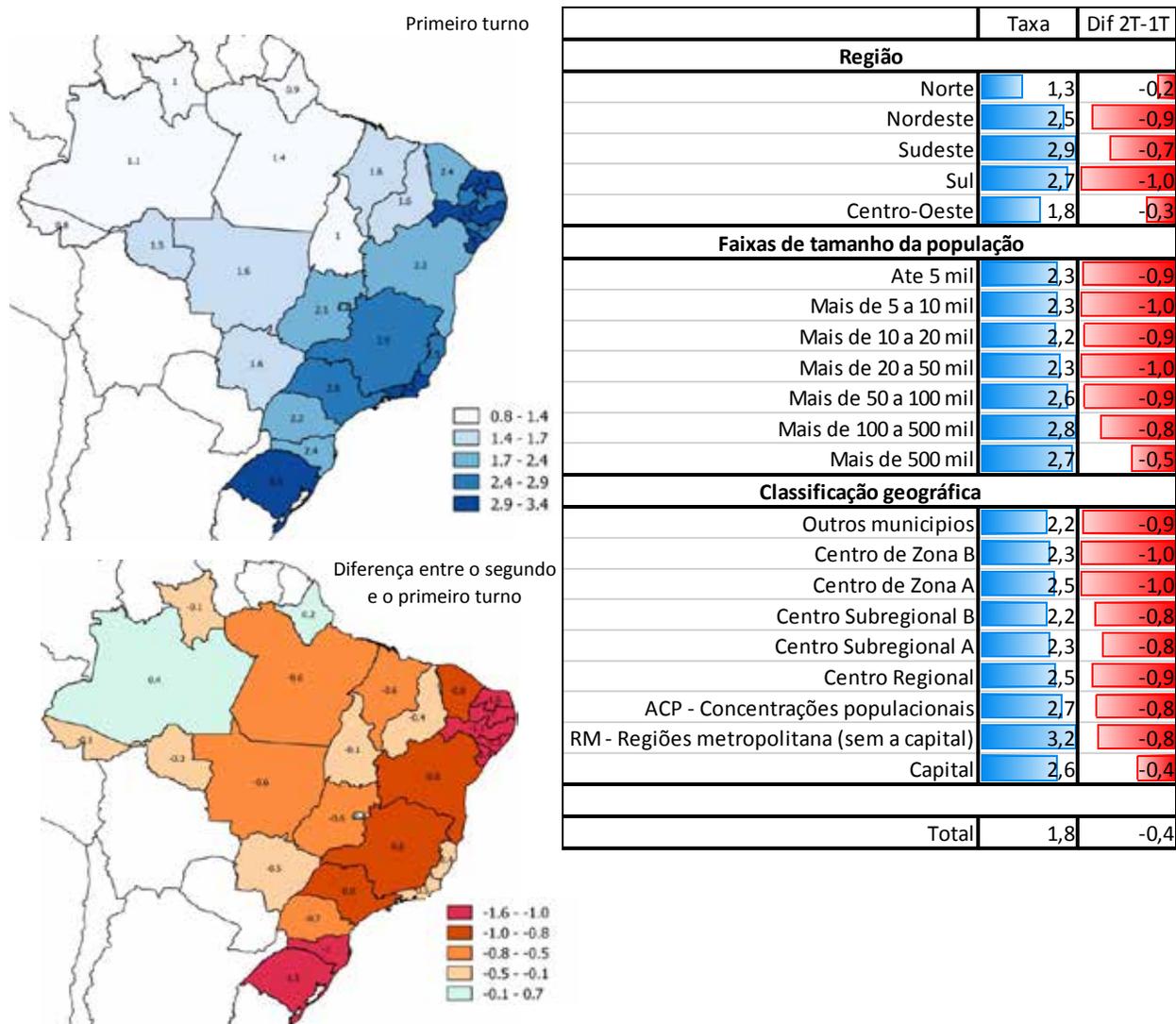
Figura 65 – Taxa de votos brancos para eleições presidenciais, primeiro turno e diferença entre o segundo e primeiro turno, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2006.



	Taxa	Dif 2T-1T
Região		
Norte	1,2	-0,7
Nordeste	2,2	-1,2
Sudeste	2,6	-1,4
Sul	2,3	-1,1
Centro-Oeste	1,5	-0,7
Faixas de tamanho da população		
Ate 5 mil	2,0	-0,9
Mais de 5 a 10 mil	2,1	-1,1
Mais de 10 a 20 mil	2,0	-1,2
Mais de 20 a 50 mil	2,1	-1,2
Mais de 50 a 100 mil	2,3	-1,3
Mais de 100 a 500 mil	2,4	-1,2
Mais de 500 mil	2,4	-1,2
Classificação geográfica		
Outros municípios	2,0	-1,2
Centro de Zona B	2,1	-1,2
Centro de Zona A	2,2	-1,2
Centro Subregional B	2,0	-1,1
Centro Subregional A	2,1	-1,1
Centro Regional	2,2	-1,3
ACP - Concentrações populacionais	2,3	-1,2
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	2,7	-1,5
Capital	2,4	-1,1
Total	2,3	-1,2

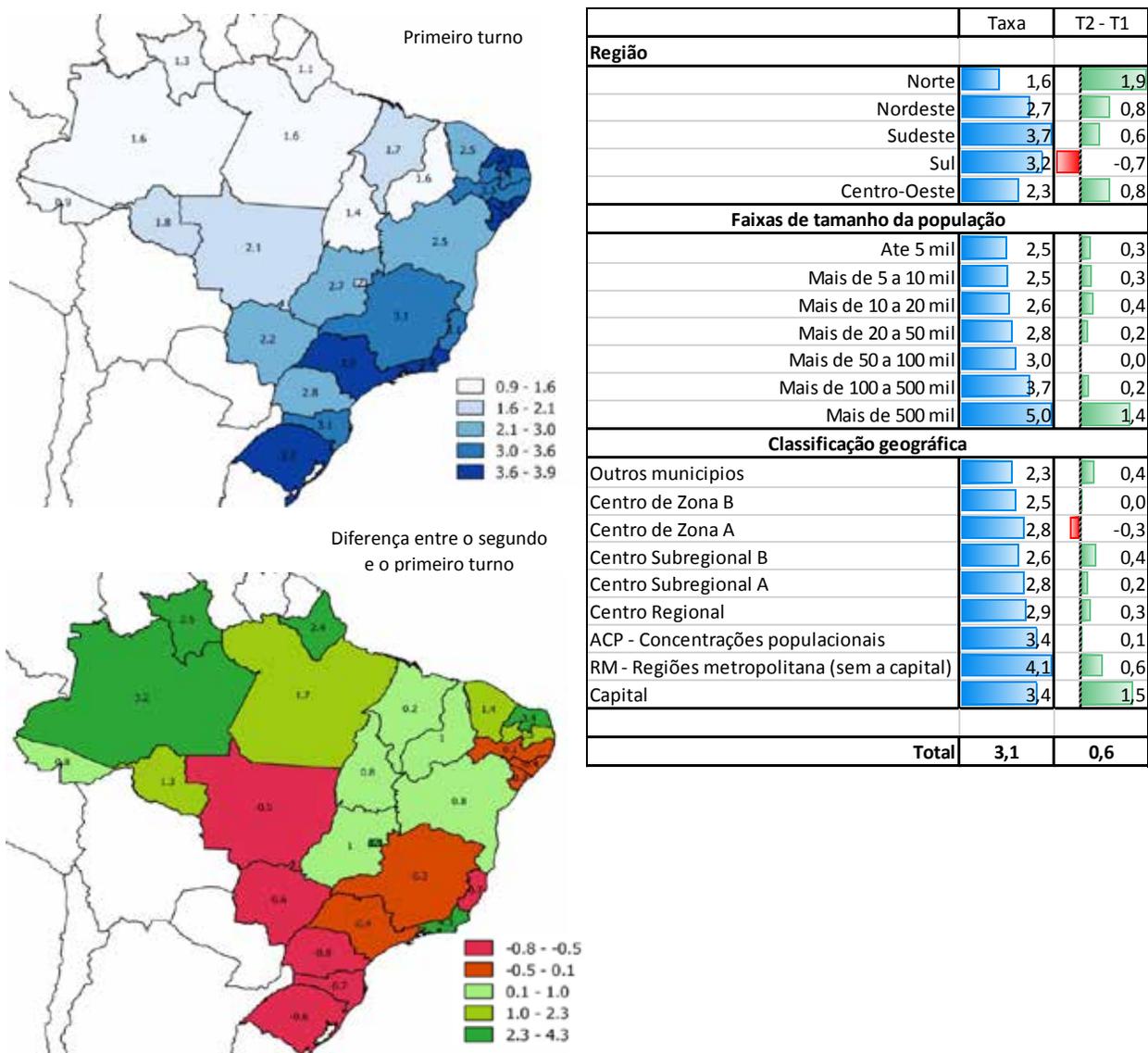
Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

Figura 66 – Taxa de votos brancos para eleições presidenciais, primeiro turno e diferença entre o segundo e primeiro turno, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2010.



Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

Figura 67 – Taxa de votos brancos para eleições presidenciais primeiro turno e diferença entre o segundo e primeiro turno, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2014.



Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

A Figura 68 mostra os resultados para a Análise Fatorial restrita às taxas de votos nulos, entre 1989 e 2014 para as eleições presidenciais. Apresentam, como as taxas de votos branco e nulos, certa associação positiva, situando-se praticamente no quadrante superior direito, sua variação é maior do que a dos votos brancos. A distância entre primeiros e segundos turnos é maior. Não há uma sequência temporal nas associações, embora seja possível identificar nos primeiros pleitos um perfil mais próximo das eleições de 1989, 1994 e 1998. Conforme foi identificado em relação aos votos brancos.

As eleições de 2002 têm um padrão mais distante das eleições de 1989 e próximo ao das eleições de 2006, enquanto as eleições de 2010 e 2014 têm resultados espaciais mais próximos no

primeiro turno. Por sua vez, a eleição de 2014 é atípica, principalmente no seu segundo turno. Dito isso, já se pode constatar que os votos nulos tendem à uma influência conjuntural maior que as abstenções ou que os votos brancos e nulos.

Quanto às eleições de 1989, nota-se a maior incidência dos votos nulos em estados das regiões Nordeste e Sudeste. E em 1994 e 1998, Nordeste e Sudeste. Os municípios com até 5.000 habitantes apresentam taxas menores que crescem até os 500 mil habitantes, recuando na última faixa populacional acima de 500 mil.

Nas eleições de 2002 e 2006 as taxas se sobressaem nos estados da região Nordeste, nos menores e menos centrais municípios, excetuando-se as áreas metropolitanas. Entretanto, no segundo turno é exatamente no Nordeste, menores e menos centrais municípios, que ocorrem as maiores reduções do indicador.

As eleições de 2010 seguem a tendência de 2006. O Nordeste com as maiores taxas, seus maiores valores nas cidades menores e menos centralizadas. A queda também ocorre nas áreas onde era mais robusta no primeiro turno. Da mesma forma que em 2002, ocorre nas áreas onde a taxa se apresentava mais robusta. Apresentam um saldo de queda acima da média ou positivo nos municípios a partir de 500 mil habitantes e nas capitais. Isso indica uma urbanização do indicador no segundo turno, contrastando, em geral, não só com o primeiro, mas com as eleições anteriores.

As eleições de 2014, que têm as maiores taxas nacionais no primeiro turno, sendo mais altas na região Nordeste e, em parte do Sudeste (especialmente no Rio de Janeiro) e em São Paulo. Novamente, é maior nas cidades menores e menos centrais. O seu decréscimo na etapa seguinte mostra-se atípico. Decresce mais no Sudeste, seguido pelo Nordeste e Norte. No entanto, sua queda é menos intensa nos municípios de instalação mais recente, nos mais populosos, urbanizados e centrais (a exceção novamente é a área metropolitana, excetuando-se as capitais). Isso faz mudar o perfil espacial do indicador, considerando as demais eleições, principalmente as mais recentes.

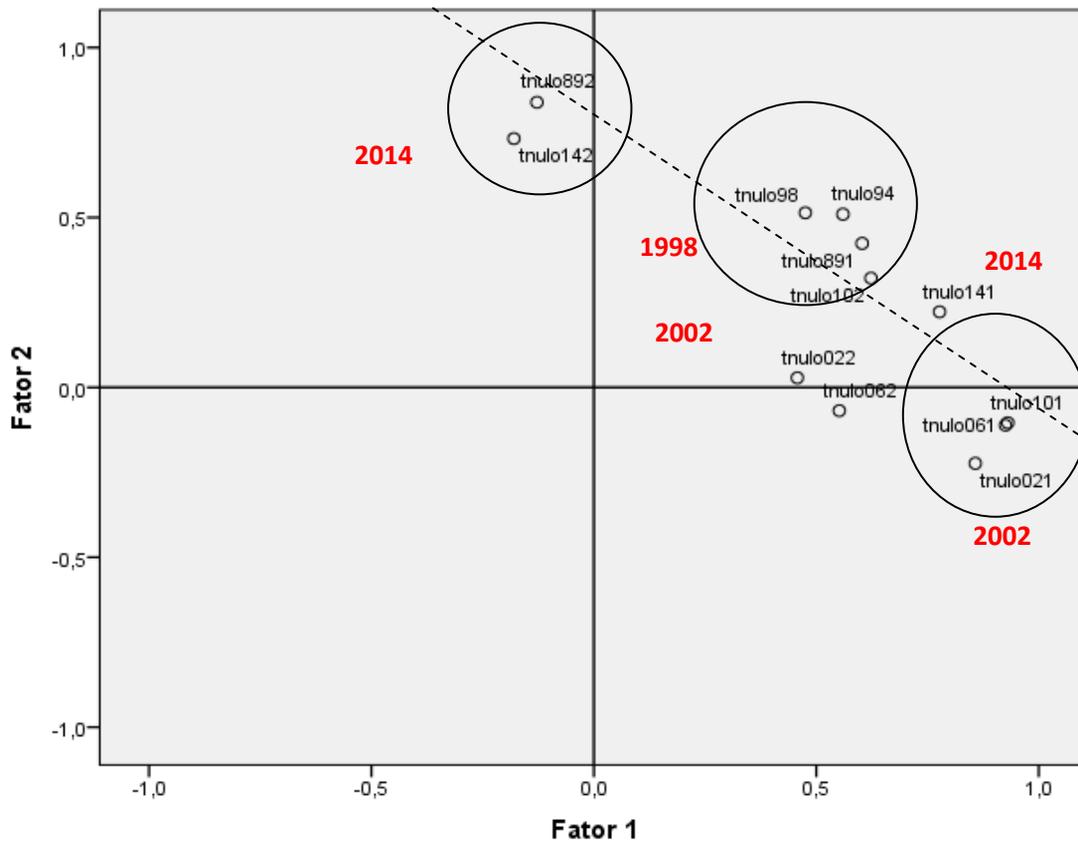
Poderia se afirmar que o indicador estaria, da mesma forma ou mais intensamente sujeito à singularidade da conjuntura política, sendo a ela sensível, descartando em maior medida, ainda que não totalmente, o efeito socioeconômico sobre essa forma da não participação.

Figura 68 – Análise fatorial de componentes principais para as taxas de votos nulos para as eleições presidenciais. Brasil, 1989 a 2014.

	Fator 1	Fator 2
tnulo101 - Taxa de votos nulos 2010, 1º turno	0,93	-0,10
tnulo061 - Taxa de votos nulos 2006, 1º turno	0,93	-0,11
tnulo021 - Taxa de votos nulos 2002, 1º turno	0,86	-0,22
tnulo141 - Taxa de votos nulos 2014, 1º turno	0,78	0,22
tnulo102 - Taxa de votos nulos 2010, 2º turno	0,62	0,32
tnulo891 - Taxa de votos nulos 1989, 1º turno	0,60	0,42
tnulo94 - Taxa de votos nulos 1994	0,56	0,51
tnulo062 - Taxa de votos nulos 2006, 2º turno	0,55	-0,07
tnulo022 - Taxa de votos nulos 2002, 2º turno	0,46	0,03
tnulo892 - Taxa de votos nulos 1989, 2º turno	-0,13	0,84
tnulo142 - Taxa de votos nulos 2014, 2º turno	-0,18	0,73
tnulo98 - Taxa de votos nulos 1998	0,48	0,51

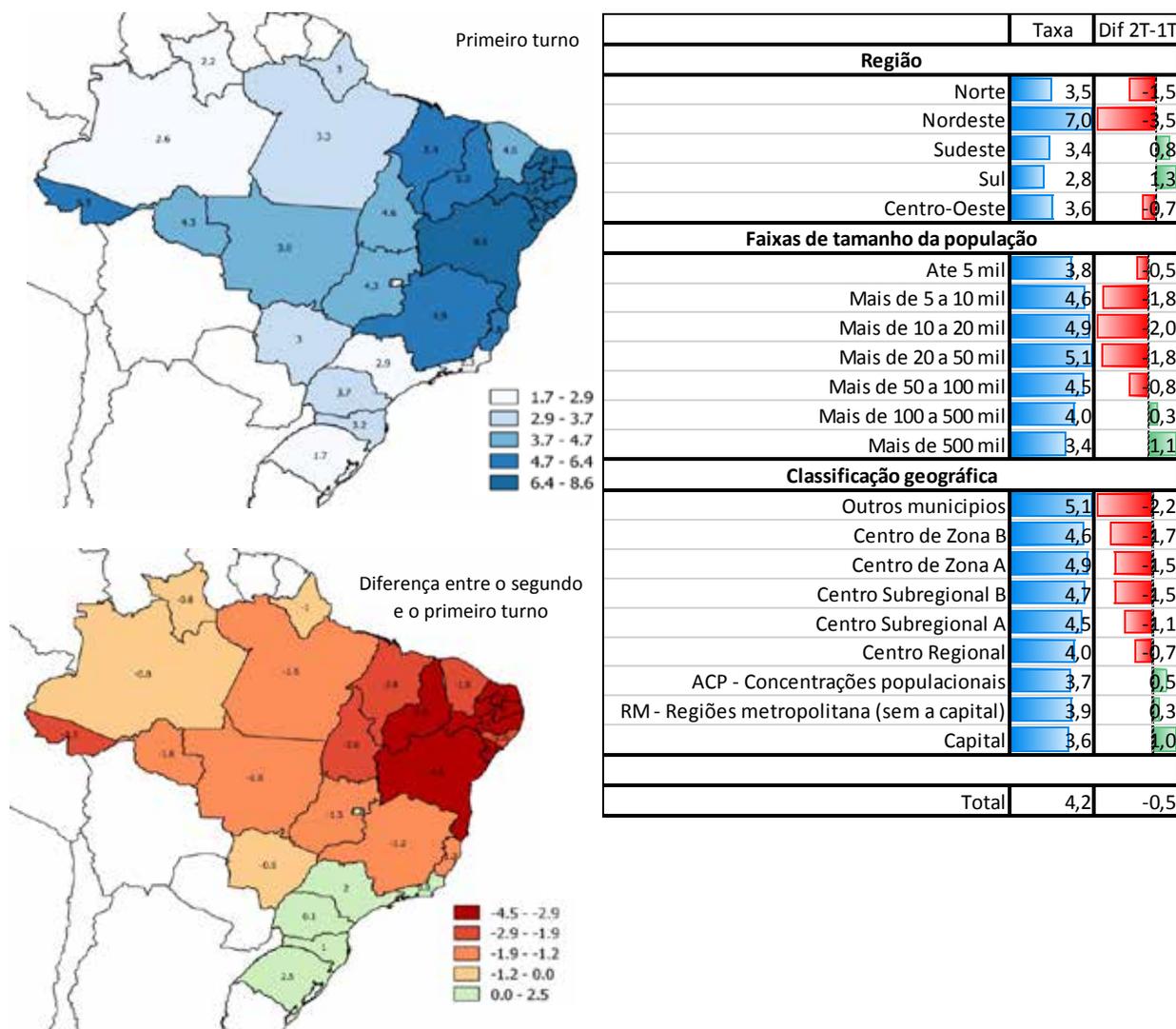
Variância explicada	
Fator 1	50,0
Fator 2	19,1
Total	69,1

Método de Extração: Principais componentes de análise
 Modelo de rotação: Varimax com Kaiser Normalization.
 Rotação convergente em 3 iterações.



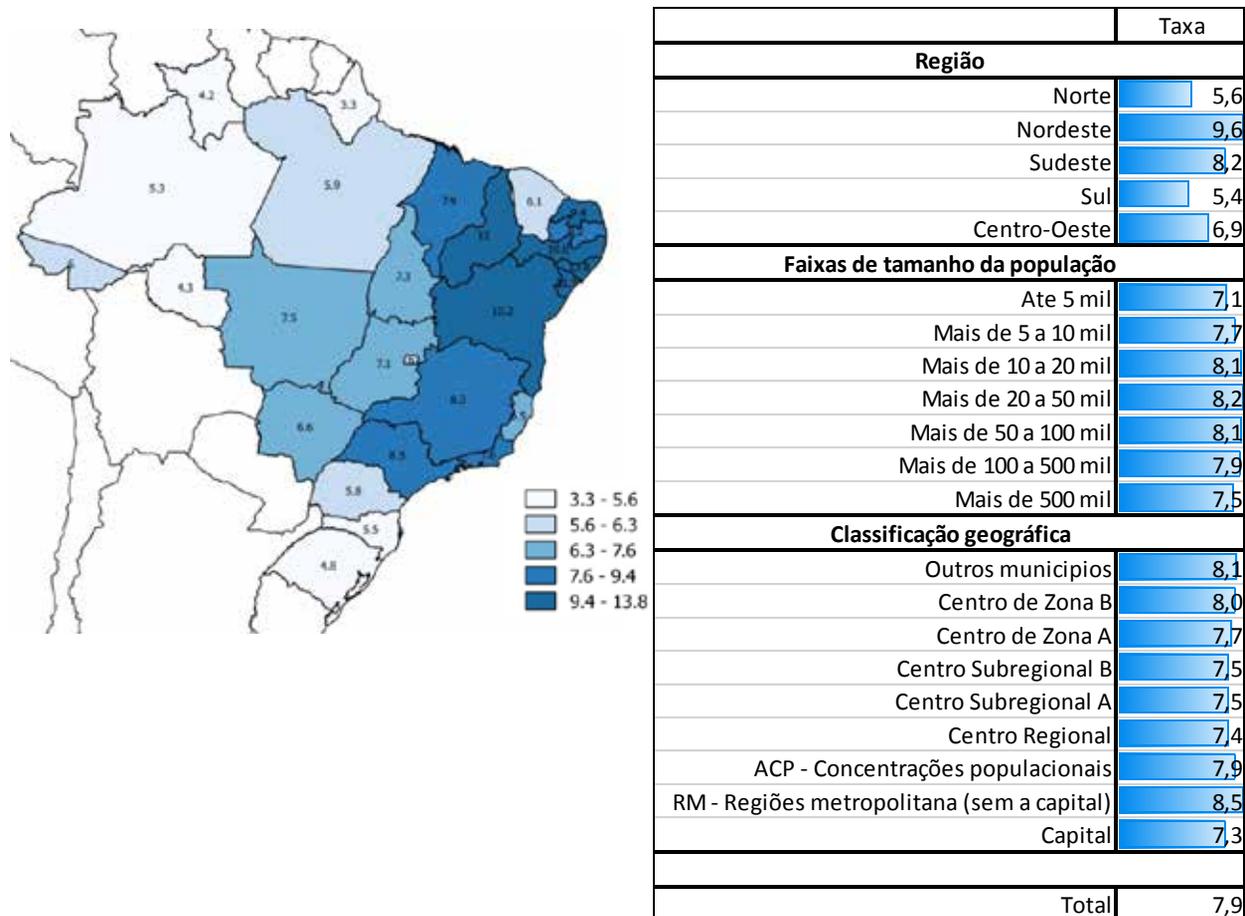
Fonte: TSE, elaboração do autor

Figura 69 – Taxa de votos nulos para eleições presidenciais, primeiro turno e diferença entre o segundo e primeiro turno, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 1989.



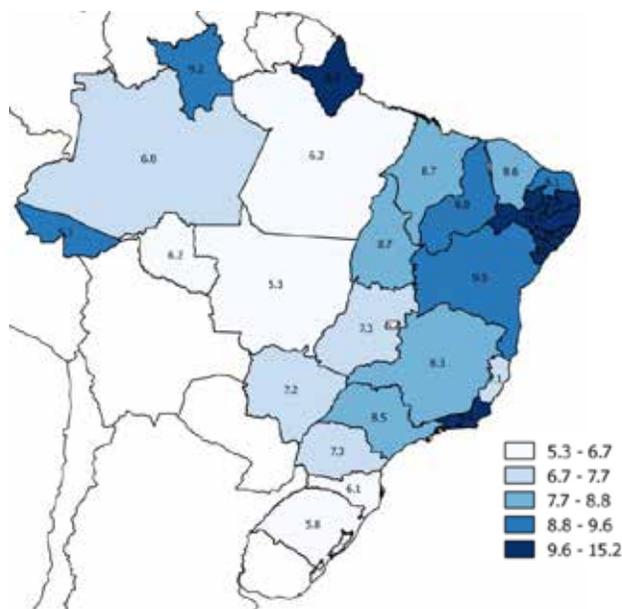
Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

Figura 70 – Taxa de votos nulos para eleições presidenciais, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 1994.



Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

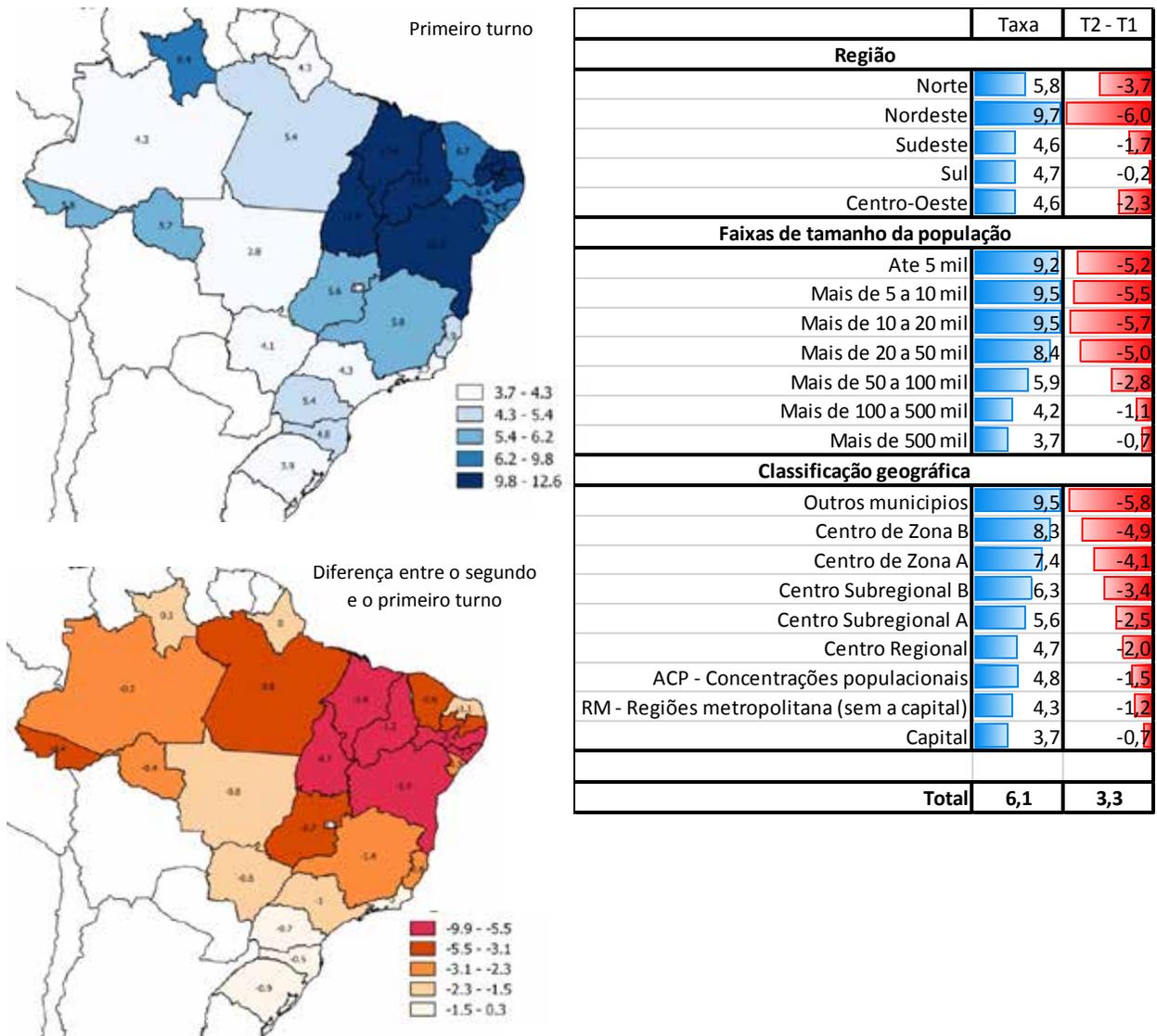
Figura 71 – Taxa de votos nulos para eleições presidenciais, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 1998.



	Taxa
Região	
Norte	6,9
Nordeste	9,9
Sudeste	8,6
Sul	6,4
Centro-Oeste	6,7
Ano de instalação	
Até 1945	8,3
1946 a 1964	8,6
1965 a 1988	7,9
1989 em diante	8,2
Faixas de tamanho da população	
Até 5 mil	6,6
Mais de 5 a 10 mil	7,2
Mais de 10 a 20 mil	7,6
Mais de 20 a 50 mil	7,7
Mais de 50 a 100 mil	8,9
Mais de 100 a 500 mil	9,3
Mais de 500 mil	8,7
Classificação geográfica	
Outros municípios	7,7
Centro de Zona B	7,5
Centro de Zona A	7,9
Centro Subregional B	8,6
Centro Subregional A	9,6
Centro Regional	9,6
ACP - Concentrações populacionais	8,5
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	9,4
Capital	8,5
Total	8,4

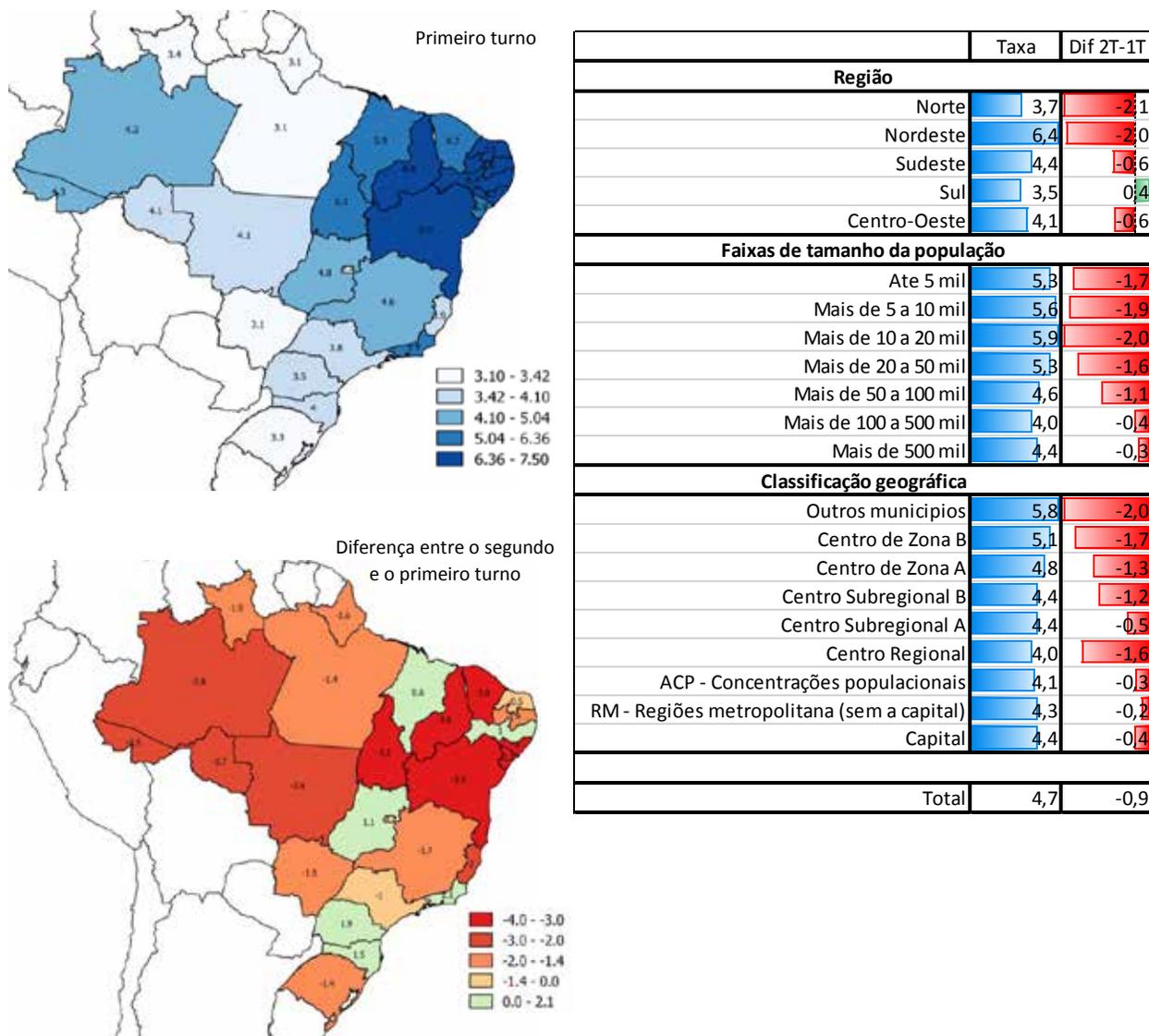
Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

Figura 72 – Taxa de votos nulos para eleições presidenciais, e diferença entre o segundo e o primeiro turno, segundo unidades da federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2002



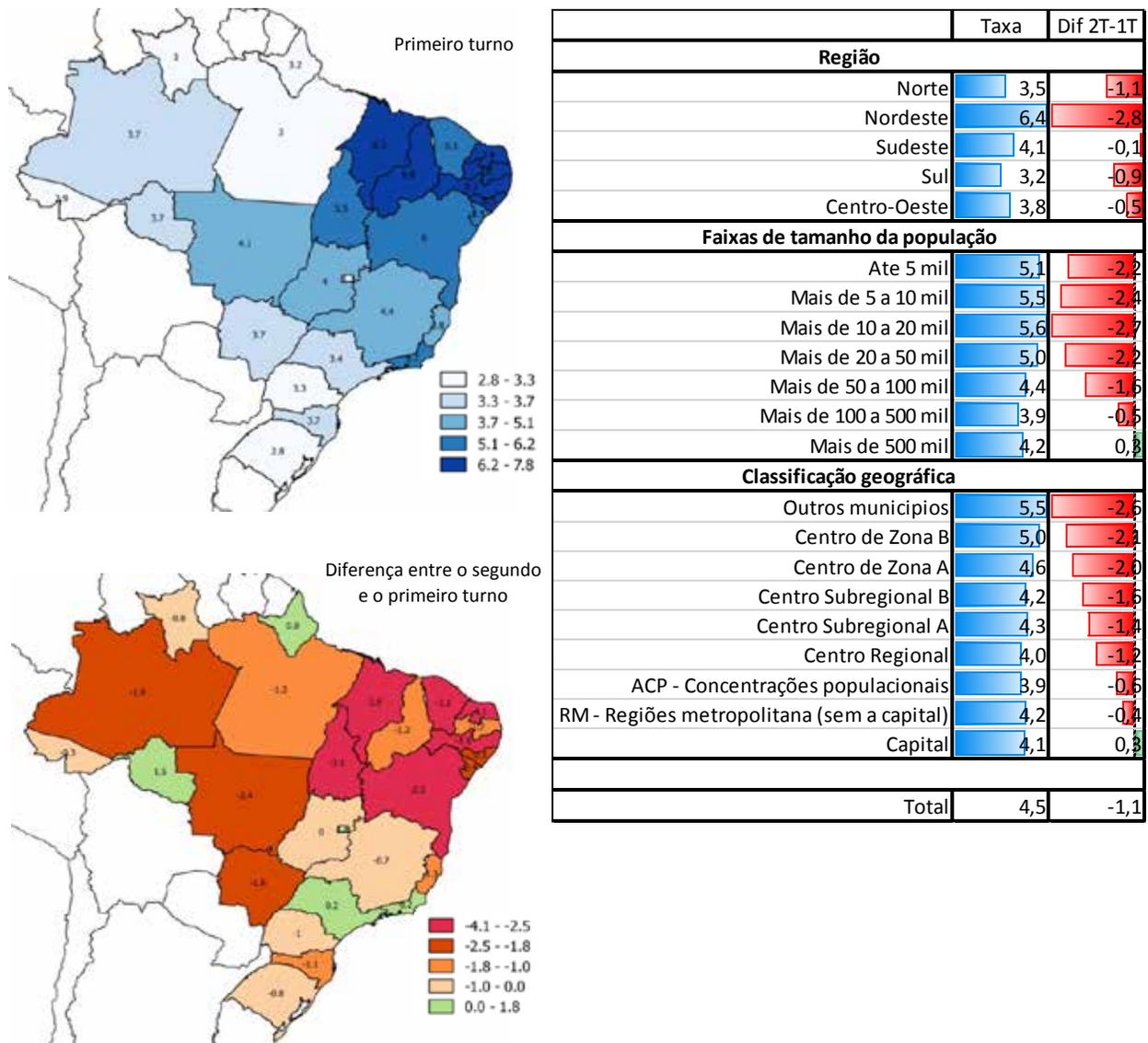
Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

Figura 73. Taxa de votos nulos para eleições presidenciais, e diferença entre o segundo e o primeiro turno, segundo unidades da Federação, região, ano de instalação dos municípios, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2006.



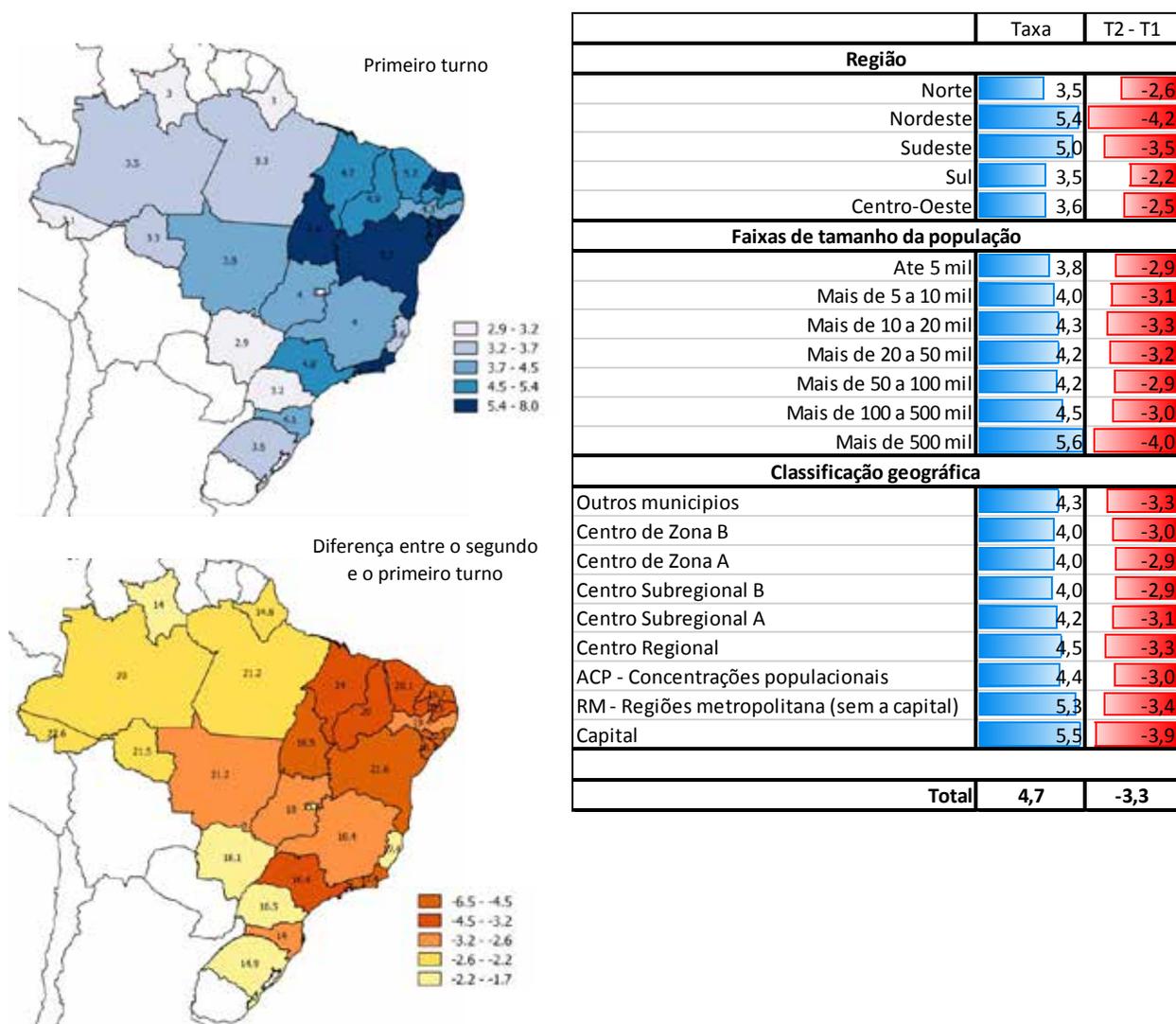
Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

Figura 74 – Taxa de votos nulos, eleições presidenciais, e diferença entre o segundo e o primeiro turno, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2010.



Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

Figura 75 – Taxa de votos nulos para eleições presidenciais e diferença entre o segundo e primeiro turno, segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2014.



Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor. 7.4 Direção do voto de 1989 a 2014

Direção do voto de 1989 a 2014

Conforme a perspectiva aqui adotada, as eleições presidenciais constituem o objeto deste estudo em função da sua importância institucional e sociológica. O voto presidencial, como foi afirmado, constitui em si o fato social relevante e que, portanto, avaliado desde a entrada de eleitores no sistema formal que lhes qualifica a identidade eleitoral, passando pelas abstenções e pelos votos brancos e nulos.

Principalmente a partir da República, de 1945 a 1964, e após a retomada da democracia com as eleições de 1989 em diante, o voto para presidente é o centro de poder que se irradia para outras esferas, seja do ponto de vista horizontal, considerando os outros dois poderes, seja vertical, considerando as coalizões partidárias e regionais que dão sustento político e governabilidade ao presidente eleito.

Mudanças estruturais e significativas passaram a prevalecer a partir de 1945 sobre a antiga República, fortemente marcada pela restrição ao voto, e principalmente pelo vínculo com as oligarquias regionais. José Nunes Leal, em seu livro *Coronelismo, enxada e voto*, publicado em 1948, traça um retrato da estrutura do sistema político, alicerçado em oligarcas rurais que reuniam e controlavam a lista e o voto do eleitor (voto aberto), sistema encoberto de fraudes, violência e um sistema de trocas e benefícios para obtenção do voto. Era denominado “voto de cabresto”.

Os coronéis eram os atores intermediários entre os municípios e os governos estaduais e central, muitas vezes se tornando eles próprios protagonistas políticos. Essa intermediação alcançava também os cargos proporcionais, além de uma forma direta de controle não apenas político, pois se tratava dos coronéis de grandes propriedades rurais. Organizavam o cotidiano municipal através da justiça formal, da gestão e de investimentos negociados com os poderes acima ao dos seus. E assim estruturou-se a Velha República, com a base rural que a sustentava, não tão distante da herança colonial já apontada por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior.

Entretanto, como identifica, entre outros, Lima Junior (1999), as eleições ganharam paulatinamente, e principalmente a partir da década de 1960, um caráter nacional, com a integração do território, mudanças estruturais na economia, e a crescente urbanização que livrou o eleitor do coronel, do início do século XX. Os partidos políticos, já a partir de 1945, apontavam mais claramente uma clivagem rural-urbana, como a oposição entre a UDN e o PTB, embora os dois partidos apresentassem bases específicas no campo e na cidade (CAMPELO, 1979).

Victor Nunes Leal já tinha apontado elementos que levariam à *liberação* do eleitor, um deles relacionado ao rádio, capaz de trazer novas ideias e informações que puderam ser absorvidas mesmo por aqueles que tinham baixa escolaridade. Um papel que foi posteriormente exercido pela televisão (MUNIZ SODRÉ, 1979 e IANNI, 1999) e crescentemente, no presente, pelas redes virtuais (CASTELLS, 1999 e 2013).

Para o período entre 1989 e 2014, tanto os conceitos de campo político, expressos por Bourdieu (2011), quanto o de ciclo eleitoral cabem à análise do período. Quanto ao campo político e em decorrência eleitoral, traduz as segmentações sociais, especialmente aquelas mais organizadas que têm a política partidária como referência. Nesse sentido, dois campos políticos eleitorais principais se manifestaram no período. Um correspondente à votação do PSDB e outra ao PT, sendo que forças alternativas e diversas se apresentaram, embora não tenham obtido êxito

eleitoral. Ressalte-se ainda que do ponto de vista das eleições parlamentares e para governadores e prefeitos, o quadro é mais fragmentado, tendo o PMDB como uma força ou campo também predominante. Se o sentido da interpretação for dentro de um espectro ideológico, pode-se situar o PSDB como uma força de centro-direita, o PT de centro-esquerda, sendo que uma vez formada a coalização após as eleições, o PMDB, eminentemente no centro do espectro, é a força equalizadora dos governos, secundada pelo PFL/DEM.

Já a ideia de ciclo, que advém de teorias de sucessão de governos desde a Antiguidade, passando por pensadores clássicos modernos como Montesquieu, traz a dimensão temporal para a compreensão do exercício e do conteúdo dos governos (BOBBIO, 1997). Nesse sentido, o primeiro ciclo eleitoral, excetuando-se de alguma forma a eleição de 1989, inicia-se com a ascensão do PSDB ao poder em 1994 e sua permanência até 2002. Após os oito anos que correspondem a esse ciclo, surge o segundo, com a vitória do PT nas quatro eleições seguintes a 1998, sendo esse ciclo interrompido com o *impeachment* de Dilma Roussef em 31 de agosto de 2016.

A análise a seguir procura descrever o processo eleitoral destas sete eleições em seus primeiros e segundos turnos (cinco casos) e da mesma forma que os indicadores já avaliados, sua relação com aspectos socioeconômicos e espaciais.

A Figura 76 mostra o percentual para os principais candidatos nas eleições de 1989 a 2014 e o percentual de votos válidos em relação ao total de votos válidos e ao eleitorado. Quanto a esses últimos indicadores, verifica-se a legitimidade do voto presidencial no país. Em 1989 os votos válidos para os três candidatos mais votados representaram 53% do eleitorado e 64% do total dos votos válidos. Isso significa, principalmente, a maior fragmentação de forças políticas que se organizam e do voto em si, o que é característico em uma eleição que inaugura o período pós-ditatorial, com maior competitividade. O gráfico dos votos válidos para os candidatos, além da liderança do PRN, destaca-se a disputa acirrada entre os candidatos do PT e do PDT para a passagem ao segundo turno, e a expressiva votação do PSDB.

Já nas eleições de 1994 e 1998, com a vitória do candidato do PSDB no primeiro turno, as taxas de não comparecimento e especialmente votos brancos e nulos são superiores à média do período, o que pode estar associado às mudanças de vinculação de voto e introdução da urna eleitoral. Assim, cerca de 60% dos votos válidos correspondem ao eleitorado como um todo, embora os três principais candidatos tenham obtido entre 89% e 96% dos votos válidos.

As eleições entre 2002 e 2010 mostram um aumento sucessivo para a relação entre votos válidos e os eleitores (de 64,5% para 74%). As eleições de 2014 mostram uma retração (70%). Da mesma forma, os votos válidos para os três principais candidatos no primeiro turno avançam de 94% em 2002, para 99% em 2010, com um recuo em 2014 para 96,5%). De forma geral, parece muito consistente a hipótese de que as eleições presidenciais no país são a principal forma de participação política, com uma disputa em geral, com três candidatos efetivos. O que confere uma legitimidade ao segundo turno, quando ocorre.

A votação do PSDB apresenta um aumento entre 1989, quando detém a quarta posição. Nas duas eleições seguintes o candidato FHC elegeu-se em primeiro turno com 54% e 53% dos votos, em 1994 e 1998, um fato que não ocorreu em todos os outros pleitos. A partir daí a votação do PSDB, sempre o segundo colocado nas eleições subsequentes, situam-se entre 23% (José Serra em 2002) e 42%, (com Geraldo Alckmin em 2006). Nas duas últimas eleições (2010 e 2014), o PSDB situou-se na segunda posição com cerca de um terço dos votos válidos.

O PT mostra uma ascensão inicial no primeiro período entre 1989 e 2002 (de 17% a 46% dos votos válidos no primeiro turno), o que na eleição de 2002 colocou o partido em um segundo turno, alcançando a vitória no segundo, com 61%. Cenário semelhante ocorre em 2006, quando Lula têm 49% dos votos válidos no primeiro turno e 61% no segundo, em sua reeleição.

Mesmo com um patamar de votos válidos menor, Dilma Roussef vence no primeiro turno o candidato do PSDB com 47% dos votos e 56% no segundo turno. As eleições de 2014 mostram um decréscimo dos percentuais do PT tanto no primeiro, quanto no segundo turno, quando a presidente é reeleita com 52% dos votos na disputa mais acirrada do ciclo predominantemente petista, após a estreita margem obtida por Aécio Neves no primeiro turno, frente à candidata do PSB, Marina Silva.

A Figura 77 mostra a evolução dos votos dos três principais candidatos, dessa vez calculados como proporção do eleitorado, e adiciona a soma proporcional das abstenções, votos brancos e nulos, para os primeiros e segundos turnos.

No primeiro turno vê-se o movimento de aumento e tendência mais recente e declinante do PT, o movimento oscilante, embora mais fraco do PSDB nas últimas eleições (exceto em 2006), a força de uma terceira alternativa nas eleições de 1989, 2002, 2010 e 2014 e o recrudescimento da não participação até 2002, quando apresenta uma tendência de aumento.

Quanto ao segundo turno, apesar do predomínio do PT, a tendência de polarização com o PSDB aumenta, especialmente em 2010 e 2014, e os indicadores de não participação mostram uma leve tendência de aumento a partir de 2002.

As Figuras 78 a 83 trazem as votações proporcionais válidas para os primeiros e segundos turnos dos candidatos mais expressivos nas eleições presidenciais, considerando os municípios. Pode-se observar na eleição de 1989 as maiores proporções de votos da candidatura de Fernando Collor/PRN no primeiro turno em municípios das regiões Norte e Centro-Oeste do país e em municípios dos estados de Alagoas e Sergipe. A maior votação proporcional de Lula/PT abrange as regiões Nordeste e Sudeste do país. Já os votos válidos conferidos à Leonel Brizola/PDT concentram-se nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, estados onde foi governador, algumas áreas do Nordeste e Centro-Oeste, sendo que a sua votação nesses estados tem paridade com os movimentos migratórios do sul do país. Por sua vez há uma concentração dos votos de Mário Covas/PSDB nos estados de São Paulo e Ceará, governados pelo partido.

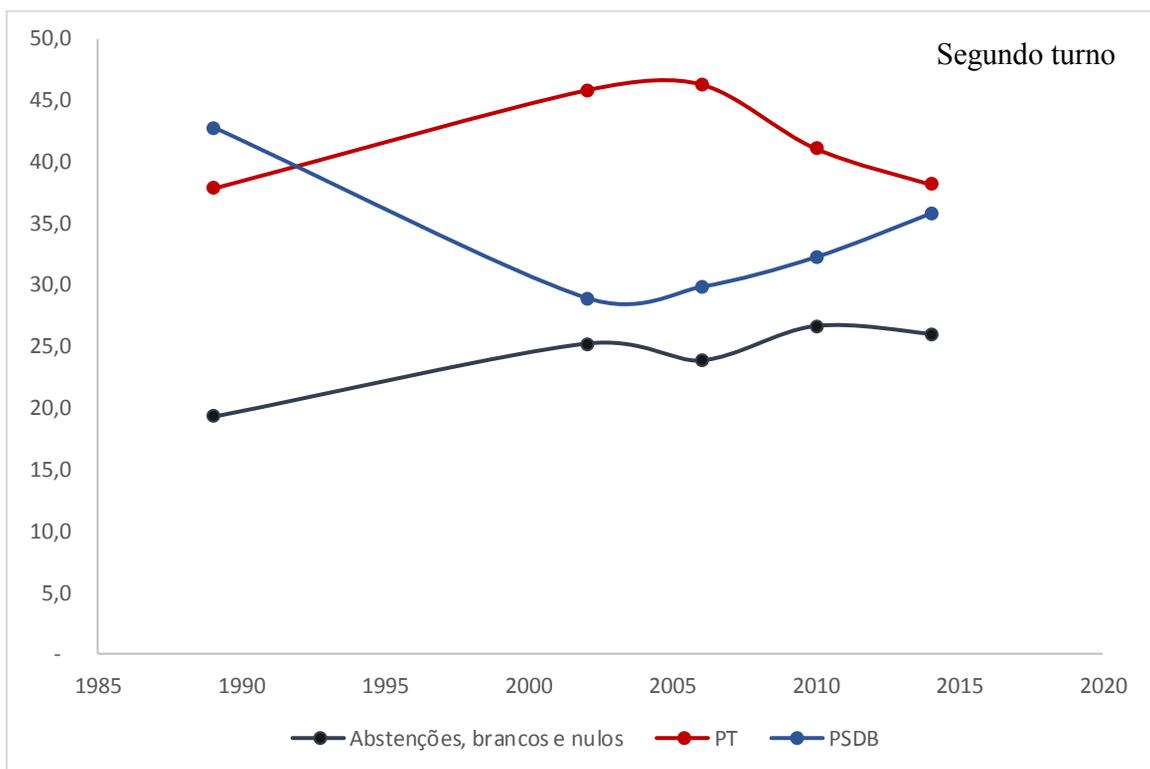
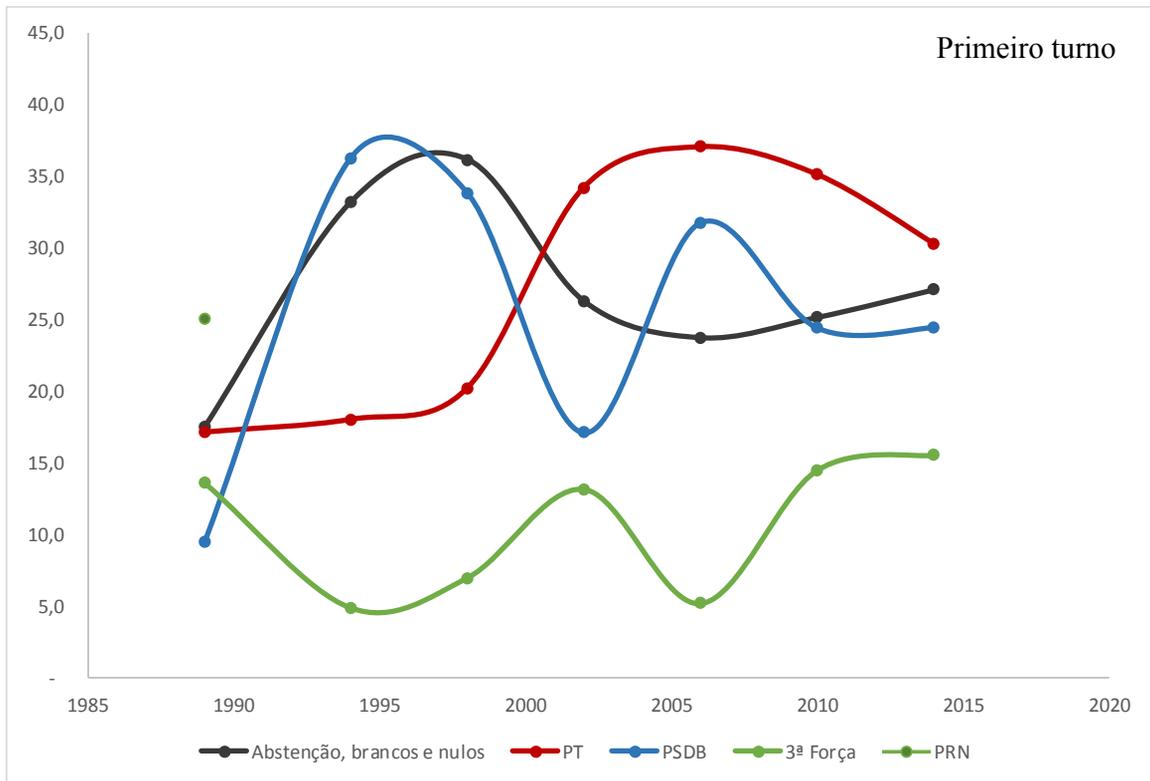
O segundo turno realça as diferenças já reveladas no primeiro turno. Collor vence em áreas das regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste (no sul de Minas Gerais e interior de São Paulo), boa parte do Paraná e Santa Catarina. Lula supera o candidato do PRN em municípios da região Nordeste, no Distrito Federal e é beneficiado pela transferência de votos de Brizola no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Figura 76 – Proporção de votos válidos para eleições presidenciais e proporção de votos válidos e sobre o eleitorado dos três primeiros colocados no primeiro turno. Brasil, 1989 a 2014.

2014 2º Turno	Dilma Roussef (PT)	51,7	2014	Votos válidos	96,5	Eleitorado	70,3
	Aécio Neves(PSDB)	48,3					
2014 1º Turno	Dilma Roussef (PT)	41,6	2010		98,8		74,1
	Aécio Neves(PSDB)	33,5	2006		97,1		74,1
	Marina Silva (PSB)	21,3	2002		93,6		64,5
2010 2º Turno	Dilma Roussef (PT)	56,1	1998		95,7		61,1
	José Serra (PSDB)	43,9	1994		88,7		59,3
2010 1º Turno	Dilma Roussef (PT)	46,9	1989		64,2		52,9
	José Serra (PSDB)	32,6					
	Marina Silva (PV)	19,3					
2006 2º Turno	Luis Inácio da Silva (PT)	60,7					
	Geraldo Alckmim (PSDB)	39,2					
2006 1º Turno	Luis Inácio da Silva (PT)	48,6					
	Geraldo Alckmim (PSDB)	41,6					
	Heloísa Helena (PSOL)	6,8					
2002 2º Turno	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	61,3					
	José Serra (PSDB)	38,7					
2002 1º Turno	Antony Garotinho (PSB)	17,9					
	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	46,4					
	José Serra (PSDB)	23,2					
	Ciro Gomes (PPS)	12,0					
1998	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	53,1					
	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	31,7					
	Ciro Gomes (PPS)	11,0					
1994	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	54,3					
	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	27,0					
	Enéas Carneiro (PRONA)	7,4					
1989 2º Turno	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	47,0					
	Fernando Collor (PRN)	53,0					
1989 1º Turno	Leonel Brizola (PDT)	16,5					
	Fernando Collor (PRN)	30,5					
	Luís Inácio Lula da Silva (PT)	17,2					
	Mário Covas (PSDB)	11,5					

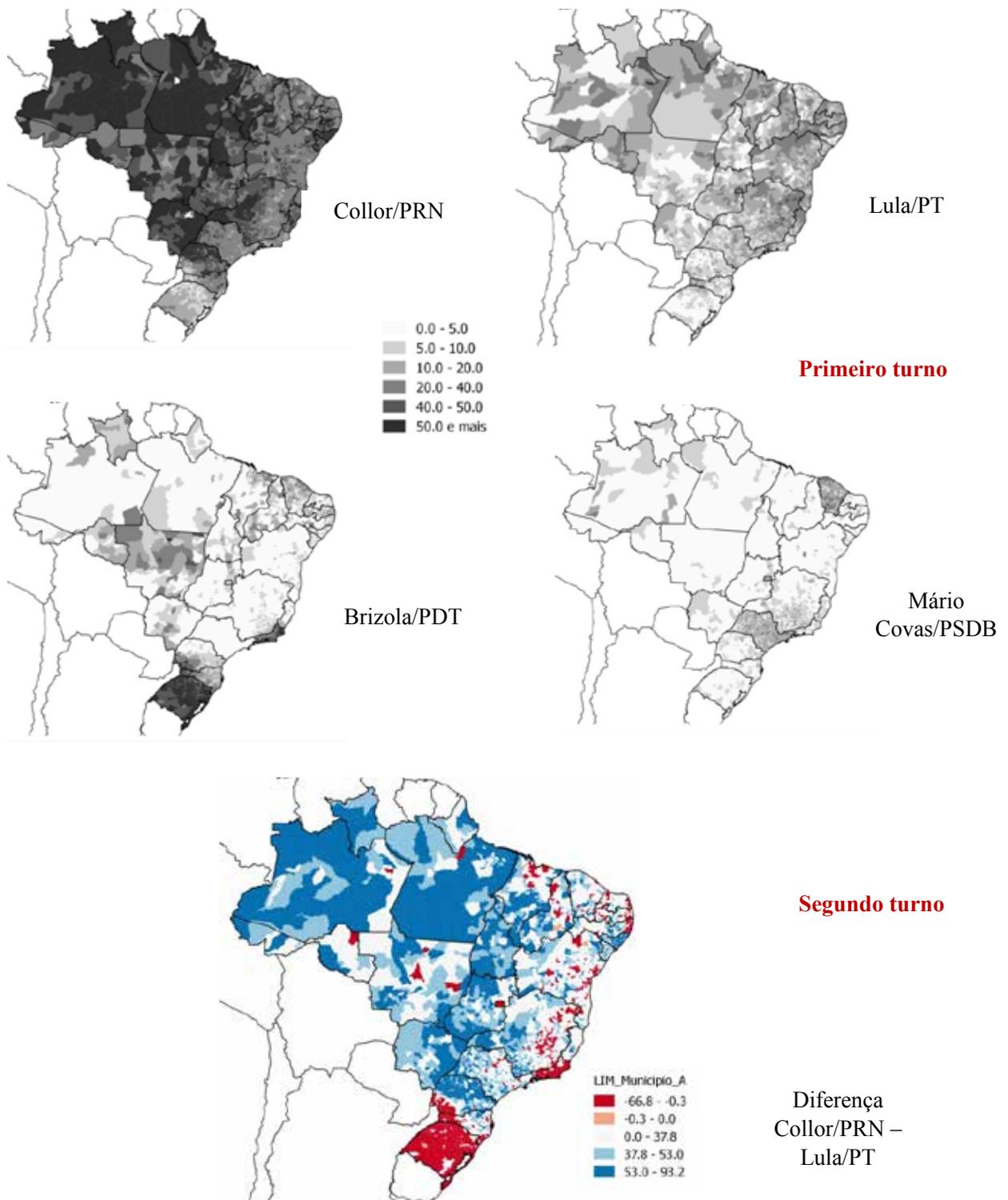
Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Figura 77 –Taxa de abstenções, taxa de votos brancos e nulos e votos válidos para o PT, PSDB e PRN nas eleições presidenciais, primeiro e segundo turno. Brasil, 1989 a 2014.



Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Figura 78 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno). Brasil, 1989.



Fonte: TSE. Elaboração do autor.

As eleições de 1994 e 1998, que trouxeram a vitória de Fernando Henrique Cardoso/PSDB no primeiro turno, mostram um perfil espacial oposto ao de seu principal oponente, Lula/PT. Concentra o seu voto proporcional em cidades das regiões Norte, Centro-Oeste, parte oeste de Minas, São Paulo, norte do Paraná, Espírito Santo, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Lula tem uma votação relativamente distribuída pelos estados, porém com maior densidade em estados do Nordeste, Sudeste e Sul, especialmente na parte litorânea. Em 1998, tendo Leonel Brizola como candidato à vice-presidente, aumenta a proporção de seus votos no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. A candidatura de Enéas Carneiro/PRONA, em 1994, têm maior densidade em cidades das regiões Sul e Sudeste e em antigos territórios de segurança nacional, como Roraima, Amapá e parte de Rondônia. Seu perfil, assemelha-se ao do ex-governador Leonel Brizola.

A eleição de 2002, mais fragmentada, quando o PT elege seu candidato pela primeira vez, traz uma votação proporcional maior de Serra em parte dos estados do Sul (Paraná e Santa Catarina), Minas Gerais e Nordeste, especialmente no Maranhão, Ceará e Bahia. E ainda em municípios de estados da região Norte. O destaque para o candidato do PT fica por conta de alguns estados do Nordeste, parte das regiões Sul e Sudeste.

O candidato Garotinho/PSB mantém o seu reduto no Rio de Janeiro, em menor proporção no Espírito Santo e estados das regiões Norte e Centro-Oeste. Já o candidato Ciro Gomes (ex-governador do Ceará), extrai sua maior votação em seu estado de origem, o Ceará, e municípios da região Nordeste. A transferência de votos de Garotinho e Ciro Gomes, serve para assegurar a vitória de Lula no segundo turno.

A eleição de 2006 define mais claramente o perfil dos dois principais partidos, tanto no primeiro como no segundo turno. O PT, comparado ao PSDB, adensa sua votação na região Nordeste e parte da região Norte (especialmente os estados de Amazonas e Amapá), avançando ainda para o sudeste (norte de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro). A candidatura de Heloísa Helena/PSOL é de alguma forma expressiva no Rio de Janeiro e Distrito Federal.

As eleições de 2010 praticamente têm o mesmo perfil geográfico que a eleição anterior, agregando para o PT parte dos votos do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

A candidata Marina Silva/PV têm uma votação proporcional mais significativa no Distrito Federal, Acre, municípios das regiões Centro-Oeste e Sudeste, sem expressão no sul do país.

Em 2014, o perfil entre PT e PSDB é novamente recorrente e mais polarizado, com um avanço maior do PT em Minas Gerais e parte do Rio Grande do Sul. A posição da candidata Marina Silva, além do Acre e de municípios do Centro-Oeste e Sudeste, com a exceção de Minas Gerais, fortaleceu-se especialmente no Estado de Pernambuco, estado de origem do candidato original do PSB, Eduardo Campos, que faleceu durante a campanha, dando lugar a sua vice.

**Figura 79 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos).
Brasil, 1994 e 1998.**

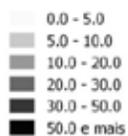
1994



FHC/PSDB

Lula/PT

Enéas/PRONA



FHC/PSDB

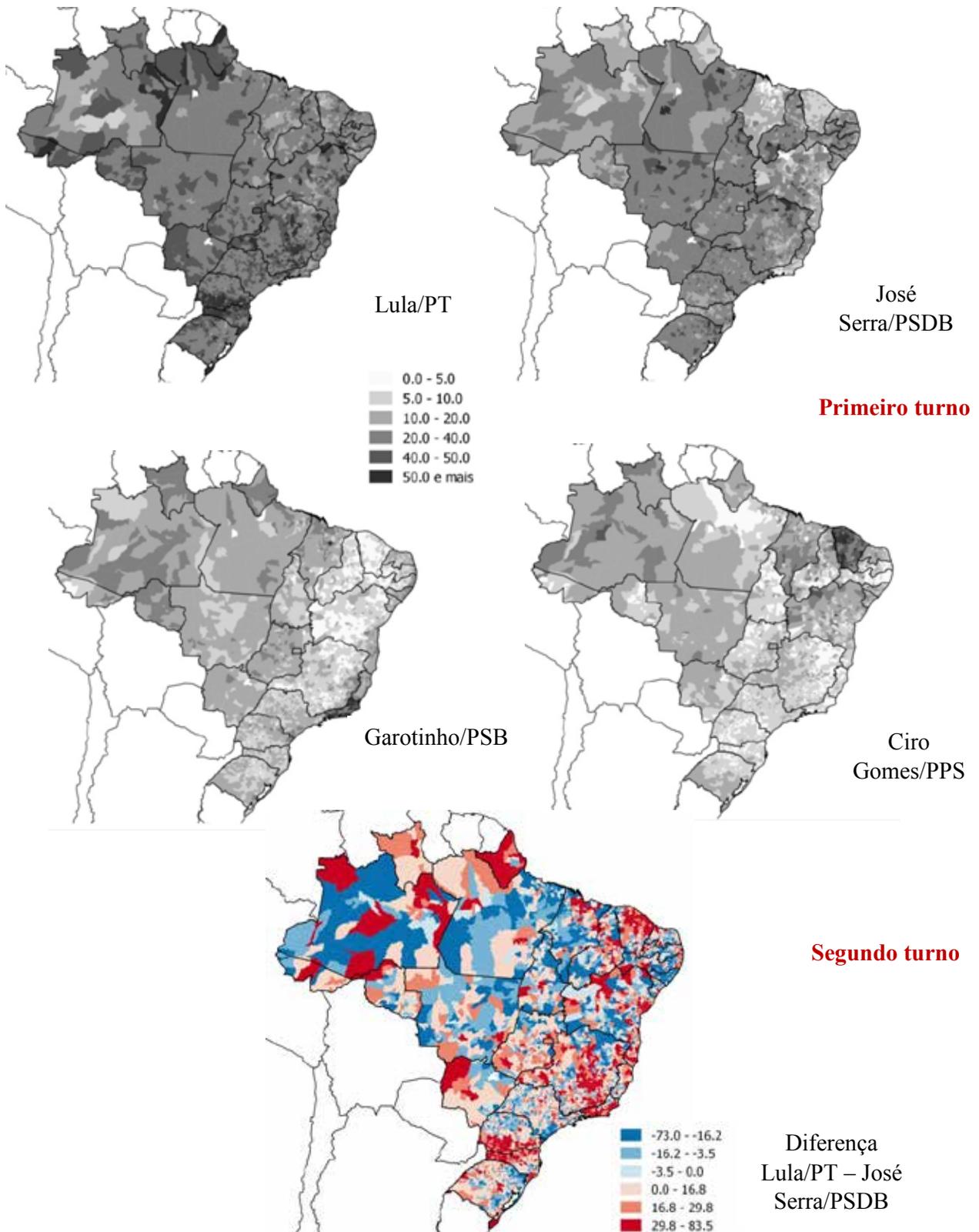
Lula/PT

Ciro Gomes/PPS

1998

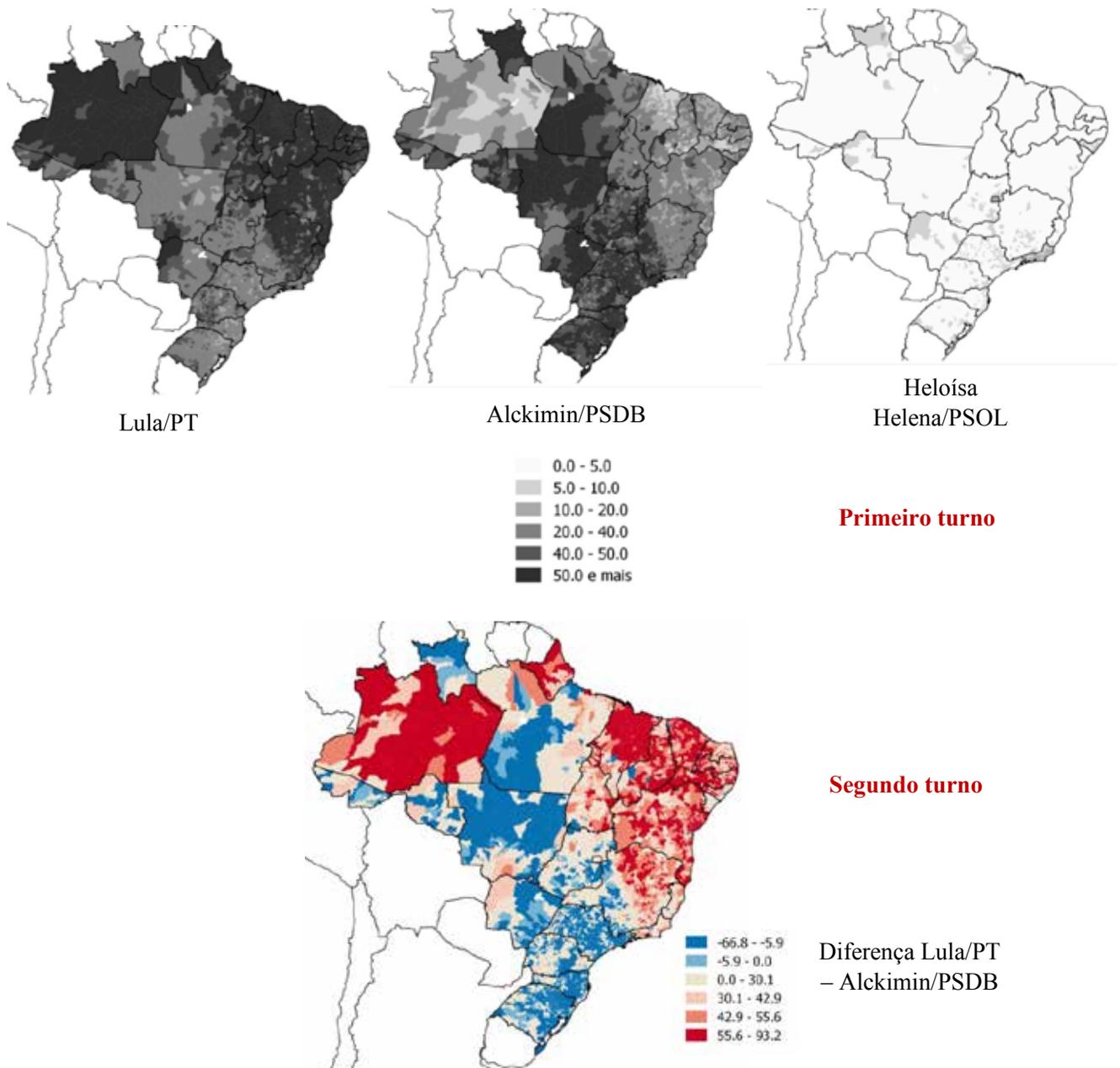
Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Figura 80 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno). Brasil, 2002.



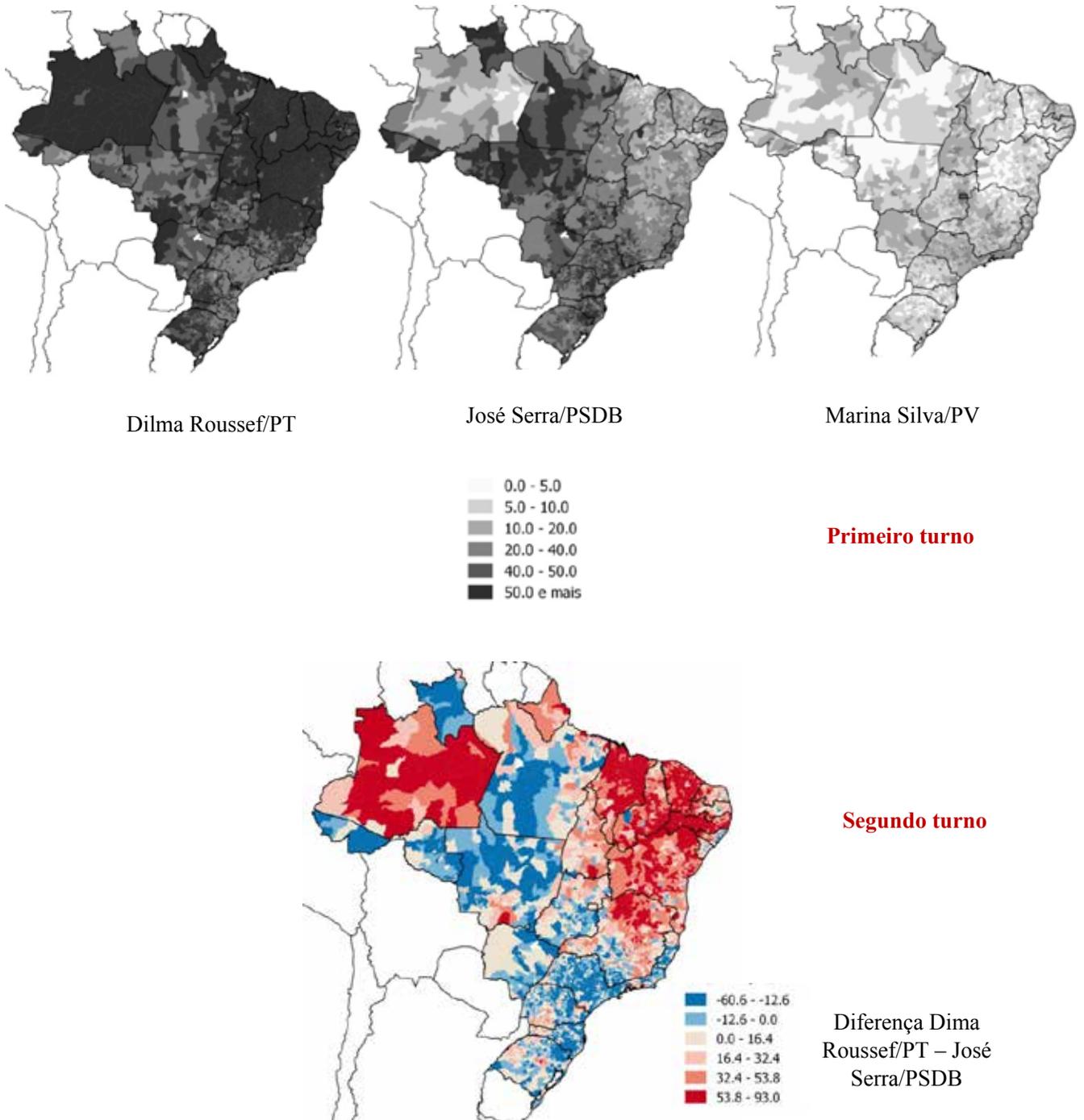
Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Figura 81 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno). Brasil, 2006.



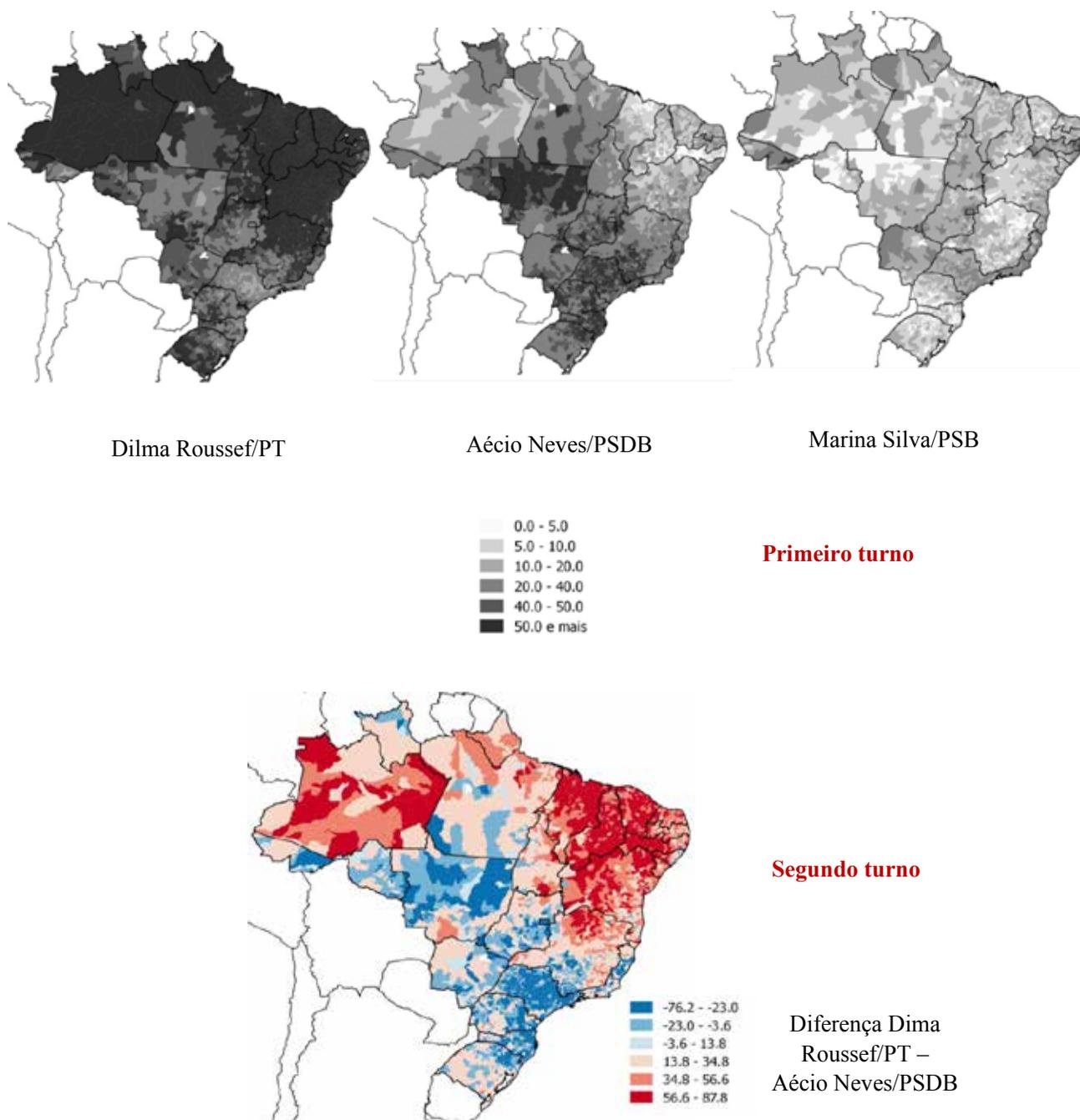
Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Figura 82 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno). Brasil, 2010.



Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Figura 83 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno). Brasil, 2014.



Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Figura 84 reproduz resultados para Análise Fatorial, considerando tão somente a votação dos dois partidos principais de todo o período em seu primeiro e segundo turnos (PT e PSDB), incluindo ainda as votações do PRN, vencedor das eleições de 1989.

Por conta da inclusão das votações do PRN, observa-se a sua correlação municipal com os do PSDB em 1994, 1998 e 2002. Por outro lado, a distância entre PT e PSDB no primeiro turno de 1989 é a mais reduzida.

De forma geral, podemos validar a perspectiva de campo político eleitoral e de ciclo eleitoral. Pode-se estabelecer um corte opondo o perfil dos dois partidos principais da disputa, com territorialidades distintas e um outro corte que incorpora essa mesma distinção, dessa vez considerando o período até 1998 e o período de 2002 a 2014. Em outras palavras, pode ser dito que a oposição entre o PSDB e o PT, existente desde 1989, a partir de 2002 ganha espacialmente contornos mais definidos.

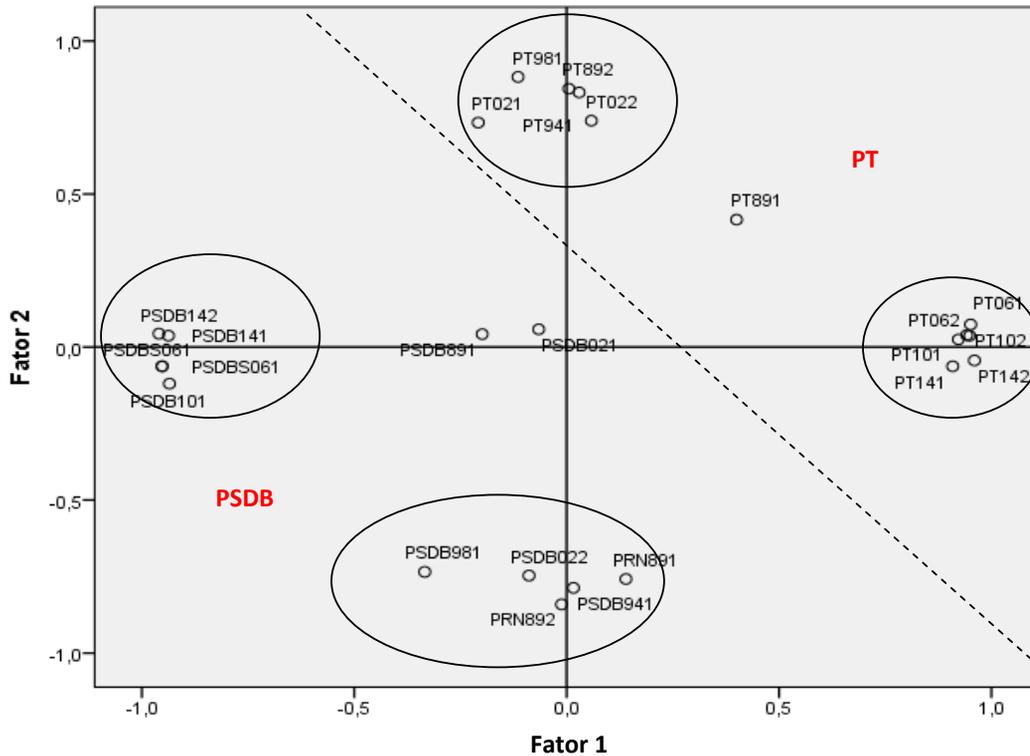
Sendo o Fator 1 o principal, e correspondente às eleições mais recentes, responsável por 42% da variância total contra 27% do Fator 2, associado às eleições até 1998, pode-se afirmar que a divergência espacial corresponde à uma polarização, evidenciada principalmente no segundo turno, pois a terceira alternativa, como visto aparece em determinadas eleições, como a de 2014 com uma maior força relativa. As repercussões desse formato e dinâmica com o processo estrutural do país será visto na parte final do estudo. Antes serão avaliadas as associações das principais candidaturas, pontualmente em cada eleição com outros indicadores socioespaciais.

Figura 84 – Análise Fatorial de componentes principais para a direção de voto nas eleições presidenciais do PT, PSDB e PRN/1989 (principais candidatos, primeiro e segundo turnos). Brasil, 1989 a 2014.

	Fator 1	Fator 2
PT142 - Dilma Roussef	0,96	-0,04
PT102 - Dilma Roussef	0,95	0,07
PT061 - Lula	0,95	0,04
PT062 - Lula	0,94	0,04
PT101 - Dilma Roussef	0,92	0,03
PT141 - Dilma Roussef	0,91	-0,06
PSDB142 - Aécio Neves	-0,96	0,04
PSDBS061 - Geraldo Alckmim	-0,95	-0,06
PSDB141 - Aécio Neves	-0,94	0,04
PSDB101 - José Serra	-0,94	-0,12
PSDB891 - FHC	-0,20	0,04
PSDB021 - José Serra	-0,07	0,06
PT981 - Lula	-0,11	0,88
PT892 - Lula	0,01	0,84
PT941 - Lula	0,03	0,83
PT022 - Lula	0,06	0,74
PT021 - Lula	-0,21	0,73
PT891 - Lula	0,40	0,42
PRN892 - Collor	-0,01	-0,84
PSDB941 - FHC	0,02	-0,79
PRN891 - Collor	0,14	-0,76
PSDB022 - José Serra	-0,09	-0,75
PSDB981 - FHC	-0,33	-0,74

Variância explicada	
Fator 1	42,4
Fator 2	27,0
Fator 2	69,4

Método de Extração: Principais componentes de análise
 Modelo de rotação: Varimax com Kaiser Normalization.
 Rotação convergente em 3 iterações.



O detalhamento das eleições de 1989 (Figuras 85 e 86) mostram a maior incidência do PRN nos dois turnos nas regiões Norte e Centro-Oeste, e secundariamente no Nordeste (com a exceção de Alagoas e Sergipe). Sua incidência de votos foi menor nos municípios de mais de 500 mil habitantes, e áreas mais urbanizadas e centrais, incluindo a capital. Já o PT, no primeiro turno apresentou um perfil diverso, embora mais forte nas regiões Nordeste e Norte. Entretanto, alcançou uma votação maior nos municípios de maior porte populacional e centralidade.

O PSDB e o PDT, que em boa parte alteraram em maior volume a votação do PT no segundo turno, pela transferência de voto, apresentaram um perfil igualmente mais urbanizado e de maior intensidade nas maiores cidades. Embora o PDT tenha tido seus redutos no Rio Grande do Sul e adjacências, incluindo áreas de fronteiras em municípios mais recentemente criados, e no Rio de Janeiro, onde Brizola era governador. No caso do PSDB a maior incidência de votos no Sudeste é decorrente de seu peso em São Paulo e Minas.

As eleições de 1994, quando o PSDB vence já no primeiro turno, o perfil do partido é de certa forma semelhante ao do PRN na eleição anterior, só não ultrapassando os 50% dos votos na região Sul, e nas áreas metropolitanas, concentrações urbanas e capitais. Alcança os maiores percentuais na região Centro-Oeste, municípios entre 10 mil e 50 mil habitantes, e os mais periféricos, menos centrais.

A variação do PT em relação a sua média nacional mostra os mais expressivos valores nas regiões Nordeste e Sul, com maior população, concentrações urbanas e capitais.

Quanto à votação de Enéas Carneiro, pelo PRONA, em 1994, sua votação mostra maior inserção no Norte, Sudeste e Sul do país, com maior população, e localizadas em áreas mais urbanizadas e capital.

A eleição de 1998 novamente elege FHC/PSDB no primeiro turno, reflete uma divergência entre o PSDB e o PT. O candidato do PSDB obtém as suas maiores votações proporcionais nas regiões Norte e Centro-Oeste, não alcançando os 50% na região Sul. Mais uma vez detêm os mais elevados percentuais nos municípios menos populosos e menos centrais, como a região metropolitana, áreas de concentração urbana e capitais, onde não atinge os 50%. Um perfil distinto ao de Lula, mais consistente nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste, maiores e mais centrais municípios brasileiros, embora não superasse o patamar de 38%.

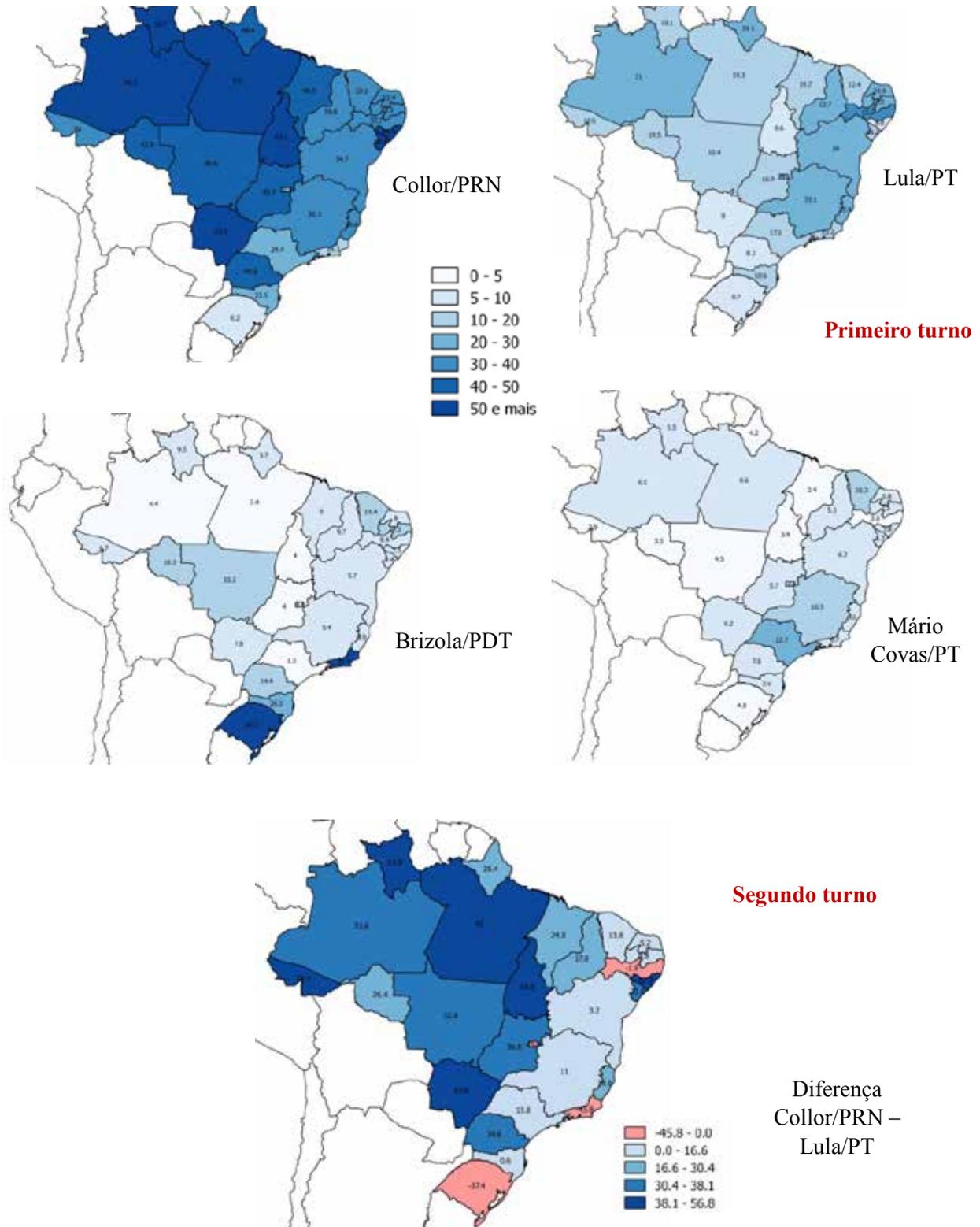
Ciro Gomes do PPS, com seus 11% de votos válidos, obteve a maior carga relativa de votos no Nordeste, particularmente no Ceará, Alagoas e Sergipe e Centro-Oeste (Brasília). Curiosamente, apresenta percentuais mais elevados em relação a sua média em municípios de até 5.000 habitantes e nas capitais nacionais.

Figura 85 - Proporção de votos válidos para eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno), segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 1989.

	PRN 1T	PRN 2T	PT 1T	PT 2T	PDT 1T	PSDB 1T
Região						
Norte	50,5	70,5	18,7	29,5	4,8	5,6
Nordeste	38,6	55,7	22,9	44,3	10,3	7,6
Sudeste	25,8	50,5	17,8	49,5	14,0	16,2
Sul	23,4	48,3	8,1	51,7	37,9	6,3
Centro-Oeste	43,0	63,2	16,4	36,8	6,9	7,8
Faixas de tamanho da população						
Ate 5 mil	33,8	56,6	17,4	43,4	10,9	10,2
Mais de 5 a 10 mil	39,5	64,2	13,4	35,8	14,1	5,4
Mais de 10 a 20 mil	40,6	63,9	14,1	36,1	13,6	6,1
Mais de 20 a 50 mil	39,7	62,7	15,0	37,3	12,6	7,3
Mais de 50 a 100 mil	34,7	56,7	16,8	43,3	14,8	9,4
Mais de 100 a 500 mil	26,8	47,7	19,3	52,3	18,0	12,0
Mais de 500 mil	19,1	41,7	19,2	58,3	21,1	18,4
Classificação geográfica						
Outros municípios	41,3	64,6	14,7	35,4	11,2	6,3
Centro de Zona B	41,6	65,0	14,7	35,0	11,9	6,5
Centro de Zona A	39,7	62,1	14,2	37,9	15,8	6,6
Centro Subregional B	40,3	61,3	16,0	38,7	13,4	7,3
Centro Subregional A	38,1	60,5	15,2	39,5	12,4	8,6
Centro Regional	40,9	59,6	17,2	40,4	11,5	9,0
ACP - Concentrações populacionais	29,1	53,5	15,9	46,5	15,5	12,0
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	20,7	38,8	21,4	61,2	27,8	10,9
Capital	20,5	43,1	19,6	56,9	18,6	18,8
Total	30,5	53,0	17,2	47,0	16,5	11,5

Fonte: IBGE, IPEA e TSE. Elaboração do autor.

Figura 86 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno), por unidades da federação. Brasil, 1989.



Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Figura 87 – Proporção de votos válidos para eleições presidenciais, (principais candidatos) segundo unidades da Federação, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 1994.

	PSDB	PT	PRONA
Região			
Norte	58,9	25,5	7,4
Nordeste	57,6	30,3	4,1
Sudeste	56,1	25,6	8,9
Sul	41,3	28,2	7,8
Centro-Oeste	60,4	24,6	6,4
Faixas de tamanho da população			
Ate 5 mil	52,1	27,0	6,1
Mais de 5 a 10 mil	59,2	20,7	4,4
Mais de 10 a 20 mil	60,7	21,5	4,4
Mais de 20 a 50 mil	60,4	22,9	5,2
Mais de 50 a 100 mil	55,0	26,4	7,4
Mais de 100 a 500 mil	50,2	29,8	9,3
Mais de 500 mil	50,1	31,3	9,2
Classificação geográfica			
Outros municípios	61,4	21,6	4,3
Centro de Zona B	62,1	21,2	4,8
Centro de Zona A	58,7	23,8	5,2
Centro Subregional B	57,0	26,0	6,0
Centro Subregional A	59,7	25,1	6,1
Centro Regional	59,5	24,8	6,5
ACP - Concentrações populacionais	52,8	26,2	8,6
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	44,8	32,5	10,3
Capital	50,6	31,8	8,9
Total	54,3	27,0	7,4

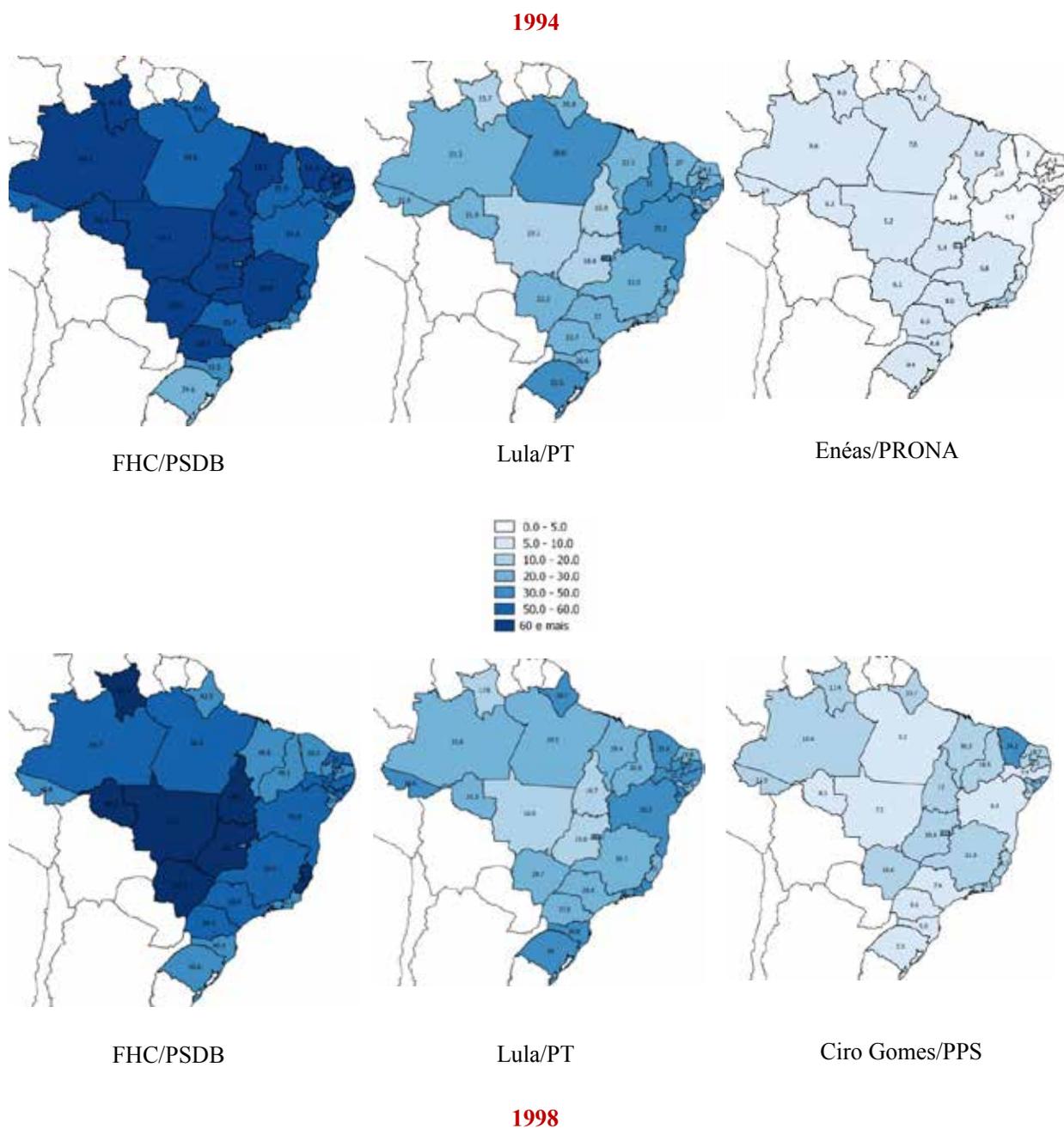
Fonte: IBGE, IPEA e TSE. Elaboração do autor.

Figura 88 – Proporção de votos válidos para eleições presidenciais, (principais candidatos), segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 1998.

	PSDB	PT	PPS
Região			
Norte	57,6	26,5	11,4
Nordeste	47,7	31,6	16,0
Sudeste	55,3	31,2	9,2
Sul	49,2	38,8	7,9
Centro-Oeste	61,2	22,1	13,4
Faixas de tamanho da população			
Ate 5 mil	54,7	25,7	14,6
Mais de 5 a 10 mil	60,0	24,5	9,6
Mais de 10 a 20 mil	59,3	25,1	10,1
Mais de 20 a 50 mil	56,7	26,7	11,3
Mais de 50 a 100 mil	54,7	31,5	10,3
Mais de 100 a 500 mil	50,8	35,8	10,2
Mais de 500 mil	47,5	37,0	11,7
Classificação geográfica			
Outros municípios	60,0	24,3	10,1
Centro de Zona B	58,9	24,1	11,6
Centro de Zona A	57,5	27,2	10,8
Centro Subregional B	58,5	28,3	9,6
Centro Subregional A	59,5	27,8	10,2
Centro Regional	55,3	30,6	11,9
ACP - Concentrações populacionais	53,5	32,5	10,3
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	46,3	41,0	8,5
Capital	46,9	35,9	13,5
Total	53,1	31,7	11,0

Fonte: IBGE, IPEA e TSE. Elaboração do autor.

Figura 89 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos), por unidade da Federação. Brasil, 1994 e 1998.



Fonte: TSE. Elaboração do autor.

As eleições de 2002 inauguram o segundo ciclo e a supremacia de um novo campo político eleitoral representado pelo PT, tendo o seu principal opositor o PSDB. Outra característica é que as eleições passam a ocorrer novamente até 2014 em dois turnos, trazendo uma ou, menos raro, duas forças significativas no primeiro turno. As Figuras 89 e 90 mostram os cruzamentos para os dois turnos.

Observa-se inicialmente que a votação do PT no segundo turno sofreu uma variação significativa em relação ao primeiro turno, tornando-se mais forte nas regiões Norte e Sudeste, comparadas ao Sul. Por outro lado, embora tenha sido assim em eleições anteriores, sua votação intensificou-se nas maiores e mais centrais cidades do país. As votações obtidas pelo PSB/Garotinho, em especial no Rio de Janeiro e em concentrações urbanas e capitais, assim como a de Ciro Gomes/PPS, são específicas, especialmente no Nordeste e em Brasília, por terem sido candidatos que explicitaram seu apoio a Lula no segundo turno daquela eleição, provavelmente exercera um efeito sobre o segundo momento da disputa. Além de maior identidade ideológica.

Já o perfil do PSDB, além de ser contrário ao do PT já no primeiro turno, é aprofundado na comparação com o segundo, onde esse partido apresenta uma base menos urbanizada e mais voltada para áreas do Centro-Oeste, Sul e alguns estados do Sudeste, como o Nordeste.

As eleições de 2006, polarizadas entre PT e PSDB, tiveram uma terceira opção mais enfraquecida. Dessa forma, as diferenças espaciais vão se tornando mais consistentes, no que diz respeito a essas duas forças hegemônicas, embora a votação válida do candidato do PSDB tenha se reduzido entre os dois turnos.

Lula é o candidato prevaemente nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste no país, enquanto a supremacia de Alckmin se dá no Centro-Oeste e Sul. No segundo turno, o candidato do PSDB supera o do PT no sul do país.

Quanto ao tamanho e centralidade dos municípios, o PT tem uma incidência maior de voto nas cidades médias e nas concentrações urbanas no primeiro turno. Enquanto que no segundo turno amplia a sua força nas áreas mais urbanizadas. A transferência de voto do PSOL para o PT, assim como o do próprio PSDB, parece ter fortalecido o partido. Note-se que os quase 7% do PSOL foram obtidos na região Sudeste, no Distrito Federal e maiores e mais centralizados municípios.

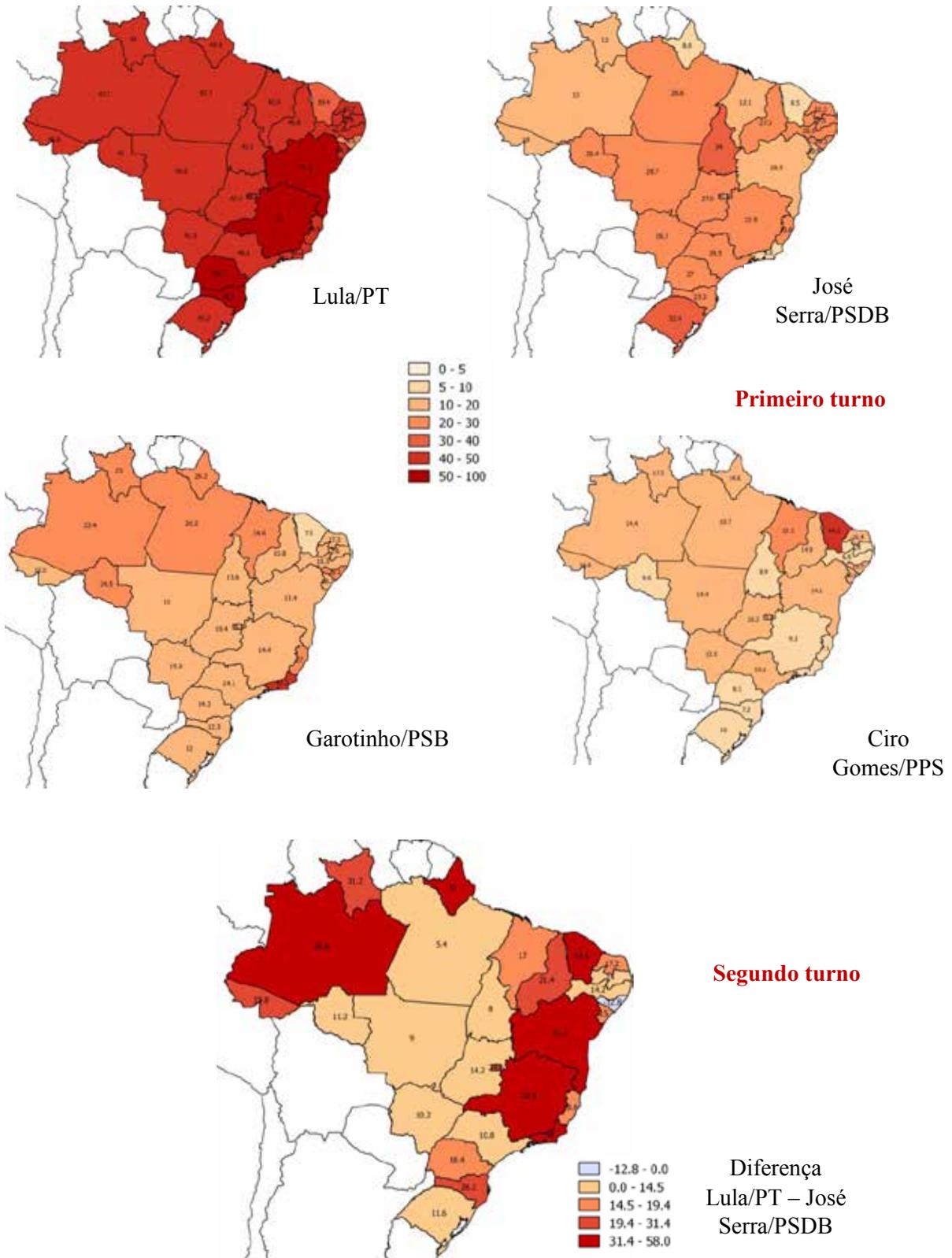
O resultado final das eleições mostra uma divisão mais clara entre o PT – mais fortemente nas regiões Nordeste, Norte, parte do Sudeste – e o PSDB nas regiões restantes, incluindo São Paulo e Roraima. A divisão segundo o volume populacional dos municípios e a sua urbanização, já não fazem a mesma diferença como em eleições anteriores.

Figura 90 – Proporção de votos válidos para eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno), segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2002.

	PT 2T	PT 1T	PSDB 2T	PSDB 1T	PSB 1T	PPS 1T
Região						
Norte	58,2	44,4	41,8	22,7	20,8	11,8
Nordeste	61,5	45,9	38,5	19,8	15,4	18,7
Sudeste	63,0	46,5	37,0	22,7	20,6	9,6
Sul	58,8	49,4	41,2	28,5	12,9	8,7
Centro-Oeste	57,3	43,1	42,7	26,2	17,6	12,7
Faixas de tamanho da população						
Ate 5 mil	53,3	43,0	46,7	34,9	11,7	10,0
Mais de 5 a 10 mil	52,6	42,3	47,4	32,5	13,1	11,8
Mais de 10 a 20 mil	52,9	41,7	47,1	29,9	14,2	13,8
Mais de 20 a 50 mil	55,0	42,9	45,0	27,4	15,6	13,7
Mais de 50 a 100 mil	61,5	47,1	38,5	23,0	17,4	12,1
Mais de 100 a 500 mil	64,7	48,7	35,3	19,9	20,3	10,5
Mais de 500 mil	67,3	48,9	32,7	18,5	20,0	11,8
Classificação geográfica						
GEO - Classificacao espacial geografica, 2010 - IBGE	52,7	41,6	47,3	30,1	14,1	13,8
Outros municipios	54,5	43,3	45,5	29,1	13,0	14,2
Centro de Zona B	57,5	45,7	42,5	26,8	14,4	12,8
Centro de Zona A	57,0	44,9	43,0	25,2	17,8	11,7
Centro Subregional B	61,8	48,4	38,2	22,0	16,8	12,4
Centro Subregional A	64,8	50,5	35,2	20,9	16,5	11,7
Centro Regional	61,3	47,9	38,7	23,5	17,7	10,3
ACP - Concentrações populacionais	69,6	47,8	30,4	16,4	25,9	9,3
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	66,9	49,4	33,1	18,7	18,7	12,6
Total	61,3	46,4	38,7	23,2	17,9	12,0

Fonte: IBGE, IPEA e TSE. Elaboração do autor.

Figura 91 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno), por unidade da Federação. Brasil, 2002.



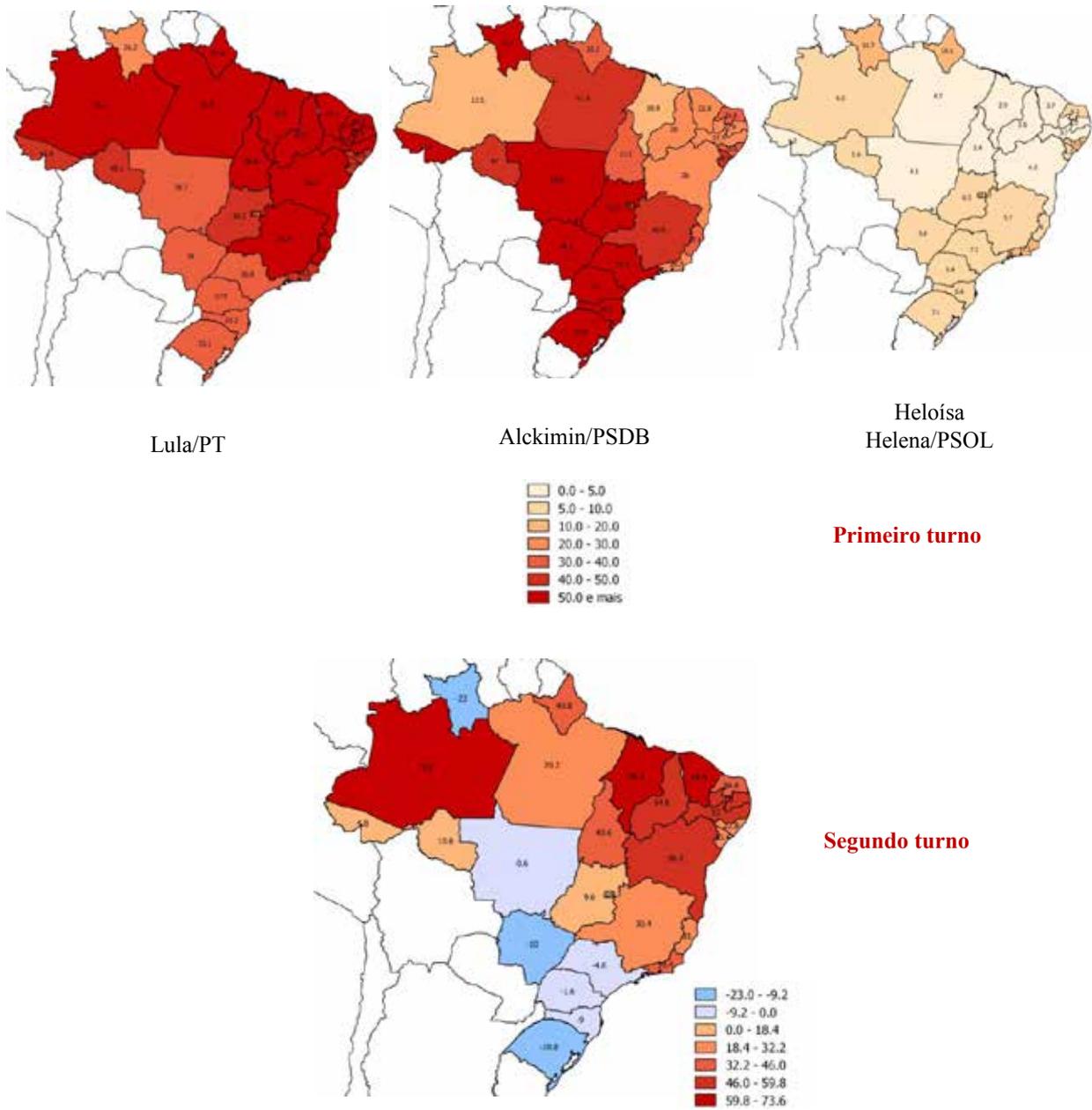
Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Figura 92 – Proporção de votos válidos para eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno), segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2006.

	PT 2T	PT 1T	PSDB 2T	PSDB 1T	PSOLT 1
Região					
Norte	65,6	56,1	34,4	36,4	5,4
Nordeste	77,1	66,8	22,9	26,1	4,4
Sudeste	56,9	43,3	43,1	45,2	8,7
Sul	46,5	34,9	53,5	54,9	6,4
Centro-Oeste	52,4	38,5	47,6	51,6	6,9
Faixas de tamanho da população					
Ate 5 mil	58,2	47,7	41,8	46,9	3,0
Mais de 5 a 10 mil	61,4	51,2	38,6	43,8	2,8
Mais de 10 a 20 mil	63,7	53,7	36,3	41,1	2,9
Mais de 20 a 50 mil	62,7	52,6	37,3	41,5	3,6
Mais de 50 a 100 mil	61,2	50,0	38,8	42,9	4,7
Mais de 100 a 500 mil	59,6	46,6	40,4	42,6	7,9
Mais de 500 mil	59,9	45,5	40,1	39,8	10,9
Classificação geográfica					
Outros municípios	64,0	54,3	36,0	40,5	3,0
Centro de Zona B	60,6	50,4	39,4	44,1	3,3
Centro de Zona A	60,6	49,9	39,4	43,7	4,0
Centro Subregional B	61,6	51,6	38,4	41,9	4,3
Centro Subregional A	60,3	48,7	39,7	43,8	4,8
Centro Regional	60,0	47,6	40,0	44,0	5,5
ACP - Concentrações populacionais	54,8	42,5	45,2	47,7	7,0
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	66,5	52,7	33,5	35,7	9,0
Capital	59,5	44,8	40,5	39,9	11,2
Total	60,8	48,6	39,2	41,6	6,8

Fonte: IBGE, IPEA e TSE. Elaboração do autor.

Figura 93 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno). Brasil, 2006.



Fonte: TSE Elaboração do autor.

As eleições de 2010, de forma distinta das anteriores, mostram o peso de uma terceira força no segundo turno. O PT apresenta-se mais forte, especialmente no Nordeste (alcançando 71% dos votos válidos no segundo turno), seguido pelo Norte e região Sudeste. O oposto do PSDB, mais fortalecido no Sul, seguido pelo Centro-Oeste e Sudeste. Padrão para os dois pleitos de 2010. A terceira força, representada por Marina/PV, obtém maiores percentuais no primeiro turno no Sudeste (destaque para Rio de Janeiro), Centro-Oeste (DF) e Norte.

No primeiro turno o PT tem a maior incidência de votos nos municípios médios de 50 mil habitantes, ou menos, e os menos urbanizados, metrópoles ou capitais, um perfil de certa forma coincidente com o PSDB. Pois foi o PV que alcançou uma votação robusta nas maiores cidades brasileiras, alcançando quase 20% dos votos válidos totais nacionais.

Foi no segundo turno, entretanto que a balança pendeu para o PT nessas áreas mais populosas e urbanizadas, reestabelecendo o perfil e a diferença até então observada entre os dois partidos e dando a terceira vitória consecutiva ao Partido dos Trabalhadores.

As eleições de 2010, com a distinção entre os dois turnos e a emergência de uma terceira força, são a moldura para o quadro das eleições de 2014. Regionalmente, o aprofundamento da segmentação PT (Nordeste, Norte, secundado pelo Sudeste) e PSDB (Sul, Centro-Oeste e Sudeste).

Em 2014, a terceira força, novamente e circunstancialmente representada por Marina Silva, pelo PSB, que perdeu seu candidato em um acidente. E a Marina Silva do PSB não foi politicamente a Marina Silva do PV, pois a candidata disputou a segunda posição com possibilidade de vitória com Aécio Neves (PSDB). A transferência dos seus votos no segundo turno não beneficiou de forma total a candidata do PT, até porque a própria candidata manifestou seu apoio a Aécio Neves. A força eleitoral de Marina manteve-se no Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (superando o Norte), sendo mais expressiva nos municípios acima de 100 mil habitantes, nas concentrações urbanas e capitais.

O PT no primeiro turno, contrariando o seu perfil pretérito, foi um partido mais forte nas cidades de menor peso populacional e menor urbanização e centralidade, embora a oposição a essa silhueta se desse mais em relação ao PSB do que ao PSDB.

Entretanto, se a transferência de votos do PSB não foi suficiente para fazer o PSDB vencer as eleições (até porque nem toda ela foi nessa direção), uma ligeira vantagem do partido peessedebista ocorreu nas áreas mais centrais e urbanizadas, ultrapassando o PT.

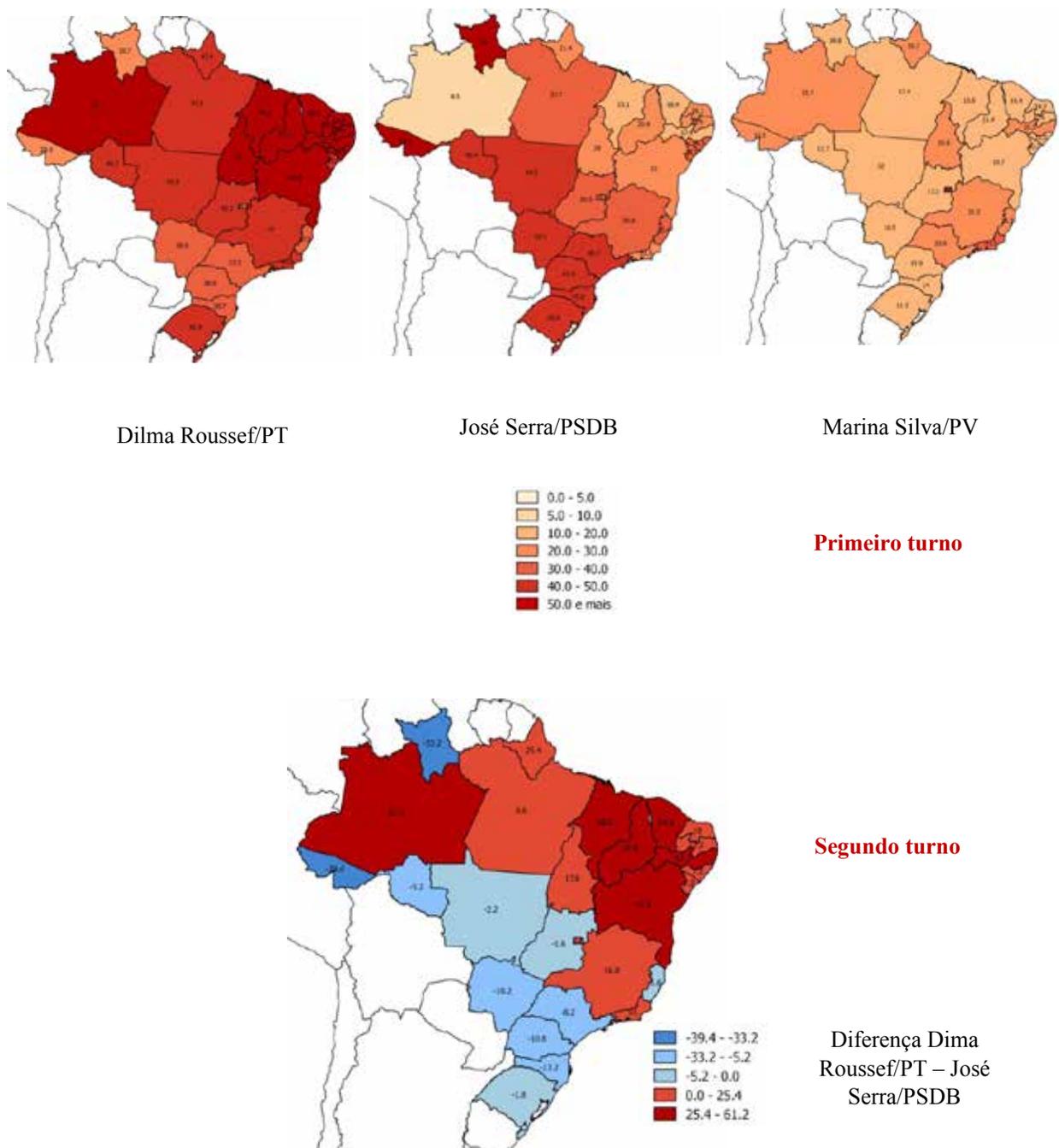
As eleições de 2014, mesmo sem incorporar a volatilidade das abstenções, votos brancos e nulos, sem incorporar as fortes mudanças da conjuntura política nacional com o advento do *impeachment* e outros fatos a ele agregados, já trazem sinais de um realinhamento de campo político e de ciclo eleitoral, o que não significa exatamente a vitória ou derrota de um ou outro partido ou candidato em 2018. Mas, sim, que, no mínimo, esse realinhamento, ou polarização, tende a ser ainda mais intenso. Questão para a parte final do estudo.

Figura 94 – Proporção de votos válidos para eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno), segundo unidades da Federação, região, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2010.

	PT 2T	PT 1T	PSDB 2T	PSDB 1T	PV T1
Região					
Norte	57,5	49,2	42,5	31,9	17,9
Nordeste	70,6	61,6	29,4	21,5	16,1
Sudeste	51,9	40,9	48,1	34,6	23,2
Sul	46,1	42,1	53,9	43,0	13,6
Centro-Oeste	49,1	39,9	50,9	38,0	20,9
Faixas de tamanho da população					
Ate 5 mil	58,0	54,8	42,0	35,7	8,8
Mais de 5 a 10 mil	59,4	55,9	40,6	34,6	8,8
Mais de 10 a 20 mil	61,2	57,4	38,8	32,5	9,4
Mais de 20 a 50 mil	58,8	53,9	41,2	33,7	11,7
Mais de 50 a 100 mil	56,7	49,5	43,3	34,2	15,4
Mais de 100 a 500 mil	52,9	42,2	47,1	33,5	23,0
Mais de 500 mil	54,5	40,6	45,5	30,1	27,6
Classificação geográfica					
Outros municípios	61,3	57,1	38,7	32,4	9,9
Centro de Zona B	57,2	52,8	42,8	35,4	11,1
Centro de Zona A	57,2	51,2	42,8	34,6	13,4
Centro Subregional B	54,8	48,9	45,2	35,9	14,4
Centro Subregional A	54,4	46,7	45,6	35,8	16,5
Centro Regional	51,4	42,4	48,6	36,7	19,9
ACP - Concentrações populacionais	49,3	40,5	50,7	37,7	20,7
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	61,0	47,9	39,0	26,3	24,4
Capital	53,8	39,8	46,2	30,3	28,1
Total	56,1	46,9	43,9	32,6	19,3

Fonte: IBGE, IPEA e TSE, elaboração do autor

Figura 95 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno). Brasil, 2014.



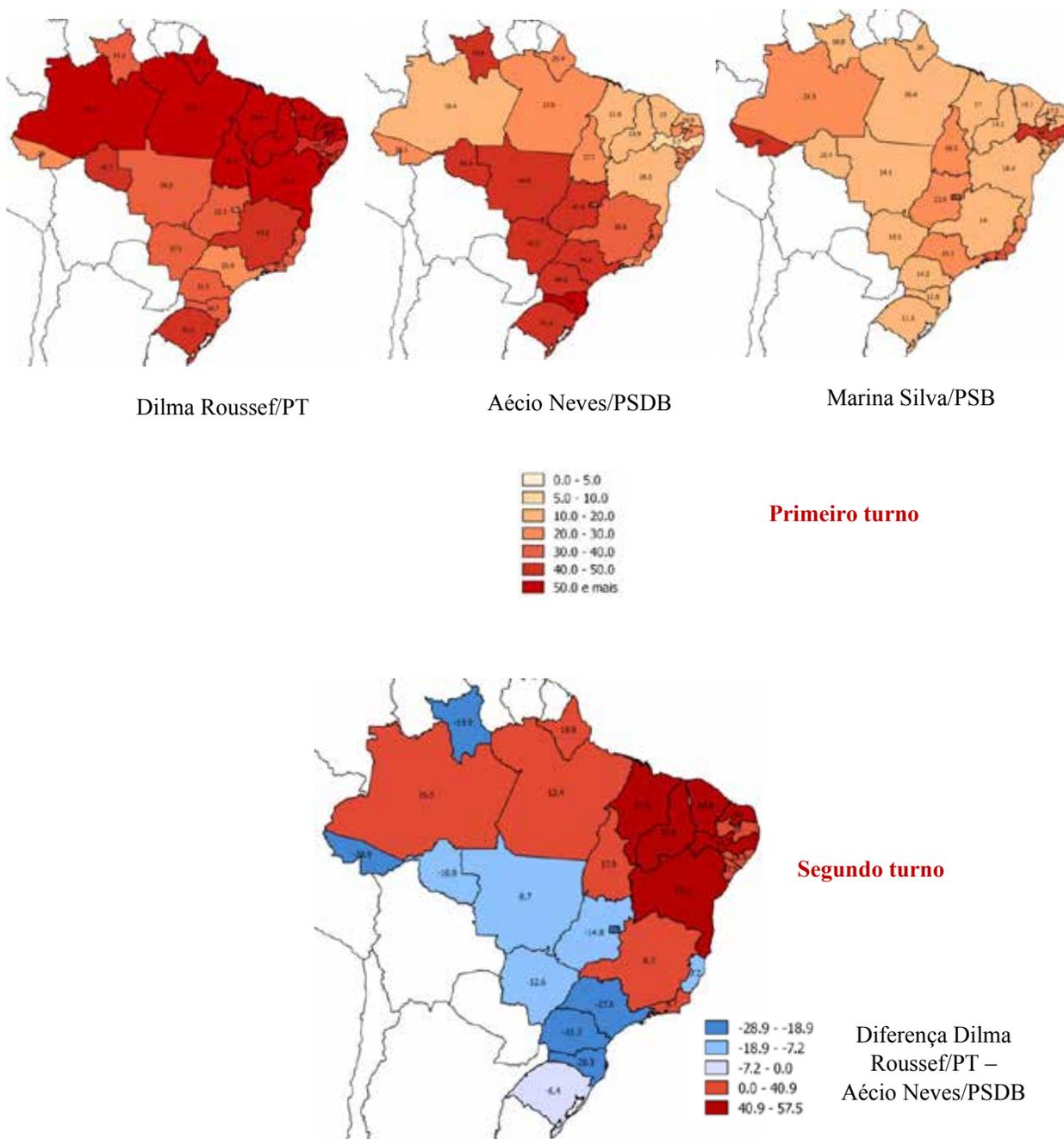
Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Figura 96 – Proporção de votos válidos para eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno), segundo unidades da Federação, região, ano de instalação dos municípios, faixas de tamanho da população e classificação geográfica. Brasil, 2014.

	PT 2T	PT 1T	PSDB T2	PSDB T1	PSB T1
Região					
Norte	54,2	50,1	43,4	28,1	18,7
Nordeste	73,4	59,7	28,3	15,4	22,8
Sudeste	44,8	32,4	56,2	39,5	23,6
Sul	41,9	36,3	58,9	47,2	12,8
Centro-Oeste	42,2	32,7	57,4	41,0	23,5
Faixas de tamanho da população					
Ate 5 mil	55,9	51,7	44,1	36,7	10,2
Mais de 5 a 10 mil	58,6	53,8	41,8	33,8	11,0
Mais de 10 a 20 mil	60,9	55,1	39,8	30,6	12,8
Mais de 20 a 50 mil	57,9	50,8	42,9	31,4	15,8
Mais de 50 a 100 mil	55,4	46,3	45,4	32,5	18,5
Mais de 100 a 500 mil	48,4	35,7	52,4	34,7	25,6
Mais de 500 mil	47,3	32,0	53,4	34,7	27,6
Classificação geográfica					
Outros municípios	60,5	54,3	39,5	30,8	9,4
Centro de Zona B	55,6	51,0	44,4	34,2	10,7
Centro de Zona A	55,1	49,0	44,9	33,2	12,8
Centro Subregional B	54,1	46,7	45,9	34,3	13,7
Centro Subregional A	51,5	45,2	48,5	34,6	15,9
Centro Regional	51,5	41,0	48,5	35,5	19,2
ACP - Concentrações populacionais	43,9	39,5	56,1	36,8	20,2
RM - Regiões metropolitana (sem a capital)	53,8	47,2	46,2	25,9	24,0
Capital	46,2	40,3	53,8	30,7	28,4
Total	51,7	45,8	48,3	31,9	18,9

Fonte: IBGE, IPEA e TSE. Elaboração do autor.

Figura 97 – Proporção de votos válidos às eleições presidenciais (principais candidatos, primeiro e segundo turno), segundo unidade da Federação. Brasil, 2014.



Fonte: TSE, elaboração do autor

Considerações finais

“Não, Tempo, não zombarás de minhas mudanças!
As pirâmides que novamente construístes
Não me parecem novas, nem estranhas;
Apenas as mesmas com novas vestimentas.”
William Shakespeare.

O maior desafio de uma análise política talvez seja a tentativa de conciliar o fato histórico, que parece fortuito, com o sentido maior do que lhe empresta a história. Não o sentido na decorrência e relações dos fatos imediatos em si, mas da sua articulação com um tempo mais longo, permanente e invisível do que aquele que ocorre à paisagem imediata dos acontecimentos. Em boa parte ilusória. Como se personagens fossem atualizados em cenários já construídos.

Afinal, como dizia Marx em seu *18 Brumário*, na maioria das vezes os homens fazem a história sem a compreensão da história que fazem, pois vivem o efêmero e não no tempo continuado. E mesmo que fatos encenados pareçam restituições de fatos já vividos, são recolocados em cena como farsa, como o já visto e encenado. E por mais prosaico ou trágico, revela um fundo de composição que parece fugir à compreensão, deixando somente a impressão do episódio, desconectado, ainda que assemelhado com o já vivido.

Esse problema complexo está exposto nesta análise, pois, como avaliar 25 anos de eleições presidenciais, com partidos ou personagens, os mesmos, ou quase, com retóricas as mesmas ou quase, e com um pano de fundo histórico as suas costas? Um pano de fundo histórico que foi revelado a partir da reflexão de autores, datados há quase oito décadas, a partir de Gilberto Freyre, que se interrogaram sobre a nossa formação social, até chegarmos a Milton Santos, e a sua reflexão sobre o nosso desenvolvimento e urbanização tardia, que nos posicionou no novo estágio da globalização. E ainda passando pela atualização e tentativa de sistematização da produção demográfica, social, econômica e geográfica, tomando como referência a contribuição do IBGE.

Para simplificar, a tentativa foi a de tentar descortinar a conjuntura política dos últimos 25 anos de eleições a partir de uma perspectiva sociológica, inserida na interpretação da literatura do pensamento social clássico sobre o tema, como uma das fontes explicativas, e sua atualização empírica. Talvez fique mais evidente nestas conclusões, invocar uma interpretação dinâmica, ou para utilizar o termo mais adequado, dialética, dos eventos conjunturais articulados no período, pois a aparente mudança de posição de atores e de perfis, como os dos dois principais partidos brasileiros, não parece ter se dado ao acaso, ou contrariando uma lógica estrutural.

Diversos autores e estudos chamaram a atenção para esse fato. Terron (2009) e Soares e Terron (2008), focalizaram as votações do Partido dos Trabalhadores evidenciando a mudança do seu perfil espacial a partir de 2002, consolidada em 2006. Um dos motivos principais apontados foi a execução de programas sociais de forte impacto, especialmente o Bolsa Família. Segundo Terron, estudos de diversos autores como Nicolau e Peixoto (2007 e 2007b), Zucco (2006 e 2008), Power e Hunter (2007), Carraro et al. (2007), também se referiram à mudança mais definitiva ocorrida em 2006. Embora Power e Hunter tenham apontado a desinformação sobre os escândalos do governo Lula como um fator positivo para sua eleição, o que é contestado por Carraro et al.

De certa forma, portanto, é uma posição recorrente de que o PT, em função de sua proposta e programas que tinham um conteúdo que atendia demandas sociais mais prementes de segmentos e áreas mais desfavorecidas do país, não apenas alcançou o poder a partir de 2002, como a partir daí mudou o seu perfil socioespacial, especialmente com a reeleição em 2006 em diante. Outro ponto importante diz respeito ao pacto que viu necessário fazer com os diversos e opostos segmentos da sociedade brasileira, que se romperam, especialmente no terceiro mandato do partido (SINGER, 2012)

A conjuntura econômica foi ainda um fator de fortalecimento da trajetória do partido. Enquanto o PSDB associou-se a forças que defenderam um programa de controle baseado na agenda internacional da globalização, de ajustes fiscais, controle monetário e privatizações, o PT adotou uma política, ainda que pactuada com os grandes e mais poderosos setores da economia, através, por exemplo, da manutenção de altas taxas de juros e da desoneração de impostos, voltou-se para uma política de investimentos que fez o país crescer a taxas que não ocorriam desde a década de 1980. E, novamente, como se pode observar pelas variações do PIB entre 2000 e 2010 e por diversos indicadores de qualidade de vida (principalmente esses), as áreas mais beneficiadas relativamente foram as que formavam a nova base de sustentação do partido.

A Figura 100 traz uma síntese reunindo os indicadores utilizados até então, incluindo os dois fatores para as dimensões sociais, demográficas, econômicas e geográficas, os indicadores de abstenção, votos brancos e nulos, e as votações obtidas pelo PT, PSDB e PRN em 1989. Os dois fatores, lembre-se, são referentes à estrutura social e aos anos de 1991, 2000 e 2010. A votação dos partidos secundários não foi apresentada para efeito de simplificação da análise, e porque em boa parte se reflete nos pleitos de segundo turno, quando ocorrem.

A primeira observação e a mais contundente mostra que os dois fatores ligados à estrutura social formam os dois eixos principais da análise, conforme já apontado. O primeiro e mais importante, Fator 1, opõe o desenvolvimento social e econômico à estagnação, pobreza e desigualdade. Observa-se certo afastamento entre o fator relativo ao ano de 1991 dos anos de 2001 e 2010, indicando uma certa melhoria do padrão de desenvolvimento da sociedade brasileira. Quanto ao segundo fator, Fator 2, que opõe o processo de urbanização aos setores agrários e rural (conforme a distinção utilizada por Milton Santos), parece ter ocorrido uma ligeira agrarização do país, mais recente, o que pode ser atribuído às atividades do agronegócio. De qualquer forma, nos 30 anos consagrados à avaliação da estrutura social e econômica do país, a despeito de um processo de modernização, permaneceu praticamente intocada nas suas características que a fundamentam secularmente⁶⁹.

Quanto aos indicadores eleitorais, foram construídos dois pontos médios para cada um deles. O primeiro incorpora as eleições de 1989 até 1998. O segundo, de 2002 até 2014. Isso porque foi observado em relação aos indicadores relativos às abstenções, votos brancos e nulos, assim como em relação à direção do voto uma distinção entre os períodos. E ainda, boa parte da literatura que distingue os períodos até 2002 ou 2006, das eleições seguintes, considerando a direção do voto.

A Figura 100 mostra ainda a forte oposição espacial, ao nível municipal das votações do PT

⁶⁹ Cabe ressaltar a importância do estudo realizado por Jacob, Hess, Waniez e Brustlein (2010) que apresenta de forma sumária e organizada as informações obtidas através do Censo de 2000, produzindo diversos cartogramas com indicadores que refletem as desigualdades existentes no país, por microrregiões (urbanização, sexo, idade, cor, educação, renda, atividade), apresentando também as votações presidenciais de 1989 a 2006. Esse importante e pioneiro estudo muito contribuiu para a perspectiva adotada aqui, ainda que a presente pretensão é a de buscar uma associação mais direta dos indicadores, incorporar informações eleitorais além da direção do voto e a atualização, com as eleições até 2014.

e PSDB, especialmente a partir de 2002. Já a distância no período anterior (1989 a 1998) é bem menor, ou seja, disputava-se de forma mais intensa os mesmos territórios.

A principal distinção no perfil dos dois principais partidos ocorre em relação ao Fator 1, do desenvolvimento econômico e social, sendo que o PSDB se tornou mais forte nos municípios e áreas que apresentam os melhores indicadores. A aparente indiferenciação quanto ao Fator 2, que, principalmente a partir de 2006, o PT torna-se mais forte eleitoralmente em municípios mais estagnados economicamente e mais ruralizados, ao passo que o PSDB, ao contrário, tem uma maior incidência em municípios com um perfil agrário e urbanizado. Nota-se ainda que a polarização espacial entre os dois partidos ocorreu mais profundamente nas eleições de 2014.

Em geral, abstenções, votos brancos e votos nulos têm como principais áreas as menos desenvolvidas, rurais, estagnadas e menos urbanizadas. O que corresponde em geral com o perfil mais atualizado do PT, a partir de 2002. Ainda assim, a votação em branco de 2002 a 2014, no entanto, têm uma proximidade maior com a votação do PSDB.

O mais provável, e isto ficou mais evidenciado nas últimas eleições de 2014, é uma rejeição generalizada com as duas principais opções que controlaram o poder Executivo nacional. E isso parte das áreas com maior qualidade de vida, urbanização e desenvolvimento, o que pode aumentar a fragmentação eleitoral do primeiro turno em 2018.

Partindo para uma síntese do estudo como um todo, pode-se afirmar que a estrutura social brasileira mantém, como afirmado categoricamente por diversos pensadores sobre o país, a partir da década de 1930, traços coloniais persistentes do ponto de vista da sua estrutura social e econômica, mesmo levando em consideração a modernização, industrialização e urbanização tardias, ocorrida em um primeiro momento ao final dos anos 1930 e aprofundada há pelo menos 40 anos no país. Mas, do ponto de vista estrutural, essas mudanças foram completamente insuficientes para a redução das desigualdades de diversos tipos, internamente e para modificar o *status* da relação internacional.

O período eleitoral recente, entre 1989 a 2014, no que tange às eleições presidenciais, sinalizou uma correspondência com a segmentação no Brasil, considerando o desenvolvimento econômico e social, as desigualdades, a persistência da pobreza, o processo de urbanização, metropolização, com suas periferias, a ruralização, estagnação e a modernização introduzida pelo formato do agronegócio, reforçando o modelo agroexportador tradicional.

As duas forças políticas principais que emergiram no país (PT e PSDB), e pelo sistema de dois turnos trouxe uma estabilidade ao sistema, embora uma terceira força tenha em alguns pleitos ganho uma expressividade, mas sem alcançar êxito eleitoral.

Figura 98 – Quadro síntese fatorial para as taxas de marginalidade eleitoral, abstenção, votos brancos, votos nulos, média das proporções dos votos válidos do PT e PSDB (eleições de 1989 a 1998 e 2002 a 2014, nos dois turnos), segundo os fatores da análise de componentes principais sociodemográficos, econômicos e geoespaciais, de 1991, 2000 e 2010.

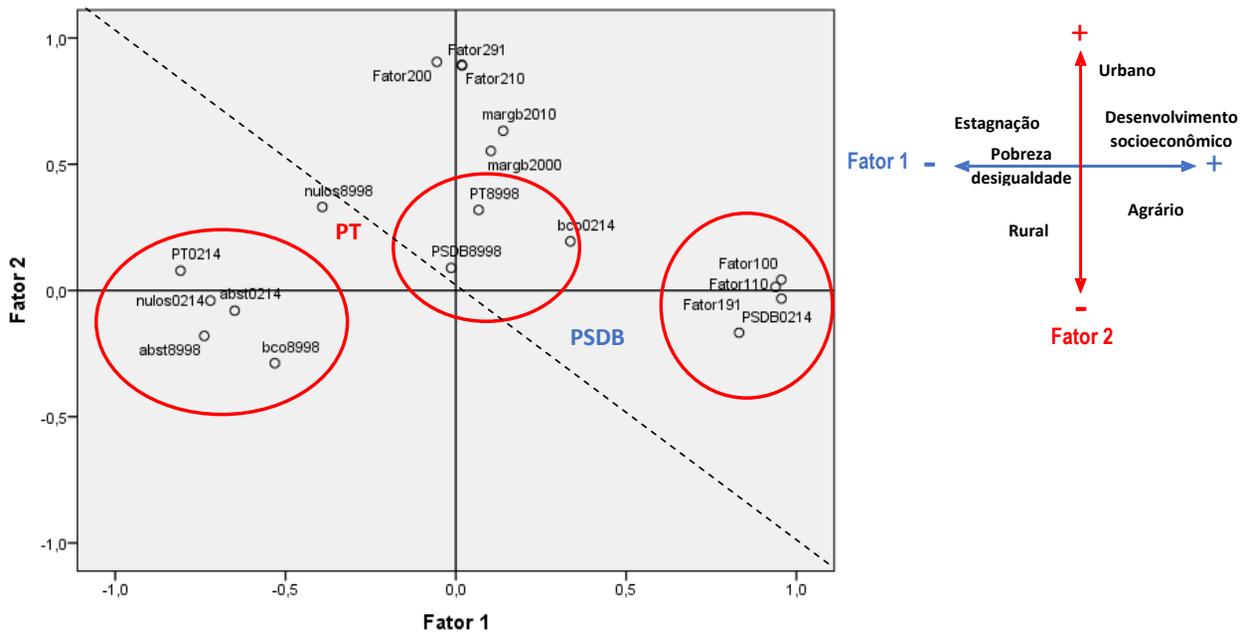
	Fator 1	Fator 2
Fator1 - 1991	0,96	-0,03
Fator1 - 2000	0,96	0,04
Fator1 - 2010	0,94	0,01
PSDB0214 - PSDB 2002-2014, TSE	0,83	-0,17
bco0214 - Brancos médios 2002-2014, TSE	0,34	0,20
nulos0214 - Nulos 1989-1998, TSE	-0,39	0,33
bco8998 - Brancos médios 1989-1998, TSE	-0,53	-0,29
abst0214 - Abstenções médias 2002-2014, TSE	-0,65	-0,08
nulos0214 - Nulos 2002-2014, TSE	-0,72	-0,04
abst8998 - Abstenções médias 1989-1998, IBGE	-0,74	-0,18
PT0214 - PT 2002-2014, IBGE	-0,81	0,08
Fator2 - 2000	-0,06	0,91
Fator2 - 2010	0,02	0,89
Fator2 - 1991	0,02	0,89
margb2010 = Taxa de marginalidade eleitoral - 2010	0,14	0,63
margb2000 = Taxa de marginalidade eleitoral - 2000	0,10	0,55
PT8998 - PT 1989-1998, TSE	0,07	0,32
PSDB8998 - PSDB 1989-1998, TSE	-0,01	0,09

Variância explicada	
Fator 1	34,0
Fator 2	19,6
Total	53,6

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a Rotação convergida em 3 iterações.



Fonte: IBGE, TSE e IPEA. Elaboração do autor.

As clivagens sociais e espaciais (aqui tratadas mais explicitamente), dos dois partidos, inverteram-se a partir de 2002, e principalmente 2006. As bases eleitorais do PT corresponderam a sua atuação e proposição, que em boa medida beneficiaram segmentos mais pobres da população e nas áreas mais carentes, pobres e estagnadas. O PT, apesar de não totalmente, deixou de ser um partido mais forte nas maiores e mais desenvolvidas cidades do país, exceção feita às periferias metropolitanas. Quanto ao PSDB, após 1989 tornou-se cada vez mais forte nos municípios com maior desenvolvimento, urbanização, e em áreas mais dominadas pelo movimento agrário modernizador na economia.

As últimas eleições de 2014 mostram em seu segundo turno o maior momento da polarização entre os dois partidos, embora com indícios de esgotamento e rejeição a essa polarização, seja pela emergência de uma terceira opção significativa (PSB), seja pelas taxas de abstenção, votos brancos e nulos. Nesse sentido, as eleições de 2018 podem reafirmar o cenário dominado por essas duas forças partidárias, ou alternativamente apresentar uma maior fragmentação com alternativas de sucessão presidencial provocadas pelas abstenções, votos brancos e nulos.

O estudo procurou decompor os indicadores eleitorais nas taxas de marginalidade eleitoral, abstenções, brancos e nulos. A marginalidade eleitoral apesar de apresentar um padrão espacial consistente, mais presente em municípios da região Norte, Centro-Oeste, faixa litorânea, Sudeste e Sul, valores negativos e positivos, aparentemente ilógicos, mas principalmente mais expressivos nas maiores cidades e mais centrais.

Embora seja um tema raramente tratado pela literatura da Ciência e Sociologia Política, é de central importância. No ano de 2010 estimou-se que 4% ou 5,7 milhões de pessoas potencialmente aptas como eleitoras, não possuem o cadastramento eleitoral. Diversos motivos foram apontados e podem servir como atenuantes a esse número. No entanto, a inexistência de um cadastro único que reúna informações de toda a população em idade de voto e sua efetiva condição cadastral, assim como a completa inexistência de pesquisas acadêmicas ou oficiais dedicadas ao tema, impedem a mensuração mais exata dos parâmetros eleitorais. E como consequência dessa ausência de um diagnóstico mais preciso, a inexistência de políticas de incorporação à cidadania e à participação política no país constituem a regra explícita para o país como um todo. Esse problema pode ser minorado com a introdução da biometria.

As abstenções, sujeitas a múltiplas determinações, sofrem em parte o mesmo problema que a taxa de marginalidade. Entretanto, pode-se afirmar que as piores condições existentes nos municípios brasileiros, desde a menor ausência de integração nacional, como na região Norte, a baixa formalização da vida econômica e pública, os precários indicadores sociais e econômicos, afetam diretamente o indicador. Entretanto, novamente, sabe-se ainda pouco sobre os condicionantes das abstenções, o que só poderia ser apurado com a realização de pesquisas pós-eleitorais.

Os votos brancos e nulos para as eleições presidenciais apresentam também uma correlação com indicadores sociodemográficos e econômicos no país, embora de forma menos intensa que as abstenções, pois apresentam duas características específicas no decorrer do período analisado. Primeiro, em alguns estados, em determinadas eleições mostram-se particularmente superiores e constantes, confrontadas às outras unidades da Federação, o que reflete o seu significado político. Segundo, e mais importante, nas últimas eleições de 2010 e 2014, apresentam uma mudança de perfil orientadas para regiões que até então tinham taxas

reduzidas, como as regiões Sudeste e Sul. O caso do Rio de Janeiro, por exemplo é singular. Essa característica também aponta o significado mais político para a sua explicação, do que social, econômico ou demográfico.

Ainda em relação às taxas de votos brancos e nulos, os altos percentuais observados em 1994 e 1998 podem estar associados às mudanças ocorridas no sistema de voto e na inovação tecnológica. O alinhamento das eleições para deputado estadual, federal, governador, senador e presidente, sendo a marcação das opções nessa ordem, pode ter criado uma dificuldade adicional para aqueles eleitores com menor instrução. O que pode ter também ocorrido com a introdução da urna eleitoral eletrônica para as eleições nacionais de 1998. Essas dificuldades, que podem ter sido reduzidas pela prática mais constante do sistema e da tecnologia, assim como a maior escolarização do eleitor brasileiro, ainda podem ser um fator de influência para um segmento de eleitores. Portanto, quaisquer alterações dessa ordem, mudanças de procedimento, introdução de novos sistemas eleitorais, e mesmo inovação tecnológica, devem levar em consideração esses possíveis impactos.

Uma carência do estudo, que se pretende explorar em algum momento adiante, diz respeito à conotação social da identidade brasileira, aqui apontada quando feita a discussão sobre Gilberto Freyre, e outros, posteriormente, da situação étnica e religiosa, que encontra-se de forma tão presente na nossa formação. Mesmo que ao nível da agregação municipal, ainda que o ideal é pelo menos a combinação com pesquisas de opinião, seria importante observar a existência de correlação entre esses fatores e o voto presidencial. De um lado a segmentação étnica ou, ao contrário, processos de miscigenação, verificando a existência de *ethos* afirmativos ou contestação, principalmente entre a população negra e mestiça. Resta saber a que ponto essa condição adquire um significado eleitoral, territorialmente, embora resida na própria escala uma restrição.

Da mesma forma, a forte colonização católica enfrentou uma lenta, porém constante, reforma protestante ao estilo brasileiro, intensificada nas últimas décadas, e, além disso, o segmento religioso vem adotando uma prática política mais direta, ao contrário da forte influência católica, porém relegada aos seus templos e aos bastidores do poder. Outra característica recente é o aumento do agnosticismo, do ateísmo ou daqueles que não se alinham a uma religião, somados ainda aos que adotam uma linha religiosa alternativa. Assim como o enfraquecimento da maior crença religiosa do país, o catolicismo, religiões espíritas de matriz africana, perdem espaço, em boa parte ocupado pelo espiritismo racional. Ou seja, como a cor e a religião são dois vetores fundadores da nossa cultura, desde a formação do país, seria no mínimo adequado revelar a sua relação com os estudos eleitorais, no nível nacional, regional e municipal.

O certame entre estrutura e conjuntura, refletido aqui na sua interação quanto às disputas eleitorais para presidente da República, atualiza algumas lições. A primeira é que a estrutura atual do país revela mais do seu passado do que se possa imaginar. E o passado, até o recente momento, não constitui uma memória viva na percepção e na cultura política nacional. A própria identidade nacional, tema da maior relevância na primeira metade do século anterior, em muito perdeu o seu sentido. Evidentemente, a estrutura em seus diversos sentidos se modifica e se move, mas em um tempo diferenciado, um tempo perceptível nas séries temporais de mais longo prazo.

Tomar a estrutura social e seu confronto com eventos conjunturais, de curto prazo, que em boa parte se prestam a considerações apressadas, efêmeras, ou mesmo errôneas, seria como explicar esses eventos à velocidade da luz, ou a conjuntura por ela própria. Como a vulgaridade

de teorias de comportamento eleitoral que afirmam que eleitores satisfeitos votam nos candidatos ou partidos que os satisfizeram, ou, ao contrário, eleitores insatisfeitos não votam naqueles que os tornaram infelizes. Ou então considerar a estrutura social como uma amarra irresistível, permanente, irreversível, capaz de aprisionar conceitualmente qualquer efemeridade.

Apesar do enfoque de sociologia política aqui utilizado, parece ter ficado a lição de que apesar do lento movimento em atraso da estrutura econômica, demográfica, social, cultural da sociedade brasileira, mesmo em um contexto de inserção em um mundo de processos de globalização acelerada, permanecemos mais imóveis do que móveis. Embora móveis.

E os indicadores eleitorais mantêm uma correspondência dupla, dialética com essa estrutura. Alguns poucos mudam no seu perfil, como a marginalidade eleitoral, embora tenha sofrido uma redução. Da mesma forma a taxa de abstenção, que mantém traços que a liga a um país arcaico. As taxas de votos brancos e nulos, mantêm uma correspondência com a dinâmica estrutural do país, embora assumam alguns significados singulares, temporais, espaciais, tendo que ser interpretada à luz do tempo em que é analisada.

E finalmente, a direção do voto, volátil no tempo e no espaço. Trocando os sinais dos dois principais partidos da atual fase política e eleitoral do país, com um recente desfecho em uma polarização, que mostra novos significados. Terceiras forças políticas e partidárias, que até o momento, e pelo efeito centrípeto do segundo turno (conforme a inspiração de Sartori), não geraram mais do que três ou mais raros quatro candidatos efetivos no primeiro turno.

As mudanças e os sentidos da volatilidade na direção do voto carecem e já mereceram explicação de como um partido inicialmente urbano e popular adotou um programa e políticas sociais que lhe fizeram mudar o seu perfil. E o pacto ou coalizão que empregou com certa eficácia na sua primeira fase no poder (sem aprofundar as causas desse êxito), consolidou uma nova conformação, à medida que, em sentido contrário, o seu principal oponente reunisse ao seu redor as forças antagônicas, igualmente fortes e que redundaram na polarização da eleição de 2014.

E o futuro, vistas as relações de persistência do passado e volatilidade do tempo presente, mostra que o jogo não deixará de se desenrolar no mesmo tabuleiro, embora possam advir resultados eleitorais surpreendentes, embora improváveis. Pois as mudanças mais profundas e desejáveis, no sentido da modernização e superação das desigualdades do país, tendo o não tão promissor pano de fundo das relações internacionais, exigem um plano de continuidade para transformações, bem maior do que as forças vencedoras das sete eleições presidenciais até o momento realizaram.

Referências

- ABRANCHES, S. H. de. (1988) "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, nº 1, pp. 5-34.
- ABREU, M. (1998) *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar. [Original de 1987].
- ALKMIM, A. C. (1991) *A participação política eleitoral no Brasil, 1988*. Textos para discussão, número 41. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (1991) A participação eleitoral e seus correlatos socioeconômicos. In: LIMA JR., Olavo Brasil de. (Org.). *Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática*. 1ª ed. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Editora, v. 1, p. 13-37.
- _____. (1992) *A participação eleitoral no Brasil: 1988-1999*. Dissertação de mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Brasil.
- _____. (1997) *Voto e segmentação socioespacial no Estado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Brasil.
- _____. (2003). "Eleições para presidente e governador no Brasil (1945-2002)". Texto apresentado no XXIV Encontro da ANPOCS, realizado em Caxambu, Minas Gerais. Capturado em julho de 2014 no site: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/29-encontro-anual-da-anpocs/gt-25/gt11-10/3718-aalkmim-eleicoes/file>.
- ALKMIM, A. C. e KUSCHINIR, K. (2001) Mapas eleitorais fluminenses. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly da Silva da. *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- _____. (2001) Vinte anos de eleições para presidente e governador no Estado do Rio de Janeiro. In: IBGE. (Org.). *A ENCE aos 50 anos: um olhar sobre o Rio de Janeiro*. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, p. 185-221.
- _____. (2014) *De Brizola a Cabral. De Collor a Dilma*. A geografia do voto no Rio de Janeiro de 1982 a 2010. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio. (E-book). Capturado no site: http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook_brizola_cabral_collor_dilma.pdf
- _____; SANTOS, Caroline; SIMÕES, André. (2017) Passado, presente e futuro da produção e análise dos indicadores sociais no IBGE. In: *Indicadores Sociais, passado, presente e futuro*. Documentos para disseminação. Memória institucional, número 21. Rio de Janeiro: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101153.pdf>
- ANSELIN, Luc. (1995) Local indicators of spatial association (LISA). Capturado em junho no site <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1538-4632.1995.tb00338.x/epdf>
- _____. (1999) Interactive techniques and exploratory spatial data analysis. Capturado em junho de 2017 no site: http://www.geos.ed.ac.uk/~gisteac/gis_book_abridged/files/ch17.pdf
- BARDIN, Racheal et al. (2012) Voter turnout in New York City: who does not vote and what can be done. NYWagner. Capturado em junho de 2017, no site: https://www.nycfb.info/PDF/issue_reports/WhoVotes.pdf
- BERELSON, Bernard R.; LAZARFELD, Paul, F.; Mc PHEE, William N. (1954) *Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign*. University of Chicago Press.
- BRASILEIRO, A. M. (1985) *Região Metropolitana do Grande Rio: serviço de interesse comum*. Brasília: IPEA/IPLANRIO.
- BAUER, Raymond A. (Edit.) 1966. *Social indicators*. Cambridge, Massachusetts and London.

- BARBETTA, Pedro Alberto. (2014) *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 9ª edição [1994].
- BREWER, Cynthia A. (1994) "Color Use Guidelines for Mapping and Visualization," Chapter 7 (pp. 123-147). In: *Visualization in Modern Cartography*, edited by A. M. MacEachren and D. R. F. Taylor, Elsevier Science, Tarrytown, NY.
- BOBBIO, Norberto. (1997) *A teoria das formas de governo*. 10ª edição. Brasília: Editora UNB. [primeira edição de 1967].
- BOURDIEU, Pierre. (2011) O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216. [Palestra proferida em fevereiro de 1999].
- CABALLERO, Hector Renán Soto; GARCIA, Giraldo. (2016) El abstencionismo decisonal. In: *Alceu – Revista de comunicação, e política*, v. 16, n. 32 – jan./jun., pp. 238-263. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Comunicação.
- CABRAL, Manuel Villaverde. (2012) Efeito metropolitano e cultura política: novas modalidades de exercício da cidadania na metrópole de Lisboa. In AZEVEDO, Sérgio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JR., Orlando. (Orgs.) *Cultura, política e voto: desafios para a governança metropolitana*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora.
- CAMPBELL, Angus et al. (1964) *The american voter*. New York: John Wiley and Sons, Inc.
- CARRARO, A. et al. "It is the economy, *companheiro!*": uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais. (2007) In: Encontro de Economia da Região Sul, Porto Alegre/RS. Disponível em: <http://www.pucrs.br/face/ppge/anpecsul/5-07.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. (1988) *O teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Editora Vértice.
- CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. (2015) *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: uma avaliação crítica*. In: Textos para discussão, n. 56. Rio de Janeiro, IBGE.
- CASTELLS, Manuel. (1999) *A sociedade em rede: a era da informação*. Economia, sociedade e cultura – volume I. São Paulo: Editora Paz e Terra. [1993].
- _____. (2013) *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (1988) Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados. Capturado em julho de 2017 no site: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/constituicaofederal1988.pdf>
- CONVERSE, Philippe E. (1964) The nature of belief system in mass publics. In: APTER, David (Org.) *Ideology and discontent*. New York: The Free Press.
- COUTO, Diogo. (1988) *Soldado prático*. Lisboa: Publicações Europa-América. [1612]
- DAHL, Robert. (2015) *Poliarquia*. São Paulo: Editora EDUSP. [1972]
- DINIZ, Eli. (1982) *Voto e máquina política, patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes; JARDIM, Antonio de Ponte (2015). *Estudos e Análises, informações demográfica e socioeconômica*, número 3. Rio de Janeiro, IBGE.
- FAORO, Raymundo. (2012) *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 5ª edição. [1958].
- FIGUEIREDO, Marcus. (1991) *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS,
- FREYRE, Gilberto. (1984) *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 25ª edição. [1933].

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (2015) *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 27ª edição [1936].
- HUNTER, W.; POWER, T. J. (2007) "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, vol. 49, nº 1, Spring 2007.
- IANNI, Octávio. (1999) *O príncipe eletrônico*. São Paulo: Perspectivas, nº 22, pp. 11-29.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2015) *Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil*, 2ª edição Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2013) *Projeção da população por sexo e idade: Brasil, 2000-2060*. Unidades da Federação, 2000-2030. Capturado em julho de 2016, no endereço: <http://livrozilla.com/doc/74120/pir%C3%A2mide-et%C3%A1ria-brasil>
- _____. (2016) Sistema de contas nacionais, Brasil, 2010-2014. *Contas nacionais*, número 52, Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2016) Sistema de contas nacionais, Brasil, ano de referência 2010. *Série de relatórios metodológicos*, número 24, 3ª edição. IBGE, Rio de Janeiro.
- _____. (2016) Produto interno bruto dos municípios, 2010-2014. *Contas nacionais*, número 54. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2010) Pesquisa de orçamentos familiares, 2008-2009. *Despesas, rendimentos e condições de vida*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2016) *Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil*, 2ª edição. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2008) *Regiões de Influência das Cidades*, 2007. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (1990) *Participação político-social, 1988*. Volume 2: Educação, meios de transporte, cadastro e associativismo. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. (2017) Síntese de Indicadores Sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira. In: *Estudos & Pesquisas, informação demográfica e socioeconômica*. Número 36. Rio de Janeiro, IBGE.
- JACOB, César Romero; HESS, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. (2010) *A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, Editora PUC-Rio.
- JANUZZI, Paulo Martino. (2001) *Indicadores sociais: conceitos, fontes, dados e aplicações*. Campinas (SP): Editora Alínea.
- KANT, Immanuel. (2005) *Crítica da razão pura*. São Paulo: Editora Nova Cultural. [1781].
- _____. (1986) *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70. [1785].
- _____. (2015) *Crítica da razão prática*. São Paulo: Coleção Grandes Nomes do Pensamento. [1788].
- LATTIN, James; CARROL, J. Douglas; GREEN, Paul E. (2003) *Analyzing multivariate data*. Canadá: Thomson Learning Academic Resource Center.
- LAMOUNIER, Bolivar. (2009) Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto Arenista. In: REIS, Fábio Wanderley; LAMOUNIER, Bolivar; LIMA JR., Olavo Brasil; CEW, Héglio Trindade Judson de. *Os partidos e o regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. [1978].
- LEAL, Victor Nunes. (2012) *Coronelismo, enxada e voto, o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 7ª edição. [1948]
- LIMA JR., Olavo Brasil de. (1990) Alienação eleitoral e seus determinantes – nota de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 5, número 14, Rio de Janeiro.

_____. (1999) Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, volume 14, nº 40, pp. 11-30.

LEITE, Dante Moreira. (2002) *O caráter nacional brasileiro: uma ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 27ª edição [1969].

LINS, Cristina; ALKMIM, A. C. (2008) *O sistema e o "sistema": o projeto em curso no IBGE e o estudo sobre a cultura*. São Paulo: Observatório Itaú Cultural, nº 4.

LIJPHART, Arend. (1984) *Democracies: patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries*. New Haven: Yale University Press.

LIPSET, Seymour Martin. (1959) *Political man*. Nova York: Doubleday.

MATA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. (1978) Rio de Janeiro, Editora Zahar.

_____. (1985) *A casa e a rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

NICOLAU, Jairo Marconi (Org.). (1998) *Dados eleitorais do Brasil*. Rio de Janeiro: Renavan, IUPERJ. UCAM.

_____. (2012). *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Editora Zahar.

NICOLAU, Jairo Marconi; PEIXOTO, V. (2007) As bases municipais da votação de Lula em 2006. In: REIS VELLOSO, João Paulo (Coord.). *Quem elegeu Lula?* Cadernos do Fórum Nacional, nº 6, fevereiro.

NOGUEIRA, Oracy. (1983) *Tanto preto, quanto branco: estudos de relações raciais no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, série 1. Volume 9. Biblioteca de Ciências Sociais.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. (Orgs.) (2011) *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Estudos e Análises, informações demográfica e socioeconômica, número 1. Rio de Janeiro, IBGE.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; ERVATTI, Leila Regina; O'NEIL, Maria Mônica Vieira Caetano (2011). O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: *Informações demográficas e socioeconômicas*, número 1. Rio de Janeiro, IBGE (pp. 29- 49).

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. (2017) "A reforma reformada". Cadernos de Saúde Pública. Versão on-line, ISSN 1678-4464. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 33, nº. 5, Rio de Janeiro: Epub, 5 junho, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00052317>

PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUD). (1990) *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque.

PITIKIN, Hanna Fenichel. (1967) *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press.

_____. (2006) *Representação: palavras, instituições e ideias*. Lua Nova, 67: 15-47. [Original de 1989].

PRADO JR., Caio Prado. (2011) *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras. [1942].

PRZEWORSKI, Adam. (1985) *Capitalism and social democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

PUTNAM, Robert. (1996) *Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV Editora. [1993].

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (Coordenador) (1995) *Como anda o Rio de Janeiro: análise da conjuntura social*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. Observatório de Políticas e Gestão Municipal.

_____. (Org.) (2000) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, Editora Revan.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. (2013) *Índice de bem-estar urbano*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/IPPUR, Letra Capital Editora.

ROKKAN, Stein; URWIN, D. (1983) *Economy, territory, identity: politics of west-european regionalism*. London: Sage.

ROSSEAU, J.-J. (2005) *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores). [1757].

- SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. (2017) Indicadores capturados em junho de 2017 no *site*: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=2205>.
- SANTAGADA, Salvatore. (2007) Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. In: *Pensamento plural*. Pelotas (RS) [01]: 113 - 142, julho/dezembro.
- SANTOS, Milton. (1993) *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec.
- _____. (2012) *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp. 5ª edição. [Original de 1982].
- SANTOS, W. G. (1987) *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Vértice.
- SINGER, André. (2012) *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1976) *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. (2009) Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. Capturado em junho de 2017 no *site*: <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/118025/118123/Fitoussi+Commission+report>
- SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. (2016) *Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população*. Estudos e Análises, informações demográfica e socioeconômica, número 4. Rio de Janeiro, IBGE.
- SOARES, F. V. et al. (2006). *Cash transfer programmes in Brazil: impacto in inequality and poverty*. UNDO International Power Center, Working papers, 21. Capturado em agosto de 2017 no *site*: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper21.pdf>
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; TERRON, Sonia Luiza. (2008) Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião pública*, volume 14, nº 2, pp. 1-18. Campinas.
- SODRÉ, Muniz. (1979) *O monopólio da fala*. Função e linguagem da televisão no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- SOUZA, Jessé. (2015) *A tolice da inteligência brasileira, ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Editora Leya.
- STADLER, Julia. (2015) *The institutionalised voter: from suffrage to mandatory electoral participation. Insights from Brazil and Germany*. (Tese de doutorado.) Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.
- SCHWARTZ, Roberto. (2004) *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TAYLOR, P. J.; JOHNSTON, R. J. (1979) *Geography of elections*. New York: Holmes e Meier.
- TERRON, Sônia. (2009) *Territórios eleitorais no Brasil. Uma análise das votações de Lula (1989-2006)* (Tese de doutorado.) Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ.
- THOMPSON, J. (2003) Abstencionismo y participación electoral. In: NODHLEN, D. et al. *Tratado de derecho electoral comparado de América Latina*, 2ª ed. México, Fondo de Cultura Económica – IIDH – Universidade de Heidelberg-Internacional IDEA – Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, pp. 266-286.
- TUESTA, F. (2003) Abstencionismo y ausentismo son iguales? In: XVII Conferência Protocolo de Tikal, Cuaderno, CAPEL, n. 49, San José, Costa Rica, 24-26 setiembre.
- U.S. Department of Health, Education and Welfare. (1970) *Toward a Social Report*. The University of Michigan Press.
- VASCONCELOS, Fábio; FIGUEIREDO, Marcus. (2011) Divisão social e preferência política pela Prefeitura

do Rio de Janeiro. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara (Orgs.) *Como o eleitor escolhe o seu prefeito, campanha e voto nas eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

WEBER, Max. (2004) *Economia e sociedade*. Brasília: Universidade de Brasília, 3ª edição [1925].

_____. (2004) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. [1920].

WEFFORT, Francisco. (1978) *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

